

Norberto Osvaldo Ferreras

O cotidiano dos trabalhadores de Buenos Aires (1880-1920)



A Coleção Biblioteca EdUFF busca a renovação do mercado do livro acadêmico.

Iniciativa da PROPP e da EdUFF, contempla, no âmbito da Universidade Federal Fluminense, obras de todas as áreas do conhecimento, sempre de acordo com os formatos Livro Didático; Ensaio; Pesquisa; Coletânea.

A responsabilidade da seleção de textos é, conjuntamente, do Comitê Multidisciplinar da PROPP e da Comissão Editorial da EdUFF. As edições deste selo são totalmente financiadas com recursos da Editora.

Dessa forma, espera-se apresentar mais um viés do trabalho de pesquisa desenvolvido na UFF, contribuindo não só para a divulgação da imagem institucional, aumentando sua visibilidade, mas também institucionalizar os procedimentos de acesso à publicação do mérito e da qualidade.

Inserir aqui
o código de barras

Entre os historiadores brasileiros especializados nos estudos sobre América Latina contemporânea, é conhecida a dificuldade de dispor de bibliografia atualizada. Durante muito tempo, sobretudo nos anos 1960 e 1970, os professores universitários, por exemplo, tinham acesso a textos redigidos por sociólogos ou economistas que procuravam formular modelos explicativos válidos para diversos países. De origem marxista ou estruturalista, não importa, as análises das sociedades latino-americanas tinham a marca da generalização, da linearidade e da previsibilidade. Variáveis externas e definidas a priori explicavam os processos sociais latino-americanos, desconhecendo-se, no mesmo movimento, as especificidades históricas de cada uma daquelas sociedades. Na mesma linha de reflexão eram os textos de origem jornalística ou militante. Como as anteriores, as explicações adotadas eram “exteriores” à própria sociedade analisada – a exemplo do imperialismo –, bem como elegendo categorias apriorísticas, como “verdadeira consciência de classe”. Nessas leituras sobre a América Latina, tudo era muito generalizante, tudo era muito linear, tudo era muito previsível.

A década de 1980, segundo Angela de Castro Gomes, foi crucial para a reformulação dos estudos voltados para a História Social, pelo menos no Brasil. Entre os historiadores, recusas, bastante claras, foram formuladas. A primeira foi a de superar as generalizações. Partiu-se da premissa de que os processos sociais são necessariamente históricos: são datados e encontrados em algum tempo e em algum lugar. Mais ainda, para compreendê-los era necessário que o historiador estudasse uma determinada sociedade a partir de seus próprios termos e valores – e não por categorias e esquemas exteriores a ela. Igualmente recusou-se a premissa de que a dominação de classe é absoluta, reduzindo os trabalhadores a meros objetos de regulamentação do Estado ou das classes dominantes.

É nesse contexto de renovação historiográfica que se insere o livro de Norberto Ferreras, *O cotidiano dos trabalhadores de Buenos Aires (1880-1920)* – trabalho que resultou de seu doutoramento na Universidade de Campinas. As inovações apresentadas pelo autor não são poucas. A começar pela escolha da temporalidade. Trata-se da época em que, na definição do próprio Norberto, Buenos Aires deixou de ser uma grande aldeia para se tornar uma metrópole de inserção internacional. É o período, na

verdade, de formação da classe trabalhadora argentina. A seguir, as escolhas teóricas adotadas, em particular o enfoque histórico e antropológico. Mas chama a atenção no livro a originalidade do tema e a maneira como Norberto desenvolveu a pesquisa.

O livro nos leva a conhecer a experiência histórica, e portanto única, da formação de uma classe trabalhadora. Norberto nos mostra como os trabalhadores argentinos, vivendo ao mesmo tempo experiências econômicas, sociais, políticas e culturais, criaram um modo de vida particular. Assim, o autor reconstituiu as moradias desses trabalhadores, a maneira como viviam e se relacionavam nos bairros; mapeia os alimentos que comiam e as bebidas que ingeriam, demonstrando como eles criaram um cardápio próprio; recupera, também, a dinâmica dos mercados frequentados por esses trabalhadores, revelando o que eles compravam e como compravam. Essas são algumas das preocupações de Norberto em seu trabalho de reconstituir o cotidiano dos trabalhadores argentinos naquela época.

No livro, encontramos, também, as ações que eles desenvolveram na luta por melhores condições de vida. Algumas são pouco conhecidas, como a formação de cooperativas e a prática do boicote. Tais ações, segundo o autor, atuaram tanto no sentido da luta contra os capitalistas quanto na formação de uma consciência comum entre os próprios trabalhadores. Ao constituírem formas de relacionamento em seu cotidiano na fábrica, no bairro, na vizinhança e no mercado, os trabalhadores argentinos traduziram essas vivências e experiências, todas elas culturais, em uma identidade coletiva comum.

Atualizado com as abordagens historiográficas mais recentes, Norberto Ferreras nos coloca em contato com trabalhadores que ganharam a vida nas fábricas, constituíram famílias, fizeram amizades e se uniram na defesa de seus interesses. No livro, eles nos “falam” de suas condições de vida e de seu cotidiano a partir de seus próprios termos – e não por categorias exteriores a eles. Portanto, *O cotidiano dos trabalhadores de Buenos Aires (1880-1920)* vem a público com a marca da renovação historiográfica, além da importante contribuição para os estudos sobre a América Latina.

Jorge Ferreira é professor titular de História do Brasil da Universidade Federal Fluminense.

O COTIDIANO DOS
TRABALHADORES
DE BUENOS AIRES
(1880-1920)

Norberto Osvaldo Ferreras

O COTIDIANO DOS
TRABALHADORES
DE BUENOS AIRES
(1880-1920)



Editora da Universidade Federal Fluminense

Niterói, RJ / 2006

Copyright © 2006 by Norberto Osvaldo Ferreras

Direitos desta edição reservados à EdUFF - Editora da Universidade Federal Fluminense - Rua Miguel de Frias, 9 - anexo - sobreloja - Icaraí - CEP 24220-900 - Niterói, RJ - Brasil - Tel.: (21) 2629-5287 - Fax: (21) 2629- 5288 - <http://www.uff.br/eduff> - E-mail: eduff@vm.uff.br

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem autorização expressa da Editora.

Edição de texto: Tatiane de Andrade Braga e Rozely Campelo Barroco
Revisão: Tatiane de Andrade Braga
Capa, projeto gráfico e editoração eletrônica: José Luiz Stalleiken Martins
Supervisão gráfica: Káthia M. P. Macedo

Dados Internacionais de Catalogação-na-fonte - CIP

F386 Ferreras, Norberto Osvaldo.
O cotidiano dos trabalhadores de Buenos Aires (1880-1920) / Norberto Osvaldo Ferreras. — Niterói : EdFF, 2006.
p. : il. ; 23 cm. (Coleção Biblioteca EdUFF, 2004)
Inclui bibliografias.
ISBN 85.228-
1. História. 2. Trabalhadores. I. Título. II. Série.

CDD 909.08.8

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Reitor: Cicero Mauro Fialho Rodrigues
Vice-Reitor: Antônio José dos Santos Peçanha
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Luiz Antônio Botelho Andrade
Diretora da EdUFF: Livia Reis
Diretor da Divisão de Editoração e Produção: Ricardo Borges
Diretora da Divisão de Desenvolvimento e Mercado: Luciene Pereira de Moraes
Assessora de Comunicação e Eventos: Ana Paula Campos

Comissão Editorial
Presidente: Livia Reis
Gisálio Cerqueira Filho
João Luiz Vieira
José Walkimar de Mesquita Carneiro
Laura Cavalcante Padilha
Márcia Motta
Maria Laura Martins Costa
Mariângela Rios de Oliveira
Vânia Glória Silami Lopes

*Aos meus pais;
A Verónica e Mariana.
Aos protagonistas deste livro:
meus avós*

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS E DEDICATÓRIA.....	6
INTRODUÇÃO	10
BUENOS AIRES 1880-1920: UMA METRÓPOLE EM CONSTRUÇÃO.....	20
A BUENOS AIRES DOS TRABALHADORES.....	35
O surgimento de duas cidades.....	35
Bairro e casa própria.....	38
Inquilinos e conventillos	62
O “FILÓSOFO DO SENTIDO” E A COMUNICAÇÃO.....	96
INDO ÀS COMPRAS: O ABASTECIMENTO LOCAL E FAMILIAR.....	109
Introdução	109
Matadouros e mercado central	110
Mercados, feiras, vendas e vendedores ambulantes	112
Esticando os lucros e burlando os controles: falsificações e adulterações.....	123
A produção para o consumo próprio	129
Conclusões.....	131
ASADO, PUCHERO E FIDEOS EN STUFATO: A CONSTITUIÇÃO DA COZINHA DOS TRABALHADORES EM BUENOS AIRES.....	133
Os tempos do asado ou uma cozinha sem ingredientes ...	137
Alimentação e expansão populacional: transformações e continuidades.....	148
Transformações	149
A alimentação dos imigrantes italianos: pontos de partida e ponto de chegada (da alimentação dos imigrantes italianos à alimentação dos portenhos)	162
Conclusões.....	183
CONCLUSÃO.....	187
REFERÊNCIAS.....	195
ANEXO	222

Vittima del morbillo e la difterite, terribili flagelli prodotti dalla miseria, creazione immonda dell'attuale brigantesca organizzazione sociale, il compagno nostro F. Serantoni ha perduto in questi giorni distorto tripudio borghese, il suo caro bambino.

COMUNARDO

Condannati i proletari ad una vita di stente e di privazioni, costretti ad abitare in luridi stamberghe, prive d'aria e di luce, i loro poveri figli vengono uccisi a centinaia di migliaia da questi crudeli malattie, contro cui la stampa borghese e scienza patentata osano raccomandare con beffarda ironia l'osservanza dei precetti igienici, a chi lo sfruttamento capitalistico non permette di vivere che al disotto delle bestie.

Sono tanto ormai le vittime immolate dalla miseria, che é vigliaccheria sopportare più a lungo questa criminale società. LA RIBELLIONE É IL PRIMO DOVERE DEGLI OPPRESSI: ecco l'igiene che noi raccomandiamo ai lavoratori.

("Poveri Bambini!", La Questione Sociale.

n. 7, 1/1/1895)

AGRADECIMENTOS E DEDICATÓRIA

São muitas as pessoas que colaboraram na elaboração da pesquisa que concluiu primeiro numa tese de doutorado e depois neste livro, com certeza não lembrarei de todas elas pelo que peço desculpas por esquecimentos involuntários. Para começar agradeço o apoio financeiro proporcionado pelo CNPQ, por meio do seu programa PEC/PG, que permitiu que me dedicasse integralmente a esta pesquisa. O Centro de Estudo das Migrações Internacionais (CEMI), o

programa de Pós-graduação em História Social do Trabalho e a FAEP, todos da Unicamp, contribuíram com financiamentos específicos para a realização da pesquisa.

Sou especialmente grato a Michael Hall, meu orientador. Em todo momento contei com as suas sugestões de novos livros e artigos, dicas para novas abordagens e o estímulo para desenvolver a pesquisa e para crescer profissionalmente. Gostaria de ter sido contagiado pelo seu bom humor e disposição para receber orientandos em desespero.

Agradeço as sugestões e comentários de Cláudio Batalha, Clementina Pereira da Cunha, Andreas Doeswijk, Dora Barrancos e Wilma Peres Costa, que participaram da minha banca de qualificação ou de doutoramento. A Cláudio, lhe agradeço o recebimento em Campinas e o convite para participar na linha de estudos “Trabalho e movimentos sociais”.

Este livro foi escrito com o auxílio de um grande número de bibliotecas e arquivos: o Arquivo Edgar Leuenroth, a seção de Obras Raras e a biblioteca do IFCH (Unicamp); as Bibliotecas Nacionais do Rio de Janeiro e de Buenos Aires; a Andrés Ferreira (Necochea), a Municipal de General Pueyrredón e a da Juventudes Modernas (Mar del Plata); a Obrera Juan B. Justo, a Tornquist e a Prebisch ambas do Banco Central da República Argentina, a Academia Nacional de la História, e a Esteban Echeverría da Municipalidad de Buenos Aires, o Archivo Histórico da Municipalidad de Buenos Aires; o Archivo General del Ministerio de Asuntos Exteriores e a Biblioteca Nacional de España, ambas em Madri; a Biblioteca Nazionale de Roma; a Bibliothèque de Documentation Internationale Contemporaine – Université Paris X (Nanterre – Paris); o Intenationaal Instituut voor Sociale Geschiedenis (Amsterdam); The British Library, a biblioteca da London School of Economics, e o Public Records Office as três em Londres.

O apoio e profissionalismo de muitas pessoas que encontrei nessas bibliotecas me permitiram descobrir novos livros e dados. Para não ser injusto menciono Willike e Miecke do IISG de Amsterdam, Fabiana e Patricia da Biblioteca Tornquist do Banco Central da Argentina e o saudoso senhor Benítez da Biblioteca Obrera Juan B. Justo de Buenos Aires. Agradeço a atenção para comigo e para com o material que guardam.

A meus companheiros e amigos de sempre José Antonio, Darío, Claudia e Ana que têm me incentivado a andar por novas trilhas e por isso sempre nos encontramos no velho caminho comum. Aos queridos Mauricio e Marcela, que com sua “sadia maluquice” me presentearam com seu afeto e sua inteligência. A Leandro, Viviana, Miriam e Florencia agradeço a solidariedade, o incentivo e a amizade dos anos em Campinas. Obrigado também a Luis Bahamonde, Mariola, Gregório e Colette.

À Unicamp tenho que agradecer ter me permitido conhecer grandes amigos como Edilene, Luigi, Gino e Henrique que se tornaram referências afetivas e intelectuais indispensáveis. Obrigado, meus amigos, por suportar o mal-humor e as angústias pelas incertezas ante o futuro, e por partilhar comigo suas idéias e conhecimentos.

Aos meus colegas do doutorado, agradeço por terem me ajudado na elaboração e discussão do meu projeto e por terem me permitido refletir as minhas preocupações à luz das suas idéias. Para poupar espaço menciono Álvaro, Fábio Gutemberg, Paulo e Cristiana.

O livro só foi concluído quando me tornei professor no Departamento de História da Universidade Federal Fluminense (UFF), instituição que aprecio principalmente pelo prestigioso corpo docente do qual faço parte, esperando em algum momento estar à altura do mesmo. A eles, agradeço o apoio desde o dia em que cheguei. Na UFF me filiei ao Núcleo de Estudos Contemporâneos e seus membros são hoje para mim uma referência intelectual inestimável. Agradeço-lhes especialmente por terem me recebido e partilhado projetos e expectativas.

Sem minha família pouco ou nada poderia ter feito. De Mar del Plata a Puerto Santa Cruz, passando por Necochea, só recebi afeto e atenção. A Marcelo, Claudia, Ely, Roberto, Paloma, Agustina, Emiliano, Cecilia, Nilda e Alfredo retribuo com este livro, na espera de que as suas expectativas não tenham sido defraudadas.

No intervalo entre a transformação da tese em livro, chegou Mariana para mudar o meu cotidiano e a minha perspectiva da vida. A Verónica devo-lhe tanto que não poderia fazer-lhe um agradecimento numas poucas linhas, por isso só lhe agradeço por ter-me escolhido como seu companheiro.

Finalmente dedico este livro aos meus falecidos pais que sempre priorizaram a educação dos seus filhos, por isso tentei escrever um

livro sobre o mundo do qual eles vieram e do qual eles foram seus filhos. Este livro é para eles e para os Comunardos.

INTRODUÇÃO

Entre 1880 e 1920, Buenos Aires deixou de ser uma grande aldeia para passar a ser uma capital de porte internacional. Nesse período Buenos Aires mudou sua fisionomia e suas bases econômicas e sociais. Dezenas de milhares de imigrantes chegaram e se incorporaram a uma vida diferente daquela que tinham conhecido na Europa. A maioria deles eram camponeses e tiveram que descobrir os códigos da vida urbana, outros chegavam de aldeias ou de cidadezinhas onde as relações pessoais eram imprescindíveis para a sobrevivência, mas que não faziam sentido numa cidade de massas. Em todos os casos, partilharam a experiência da industrialização, das moradias coletivas e a incorporação de novos alimentos e bens de consumo, que eram desconhecidos ou pouco usuais no dia-a-dia dos trabalhadores europeus.

Este livro tem como objetivo analisar a constituição da classe trabalhadora da cidade de Buenos Aires. Para isso analisaremos, a partir das formas de relacionamento entre pessoas de origens diversas, a apropriação particular do espaço urbano, as formas do cotidiano e o processamento da experiência da industrialização e da urbanização. Junto com isso, interpretaremos de que modo os imigrantes e os nativos construíram uma nova identidade, produto do processamento das experiências prévias e da seleção das práticas culturais, locais e européias. O lócus do encontro e do sincretismo se deu no cotidiano, pelo que apresentaremos as transformações experimentadas pelos trabalhadores como grupo social; avaliaremos e identificaremos alguns dos elementos do cotidiano, que deram um certo grau de homogeneidade à diversidade representada por grupos com diferentes origens, expectativas e horizontes mediatos e imediatos. Esses elementos estão dentro do que tem sido denominado “Mundo do trabalho”.

A partir das características do mercado de trabalho de Buenos Aires, entendemos que o cotidiano aparece como o elemento de uni-

ficação das experiências desse grupo social. O mercado de trabalho apresentou sérias dificuldades para pensá-lo como um fator de coesão da experiência dos grupos que faziam parte do mundo do trabalho urbano. A heterogeneidade e a precariedade no emprego eram o denominador comum. A base da precariedade do emprego estava dada pelo caráter rudimentar das forças produtivas da Argentina. A base tecnológica existente demandava um grande número de trabalhadores com uma baixa qualificação, o que facilitava a alta rotatividade da mão-de-obra nas oficinas e indústrias. O mercado de trabalho formou-se com precariedade e instabilidade como características principais, que se mantiveram ao longo do período, dadas a sazonalidade da demanda e a baixa qualificação requerida. As atividades econômicas estavam vinculadas aos ciclos rurais de produção e o auge ou a crise desse setor atingiam o resto da produção. A dinâmica do mercado teve dois momentos bem marcados: entre 1880 e 1900, tirando os momentos de crise, em que a demanda excedia a oferta de mão-de-obra e o número de trabalhadores em tarefas não permanentes era maior que o daqueles que estavam empregados permanentemente, e desde o ano de 1900, em que se invertem os termos.¹

Se o trabalho não foi o elemento de coesão desse grupo social, em que lugar devemos procurá-lo? Será possível que o fator de união estivesse fora do sistema produtivo? É possível pensar que a experiência da oficina ou da fábrica pudesse ser contestada ou confrontada por outro tipo de experiência na formação da classe trabalhadora? Não estamos negando a importância do trabalho como uma experiência vital na vida dos operários de Buenos Aires, ainda mais se pensarmos na grande quantidade de horas de trabalho.² Mas a desagregação do mercado de trabalho, a fragmentação das unidades produtivas numa constelação de oficinas, a baixa concentração de trabalhadores nos

¹ Segundo Eric Hobsbawm, uma grande oferta de trabalhadores não qualificados, acompanhada de um alto grau de heterogeneidade no mercado de trabalho corresponde a economias em processo de industrialização rápida, como acontecia em Buenos Aires. Ver HOBBSAWM (1998, p. 125, 131). Para a conformação do mercado de trabalho em Buenos Aires, cf. SÁBATO; ROMERO (1992, p. 144-169). Para as condições do mercado de trabalho na Argentina entre 1880-1920, vide ADELMAN (1992, p. 14), CORTÉS CONDE (1979) e MUNCK (1987, p. 12-13).

² Embora as horas de trabalho tenham diminuído ao longo do período, só nos últimos cinco anos as horas trabalhadas caíram para valores que oscilavam entre oito e nove horas. Ver MUNCK (1987, p. 75).

locais de produção e a heterogeneidade dos processos produtivos não conseguiram-se amalgamar numa experiência comum.

As tentativas de unificação das experiências no trabalho estiveram relacionadas ao apelo à greve geral. Assim, esperava-se que o conflito, que inicialmente estava restrito a um único local ou única categoria profissional, se expandisse ao conjunto dos trabalhadores. As condições de trabalho e de vida eram utilizadas como ferramenta de mobilização dos trabalhadores. O ciclo das greves gerais, de 1902 a 1910, permitiu que os elementos comuns ao conjunto fossem identificados: a própria condição de explorado, a identificação dos exploradores e, finalmente, um cotidiano próprio, diferente dos outros grupos sociais.

A exploração era um dos principais componentes da experiência do mercado de trabalho, mas não estava restrita a esse âmbito; pelo contrário, essa era uma condição central às relações entre capital e trabalho ao longo do período. A exploração intensificava-se em duas situações impossíveis de evitar: a alimentação e a habitação.

Se por um lado a experiência do mercado de trabalho era heterogênea, homogeneizavam-se num outro campo as condições de vida. O cotidiano deixava uma marca indelével nas pessoas, criando uma comunidade de experiências, que se adquiriam nos pátios dos conventillos (cortiços) e nos consumos alimentares. Os mesmos tipos de alimentação e habitação foram vivenciados como parte de uma identidade comum, construída no entorno dos lucros gerados pela economia agropecuária de exportação.³

As condições do cotidiano permitiram unificar o sentimento de exploração comum, estabelecendo um modo de vida particular.⁴ O cotidiano atuou como um catalisador que unificou as experiências em suspensão, acelerando o processo de aproximação dos explorados. Como veremos, o conventillo forçou o encontro dos vizinhos em espaços comuns, permitindo o intercâmbio de experiências e sentimentos em torno das condições de vida e alentando as ações coletivas. As lutas pela melhoria das condições de vida permitiu a identificação dos

³ A hipótese das condições de vida homogeneizando a experiência dos trabalhadores em ROMERO (1994, p. 234-235).

⁴ Sobre a construção de um modo de vida partindo das condições de vida, ver THOMPSON (1988, p. 37).

interesses do Estado e do Capital, confrontados com os interesses dos trabalhadores e suas famílias.

O sentimento de exploração tornou-se mais evidente em momentos particulares, mas também ao longo do período. De fato, cada leva de imigrantes descobria que essa nova realidade era diferente do “país da Cocanha”⁵ anunciado pelos agentes da imigração. As condições da exploração tornaram-se evidentes na virada do século; a ascensão social ficou limitada a quem dispunha de um capital inicial. A demanda de mão-de-obra era cada vez mais limitada, e até os operários qualificados precisaram recorrer a bicos fora do trabalho para poder sobreviver.

Por enquanto mencionamos o termo “cotidiano” sem explicar a que estamos fazendo referência. Em nosso caso definimos o “cotidiano” como o lócus de junção entre o “ser social” e a “consciência social”. Duas grandes correntes têm predominado nos estudos dedicados à questão: por um lado, a corrente thompsoniana e por outro a geertziana. Na primeira, que tem como modelo o historiador inglês E.P. Thompson, a fórmula utilizada para estudar a relação entre o ser social e a consciência social é a da experiência. Esse difuso conceito define a forma pela qual é feita a mediação entre os dois termos da equação mediante uma série de combinatórias entre os fatos crus e a forma pela qual os mesmos são tratados e internalizados pelas pessoas e como, a partir dos mesmos, elas atuam e agem.⁶ A outra vertente é a geertziana, baseada nos estudos do antropólogo cultural Clifford Geertz. Ele analisa a relação entre “realidade material” e “cultura” a partir da “descrição densa”, semanticamente e não materialmente. A “descrição densa” nos mostra como são os comportamentos das pessoas e nos permite lê-los como um texto.⁷ A proposta de Geertz não é menos complexa que a de Thompson e ambas têm se desenvolvido profusamente nos últimos vinte ou vinte e cinco anos.

A problemática que surge por trás dessas questões é o lócus no qual se desenvolvem as identidades coletivas e para analisá-lo

⁵ Segundo os camponeses italianos “O país da Cocanha” era a terra da abundância, da ociosidade, da juventude perene e da liberdade. Mais dados em FRANCO JUNIOR (1998).

⁶ Os principais textos em que Thompson refere-se a experiência são os de 1987, 1981, 1984 (1. ed. em inglês 1981) e 1979.

⁷ GEERTZ (1978).

tem-se desenvolvido uma nova proposta: o estudo da “vida cotidiana” e como o proletariado apropria-se da realidade para constituir a sua consciência. Aqui são valiosos os aportes de E.P. Thompson e de Clifford Geertz dado que ambos têm ampliado ou apresentado alternativas às variantes conhecidas, aproximando-nos das formas como as pessoas constroem o sentido das suas próprias vidas, seja de maneira coletiva ou individual.

A idéia de trabalhar a história do dia-a-dia pode ser associada com uma “empresa intelectual neo-romântica”, acusação que não deixa de fazer sentido em muitas pesquisas realizadas nessa matéria dado o risco de se pesquisar trivialidades. Mas se prestarmos atenção, o lar tem sido o principal centro da produção durante grande parte da história; a família foi o eixo da propriedade e da herança, e a localidade e a vizinhança aparecem como o universo da classe. As possibilidades desse tipo de história oscilam entre, por um lado, a compreensão da experiência subjetiva e das relações sociais cotidianas e, por outro, um inventário de objetos ou narrações auto-referentes.⁸

O cotidiano operário é o nosso tema. Depois de analisar o dia-a-dia nos seus aspectos materiais e simbólicos, veremos se é possível pensar no modo de vida como o fator de aglutinação da experiência dos trabalhadores. Para isso delimitamos a vastidão que pode ser o cotidiano a alguns dos seus elementos constituintes: o bairro, a moradia e a alimentação. Ou seja, aos elementos materiais e àquelas atividades ritmadas pelos espaços e as relações neles criadas.⁹

A questão do cotidiano na virada do século envolve uma série de elementos. Temos o cotidiano concreto formado ao longo de séculos de reiterações de gestos, atos e relações. Esses atos, miúdos e minúsculos, foram aceitos por ser a reiteração de práticas que se transmitiram de pais para filhos e que se sagraram na constatação de serem executadas por outros grupos familiares próximos. O passado tornou-se uma espécie de presente permanente, que acabou-se transformando numa estrutura para essas infinitas repetições individuais, familiares e coletivas.¹⁰

⁸ SAMUEL (1984, p. 36-37). Outros detalhes sobre os estudos do Cotidiano em FERREAS (1999).

⁹ Ver De CERTEAU (1997, p. 32).

¹⁰ A transformação do cotidiano em estrutura é analisada por BRAUDEL (1997).

Essa realidade, construída ao longo de gerações e centúrias, entrou num acelerado processo de desintegração durante o nosso período. O capitalismo se impôs desarticulando as velhas relações produtivas e sociais e substituindo-as por outras. Mas, se isso acontecia mundialmente, o que podia suceder numa região que deixou em menos de vinte anos as antigas formas produtivas para incorporar-se aceleradamente às relações capitalistas de produção? Ao mesmo tempo em que a população crescia com os grandes contingentes de imigrantes chegados de diversos pontos do velho mundo, transformando decisivamente a população local, Buenos Aires atravessava um verdadeiro vendaval no qual as velhas relações foram varridas, e todas as novas tornaram-se velhas antes mesmo de serem aceitas. Os indivíduos tiveram que enfrentar suas condições de vida e as relações com seus semelhantes.¹¹ Nessa situação o cotidiano foi o lócus do processo de reformulação da identidade, afetada tanto pelos processos de industrialização e urbanização, mas também pelo encontro das “estruturas do cotidiano” dos diversos grupos de imigrantes e dos nacionais. As tradições culinárias entraram em interação, o espaço urbano foi reapropriado e as moradias foram redefinidas em função das novas necessidades.

O cotidiano foi construído na base das condições de vida. Os primeiros a descrever as situações e condições em que viviam os trabalhadores foram os intelectuais europeus, membros do Estado, de organizações filantrópicas e religiosas, ou indivíduos sensíveis à pobreza. Essa literatura iniciou a análise dos aspectos relacionados à reprodução da mão-de-obra. Enquanto isso, Marx e Engels centraram as suas análises nos mecanismos de produção e reprodução do Capital,¹² sem considerar os efeitos desses mecanismos na vida dos trabalhadores.

Os estudos sobre as “condições morais e físicas” dos trabalhadores partiram das concepções biológicas e fisiológicas vigentes. O próprio termo “condições” denota a influência do meio, implicando que a vida social é determinada exteriormente ao indivíduo. Essa determinação era psicofisiológica, atingindo o pensamento, o comportamento

¹¹ Como descreve a conhecida frase de MARX (1997, p. 14).

¹² Para uma análise da inter-relação entre as diversas esferas do social e do econômico e a opção por limitar o estudo das condições de vida aos aspectos econômicos por Marx e Engels, ver ENGELS ([19—]).

e as práticas culturais dos trabalhadores; Engels foi influenciado por essa corrente de pensamento como vemos no seu dossiê A situação da classe trabalhadora inglesa.¹³ Dessa forma, as determinações do meio explicariam as condutas operárias.

Em Buenos Aires, a questão do cotidiano teve origens diversas, assim como as preocupações filantrópicas e religiosas. Os “perigos” acarretados pelas más condições de vida estavam na marginalidade, o alcoolismo, a delinqüência, as enfermidades infecto-contagiosas e o baixo desempenho dos trabalhadores. Esses motivos deram início a uma literatura descritiva, à análise e à procura de soluções para os trabalhadores. Essa foi uma preocupação do Estado, dos reformistas sociais, dos dirigentes e escritores vinculados ao sindicalismo e dos partidos operários que viam no cotidiano um elemento unificador das experiências e um grave problema a resolver. Esses observadores preocuparam-se com certos aspectos do dia-a-dia, como a qualidade da habitação, as condições sanitárias, as doenças, a alimentação e outros. Em todos os casos, a dilapidação da mão-de-obra e suas conseqüências não desejadas orfandade, viuvez, marginalidade, incapacidade física parcial ou total por causa dos acidentes de trabalho etc. nortearam esses estudos.

Para uma melhor compreensão do cotidiano operário, apresentaremos certas questões que subjazem ou que permitem contextualizar esse estudo. No primeiro capítulo apresentaremos o cenário. Nas transformações que a cidade de Buenos Aires atravessou ao longo dos 40 anos que compreendem nosso período, pode-se verificar o caráter dramático das mudanças no conjunto da estrutura urbana e o modo como as mesmas afetaram os seus moradores. O tratamento do conjunto do espaço urbano nos leva ao segundo capítulo, que trata de uma importante problemática: o habitat operário, privilegiando a situação das moradias, os tipos de moradias existentes, o custo da habitação e o aproveitamento realizado.

Muitas vezes o trabalho e a moradia estavam ligados, unificando assim alguns aspectos do cotidiano, o que levava a que as reivindicações salariais estivessem permeadas pelo dia-a-dia. Na década de 1920, essa situação começou a mudar, principalmente pela crescente

¹³ Como mostra LOPES (1984, p. 32, 50). Também no estudo clássico de ENGELS (1985). Outros detalhes em FERRERAS (1997).

separação entre residência e trabalho. As reivindicações por melhores salariais passaram a estar relacionadas às próprias condições do trabalho e pelos ofícios desenvolvidos nesse âmbito.

Também apresentamos as estratégias das famílias operárias para prover-se dos gêneros mais necessários ou dos mais desejados. Para isso, estudaremos a produção local, as formas de aprovisionamento urbano e a capacidade de Buenos Aires de alimentar uma população crescente e oscilante. Com esse objetivo, precisaremos examinar a alimentação como um fator importante na configuração das identidades, tentando compreender as transformações que sofreu ao longo do nosso período. Com esse intuito, estabelecemos os dois tipos de dietas básicas: a primeira é a criolla, a original da região bonaerense; a outra é a dos diversos imigrantes italianos em geral. Cada uma delas foi influenciada pelos elementos da outra. Também consideramos o impacto da industrialização, que provocou uma série de transformações em ambas as culturas alimentares, e as resistências às mudanças.

O período delimitado por nosso estudo é justamente o período de formação da classe trabalhadora em Buenos Aires. Os limites são indicativos. 1880 foi estabelecido porque representa o momento do grande crescimento da imigração de massas. O impacto desse grande número de pessoas sobre uma pequena cidade ocasionou sérias complicações urbanas e sociais.¹⁴ Mas não esquecemos processos anteriores a esse momento. Se a constituição da dieta portenha antecedeu em muito essa data, também o primeiro cortiço não foi construído em 1880; existia desde muito tempo.

O marco final, 1920, tem outra particularidade: está relacionado à cristalização de um determinado tipo de prática e atitude perante o trabalho e às condições de vida. A década de 1910 aponta para uma série de mudanças que se acentuaram na década de 1920. O ciclo repressivo, a crise econômica quase permanente ao longo dessa década e as mudanças no Estado tiveram como consequência principal a aceitação do Capitalismo como um horizonte permanente e de difícil mudança.

A constituição da subjetividade operária está intimamente relacionada a uma pergunta. Será possível pensar numa classe trabalhadora em Buenos Aires? Tentaremos explicar a nossa opção e justificar

¹⁴ REPÚBLICA ARGENTINA. Dirección General de Inmigración (1925).

porque entendemos que é possível falar de classe trabalhadora nesse período. Para começar, o tipo de mercado de trabalho constituído em Buenos Aires dificultava a unificação das reivindicações e a difusão do conflito de classes. A classe é um processo histórico, não um conceito a ser demonstrado. As classes, como apresenta Thompson no debate com os estruturalistas, não são categorias abstratas, podendo ser analisadas pelos papéis que os homens representam, à medida que se sentem pertencentes à classe, definindo seus objetivos tanto entre si mesmos como contra outras classes. A classe é uma relação entre pessoas, não uma coisa, e ela se constrói a si própria, tanto quanto é construída pelas condições objetivas e pelos seus adversários. É formada por pessoas que têm a disposição para comportar-se dentro de determinados padrões, porque têm os mesmos interesses, o mesmo sistema de valores e um conjunto de experiências comuns sobre a realidade vivenciada e processada culturalmente, que os leva a comportar-se de uma determinada maneira, diferente de outros homens, os detentores dos meios de produção.¹⁵

Essa comunidade de interesses pode ser achada em Buenos Aires no nosso período, principalmente a partir da virada do século. Os trabalhadores atuaram reivindicando direitos entendidos como próprios, baseados nas idéias socialistas, anarquistas e sindicalistas. Nas situações em que os trabalhadores reivindicaram seus direitos, encontraram-se cercados por uma aliança de ferro, aquela formada pelo patrão, o Estado, os comerciantes e os empresários da habitação. Essas forças atuaram, isoladamente ou em conjunto, contra os interesses dos operários.¹⁶

A “classe para si”, como relação histórica, não está totalmente pronta em momento algum. Não é possível deter a história para ver a classe pronta. Como categoria histórica, a classe está em constante formação. O ponto de partida para que ela possa se reconhecer é a luta

¹⁵ Para uma abordagem abrangente durante o nosso período ver HOBBSAWM (1998, p. 141). Para uma análise teórica THOMPSON (1987 e [19—], p. 62).

¹⁶ E.P. Thompson (1988, p. 23) identifica duas forças: o Estado e o patrão. Aqui, pela importância que damos às condições de vida na formação da classe identificamos um terceiro termo: os comerciantes e empresário da habitação, num sentido amplo.

de classes; esta antecede o reconhecimento como classe e, portanto, a própria consciência de classe.¹⁷

Falamos em “classe trabalhadora” e não em “classes trabalhadoras”. “Classes” é um termo descritivo, que amontoa uma série de fenômenos sem muita relação uns com os outros. “Classe”, por sua vez, reúne indivíduos, aparentemente sem conexão, mas que se acham numa série de atitudes e ações unificadas nas práticas cotidianas, ou em momentos excepcionais. Há um “ritmo” e uma “intensidade” no reconhecimento das pessoas como classe. Há momentos, principalmente ao longo do nosso período, em que a classe manifesta-se de uma forma mais evidente. Esses momentos são os de conflito. O ritmo na formação da classe esteve indicado pelo avanço do Capital e pela sua consolidação como um horizonte permanente.

A intensidade, por sua vez, esteve marcada por certas ações próprias como a agitação que antecedeu à greve de inquilinos de 1907 ou externas como as repressões de 1910 e da “Semana Trágica” de 1919, que permitiram homogeneizar as experiências e imprimir uma marca indelével na formação da consciência de classe. A intensidade da experiência da classe, como vivência das pessoas, pode ser fraca em determinados momentos ou nos momentos de reconstituição da classe, quando se opta por outro tipo de identidade, que mascara o sentimento de pertença à mesma, como por exemplo, a identidade nacional ou os interesses profissionais.

A classe trabalhadora do início do século XX começou a se desmanchar, a fracionar-se em pequenas unidades, fundamentalmente na próspera década de 1920. As transformações na estrutura produtiva e a passagem de um sistema produtivo baseado nas oficinas a um outro fabril, junto às transformações no tipo de habitação, às mudanças no sistema político, como o retorno do conservadorismo, e ao impacto decisivo da indústria de massas nos consumos dos trabalhadores, resultaram numa outra classe. Entretanto, não pretendemos nos aprofundar nessa questão. Por enquanto deixamos apresentados os temas que fazem parte deste livro.

¹⁷ E.P. Thompson e Hobsbawm coincidem nesta preexistência da luta e da imbricação necessária entre classe e consciência. Sem classe é impossível falar em consciência de classe. Cf. HOBSBAWM (1983) e THOMPSON (1979, p. 33-39).

BUENOS AIRES 1880-1920: UMA METRÓPOLE EM CONSTRUÇÃO

“No hablo de las ciudades en que se dan cita los turistas, sino de aquellas otras, como la presente, a donde, todos los que van, confiésenlo o no, van a buscar la solución del problema de sus vidas.”

(DAIREAUX, 1888, p. 104).

“[...] Buenos Aires, núcleo luminoso del cometa cuyo cuerpo sin masa flota entre los Andes y el Atlántico”

(BARRET, 1910, p. 3).

Buenos Aires, a aldeia fundada em 1536 à beira do Río de la Plata, passou por períodos de pequenos crescimentos e crise por mais de 350 anos; porém, a transformação que nela se operou nos 40 anos seguintes, entre 1880 e 1920, foi drástica. Passou de aldeia a cidade e, pouco depois, transformou-se numa metrópole. Quem saiu de Buenos Aires, e permaneceu ausente nesse período, mal conseguiria reconhecê-la. Apresentar Buenos Aires e as transformações ocorridas nesses 40 anos permite-nos compreender melhor a importância dos elementos do cotidiano na conformação da classe trabalhadora porteña.

Buenos Aires não pode ser vista simplesmente como o lócus da ação, mas como algo importante no estudo do cotidiano da classe trabalhadora. A cidade capitalista é o mundo concreto dos trabalhadores desse período, o seu local de trabalho e o seu lar.¹ Foi o lugar em que trabalhadores e capitalistas se desenvolveram como tais, reconheceram-se uns aos outros e acabaram se enfrentando. A cidade era, e ainda é, o local da luta de classes.

Como afirma Engels, as grandes cidades são os centros do movimento operário, e Buenos Aires não foi exceção. Foi nas grandes cidades que se produziu a divisão entre classes, começando pelo processo de segregação espacial. Foi aqui que os trabalhadores começaram a refletir sobre a sua situação e a se manifestar. Nas grandes

¹ KATZNELSON, 1993, p. 143.

idades as velhas relações patriarcais foram eliminadas, ou atenuadas, favorecendo a difusão das relações capitalistas.²

Buenos Aires foi-se transformando numa grande cidade ao mesmo tempo que a classe trabalhadora conformava-se. Para compreender as mudanças por que atravessou essa cidade, recorreremos às descrições dos viajantes que, por diferentes motivos, chegaram a ela. Essas crônicas tornam vívido o quadro apresentado pelos índices de crescimento que tão profusamente aparecem nas histórias econômicas da Argentina. As descrições e relatos das viagens são suficientemente abundantes e completas para dar cores mais expressivas aos índices, curvas e estatísticas.³

No início do nosso período, quem chegasse a Buenos Aires pelo Río de la Plata, a via mais transitada, teria como porta de entrada obrigatória o porto da cidade,⁴ que podia ser visto até mesmo como um pitoresco cartão postal. Para quem chegava pela primeira vez a essa cidade, era impossível não perceber a falta de preparação e de capacidade do porto, ou não sofrer as conseqüências. O volume das exportações e importações cresceu vertiginosamente, bem como a dimensão e a tonelagem dos navios, enquanto o porto permanecia com a mesma infra-estrutura. Os vapores e veleiros podiam ser vistos a uma certa distância do litoral, as barcaças em torno deles fazendo a carga ou descarga de pessoas, equipagens e mercadorias de importação ou exportação. Próximo ao litoral, tudo era transportado, de novo, para umas carretas puxadas por cavalos. Um desses viajantes lembra que, na sua chegada, pouco antes do ano de 1880, teve de passar de um vapor grande para outro pequeno; depois de duas horas de travessia pelo meio do rio, sem sequer ver a costa, foi transferido para uma barca, na qual navegou por mais uma hora. Já à vista da cidade, passou para um carro dirigido por um gaúcho. Não seria raro que algum passageiro ou carreteiro caísse na água barrenta, dando motivo para as risadas daqueles que observavam a cena. Os imigrantes tinham de

² ENGELS, 1975, p. 165 e 166.

³ Sobre os relatos de viagens a Buenos Aires ver FERRERAS, 2002. Para apreciar a relação existente entre o desenvolvimento do mercado mundial e a importância dessas viagens ver HOBBSAWM, 1977, p. 69 a 72; e PRATT, 1997.

⁴ É bom lembrar que a imensa maioria dos barcos fazia ao menos uma escala no Brasil, em Recife, no Rio de Janeiro ou em Santos. Quem chegava pela primeira vez a Buenos Aires vindo do interior podia ter outra visão, como mostra KÖNING, 1910, p. 228.

passar por situações mais precárias, ainda. Eram baldeados em grande número para pequenos vapores, que navegavam sem nenhum tipo de proteção contra o calor ou o frio.⁵

Esta situação, além de incômoda, implicava alguns riscos que podiam ser maiores se soprasse o vento do sudeste ou do sudoeste, o “Pampero”. Este vento retirava as águas para muito longe da costa. O terrível vento sudeste encrespava as águas, formando uma forte correnteza que podia transformar a manobra numa tragédia. Os riscos eram variados e apavoravam os viajantes. Esta não era uma situação nova e as reclamações surgiam.⁶

As complicações do desembarque continuariam mais um tempo. Embora tenham sido implementadas algumas melhorias no Riachuelo em 1877, estas só foram úteis para barcos pequenos que, no máximo, podiam ir até Montevideú. Tais reformas contribuíram para o desenvolvimento do comércio da cidade e da sua hinterlândia com o litoral dos rios Paraná e Uruguai.⁷ Ainda em 1890, com as obras do porto já iniciadas, o desembarque era realizado como antigamente, mudando o local de desembarque dos grandes navios para o Riachuelo, dragado e preparado para esse fim.⁸

Além do mais, os visitantes podiam padecer algumas demoras imprevistas como bancos de névoa, um grande fluxo de navios, ou as quarentenas preventivas impostas pelas autoridades sanitárias – principalmente depois da grande epidemia de febre amarela de 1871. As quarentenas repetiram-se periodicamente durante as décadas de 1870 a 1900. A periodicidade coincidia com os solstícios, quando as enfermidades como o tifo, a febre amarela ou a cólera chegavam a um pico máximo. A quarentena consistia em completar no próprio

⁵ DAIREAUX, Emilio, 1888a, p. 102-105. Sobre a chegada dos imigrantes Transporte de imigrantes IN: *Diario del Pueblo* 5/X/1899. Outras referências em GIUNTA, 1996, p. 73.

⁶ A reclamação era de longa data como mostram as impressões do representante de uma linha de vapores ingleses (HADFIELD, 1943, p. 111 e 112). Outra impressão em LATINO, 1984, p. 10-11.

⁷ COLOMBO, 1905, p. 177.

⁸ O Riachuelo, limite sul da cidade, dava uma proteção maior contra a inclemência do tempo, ver BIOY, 1958, p. 185.

barco os 40 dias desde a data de saída, ou do último caso registrado de alguma enfermidade contagiosa.⁹

Era evidente que a cidade necessitava com urgência de um porto moderno, para melhorar a chegada dos viajantes e turistas e, principalmente, para escoar a produção agrícola e pecuária do interior da Argentina, que crescia incessantemente. Durante a década de 1880, duas produções foram tomando o papel de leading sector da economia argentina: por um lado, a produção de gado para exportação de carne, inicialmente congelada e logo resfriada; por outro lado, a produção de cereais, principalmente trigo e milho.¹⁰ As necessidades destas produções contribuíram para dinamizar a estrutura produtiva e de transportes na Argentina, e, com elas, a infra-estrutura urbana da cidade de Buenos Aires.

Tais necessidades também tornaram inadiável a construção de um verdadeiro porto. A inexistência de infra-estrutura adequada gerava incontáveis demoras e complicações, tanto para a carga e descarga das mercadorias quanto dos passageiros que chegavam ou partiam de Buenos Aires. Muitos dias de operação do porto eram perdidos por fatores climáticos – como tempestades ou tormentas, ventos fortes ou correntezas excessivas –, e eram numerosas as perdas em dinheiro, devido a afundamentos das barcaças ou à morte dos animais que as puxavam. Estes eram levados até as embarcações para rebocá-las até a margem.

Mesmo assim, houve vários motivos para a demora na construção de um porto: primeiro, as disputas políticas e militares entre Buenos Aires e o resto do país, depois, a falta de recursos financeiros, e, finalmente, as brigas pela localização do porto e a oposição dos cada vez menos influentes produtores de couros, que não precisavam

⁹ Referências a essa situação aparecem freqüentemente nos informes dos cônsules espanhóis em Buenos Aires. Ver REINO DE ESPANHA, MINISTERIO DE ASUNTOS EXTERIORES “CORRESPONDENCIA, EMBAJADAS Y LEGACIONES. ARGENTINA: 1882-1888” EXPEDIENTE 1352 – SECCIÓN DE COMERCIO, año 1884, Nº 157; año 1885, Nº 36; año 1886, Nº 77. Uma Comitiva oficial que visitou a Argentina sofreu um retardo deste tipo ver DIAS, 1901, p. 88 a 90.

¹⁰ A exportação de carne bovina congelada, praticamente inexpressiva até meados da década de 1890, só passou das 100 mil toneladas em 1904 e das 500 mil em 1918. O trigo, por sua vez, tornou-se importante só após 1893, quando foram exportadas mais de um milhão de toneladas. A produção deste cereal continuou crescendo, embora de maneira irregular, durante todo o período até chegar aos cinco milhões de toneladas em 1920. COMITÉ ARGENTINO DA EXPOSIÇÃO UNIVERSAL DO RIO DE JANEIRO, 1922, p. s/n.

de uma infra-estrutura moderna. Mas o porto tinha de ser construído porque sua falta fazia com que o gasto com manobra de embarque e desembarque em Buenos Aires fosse o equivalente à metade do valor total do frete entre Buenos Aires e a Europa.¹¹

As obras do Puerto Madero foram iniciadas em 1888 e concluídas em 1898. Puerto Madero está situado atrás da Casa Rosada,¹² reforçando a preponderância do centro da cidade sobre a ascendente zona sul. O constante crescimento das exportações obrigaram à construção de um novo porto, o Puerto Nuevo, situado na zona do Retiro, próximo a várias centrais ferroviárias. As obras desse porto foram iniciadas em 1911, mas os atrasos decorrentes da Grande Guerra fizeram com que fosse concluído apenas em 1925.¹³

Depois da construção do Puerto Madero, praticamente acabaram as complicações na chegada ao porto de Buenos Aires e outros tipos de narrações começaram. Daqui em diante, apenas são apresentadas as moças patricias mostrando suas melhores vestimentas, o reencontro das famílias e as saudades de deixar as amizades feitas em meio ao luxo dos barcos que faziam a travessia atlântica, sem contar as comitivas que recepcionavam as grandes personalidades internacionais.¹⁴

O porto foi modernizado e adaptado para as necessidades das exportações. Suas proximidades tornaram-se um complexo destinado ao processamento das matérias-primas – tanto para a exportação quanto para o consumo local –, à recepção dos numerosos contingentes humanos, ao comércio, aos negócios, ao lazer e à moradia. O porto Madero reforçou a importância da zona central de Buenos Aires. O eixo porto-praça reforçou a tendência, já presente na colônia, de concentrar as principais atividades no centro da cidade, na vizinhança da Praça de Maio.¹⁵

¹¹ DAIREAUX, 1888a, p. 107.

¹² Eduardo Madero foi o engenheiro que projetou o porto. A Casa Rosada é a sede do Governo Nacional desde a década de 1890.

¹³ Sobre a evolução do porto de Buenos Aires durante o nosso período, os conflitos gerados por sua construção e os projetos alternativos ver SCOBIE, 1986.

¹⁴ Como exemplos, temos CLEMENCEAU, 1991, p. 36; CORDIER, 1910, p. 6; HURET, 1986, p. 26; e LUPATI, 1910, p. 6 e 7.

¹⁵ O centro de Buenos Aires era o antigo traçado urbano, o tabuleiro de xadrez de 144 quarteirões feito por Juan de Garay, em 1536.

Esta tendência à centralização foi confrontada pela aliança entre os capitalistas das companhias de navegação, os industriais ligados à transformação dos bens primários locais e importados e os comerciantes com armazéns no sul da cidade, principalmente em La Boca e Barracas. O desenvolvimento econômico gerado pelas obras no Riachuelo foi acompanhado por um pequeno movimento populacional nessa direção. Mas os grandes capitais radicados no centro da cidade desestabilizaram esse crescimento, reforçando os investimentos públicos nas áreas próximas à Plaza de Mayo.

Voltando aos cronistas, vejamos como era o momento prévio ao desembarque e ingresso na cidade para ter uma visão da relação porto-centro: a pequena barranca que se elevava desde o rio permitia que os viajantes distinguissem a zona central de Buenos Aires, mesmo desde as embarcações. A paisagem não era muito estimulante, principalmente para os que estavam esperando uma grande cidade. A vista era monótona e pouco atraente. Alguma cúpula ou algum prédio apareciam para quebrar essa vista uniforme. Se, em meados do século, Buenos Aires foi qualificada como “uma das cidades mais belas da América” por um cronista chegado da cinza Liverpool,¹⁶ 20 ou 30 anos depois não gerava o mesmo entusiasmo nos visitantes que contemplavam a cidade desde o rio. O que mais chamava a atenção era a clareza do céu e o sol, em contraste com a linha de casas baixas.

Mas a área central revertia essa imagem inicial. Depois do desembarque o ingresso na cidade era praticamente imediato. O visitante procurava um dos muitos hotéis, hospedarias ou suas versões populares, as fondas. O charme da cidade não estava nos seus edifícios monumentais ou antigos, como os de Roma ou Nápoles, nem na sua modernidade, emulando Paris, Londres ou Nova Iorque. O que os visitantes mais apreciavam era o fato de Buenos Aires ser uma pequena cidade européia, habitada por uma grande diversidade de grupos humanos. Uma minúscula Babel, onde sempre era possível deparar-se com algum conterrâneo, no meio do ir e vir de pessoas e veículos, o que dava a impressão de um turbilhão humano.¹⁷ A cópia deliberada dos moldes da beleza das cidades da Europa permitia que

¹⁶ CLARK, 1878, p. 124; e HADFIELD, 1943, p. 112.

¹⁷ GÓMEZ CARRILLO, 1914, p. 40; LATINO, 1984, p. 13 e 14; e POSADAS, 1912, p. 23 e 25.

as reminiscências européias dessem um sentimento de familiaridade, depois dos longos dias no mar e das escalas tropicais no Brasil. Um amplo consenso tinha-se estabelecido a respeito dessa cidade que foi considerada uma região do velho continente transportada à América, diferente das outras cidades americanas.¹⁸

A imagem de Buenos Aires com seu centro agradável para fazer passeios ou para flunar foi construída pelas administrações municipais. O traçado retilíneo, o quadriculado das ruas, dava um certo aspecto monótono ao conjunto que o governo municipal tentava mudar.¹⁹ O principal problema urbano estava nos engarrafamentos e impedimentos existentes para a circulação de coches, carruagens e carretas. Apesar dos esforços, esse problema perdurou ao longo de todo o período.²⁰ Desde o período da unificação nacional traçaram-se planos, com a intenção de abrir diagonais e avenidas e de descongestionar as ruelas da área central, facilitar a circulação e, de quebra, conseguir a fisionomia do que devia ser uma cidade moderna.

As necessidades próprias da vida de Buenos Aires motivaram a construção de uma infra-estrutura urbana, e o modelo a imitar era a Paris do barão Haussmann,²¹ copiando o traçado de avenidas e bulevares; para isto, teria de ser derrubada parte da cidade colonial, permitindo sua modernização. Porém, este processo atingia uma pequena parte da superfície da cidade. Outra parte dos projetos urbanísticos tinham como alvo a parte desabitada e debilmente incorporada à cidade no seu conjunto. O objetivo era incorporar essa outra área, descongestionando a cidade colonial e enviando para lá os elementos menos desejáveis da sociedade porteña. Os planos de urbanização, que estavam sendo apresentados ao município desde a década de 1860, não puderam ser executados em virtude de problemas financeiros e políticos. Mas a acumulação de pequenos problemas e o intenso

¹⁸ CLEMENCEAU, 1991, p. 36; HURET, 1986, p. 27; POSADAS, 1912, p. 28; e SANTIGOSA, 1906, p. 57. Uma análise do europeísmo visual de Buenos Aires em SALAS, 1999, p. 43, 51 e 52. Os visitantes americanos também tinham essa imagem LIMA, 1920 (1ª ed. em português: 1919), p. 8 e 9; e MILLER, 1925, p. 2 e 3.

¹⁹ DAIREAUX, 1888a, p. 125 e 126; e GÓMEZ CARRILLO, 1914, p. 47; e MORENO, 1914, p. 47.

²⁰ DAIREAUX, 1888a, p. 111; HURET, 1986, p. 50 e 51; e KOEBEL, 1919, p. 39 e 40.

²¹ Para compreender o objetivo das mudanças haussmannianas na Paris de Napoleão III, vide BERMAN, 1989, p. 149 a 151.

tráfego e congestionamentos nos horários de pico, demandaram a ação dos governantes.

O ordenamento urbano foi resolvido, durante grande parte do período, por meio da expansão do tabuleiro de xadrez, uma solução prática e econômica para a incorporação dos terrenos adjacentes. Mas esta não podia ser a única solução para uma cidade em constante expansão, ainda que contemplasse os interesses da especulação urbana e exigisse baixos investimentos financeiros e tecnológicos.²² O tráfego e o embelezamento da cidade requeriam verdadeiras atitudes haussmanianas.

A administração municipal de Torcuato de Alvear, entre 1880 e 1887, foi um paradigma para as gestões futuras.²³ As obras de Alvear contaram com a aprovação da opinião pública, dos especuladores e do todo-poderoso presidente Julio A. Roca. Alvear tinha como objetivo mudar a fisionomia do centro da cidade. A união da Praça da Vitória com a Praça do 25 de Maio de 1884 foi o modelo de intervenção na paisagem urbana. Em duas semanas foram expropriadas as pequenas lojas que ocupavam esse local, a velha Recoba que as separava foi derubada e, finalmente, foi pavimentado o espaço de união entre ambas. O embelezamento era um dos condicionantes do procurado padrão europeu. A falta de atrativos naturais tinha de ser compensada de outra forma, por meio da intervenção pública e privada no espaço urbano.²⁴

Durante a administração de Alvear, invocando o motivo da beleza ou a necessidade de arejar a área central, foram abertas ou traçadas uma série de avenidas paralelas ao rio, como Callao-Entre Rios, Jujuy-Pueyrredón, e ainda os passeios Colón e de Julio, que uniam o centro da cidade com o porto de La Boca. Também são desse período outras oito avenidas que nasciam no rio e perdiam-se nos arrabaldes da cidade; outras ruas do centro da cidade foram ampliadas e pavimentadas.²⁵

²² GUTMAN e HARDOY, 1992, p. 91 e 92.

²³ Torcuato de Alvear foi presidente da Corporação Municipal entre 1880 e 1883. No período entre 1883 e 1887 foi Intendente nomeado pelo Presidente da Nação. Em 1890 foi nomeado novamente, porém morreu quando retornava da Europa, sem chegar a assumir. BUCICH ESCOBAR, 1921, p. 154 e 155.

²⁴ LATINO, 1984, p. 30.

²⁵ Essas oito avenidas são Santa Fe, Córdoba, Corrientes, Rivadavia – a maior delas, com 40 km de extensão –, Belgrano, Independencia, San Juan e Caseros. A avenida Rivadavia divide as ruas paralelas ao rio, por isso as colocamos com os dois nomes: Entre Ríos-Callao e Jujuy-Pueyrredón. BOURDÉ, 1974, p. 120. Uma testemunha dos problemas do tráfego é ELLIOT, 1925, p. 6.

Outro dos projetos de Alvear, o mais ambicioso deles, ficou no papel até a administração seguinte: a abertura da Avenida de Mayo. Este bulevar, com uma extensão de um quilômetro, teria de atravessar uma zona de alta densidade populacional, partindo da Praça de Maio rumo a oeste. Os trabalhos demoraram graças a conflitos gerados pelas expropriações.²⁶

A Avenida de Mayo foi iniciada em 1889 e concluída entre 1893 e 1894. Em seguida, essa avenida tornou-se um dos orgulhos dos porteños, o cartão de visita que diferenciava Buenos Aires de outras cidades novas. A almejada comparação com Paris foi realizada por vários viajantes, como Blasco Ibañez, Gómez Carrillo e Jules Huret que viram na Avenida de Mayo a inspiração francesa. Para outros como Georges Clemenceau lembrava a Oxford Street londrina.²⁷

O plano de Alvear centrava-se no embelezamento da zona central da cidade, sem esquecer os preceitos higienistas, um dos principais argumentos utilizados na abertura de ruas e na intervenção urbana. Esses preceitos estiveram presentes no projeto da abertura da Avenida de Mayo, na retificação de ruas, no estabelecimento de uma altura máxima para as construções no centro da cidade, nos projetos paisagísticos de praças e avenidas e na regulamentação de determinadas atividades. Isto visava à circulação do ar e ao controle das epidemias, quesito constante das reclamações dos médicos sanitaristas.²⁸

Acompanhando as reclamações dos higienistas foram realizadas obras de esgotos e águas correntes para sanear a cidade. Depois da grande epidemia de Febre Amarela dos anos 1870 e 1871, os esgotos e as águas correntes tornaram-se um dos eixos da política urbana. Com a federalização de Buenos Aires, era evidente que o Estado Nacional tinha de procurar soluções para o perigo latente que representavam

²⁶ GUTMAN e HARDOY, 1992, p. 94-95.

²⁷ HURET, 1986, p. 45; BLASCO IBAÑEZ, 1910, p. 514; CLEMENCEAU, 1991, p. 36 e GÓMEZ CARRILLO, 1914, p. 29.

²⁸ Esta reclamação aparece numa nota da Revista Médico-Quirúrgica, que, sem data, está num relatório enviado ao governo espanhol pelo cônsul em Buenos Aires. REINO DE ESPANHA, MINISTERIO DE ASUNTOS EXTERIORES “CORRESPONDENCIA, EMBAJADAS Y LEGACIONES. ARGENTINA: 1882-1888” EXPEDIENTE 1352 – SECCIÓN DE COMERCIO; año 1884: Nº 208 e anexo Nº 208.

as epidemias. Alvear contou desde o início com os fundos da Nação para realizar obras de saúde pública.²⁹

Até esse momento, o abastecimento de água tinha diversas origens: poços artesianos feitos no interior das casas, além de cisternas, que os aguadeiros enchiam periodicamente. Definitivamente a água era escassa e, em geral, mal filtrada e sem tratamento. As queixas por este tipo de abastecimento repetiam-se. Os porteños reclamavam dos aguadeiros porque estes só visavam ao lucro e atendiam a quem estava disposto a pagar caro pelo produto, problema que se acentuava no verão.³⁰

Por outro lado, as águas servidas eram jogadas nas ruas. As latrinas das casas abastadas eram asseadas uma vez por ano. O sistema de latrinas favorecia a filtração dos detritos humanos para os cursos de água próximos àqueles dos quais se abasteciam os lares porteños. Os riscos de contágios e de enfermidades, tais como o tifo ou o cólera, eram muito altos, especialmente no verão.³¹

As redes de esgotos e águas correntes foram iniciadas simultaneamente, porém a rede de esgotos avançou lentamente. As obras do primeiro sistema de abastecimento de águas foram iniciadas em 1885 e concluídas numa primeira etapa em 1895. A água era captada por bombas no Río de la Plata, à altura da Recoleta. Dali passava a um reservatório – no início, numa torre instalada na Plaza Lorea (a atual Plaza del Congreso), e depois, em um reservatório maior, instalado nas ruas Riobamba e Córdoba –,³² para depois ser distribuída pela cidade. Mas este sistema avançou lentamente. Em 1909, quase 50% das moradias tinha acesso às águas correntes (53,6%) ou aos esgotos (41,8%). Os avanços só foram significativos pouco antes do início da Grande Guerra e, apesar dos atrasos ocasionados pela mesma, atingiram os

²⁹ Roca estabeleceu essa política no discurso de posse do seu primeiro governo, em 1880, ver “Mensaje del Presidente de la República, Júlio Argentino Roca, al abrir las sesiones del Congreso Argentino, en Mayo de 1881” IN: MABRAGAÑA, H. “**Los mensajes. Historia del desenvolvimiento de la nación argentina relatada cronológicamente por sus gobernantes. 1810-1910**”, Buenos Aires, Compañía Argentina de Fósforos, p. 15.

³⁰ HURET, 1986, p. 36; LATINO, 1984, p. 24; e REINO DE ESPANHA, Expediente 1352... Op. Cit.

³¹ HERZ, 1979.

³² O reservatório foi construído para parecer um edifício público, e não um reservatório, e ainda continua em pé. O conceito de embelezamento da cidade primava acima da praticidade.

limites da cidade durante a década de 1920. O avanço nos sistemas de esgotos e de águas correntes reduziram o impacto das enfermidades sazonais, diminuindo a taxa de mortalidade na cidade.³³

As transformações do centro da cidade, produto das constantes intervenções urbanas que aconteceram desde o início da década de 1870, tiveram conseqüências sociais. Se, por um lado, melhorou a qualidade de vida dos moradores de Buenos Aires, tal melhoria não foi igual para todos. A especulação urbana fez com que a parcela da população fincada nos cortiços iniciasse a sua saída do espaço central de Buenos Aires, gostasse ou não, em direção a locais mal preparados para recebê-los.

A cidade de Alvear era o centro e a zona norte, os redutos das classes altas. Era para esse setor da população que as atenções estavam voltadas. As reclamações das pessoas abastadas tinham grandes possibilidades de serem atendidas, e o embelezamento era uma das principais. Além da Avenida de Mayo, também é dessa época a Avenida da Recoleta, posteriormente chamada de Avenida Alvear. Nessa zona foram construídas as residências das famílias abastadas e influentes, assim como na Avenida Callao. A rua Florida, a rua das lojas de departamentos, também recebeu a atenção preferencial das autoridades municipais.³⁴

O resto da cidade, ou seja, os bairros e o subúrbio, foi abandonado à especulação imobiliária. A única intervenção do Estado estava na quadrícula, permitindo e até favorecendo a ação daqueles que especulavam com as propriedades urbanas.³⁵ Alvear e outros intendentes governaram para um setor da opinião pública e para os interesses políticos e econômicos que tendiam a reforçar a posição central adquirida pela cidade colonial.

O segundo momento das grandes intervenções urbanas foi o período do Centenário da Independência, em 1910. Para as comemorações dessa data iniciou-se a abertura de praças e parques em diversos pontos da cidade. Novamente, o eixo centro-norte da cidade

³³ Um outro sistema de provisão de águas, do final da década de 1860, construído por uma empresa de vias férreas, era utilizado para o abastecimento das locomotivas, sendo aproveitado pelas casas das redondezas. Outros detalhes em BOURDÉ, 1974, p. 138 a 141; e KOEBEL, 1919, p. 46.

³⁴ O Passeio da Recoleta é a atual Avenida Alvear BUCICH ESCOBAR, 1921, p. 159 e 160 e HURET, 1986, p. 64 a 66. Sobre o passeio da Recoleta, ELLIOT, 1925, p. 13.

³⁵ GUTMAN, e HARDOY, 1992, p. 96 e 97.

foi favorecido. A intervenção urbana valorizou o centro-norte e facilitou a circulação de bens e mercadorias pela cidade. Para uma cidade comercial, que concentrava a importação e servia de escoadouro a um vastíssimo território, isso era de importância vital.

Além da praça San Martín, foram concluídos o Parque Tres de Febrero, o Jardim Botânico e o Jardim Zoológico, todos na zona de Palermo. Inúmeras obras datam do período de preparação do Centenário, como a Casa Rosada, o Congresso, e o novo Teatro Colón. O projeto de remodelação do Centro não terminou com as comemorações do Centenário. Em 1912 iniciou-se a abertura da Diagonal Norte-Sul, que partia da Praça de Maio. A construção dessas diagonais parou logo no início e foi concluída apenas na década de 1920.

Mas a cidade crescia além da zona privilegiada. Os limites determinados pela lei de federalização, aqueles limites tradicionais herdados dos tempos da colônia, foram alterados para poder conter a população crescente, criando uma reserva de espaço para o futuro. Esta mudança aconteceu em 1887. Certos limites não podiam ser modificados – o Río de la Plata a leste e o Riachuelo ao sul. Mas, ao norte, foi incorporado o município de Belgrano, separado da Capital Federal pelo arroio Maldonado, antigo limite físico. A oeste, superou-se a linha imaginária que unia Palermo com a Ponte Alsina, ao ser incorporado o município de San José de Flores.

Com estas ampliações, a cidade passou a ter uma reserva de espaço. Dessa forma, o centro poderia ser descongestionado dos elementos indesejáveis, como operários, imigrantes e as classes baixas em geral. Mesmo assim, essa reserva de terreno esgotou-se muito antes do previsto. Com o crescimento da rede de trens e de bondes, antes da Grande Guerra, os municípios próximos a Buenos Aires receberam importantes contingentes populacionais. Os municípios receptores dos maiores grupos foram: ao norte San Isidro e Vicente López; ao oeste Tres de Febrero, La Matanza e Morón; e ao sul, Avellaneda e Lomas de Zamora.³⁶ Esta não era uma opção habitacional desejável para os habitantes da cidade. Para os antigos moradores de Buenos Aires, morar longe do centro era considerado uma opção degradante.

³⁶ Um bom estudo dos períodos de ocupação da região metropolitana em FACCILOLO, 1981, p. 549 a 568.

Para os recém-chegados implicava o custo extra do transporte para os locais de trabalho.³⁷

Outra marca do nosso período foi o crescimento da densidade populacional da cidade velha. O centro da cidade alcançou uma população maior que em qualquer momento anterior. Podemos estabelecer dois períodos menores nesse crescimento: o primeiro, entre o Primeiro Censo Nacional (1869) e o Segundo Censo Nacional (1895); o segundo, entre o Segundo e o Terceiro Censo Nacional (1914). No primeiro período, a maior concentração populacional situou-se no centro da cidade; no segundo período, temos uma diminuição da densidade na zona central e uma expansão da mancha urbana por todo o resto da superfície da Capital Federal.³⁸

Na virada do século, esse crescimento de Buenos Aires não se expressava unicamente no crescimento populacional. A Capital Federal era uma grande cidade que começava a elevar-se sobre os poucos sobrados coloniais. Tinha crescido no alto, na sua extensão e população, como ninguém esperava que acontecesse. Este processo surpreendeu tanto os observadores europeus como os locais. Isto foi aproveitado pelos governantes para apresentá-la como uma cidade em rápida evolução.³⁹ Assim, Buenos Aires aparecia como uma cidade em constante transformação e crescimento, uma cidade pujante, ordeira e progressista.

A imagem que os membros do governo, visitantes, cronistas e jornalistas construíram, não pode ser vista como produto de uma imaginação fértil. Eles tinham razão em afirmar que Buenos Aires tinha-se transformado radicalmente nesses 40 anos numa cidade moderna. A fisionomia da cidade velha tinha mudado totalmente nesse período de intervenções públicas e privadas.

Segundo o observador, Buenos Aires podia ser uma cidade única ou espelhada em outra. Era vista como uma cidade moderna, digna de ser considerada como uma bela cidade européia, por quase todos os visitantes. Como um local para fazer bons negócios, pelos especuladores urbanos. Como um centro de grandes investimentos, para os capitalistas da infra-estrutura urbana. Talvez como um bom

³⁷ Assim é apresentado no romance de ARGERICH, 1985 (1ª ed. 1884), p. 62.

³⁸ TORRES, 1975, p. 282 a 285.

³⁹ GÓMEZ CARRILLO, 1914, p. 149; HURET, 1986, p. 38 a 40; LIMA, 1920, p. 7; e SCARDIN, 1899, p. 36.

sítio para flunar à vontade, segundo alguns turistas. O uso das novas tecnologias e as constantes reconstruções chamaram a atenção dos positivistas e toda classe de otimistas, que viram Buenos Aires como uma cidade voltada para o progresso permanente, produto da vontade infatigável de seus governantes.

Como afirma uma das epígrafes deste capítulo, Buenos Aires podia ser a cabeça luminosa de um cometa sem cauda, a República Argentina, ou podia ser vista também como a cidade dos tempos futuros, na qual as pessoas procuravam um rumo para suas vidas, como diz a outra epígrafe. Mas ambas são visões parciais. Poucos alcançavam o seu objetivo na longa viagem da ascensão social. A maioria dos aspirantes ficava à margem do caminho, observando aqueles poucos que atingiam a riqueza pessoal.

Todo o equipamento urbano, toda a infra-estrutura sanitária, todas as instituições sociais, todas as obras de embelezamento da cidade, seus parques e passeios não conseguiam ocultar o fato de que essas melhorias e avanços tinham destinatários privilegiados e um objetivo principal, o bem-estar da classe dominante, a classe proprietária. Como apresentaria o anarquista espanhol Rafael Barret, numa violenta crítica a essa cidade:

Os soberbos serviços urbanos, as instalações de edificação, de tráfico e de ensino, introdutoras da cultura européia e americana, têm um valor social positivo e absoluto. São o discreto lastro da grandiosidade bonaerense, que só aos olhos dos turistas e na boca dos empresários passa por exponente do bem-estar coletivo.

Não há bem-estar coletivo. Há bem-estar de uma classe, seu dogma obrigado é a propriedade. [...].⁴⁰

Apesar de todo o otimismo das autoridades e dos visitantes ilustres, Buenos Aires estava claramente dividida em dois setores. De um lado, os ricos e os poderosos, do outro, os pobres e os trabalhadores. Buenos Aires tinha deixado de ser uma Grande Aldeia Colonial para ser uma bela Cidade Burguesa,⁴¹ mas precisava de uma outra face,

⁴⁰ BARRET, 1910, pg. 8.

⁴¹ O período que vai de 1870 a 1930 é caracterizado por José Luís Romero, como o da “cidade burguesa”. Cf. ROMERO, 1983.

menos visível aos olhos dos visitantes. A face oculta dessa bela lua era a cidade proletária, contida, em parte, dentro da cidade burguesa. Ocupava os velhos casarões coloniais, anteriormente moradias das mais elevadas famílias patricias, adaptados como conventillos. Mas também estendia-se além dos olhares burgueses e governamentais, lá nos bairros do sul e do oeste da cidade. Até aqui, o texto mostrou a face brilhante da cidade; a seguir apresentaremos essa outra face.

A BUENOS AIRES DOS TRABALHADORES

“Buenos Aires, alambique céntrico, teatro instructivo de la lucha de clases en la América latina; Buenos Aires, donde los miles que usufructúan el lujo y los cientos de miles obligados a fabricar el lujo y a usufructuar la indigencia, se mezclan unos a otros en la democracia de las calles – la única democracia de estas latitudes – se aprietan y se frotan, cargándose de una electricidad de venganza [...]”

(BARRET, 1910, p. 7).

“Un patio de conventillo, un yoyega retobao, una percanta, un vivillo, un chamuyo, una pasión, choques, celos, discusión, desafío, puñalada, aspamento, disparada, auxilio, cana ... telón” (“La Comparsa se despide” de Alberto Vacarezza, ca. 1910).

“En el conventillo se hacen los rebeldes. El obrero llega del taller, fatigado, mal humorado, ansiando alimento y descanso para reparar las fuerzas perdidas y ve con dolor que falta el pan y que sus pequeñuelos tienen frío. [...]. Ve al lado de su buhardilla, el palacio del magnate y escucha la insolente algazara que llega del banquete poderoso, en tanto que él desfallece de inanición.”

(PALACIOS, 1900).

O surgimento de duas cidades

Uma parte da cidade era favorecida com investimentos e embelezamentos, a outra parte era esquecida pelas autoridades. Os socialistas resumiram esta realidade já no primeiro número do seu periódico, *La Vanguardia* (7 de abril de 1894), da seguinte forma:

De um lado está a Avenida Alvear, e do outro um imenso bairro de conventillos. [...] No primeiro, vive uma classe rica e indolente que tem como única ocupação desfrutar o seu luxo insolentemente, contrastando com uma classe trabalhadora que depois de uma vida de trabalho não tem outra esperança que a miséria.¹

Transpor certas ruas implicava defrontar-se com a pobreza. As dificuldades cotidianas que deviam ser enfrentadas por aqueles que, com seu trabalho nos diversos setores da economia, construíam Buenos Aires, ficavam à vista de quem visitasse a outra cidade: aquela que estava oculta pelas monumentais fachadas dos edifícios públicos, dos palacetes afrancesados do Barrio Norte e das obras sociais da Assistência Pública, inúmeras vezes mencionadas pelos viajantes.

Na passagem da “Grande Aldeia” para a “cidade burguesa” a cidade se fez e refez, seguindo os impulsos dos ciclos econômicos e sociais. Da cidade achatada e ancorada no perímetro central, em torno da Plaza Victoria, passou-se a uma cidade que se estendia ao norte, ao sul e ao oeste e que começava a crescer verticalmente.

Até inícios da década de 1870, ou seja, até a epidemia de febre amarela de 1871, a ocupação da cidade de Buenos Aires seguiu um padrão de ocupação de tipo pré-industrial, em que os setores abastados ocupavam a área central da cidade. Esses foram afastando-se dos setores populares com o desenvolvimento do sistema de bondes. Enquanto os trabalhadores permaneciam no centro da cidade, próximos das oficinas e indústrias, as classes médias e abastadas mudaram-se para os subúrbios. Quando as fábricas procuraram os subúrbios, foram acompanhadas pelos trabalhadores.²

No centro da cidade, os limites entre burgueses e proletários eram muito tênues. Nas mesmas ruas coexistiam casebres e cortiços com casarões tradicionais e palacetes modernos. Estas contradições faziam-se evidentes dia-a-dia e não deixaram de ser observadas pelos cronistas. As diferenças eram marcadas e sensibilizavam os observadores da época: palacetes e cortiços ocupavam um espaço reduzido que cresceu ao longo do período. Estes contrastes causavam certo

¹ “**La Vanguardia**” 7 de abril de 1894. Um fenômeno similar podia ser apreciado em qualquer outro bairro (Ver YUJNOVSKY, 1974, p. 372).

² Para um estudo da ocupação urbana nos Estados Unidos, ver GORDON, 1984, p. 27 e 36.

mal-estar e preocupação nos porteños.³ A expansão urbana afastava os problemas, mas não os solucionava.

À semelhança do que acontecia nas cidades européias, Buenos Aires passou por uma reestruturação espacial, marcando cada vez mais a divisão entre as funções de trabalho e moradia. A especulação urbana provocada pela chegada de grandes contingentes de imigrantes contribuiu para a segregação espacial entre trabalhadores e burgueses. A cidade começou a dividir-se entre uma área burguesa e outra proletária. Este processo de diferenciação, que se iniciou nos primórdios do nosso período, estaria bastante avançado para 1920.

A expansão da cidade – o processo de urbanização em si – remete-nos a um dos principais problemas da História Social: as conexões entre a experiência individual e a experiência coletiva, o que implica estudar a relação das pessoas comuns diante das transformações estruturais: a industrialização, as migrações e a urbanização. Tentaremos estabelecer de que modo se produziram essas relações e acompanhar as conseqüências das transformações urbanas. A dimensão da cidade não pode ser esquecida já que os recém-integrados ao espaço urbano tiveram que reconhecê-lo e mapeá-lo, para assim poderem incorporar-se a uma nova realidade.

Essa expansão tinha duas vertentes. Uma em direção ao Barrio Norte, ocupando os quarteirões que vão da Plaza San Martín e da rua Florida em direção ao cemitério da Recoleta, da Avenida Alvear e além, em direção ao Parque Tres de Febrero. O outro vetor de expansão era aquele que procurava os bairros e os terrenos no sul, em La Boca e Barracas, e nos recentemente anexados distritos do oeste, chegando até Caballito e Flores. As vias de ocupação do espaço eram radicalmente diferentes: uma delas baseava-se nas construções de luxo, com as novidades e confortos de qualquer casa burguesa da Europa ou dos Estados Unidos. A outra era precária e miserável.

A cidade proletária estava oculta, em parte, pelas distâncias que separavam o Barrio Norte dos bairros populares do oeste e do sul, mas emergia no interior dos bairros nobres da Capital. A ponta do iceberg eram as casas de cômodos e conventillos situados ao lado das casas dos ricos proprietários urbanos e rurais. A habitação operária era majoritária nos bairros antigos e estava presente nos

³ Ver SCARDIN, 1899, p. 35 e 36.

novos bairros das classes abastadas. Os velhos casarões, antigas moradias das famílias patricias, tinham sido adaptados como cortiços, que em Buenos Aires eram chamados de conventillos.

Bairro e casa própria

As transformações econômicas experimentadas por Buenos Aires modificaram o espaço urbano, ao tempo que as classes abastadas distanciavam-se dos pobres urbanos e dos trabalhadores. Este processo de afastamento iniciou-se durante a Febre Amarela de 1871 e intensificou-se na década de 1880. Quando os lucros produzidos pelas exportações começaram a alcançar uma porção maior da burguesia porteña, parte do capital disponibilizado foi utilizado na especulação urbana.

O traslado das indústrias e oficinas dentro da cidade de Buenos Aires fez com que os trabalhadores se deslocassem, acompanhando-as. As oficinas e indústrias que estavam no centro da cidade foram-se deslocando, paulatinamente, em direção ao sul à procura de espaços maiores e de terras baratas. Neste aspecto, o sul da cidade apresentava certas vantagens, tal como a proximidade do Riachuelo, que servia de via de transporte e despejo de esgotos, e das linhas férreas e de bondes, que uniam o centro da cidade com o porto de La Boca. As indústrias que não precisavam de muito espaço ou que tinham a sua clientela no centro de Buenos Aires optavam por permanecer lá.

A chegada dos imigrantes gerou uma grande procura por habitação, tornando a especulação urbana um dos negócios mais lucrativos e dinâmicos da economia. A expectativa de obter altos lucros rapidamente foi tentadora para aqueles que tinham um certo capital ou propriedades. Recém-chegados, viúvas, descendentes de ilustres patricios, religiosos e comerciantes estavam entre os principais especuladores.

A procura dos imigrantes pela habitação foi uma das causas do encarecimento da propriedade urbana. A especulação acentuou essa tendência porque, ao causar uma escassez artificial, elevou os preços da propriedade urbana. A soma destes fatores teve seu ápice no centro da cidade e no Bairro Norte. A demanda foi intensa na

década de 1880, tanto que, em poucos anos, os preços dos terrenos aumentaram várias vezes.⁴

O Estado contribuiu para esse processo, favorecendo certas zonas da cidade em detrimento de outras, principalmente no desenho e na execução de um sistema de saneamento urbano, com água potável, cloacas, limpeza das ruas e recolhimento dos resíduos. Estas vantagens na implementação e na renovação do equipamento urbano não estiveram disponíveis, inicialmente, para os antigos bairros da cidade. A intervenção do Estado passou a definir as áreas destinadas aos setores abastados. As reclamações de alguns dos membros mais preocupados da elite porteña, como o jornal *La Prensa*, sobre as condições da habitação operária fizeram-se sentir desde a década de 1880. Porém, os higienistas só conseguiram limitar a ação dos donos das lucrativas moradias de aluguel na primeira década do século XX.

Nesse intervalo, os lucros dos locadores deram-lhes um forte poder de barganha em relação ao Estado, e de coação frente aos seus representantes, tais como os inspetores, o que lhes permitiu manter intactas as casas de aluguel, além de ampliar as já existentes, sem se preocuparem com os materiais utilizados e as necessidades dos moradores.

A estrutura inicial de Buenos Aires era a de um distrito central cercado de quintas e chácaras. No início do nosso período, iniciou-se o processo de ocupação da hinterlândia porteña por pequenos grupos de moradias que, depois, formariam os bairros.⁵ Isto deveu-se à iniciativa dos especuladores urbanos, que atuaram no ritmo da valorização crescente do subúrbio da cidade. Desconsiderando as distintas propostas urbanísticas existentes em Buenos Aires,⁶ os especuladores parcelaram e arremataram as quintas, estabelecendo a divisão em lotes como uma das poucas melhorias oferecidas. Tal divisão em si mesma não constituiu bairros, estes formaram-se apenas após a paulatina chegada dos novos habitantes.

⁴ Chamaram a atenção sobre a situação dos aumentos das propriedades urbanas ANIBAL LATINO, 1984, p. 146; e BONAPARTE, 1913, p. 23. Esta é ratificada pelos estudiosos do fenômeno urbano como KATZNELSON, 1993, p. 226.

⁵ Um estudo detalhado deste processo é de SCOBIE, 1986.

⁶ Sobre os projetos de urbanização de Buenos Aires nas primeiras décadas do século XX, vide GORELIK e SILVESTRI, 1992.

Nesses bairros existia a possibilidade de se ter a casa própria com a compra de terrenos ou casinhas a longo prazo e com baixas taxas de juros. A venda a prestações data de 1904, o que gerou uma verdadeira revolução imobiliária. Isto não era um fato muito comum, mesmo em cidades de imigração e ocupação recente, como Nova Iorque.⁷

Os leilões e vendas de lotes constituem uma questão à parte. Os leiloeiros eram artistas na arte de anunciar e vender. Nas suas publicidades, todos os terrenos à venda ficavam próximos ao centro da cidade, mesmo que alguns estivessem a vários quilômetros; os terrenos sempre tinham uma localização excelente, sem importar que estivessem a metros de um depósito de lixo; e as prestações eram baixíssimas, ainda que o preço final fosse o de um palacete. Os leilões de terras eram organizados como grandes festas para empolgar os possíveis compradores. Para isso, eram doadas as passagens de bonde ou da estrada de ferro e a cerveja; uma banda de música esperava os candidatos, era possível passear de carro pelo local e os anúncios dos leilões apareciam até nos periódicos e jornais operários, como *La Vanguardia* e *La Protesta*, às vezes ao lado das denúncias dos abusos dos especuladores.⁸ Todo esse esforço tinha como objetivo atrair a atenção do cliente potencial: o trabalhador.⁹

Isto, porém, não fazia com que o comprador desconhecesse o que adquiria. Mesmo com todas essas técnicas de vendas, os leiloeiros não eram muito apreciados. Muitos entendiam que esses profissionais eram os responsáveis finais pelas condições da moradia popular própria. Entretanto, comprar um lote em prestações nos leilões era uma das raras oportunidades de poupança rentável e de acesso à propriedade pelos trabalhadores. Toda forma de poupança operária corria o risco de ser consumida com enfermidades ou num período de desemprego e a compra de um terreno em prestações não era uma

⁷ Para o caso de Nova Iorque, STOTT, 1990, p. 168.

⁸ Alguns exemplos de especulação e trapanças na venda imobiliária a prestações “La casa popular propia” IN: *La Vanguardia* 19 a 21/VI/1908; “La especulación en tierras” IN: *La Vanguardia* 5/III/1910. Um análise da questão em SARGENT, 1974, p. 76 a 78.

⁹ Observadores de primeira mão desses leilões: ANIBAL LATINO 1984, p. 51 e 59; GONZÁLEZ, 1908, p. 38; e HURET, 1986, pp. 451 e 455. Alguns periódicos operários retrataram esta situação, FONTANA, Lívio “Los barrios obreros” IN: *La Protesta* 10/VII/1914 e *La especulación en tierras...* Op. Cit.

exceção. O vendedor podia reaver os terrenos diante da primeira falta de pagamento.

O início dos leilões e das vendas em prestações corresponde à primeira fase na formação do bairro denominada de “vizinhança”, coincidindo com o primeiro período de sub-urbanização de Buenos Aires (1895 até 1915). O efeito principal dessa etapa foi a diminuição da densidade populacional nos distritos centrais da cidade e os deslocamentos para os subúrbios.¹⁰ Tais afirmações, enquadradas em uma tendência de longo prazo, devem ser analisadas com cuidado para podermos acompanhar os ritmos dos deslocamentos e aqueles que procuravam essas novas concentrações populacionais ou vizinhanças.

A característica principal desse protobairro – o subúrbio – era o seu caráter semi-urbano, já que os assentamentos situavam-se na fronteira da zona rural. O subúrbio era a ponta de lança urbana no espaço rural. A divisão entre uma e outra vizinhança era clara para os moradores e difusa para os estranhos. Geralmente, os centros desses pequenos núcleos populacionais eram seus comércios. O crescimento populacional desses núcleos era irreversível. As vizinhanças integravam-se à cidade, enquanto diminuía ou desapareciam as zonas livres entre as mesmas.¹¹

Esses bairros situaram-se nas margens do centro, de forma concêntrica. A saída do centro da cidade e das habitações coletivas desenvolveu-se nesse período, com distinta intensidade. Os bairros seguiam as obras da infra-estrutura realizadas nas áreas periféricas e nas possibilidades de construção da moradia própria em locais afastados. Autoconstrução e infra-estrutura urbana foram os fatores que facilitaram a saída dos setores populares do centro da cidade em direção aos bairros.¹²

Outro elemento que define o bairro refere-se ao uso do espaço e do tempo: por um lado, temos a capacidade do bairro de reunir os populares e, por outro, a relação do bairro com o aproveitamento do tempo livre. Este contato recriava apenas as relações de vizinhança existentes entre os velhos moradores do centro tradicional. No centro,

¹⁰ A vecindad é um grupo de vizinhos, ver GORELIK, 1994, pp.44-45; e TORRES, 1975, p. 281 até 295.

¹¹ Sobre o caráter semi-urbano, GONZÁLEZ ARRILLI, s/d, p. 74. Para uma análise de como se desenvolveu este processo a longo prazo, vide FERRERAS, 1995, Cap. I.

¹² GUTIERREZ e SURIANO, 1992, p.43; LIERNUR, 1984, p. 108/111.

as pessoas tratavam-se com desconfiança e receio, mas as relações nos bairros eram de camaradagem. A expansão recriava as relações de solidariedade que eram invisíveis aos olhos dos moradores do Barrio Norte.¹³

O grau de heterogeneidade dos moradores das vizinhanças era determinado pelas possibilidades de trabalho nas redondezas ou pela disponibilidade de transporte para os locais de trabalho. No interior do bairro predominava a heterogeneidade étnica, profissional e social. Isto mudava bastante se houvesse uma fábrica, o que homogeneizaria os moradores pelo âmbito comum do trabalho,¹⁴ ou algum bairro com um caráter étnico e confessional comum, como os judeus russos do El Once. A heterogeneidade era determinada pelas diferentes atividades dos membros do bairro. Nele moravam pequenos comerciantes, o dono do bar, lojistas diversos, artesãos, operários e jornalheiros, incluindo as suas mulheres que, em muitos casos, eram também trabalhadoras. Quando falamos de heterogeneidade, não podemos deixar de mencionar que, mesmo quando, em certos locais, alguma nacionalidade ou religião predominava sobre as outras, esta não era a tendência da cidade e esses grupos eram muito reduzidos no conjunto total da população. No início do nosso período a situação era diferente. Emilio Daireaux observa que:

[...] a ignorância que têm os estrangeiros dos costumes do país é consequência do hábito de viver reunidos em bairros onde quase estão sozinhos. Fala-se francês nas lojas, italiano no porto, inglês nos estabelecimentos bancários, alemão detrás das grades dos secos e molhados, espanhol unicamente no funcionalismo público, e nem sempre!¹⁵

A concentração étnica produzia-se, aparentemente, no local de trabalho. De fato, o mesmo observador reclama da falta de individualidade dos bairros porteños.¹⁶ Mas temos um fator de complicação

¹³ Este sentimento de pertença ao bairro é apresentado por GONZÁLEZ ARRILLI, s/d, p. 75.

¹⁴ Como aconteceu no bairro de Villa Crespo com o cortiço conhecido como Conventillo Nacional, pela proximidade da Fábrica Nacional de Calzados e depois passou a ser chamado de Conventillo de la Paloma, pelo sainete de Alberto Vaccarezza. A maioria dos moradores eram operários dessa fábrica. PAEZ, 1970, p. 39.

¹⁵ DAIREAUX, 1888b, p. 25.

¹⁶ DAIREAUX, 1888a, p. 185 e 186.

para avaliar essas concentrações étnicas: é possível inferir que, num bairro com maioria de russos e poloneses, fossem todos eles judeus? E, tratando-se de judeus, será que asquenazes e sefardins juntos davam homogeneidade a um bairro? Um bairro com predominância de italianos é uma *little Italy*? E se for uma *little Italy*, deve-se à homogeneidade ou à diversidade das origens regionais? O mesmo pode ser aplicado a outros grupos, como, por exemplo, os otomanos, com origens tão diversas como libaneses, turcos, gregos e sírios. Mesmo individualizando alguns pontos de homogeneidade étnica em Buenos Aires, permanecem as dúvidas sobre alguns casos.

Desafiando esses inconvenientes, aparecem bairros muito particulares: El Once, bairro de judeus russos, em formação durante o nosso período; La Boca, com esmagadora maioria de genoveses; e o Barrio de los Turcos, ou melhor de Sírio-Libaneses, próximo do Retiro. Na realidade, mais do que bairros nacionais, o que se encontravam eram vizinhanças que reuniam pessoas de uma mesma região ou aldeias da Itália ou da Espanha. Assim, no raio de uns poucos quarteirões, moravam várias famílias da mesma origem, mas não moravam na mesma casa de aluguel ou no mesmo cortiço. Isto criava vínculos fortes entre eles, mas não necessariamente com outros grupos da mesma nacionalidade.¹⁷

Enquanto uns poucos bairros étnicos estavam em formação, outros, característicos da Buenos Aires colonial, estavam em processo de desaparecimento, junto com o passado que representavam, como acontecia com o bairro de afro-argentinos de Monserrat, próximo à Plaza de Mayo, que ainda sobrevivia na década de 1890. Os afro-argentinos, a antiga mão para toda obra de soldados a artesãos qualificados, foram sendo deslocados do centro da cidade e das principais ocupações pelos imigrantes. Uma vizinhança negra estabeleceu-se em Flores; outros, mais pobres, optaram pelas Barracas, nas proximidades do Riachuelo.¹⁸ A visita que em 1906 fez um jornalista brasileiro, que visitava Buenos Aires, ao bairro de Flores, permite-nos ver as continuidades e descontinuidades urbanas e dos bairros. O percurso podia ser realizado, sem grandes dificuldades, pelas estradas de ferro ou pelo bonde. O jornalista pegou um bonde elétrico e precisou de 40 minutos

¹⁷ Detalhadas análises sobre essa questão em BAILY, 1999, cap. 6; e MOYA, 1998, cap. 4.

¹⁸ A nostalgia pelos bairros de negros aparece em BIOY, 1958, p. 182 e 183. Para uma análise dessas mudanças, ver ANDREWS, 1989, p. 219.

de viagem, atravessando os antigos subúrbios de Almagro e Caballito, para chegar a Flores. Após o percurso pela avenida Rivadavia, chegou a Flores, um bairro que nada tinha a invejar ao elegante Barrio Norte. Lá morava, por exemplo, Manuel Augusto Montes de Oca, então Ministro do Interior do governo argentino e, posteriormente, Ministro de Relações Exteriores e Culto.

A casa que visitou o jornalista Mario Cattaruzza estava a três quarteirões dessa avenida. Mas nesse pequeno trecho a paisagem mudava radicalmente. A rua era de terra, onde “[...] densas nuvens de pó se levantam”, por isso, nos dias de chuva, “[...] aquilo deve ficar um fangaçal medonho”. A iluminação era “pobre e mortiça”. O contraste com o centro da cidade era assustador. Morar num bairro desses era pouco recomendável para as famílias e pessoas honestas, porque ali era:

A zona e o centro das façanhas de todos os bandidos. As famílias vivem em perpétuo sobressalto, porque até ali não chegam os benefícios do estupendo policiamento do perímetro central [...]. Mas um bom revólver e muito espírito de decisão são precisos para enfrentar esses sítios à noite.¹⁹

As condições e o custo da habitação operária obrigavam a convivência dos trabalhadores com elementos de má vida. A precariedade e a dispersão eram os sinais marcantes desses bairros, que começaram a surgir na década de 1890. Até esse momento, o subúrbio era praticamente impensável como habitat dos trabalhadores. Era impossível o deslocamento do centro da cidade, sendo o principal impedimento a falta de comunicação com a periferia.

Na realidade, os bairros operários eram pequenas agregações de casas e casebres, onde as pessoas amontoavam-se na tentativa de escapar dos altos preços dos quartos dos conventillos e do controle do zelador e do Estado. Para isto, muitas vezes eles se viram na necessidade de morar em situações similares ou piores àquelas que tinham que suportar nos cortiços. As diferenças estavam, principalmente, na propriedade da moradia e na conseguinte independência em relação ao dono ou ao zelador do conventillo. A proximidade entre habitação

¹⁹ CATTARUZZA, 1906, p. 55 e 56.

e local de trabalho reforçava a identificação dos moradores com seu bairro. Estas vizinhanças de trabalhadores têm sido vistas como uma “modernização sem qualidade” de Buenos Aires, por contraposição à modernização dos bairros burgueses.²⁰

A saída do centro da cidade começou pelas famílias abastadas, na tentativa de fugir das epidemias cíclicas que assolavam Buenos Aires, como a de cólera de 1867, a de febre tifóide de 1869 e a de febre amarela de 1870-1871.²¹ Porém, os primeiros destinos escolhidos não estavam muito longe da Plaza Victoria, como foi o Barrio Norte, em torno do cemitério da Recoleta. Alguns chegaram um pouco mais longe, optando por Palermo e até pelo município de Belgrano. Outros, procuraram suas moradias de verão na zona Oeste, como Flores, Floresta ou Caballito. As residências do centro, que ficavam abandonadas, passaram a ser aproveitadas como moradias de aluguel para famílias menos favorecidas, ou ainda subdivididas para ser exploradas como conventillos. A migração para as zonas de baixa densidade populacional permitiu que esses novos moradores dos subúrbios se tornassem donos de amplos terrenos de pouco valor.

Este processo é conhecido como a primeira fase de expansão da Buenos Aires moderna. Nas zonas altas da cidade, a incidência das enfermidades sempre foi bastante baixa, pelo que foram objeto de especulação imobiliária; em Belgrano e San José de Flores o preço da propriedade disparou. Outras pequenas vizinhanças apareceram seguindo a estrada de ferro do Ferrocarril Oeste.

Essa saída para o subúrbio é similar ao que aconteceu nas grandes cidades européias durante o processo de industrialização. Em finais da década de 1870 a migração mudou de direção: o oeste começou a ser abandonado pela burguesia para concentrar-se no Barrio Norte. Este processo provocou a queda dos preços dos terrenos no oeste de Buenos Aires, iniciando outro tipo de ocupação, resultante da fragmentação dos terrenos das quintas de veraneio.²²

Essa primeira ida para o subúrbio seria a base futura de algumas pequenas fortunas. Antigos proprietários urbanos, inclusive alguns trabalhadores com capacidade de poupança, foram beneficiados pela

²⁰ GORELIK, 1998, p. 280 a 291.

²¹ Sobre as conseqüências da febre amarela, ver RAWSON, 1891, p. 45 a 70.

²² SCOBIE, J. 1986, p. 158 e 159.

compra dos terrenos abandonados no oeste de Buenos Aires que foram subdivididos e vendidos às classes médias e aos trabalhadores qualificados.²³

Os socialistas entendiam que a saída para esses bairros afastados, surgidos pelo fracionamento de terras, era uma forma de dividir a classe trabalhadora, já que os operários eram afastados do local de trabalho e, conseqüentemente, dos seus colegas. Isto não significa que os socialistas fossem contrários à casa própria. Para eles, esta tinha que estar relacionada com uma prática política coletiva, pelo que apoiavam as cooperativas de construção, como El Hogar Obrero, que garantisse a continuidade da comunidade operária e intensificasse o sentido de pertença à classe.²⁴

Essa segunda etapa na saída do centro de Buenos Aires foi espontânea, tendo como condições prévias os seguintes elementos: a conformação de um mercado de terras no subúrbio, pela subdivisão das quintas e sua venda em pequenos lotes; o avanço do ordenamento urbano das propriedades; a carência e a falta de habitações para trabalhadores nas zonas próximas às novas localizações industriais; o início da difusão do transporte barato entre o subúrbio e os centros de trabalho; e, por último, a grande pressão populacional, produto do incremento das migrações. Assim, a fisionomia do subúrbio foi modificada pela ação conjunta do Estado e dos moradores.²⁵

No início da década de 1910, a saída do centro teve outros condicionantes. Alguns donos de conventillos venderam seus imóveis, enquanto outros optaram por construir prédios para as grandes lojas, escritórios, armazéns, ou como moradias destinadas às classes médias, com maior conforto. A redução da oferta de habitação no centro teve como conseqüência a procura por outros locais. Esta saída foi tão pronunciada que gerou saldos negativos nos distritos centrais de Buenos Aires, contendo o vertiginoso ritmo de crescimento.²⁶

²³ PATRONI, 1897, p. 11.

²⁴ A posição dos socialistas foi justificada na Câmara de Deputados por Enrique Dickman 'Sesión Nº39. 10/IX/1915' IN: REPÚBLICA ARGENTINA, CÁMARA DE DIPUTADOS "Diario de Sesiones. Año 1915. Tomo III" Buenos Aires, 1916, p. 285.

²⁵ TORRES, 1975, p. 281 e ss. Sobre a espontaneidade na saída do centro da cidade, vide CIBILS, 1911, p. 90 e PATRONI, 1897, p. 12 e 13.

²⁶ CIBILS, 1911, p. 88; ARGENTINA 1898, p. 6; MARTÍNEZ, 1906, p. XXXI; BUENOS AIRES 1910, p. 3; ARGENTINA 1917, p. 129 a 148.

O processo de industrialização e o impacto da relação da economia Argentina com a economia-mundo fizeram de Buenos Aires uma cidade-vitrine, com lojas de departamentos e magazines, servindo de entreposto do interior do país com os países industrializados; por isso a necessidade de grandes armazéns e depósitos. Os prédios dos comércios de importação-exportação e das lojas passaram a ocupar o espaço das casas de cômodos e dos velhos casarões, incrementando o valor dos terrenos do centro da cidade. O aluguel e a venda dos casarões e terrenos livres para esses fins foram mais rentáveis do que a manutenção dos cortiços, cada vez mais controlados pelo Estado.

Outros motivos também contribuíram para a demolição e a reconstrução de prédios no centro da cidade, tais como: as estradas de ferro que construíram vias férreas e estações dentro da cidade, no seu caminho ao subúrbio e ao interior, abrindo-se passagem com a derrubada de moradias; a construção de edifícios para indivíduos de boa posição econômica, com acesso aos novos elementos do conforto urbano sem precisar distanciar-se do centro; a abertura dos armazéns, magazines e escritórios no centro; a abertura de ruas e as obras para o saneamento urbano, que precisaram derrubar algumas casas. Os efeitos combinados desses fatores foram profundos e irreversíveis e, a curto prazo, foram muito penosos: houve um maior custo das habitações, uma maior densidade das mesmas, além da saída para locais sem infra-estrutura.²⁷

Alguns estabelecimentos industriais aproveitaram a valorização das terras do centro para capitalizar-se, vendendo propriedades nas áreas privilegiadas e construindo prédios maiores em locais afastados. Alguns operários acompanharam a saída das indústrias à procura de emprego ou devido aos custos ou à falta de transporte. Para isto ergueram construções precárias ou lotaram os conventillos vizinhos. A presença de indústrias e fábricas marcaram esses primeiros subúrbios operários; em torno delas giraria a existência dessas pessoas. As chaminés foram a sua marca de nascença.²⁸

²⁷ Cidades já industrializadas passaram por similares transformações urbanas e crescimento populacional. Para o caso de Londres ver STEDMAN JONES, 1971, p. 152 e 161 a 170; para Paris ver SHAPIRO, 1985, p. 38 e 39; para Berlim vide BULLOCK, e READ, 1985, p. 67.

²⁸ GÓMEZ CARRILLO, 1914, p. 154. Uma análise desse processo em ROCCHI, 1999, p. 273.

A eletrificação dos bondes, na virada do século, provocou a queda das tarifas do transporte, favorecendo o deslocamento dos trabalhadores que optavam pelo aluguel ou pela casa própria em locais ainda mais afastados e mais baratos. Algumas empresas facilitavam aos seus empregados a compra de uma pequena casa próxima ao estabelecimento em que trabalhavam.²⁹

Até a eletrificação do bonde e a queda no preço do transporte, na década de 1890, foi impossível para os trabalhadores pensar na fuga dos cortiços do distrito central. Depois desse momento, o deslocamento para o subúrbio foi facilitado, já que as despesas com o transporte eram menores do que com o aluguel. A diferença era utilizada no pagamento das prestações dos terrenos, nos quais os trabalhadores levantavam suas casas.³⁰ Essas novas vizinhanças eram quase totalmente de trabalhadores.

Porém, os preços dos terrenos subiam devido à crescente demanda. A pressão começou com a grande imigração, provocando a construção apressada e precária de alguns conventillos, a alta dos preços da propriedade urbana, mesmo em pontos distantes e, por consequência, a alta dos salários.³¹

Na opção de compra de um terreno, e posterior construção de uma casa, estava a possibilidade de fugir do alto custo do aluguel, e também o desejo de tornar-se proprietário. Tal desejo teria sido mais forte entre os imigrantes – que utilizavam suas poupanças para chegar à casa própria –, que entre os nativos.³² A casa própria possibilitava a liberação de uma parte importante dos recursos familiares, já que

²⁹ A redução da oferta de aluguel e a incidência do transporte na saída do centro são mencionadas por vários cronistas, entre eles GACHE, 1900, p. 67; BLASCO IBÁÑEZ, 1910, p. 505; e CIBILS, 1911, p. 88. O transporte tinha suas nuances, se as empresas de bondes colocavam coches para trabalhadores com tarifas baixas, as unidades eram poucas, pelo que tinham que optar por um transporte mais caro ver “Lo que dicen nuestros lectores. Los coches para obreros” IN: *La Vanguardia* 31/1/1906.

³⁰ CIBILS, 1911, p. 88 e UNSAÍN, 1912, p. 307 e 422.

³¹ ANCELL, 1922, p. 12, 65 e 66.

³² O desejo do trabalhador de tornar-se proprietário é explicitado por CIBILS, 1911, p. 88, e alentado por um famoso higienista como Guillermo Rawson em 1885, RAWSON, 1891, p. 164. Para os imigrantes ver ALSINA, 1905, p. 197 a 199. A existência da Cooperativa Obrera “El Hogar Obrero” – fundada por membros do Partido Socialista e com a participação de vários sindicatos e Sociedades de Socorros Mútuos –, poderia ser um indício do desejo de tornar-se proprietário. Sobre os inícios e as finalidades de El Hogar Obrero, ver MUZZILLI, 1913, p. 209 a 220.

o pagamento do aluguel representava de 30 a 50% do orçamento da família.

A possibilidade de obter a casa própria tem sido vista como uma das vias da ascensão social, conseqüentemente, a consolidação de uma mentalidade reformista no interior da classe trabalhadora portenha. Alguns elementos relativizam fortemente tal afirmação. Sabe-se que moradores desses locais participaram ativamente nas violentas greves das duas primeiras décadas do século XX. No terreno do simbólico temos que mencionar que o “desejo” de independência era tão forte quanto o “desejo” de ser proprietário. Um viajante americano afirmava que em Buenos Aires os imigrantes espanhóis e italianos concentravam-se nesse bairros suburbanos, e que os anarquistas eram os mais numerosos entre esses grupos “populosos e não muito desejáveis”, o que contraria a caracterização da casa própria como um elemento de integração e desistência das lutas operárias e sociais.³³

O primeiro período de saída para o subúrbio teve as características da ocupação pioneira em terra incógnita. Quem se arriscava a se assentar nessas bandas ficava tanto sem as vantagens da infra-estrutura urbana do centro, quanto sem a mobilidade adequada para se deslocar à procura de outro emprego. As razões para encarar essa aventura podiam estar no desenvolvimento das suas próprias atividades ou no desejo de fugir da vida regrada do centro da cidade. O ar livre, os terrenos baratos e a propriedade da moradia não eram considerados sinônimos de “respeitabilidade”. No subúrbio moravam pessoas revoltadas – como alguns anarquistas –, pessoas de má vida – delinqüentes e prostitutas – ou os indolentes – como os famosos atorrantes.³⁴ A casa própria permitia fugir de certos controles e inspeções

³³ Ver BRYCE, 1914, p. 252; e HURET, 1986, p. 55.

³⁴ “Que es un atorrante? Es un ser que perdió totalmente el sentido del deber. Vegeta como un arbusto [...]. Sus ojos están sin expresion, cansados, los cabellos sin cuidados, la boca espumosa, él tiene un único objetivo: perderse en el alcohol todo cuanto le resta de humano, la última chispa de inteligencia [...]” SCARDIN, 1899, p. 41. A palavra “atorrante” tem uma origem duvidosa. Uma hipótese é a de que este fosse o apelativo dos jornaleiros e trabalhadores ocasionais empregados no torrado de café (“atorrado” em espanhol). Também pode ser que venha do nome dos canos usados na construção dos esgotos de Buenos Aires e que os andarilhos usavam de dormitórios. A marca do fabricante era A. Torrent, ver GONZÁLEZ ARRILLI, s/d, p. 90 e 91. Os primeiros “atorrantes” de Buenos Aires podem ter sido dois homens ricos que perderam suas fortunas: o espanhol Grajera e o francês Vinclaret ver BATIZ, s/d, p. 31 a 39. Alguns “atorrantes” acabavam dormindo nas ruas, onde a noite os pegasse, ver carta de Pierre L. Apud GAUDELIER, 1889, p. 43 e 44. Sobre os bairros suburbanos WILDE, 1878, p. 266.

do Estado que, com certa regularidade, fiscalizavam os conventillos para assegurar a higiene.

Outra vantagem de ser proprietário do terreno era a possibilidade de utilizá-lo integralmente tanto como moradia quanto como uma forma de obter o sustento ou, ao menos, parte dele. Na periferia os pequenos artesãos estabeleciam a sua oficina para realizar consertos ou fabricar algum produto e, ao mesmo tempo, o espaço livre era utilizado para manter uma criação, uma horta ou um pequeno pomar, o que constituía uma melhora na alimentação familiar, uma redução do custo da alimentação e a preservação de certos costumes rurais. Estes cultivos e criações não sustentavam uma família pequena, mas garantiam alguma variedade na alimentação, pela provisão de alguns ovos, aves e vegetais diariamente.³⁵

Por último, a casa própria permitia manter a família unida. Quando os filhos se casavam agregavam-se novos cômodos à casa original ou, na pior das hipóteses, amontoavam-se nos espaços já existentes. Manter a família unida era um benefício extra num contexto de desenraizamento. Esta situação permitia que os idosos e as crianças fossem cuidados por uma única pessoa, enquanto os outros membros da família deixavam o lar para trabalhar fora; ou inclusive para reunir os ganhos individuais num único orçamento. Os benefícios que os higienistas achavam na luz do sol e na utilização de maiores espaços no âmbito cotidiano podem ter sido um ganho impensado para os novos moradores dos subúrbios.³⁶

Mas nem tudo era benefício na vida desses novos proprietários. A ocupação dos subúrbios não pode ser pensada como uma melhora automática das condições de habitação já que a quantidade de famílias por unidade doméstica provocava uma alta densidade habitacional, tal como acontecia nos conventillos. Por isso, o ambiente moral – no dizer dos higienistas – e físico não eram dos melhores. O encarregado da comissão do Censo de 1909 no bairro de Palermo, Carlos Cibils, alertava aos seus superiores sobre o fato de que em casas com três quartos moravam de 20 a 26 pessoas, pelo que a densidade por quarto

³⁵ CATTARUZZA, 1906, p. 59 e 60. Ainda BARZINI, 1902, p. 20; LOMBROSO, 1908, p. 333; e LUPATI, 1910, p. 118.

³⁶ CIBILS, 1911, p. 91.

alcançava picos de 10 pessoas. O aumento da mortalidade que ocorreu depois de 1904, foi atribuído às condições sanitárias dessas moradias.³⁷

Um outro problema dessas casas eram os materiais utilizados na construção, algo que se agravou periodicamente. Durante a Crise de 1890 e a Grande Guerra os preços dos materiais aumentaram. A madeira, um material considerado menos forte e resistente que o tijolo ou a pedra, era um luxo em Buenos Aires. Mesmo assim, as poucas casas de madeira, que eram vistas como superiores ao resto, não pareciam muito recomendáveis.³⁸

O material predominante dessas construções era o zinco que, apesar de não ser muito adequado ao clima de Buenos Aires, era barato e, geralmente, fácil de obter a partir do resto das latas do petróleo ou do querosene importado. Essas latas eram recicladas na construção, e até no embelezamento, das casas dos trabalhadores. A “lata de petróleo” era o criativo estilo de construção dos pobres que aproveitava a sucata e a reinventava como moradia. Mas essa criatividade era castigada com o forte calor do verão e com o frio do inverno, já que o metal podia garantir pouca proteção num clima com grandes variações térmicas. No inverno, a forma de aquecimento era o próprio calor humano, com a ajuda de um braseiro, que enchia de fumaça os cômodos, ocasionando intoxicações pela combustão do carvão. No verão, o zinco concentrava o calor, aumentando-o em 30%. E isto se agravava com a inexistência de pisos impermeáveis, pois os pisos de terra, sujeitos aos efeitos da água, não conseguiam um bom isolamento do frio e do calor e eram de difícil limpeza. Outros materiais eram utilizados na construção das casas populares tais como pau, ferro, barro e, às vezes, tijolo; todos sobras dos elementos usados em outras construções ou restos dos produtos de importação resgatados do lixo.³⁹

Existiam casas piores que as casas de zinco, as de pau-a-pique, que foram predominantes na colônia e persistiram no final do nosso

³⁷ CIBILS, 1911, p. 90. Sobre o aumento da mortalidade, GONZÁLEZ, 1908, p. 52. O Intendente de Buenos Aires negava a relação entre o aumento da mortalidade e as más condições sanitárias “Casas para obreros. Majaderías Intenderiles” IN: La Protesta 19/VII/1905.

³⁸ “Los obreros y el trabajo. X” IN: La Prensa Buenos Aires, 25/VIII/1901, p. 4.

³⁹ Sobre os efeitos da temperatura ver BRANT, 1980, p. 65 e 66. Vários cronistas apresentam os outros materiais, como CATTARUZZA, 1906, p. 59; e HURET, 1986, p. 55 e 56. e p. 65.

período. Era só chegar até as vizinhanças de Quilmes, Avellaneda, San Isidro e Tigre para ver os vestígios desse estilo.⁴⁰

As casas de zinco, madeira e pau-a-pique tinham a marca da precariedade. Gina Lombroso via nessa provisoriedade a idiossincrasia do imigrante que gastava mais no provisório que em materiais duradouros já que estava sempre desejoso de mudar a sua sorte. Para Cesarina Lupati, a precariedade estava relacionada com o mercado de trabalho ou com as expectativas que os imigrantes tinham do mesmo. Na realidade, tal situação não deixava de ser um tanto decepcionante para o recém-chegado. Quanto poderia durar o trabalho? Onde estariam ele e sua família amanhã? Numa outra cidade, num outro bairro, na colheita, na oficina? Essa transitoriedade tinha uma razão: eles podiam vender as poucas utilidades domésticas, reunir a família e sair novamente à procura de um novo destino.⁴¹ Esta era uma possibilidade num mercado de trabalho pouco estável e sujeito às incertezas do comércio internacional. Mas isto só acontecia quando o trabalhador não era o proprietário do terreno. A condição de proprietário ou ocupante de um terreno podia influenciar no investimento numa construção definitiva ou provisória e em materiais de baixo preço e pouca durabilidade.

Um outro problema dos moradores dessas casas em locais afastados era a falta de saneamento, o que os levava a consumir água de poço e à difusão de enfermidades como o tifo e a difteria. Os leilões de terrenos estendiam rapidamente os limites da cidade a um ritmo superior àquele das obras de infra-estrutura, por isso a decisão de construir a casa própria realizava-se à revelia das iniciativas estatais de conter a expansão urbana. A autoconstrução não contrariava os planos oficiais, porque estes não existiam. Os trabalhadores e imigrantes tiveram de enfrentar essa atividade assumindo todos os riscos dos empreendimentos e, embora os resultados não fossem esteticamente agradáveis para os governantes e os reformistas, manifestavam o desejo das classes trabalhadoras de possuir uma casa própria.⁴²

⁴⁰ COLL, 1919, p. 224.

⁴¹ LOMBROSO, 1908, p. 187 e LUPATI, 1910, p. 51. O desconsolo pelo destino errante e pelas casas precárias é manifestado por Lucia Nebbiolo Gonella, em depoimento para FRANZINA, 1996, p. 92.

⁴² GACHE, 1900, p. 67 e CIBILS, 1911, p. 89 a 92. A extensão da cidade era criticada pelo Deputado Dickman em Sesión Nº39. 10/IX/1915... Op. Cit., p. 288.

A intervenção do Estado no mercado habitacional, mediante a construção, foi praticamente nula. Existiram debates e encontros para tentar solucionar essa questão, foram doadas terras às entidades de assistência para que construíssem casas, mas os resultados foram escassos. As casas construídas ficaram com funcionários públicos ou com os trabalhadores próximos das entidades de assistência, na sua maioria católicas.⁴³

Quem construía essas casas, tanto as precárias quanto as sólidas? Eram pedreiros ou os próprios moradores? Os pedreiros, que tanto trabalhavam nas grandes obras públicas como nas pequenas casas dos subúrbios, eram principalmente italianos do norte da Itália.⁴⁴ Porém, na maioria das vezes, eram os próprios moradores que construía as casas. Para isso, utilizavam seus conhecimentos, poucos ou muitos, sobre construção e emprendiam a tarefa, poupando o custo de ter de contratar um ou vários pedreiros. Se o resultado não era dos mais satisfatórios, ao menos garantia um teto seguro, sem dívidas e sem zeladores.⁴⁵

Os terrenos que os trabalhadores podiam comprar não eram aqueles dos bairros nobres da cidade, mas os afastados do centro ou que ficavam em locais onde as classes proprietárias com certeza não morariam. Os bairros em que os trabalhadores podiam aceder à propriedade tinham de estar afastados do centro, mas próximos de fábricas, ou seja nos distritos fabris, principalmente se essas indústrias ou oficinas incidiam fortemente no meio ambiente. O excesso de barulho, a contaminação da água e do ar, e até o excesso de circulação de carros e transportes nas redondezas afastavam aqueles que podiam morar num outro local.

Desde o início da década de 1880, existia uma legislação municipal destinada a inibir a instalação de indústrias ou estabelecimentos fabris que poluíssem, auditiva ou ambientalmente, os bairros do centro de Buenos Aires. É por isso que nenhum desses estabelecimentos podia situar-se a menos de 20 quarteirões da Praça Victoria (Praça de

⁴³ Sobre os planos de casas para trabalhadores LECOUNA, 1993, p. 171 a 199. Estes planos foram analisados pelos contemporâneos GONZÁLEZ, 1908, p. 31; Majaderías... Op. Cit.; e "Casas para obreros" IN: La Protesta 24/III/1916.

⁴⁴ Para 1909 eram uns 7.000 segundo "Los albañiles en la ciudad de Buenos Aires" IN: Boletín del Departamento Nacional del Trabajo Nº 9, Buenos Aires, Junio de 1909.

⁴⁵ ANCELL, 1922, p. 33 e 34.

Mayo) sob pena de multas, notificações ou fechamento. Os vizinhos pediam às autoridades a saída do estabelecimento que provocasse danos ao meio ambiente. Reclamações pelo funcionamento de motores a vapor, utilizados por diversas indústrias, tais como moinhos de erva-mate ou trigo, serrarias de madeiras, beneficiadoras de tabaco etc. eram constantes. Esses motores eram considerados perigosos pelos vizinhos, que temiam uma possível explosão, embora isso fosse difícil de acontecer. Outras queixas contra os motores a vapor, nem sempre atendidas, estavam relacionadas com a fumaça, barulhos, insalubridade e trepidações.⁴⁶

Outro problema enfrentado em bairros como La Boca ou Barracas, próximos do porto da cidade e das grandes marcenarias, curtumes, charqueadas, matadouros, armazéns e grandes depósitos era a circulação de grandes veículos. O tráfego era perigoso para os moradores, além de provocar enormes buracos nas ruas desses bairros que, com as chuvas, ficavam encharcadas. As marcenarias faziam grandes ruídos, e os curtumes e as charqueadas despejavam substâncias utilizadas no processamento do couro e da carne no Riachuelo, contaminando os córregos e os lençóis de água.

As condições higiênicas e sanitárias desses bairros não eram boas. Não havia abastecimento de água corrente e a água dos poços artesianos utilizados pelos moradores estava contaminada pela proximidade das latrinas. Desta forma, as enfermidades se alastravam com facilidade. A poeira produzida pelas ruas de terra ocasionava vários transtornos e agravava as doenças respiratórias. A cidade de Buenos Aires podia ser dividida em duas metades, quando consideradas as condições sanitárias; ao norte da rua Victoria, eram boas, e ao sul, ruins. De fato, as reformas sanitárias concentravam-se no norte, onde os trabalhadores tinham poucas chances de comprar terrenos. A ampliação das obras em direção ao sul inverteu, parcialmente, essa tendência nos primeiros anos do século XX.⁴⁷

Outro problema apresentado pela maioria dos observadores era o fato de grande parte dos terrenos da zona sul sofrerem com as inun-

⁴⁶ Um resumo das queixas pode ser encontrado em MUNICIPALIDAD DE LA CIUDAD DE BUENOS AIRES, ARCHIVO HISTÓRICO “**Industria – Caja 16 – Año 1880**” Expediente Nº 6309, 3 de Enero; e MUNICIPALIDAD DE LA CIUDAD DE BUENOS AIRES, ARCHIVO HISTÓRICO “**Economía – Caja 17 – Año 1881**” Expediente Nº 3124, 18 de Mayo.

⁴⁷ Cf. CIBILS, 1911, p. 89; e RAWSON, 1891, p. 164.

dações. Se as chuvas não eram fortes, as conseqüências restringiam-se ao alagamento das ruas. Quando chovia uns poucos milímetros a mais, ou nas tormentas do sudeste, o resultado eram as enchentes.⁴⁸

Os terrenos em zonas alagadiças eram vendidos aos trabalhadores a preços baixos. Ali podiam construir suas casas, mas os custos eram altos, tanto quanto os de se morar num conventillo. As construções eram precárias, levantadas no meio do campo aberto, sem serviços sanitários, sem os mercados municipais do centro e com um mínimo de organização. O ordenamento urbano era possível nos loteamentos, mas inexistente nas ocupações irregulares. As casas eram baixas e úmidas, sem banheiros ou com latrinas do lado de fora e com os esgotos a céu aberto. O Intendente Anchorena mostrou sensibilidade diante desse problema, destinando os terrenos baixos conquistados ao rio para a construção de casas populares.⁴⁹

Os bairros que faziam parte do mundo dos trabalhadores de Buenos Aires eram inúmeros. Alguns, como o Barrio de las Ranas – os brejos de San Cristobal –, ou aquele que se estendia além do Paseo Colón, eram bem conhecidos. Num informe de 1911 sobre a descentralização da cidade eram mencionados os seguintes bairros:

Ao Sul e Oeste, nos brejos e baixos de Barracas, San Cristobal, Flores, Velez Sarsfield e San Carlos; ao Norte, nos alagados de San Bernardo, Palermo, próximos ao arroio Maldonado, bairros de Darwin e Alvarez Thomas, Sportiva, os baixos de Belgrano, de Saavedra etc.⁵⁰

Fora de Buenos Aires surgiam outros bairros, com as famílias daqueles que trabalhavam nas oficinas dessa cidade, nos depósitos, na construção e, principalmente, no seu porto. Essas aproveitavam os loteamentos que acompanhavam o Ferrocarril Sud, no ramal que unia Casa Amarilla – La Boca – com Ensenada, próximo de La Plata. Assim

⁴⁸ CATTARUZZA, 1906, p. 56. O problema das enchentes e suas conseqüências na população próxima ao Riachuelo chamou a atenção do Museo Social Argentino. No seu Boletín publicaram um artigo alertando sobre a falta de planificação na moradia operária “La Cuestión de la vivienda. Casas para obreros” IN: Boletín del Museo Social Argentino, Tomo I, Nº 6, Buenos Aires, 1912, p. 175. Reclamações por causa das enchentes em “Las lagunas. El vecindario de pie” IN: Progreso de La Boca. Nº 204 18/III/1900; e “Al Sub-intendente de Boca y Barracas” IN: Progreso de La Boca. Nº 381, 9/VIII/1903. Uma enchente é comentada por POSADAS, 1912, p. 106 e 107.

⁴⁹ CIBILS, 1911, p. 89 e 90; GACHE, 1900, p. 65; e GÓMEZ CARRILLO, 1914, p. 155 e 156.

⁵⁰ CIBILS, 1911, p. 89.

emergiram novas vizinhanças, como Sarandí, Wilde, Bernal e outras nos municípios vizinhos de Avellaneda e Quilmes.⁵¹

Um desses bairros, o mais característico ou pitoresco segundo os observadores, era o bairro de San Juan Evangelista, conhecido como La Boca. Inicialmente foi um bairro com a fama de acolher os bas-fonds, assassinos, prostitutas e ladrões.⁵² Com o crescimento do porto e o estabelecimento das moradias operárias, essa fama foi sendo mudada; La Boca passou a ser considerado o distrito proletário por excelência, sempre à frente das revoltas e protestos. Esse bairro não teve modificações físicas substanciais ao longo do nosso período, excetuando-se as obras de infra-estrutura destinadas a conter enchentes e ao saneamento básico. Os moradores e o tipo de moradia não mudaram.

Muitos visitantes de Buenos Aires do nosso período passaram por La Boca para conhecer um dos bairros dos pobres urbanos que, pela proximidade do porto, era considerado pouco perigoso, principalmente à luz do dia. La Boca era de acesso relativamente fácil, suas vias de acesso eram boas, já que lá estava o porto de entrada e saída de passageiros e mercadorias. O bonde unia a Plaza de Mayo com La Boca e as vias férreas chegavam desde as principais estações.

Um passeio até La Boca, de bonde ou de carruagem, dava uma visão geral do bairro, sendo apresentado como uma sucessão de pequenos núcleos de casas, separados por terrenos sem urbanização, repletos de sucata como “[...] velhos arcos de pipas, trastes em pedaços, frangalhos, farrapos, todos os objetos que se encontraram em abandono pelas ruas e são recolhidos, sem que se saiba o motivo”.⁵³ Os grupos de casas eram separados por alguns pequenos campos semeados de alfafa e milho, onde as vacas procuravam um pouco de grama para se alimentar.

A maioria das ruas, exceto as principais, era de terra ou suportavam um tráfego muito pesado, próprio de uma zona portuária e industrial, o que as deixavam totalmente esburacadas. Durante as enchentes ou com as chuvas fortes, típicas da pampa úmida, essas ruas ficavam alagadas, com poças de água estagnada, provocando um forte mau cheiro que permanecia por vários dias. Somente aquelas

⁵¹ UNSAÍN, 1912, p. 307.

⁵² SCARDIN, 1899, p. 42.

⁵³ BARZINI, L. Op. Cit., p. 19 e 20; BRANT, M. Op. Cit., p. 64 a 66; CATTARUZZA, 1906, p. 59; LUPATI, 1910, p. 116 a 120; RESASCO, 1890, p. 134; e RUMBOLD, 1890, p. 101.

ruas pelas quais o bonde passava eram pavimentadas; o resto não desfrutava desse “luxo”. A demarcação das ruas, a primeira coisa que o município deveria fazer nos bairros novos, era inexistente. As ruas tomavam formas irregulares, quebrando o xadrez típico de Buenos Aires.⁵⁴

Ao lado dessas ruas de terra estavam as casas dos moradores. A maioria dessas construções era de zinco ou de madeira. Uma casa de tijolos era raridade. As cores dos casebres, as pequenas varandas floridas e as escadas das casas davam-lhes o aspecto de um carro de circo.⁵⁵ Jules Huret observa que quase todas as casas eram novas, embora esse fosse um bairro antigo. Isto devia-se ao fato de o distrito de San Juan Evangelista continuar a crescer, ainda que os bairros centrais perdessem população. Além disso, a precariedade dos materiais obrigava à reconstrução permanente.⁵⁶

Essas bonitas casas, como as viam os visitantes, apresentavam a divisão da população segundo o material utilizado. Mesmo assim, elas tinham melhorado desde aqueles “humildíssimos e anti-higiênicos casebres de madeira” de inícios do século. As casas possuíam de três a cinco quartos, compartilhados por até 20 pessoas. Muitas dessas mantinham um quintal com uma pequena criação de galinhas ou cultivos, como tomates e algumas hortaliças, para complementar a alimentação familiar.⁵⁷

Uma característica distintiva das casas de La Boca era o tipo de construção, adequada para instalar-se sobre os brejos e pântanos permanentes, ou para desafiar as enchentes ocasionais. As casas eram construídas no alto de palafitas feitas de madeira ou ferro elevadas sobre o lamaçal.⁵⁸ A situação de La Boca melhorava nas proximidades do porto do Riachuelo, onde estavam instalados os depósitos e os escritórios das agências navais e oficinas.

Nesse ambiente marítimo os genoveses predominaram, seguidos, de longe, pelos calabreses. Instalados lá desde o início da ope-

⁵⁴ CATTARUZZA, 1906, p. 58 a 60; FEIJOO, Augusto “El barrio de La Boca” IN: La Protesta, 16/X/1908; Las lagunas...Op. Cit.

⁵⁵ LUPATI, 1910, p. 117.

⁵⁶ HOLDICH, 1904, p. 52; e HURET, 1986, p. 58.

⁵⁷ Um desses observadores poderia ser o jornalista espanhol DÁVILA, 1896.

⁵⁸ LUPATI, 1910, p. 118. As palafitas são mencionadas também por HOLDICH, 1904, p. 52; e por MODRICH, 1890, p. 45.

ração do porto, tinham feito desse local um pequeno porto genovês transplantado para a América. Este era um dos poucos redutos étnicos da cidade. A predominância desse grupo era tão grande que só se falava o dialeto ligur e Mazzini era a figura mais popular. Se não fosse pelos uniformes da polícia ou por algum grande armazém, qualquer um poderia achar que estava num porto da Itália, pois desde os nomes dos barcos e lojas até os fortes gritos dos trabalhadores no seu dialeto compunham um retrato da Itália Meridional. A presença marcante dos genoveses evidenciava-se ainda nas profissões dos moradores do bairro: lá moravam marinheiros, estivadores, pilotos, catraieiros e suas famílias. Um genovês só falava em espanhol se conseguisse tornar-se rico e sair do bairro para morar num outro ponto da cidade.⁵⁹

Nesses pântanos e brejos, onde o mau cheiro das águas podres se misturava ao cheiro do alho frito e do pesto ligure, no meio de crianças esfarrapadas, que brincavam entre o lixo das quitandas, onde as casas se misturavam com bazares e lojas de ferramentas e onde grandes veículos atravessavam as ruas a caminho do porto, também era possível achar uma comparação com a Europa opulenta:

Em todas as ruas a todo o passo, lóbregas lojas, baixas, úmidas, sujas e mercearias trágicas, como os de Wapping em Londres, onde se vende de tudo; tabernas de cujas portas sai o bafo hediondo do vinho, como da boca do bêbado, cafés e pousadas com fisionomias vesgas, onde o vício mais repugnante se confunde com a mais repugnante miséria.⁶⁰

Esta comparação só podia ser feita com os locais da Europa onde os trabalhadores reinavam absolutos. Como o Wapping londrino, este era o reverso do progresso. Mas não era o custo necessário que Buenos Aires tinha de pagar pelo seu progresso; era o custo que a maioria dos moradores de Buenos Aires tinha de pagar, enquanto o resto tirava vantagem das desvantagens dos moradores de La Boca e dos outros bairros proletários.

Mas La Boca era um bairro de trabalhadores qualificados e jornalheiros. Aqueles que eram chamados de “detrito da sociedade”,

⁵⁹ BARZINI, L. Op. Cit., p. 20; BATIZ, s/d, p. 24; JUAN DE LA CALLE “Buenos Aires pintoresco. La Boca” IN: El Hogar. Nº 290, 23/IV/1915; RUMBOLD, 1890, p. 102; e SCARDIN, 1899, p. 42.

⁶⁰ CATTARUZZA, 1906, p. 60.

porque não tinham profissão, que viviam de biscates ou estavam desempregados, procuravam outros rumos e moradias mais precárias, em bairros como Villa Malcom e Villa Alvear, situados na zona norte da cidade, nos quais viviam em ruelas que não estavam nos mapas da cidade, sem saneamento, em casas baixas e pequenas, separadas por elevações de barro e barrancos. Esses bairros eram mal vistos pelas classes altas e, quando algum poderoso reclamava, eram arrasados rapidamente e seus moradores despejados sem aviso.⁶¹

Os poucos bairros étnicos existentes também eram apresentados como locais imundos e pouco recomendáveis para o desenvolvimento da vida comunitária, como o bairro dos armênios, de Paseo de Julio e Reconquista. Mais característico era o “bairro dos turcos” – na realidade, libaneses – que estava dentro do centro, no distrito do Socorro, limitado pelas ruas Paraguay, Tres Sargentos e Charcas, entre Reconquista e o Paseo de Julio. Não estava afastado das casas das classes abastadas; pelo contrário, situava-se a poucos quarteirões do elegante Barrio Norte. Os “turcos” moravam em pequenas casas, com paredes interiores de madeira. Cada casa tinha uma alta densidade populacional, o que, junto com a falta de limpeza, de iluminação, de ar, o acúmulo de lixo e a comida no interior das casas, a umidade e a falta de cuidados e de manutenção, terminavam dando um aspecto de cavernas a essas habitações coletivas. Outros, simplesmente, deitavam-se nos seus barracos no meio de seus pertences, ou melhor, no meio de suas mercadorias, porque quase todos eles se dedicavam à venda ambulante ou tinham pequenas lojas montadas no mesmo bairro.⁶² Os bairros étnicos não eram bem apreciados pelos analistas e reformistas, pois evidenciavam a preservação da origem e a falta de integração. Esses costumes eram condenados por pouco higiênicos e incompatíveis com as normas que tentavam implantar.

Próximos ao centro estavam os brejos de San Cristobal; um pouco mais longe o Barrio de las Ranas e o Barrio de los Sapos – assim

⁶¹ A aristocrática Sociedad Rural Argentina pediu à municipalidade que tirasse um bairro construído com latas e madeiras, situado ao norte das suas instalações em Palermo porque, segundo eles diziam, era um foco da cólera. La Vanguardia denunciava que na realidade foram despejados porque as casas enfeavam o passeio dos Bosques de Palermo. “Notas de la Semana. El colera” IN: La Vanguardia, Buenos Aires, Marzo 2 de 1895, p. 3.

⁶² JUAN DE LA CALLE “Buenos Aires pintoresco. El barrio de los turcos” IN: El Hogar. Nº 289, 16/IV/1915; GACHE, 1900, p. 86; e RAHOLA, 1905, p. 281.

chamados devido à grande quantidade de anuros que habitava as poças de água e lagunas; outros ficavam um pouco mais afastados, como o Barrio de Puente Alsina e o pior de todos, La Quema de la Basura. Eram os locais onde os atorrantes – “os inimigos da civilização” – podiam morar tranqüilos.

El Barrio de las Ranas era um bairro populoso, no qual as pessoas moravam em barracos próximos a um lixão. A população era de pobres urbanos, trabalhadores sem ofício, jornaleiros e aqueles que viviam do lixo, como lixeiros e catadores. Aqui procuravam refúgio os elementos dos bas-fonds, vagabundos, bandidos e ladrões, o que provocava brigas e confusões. Era um bairro sem organização urbana, sem iluminação ou policiamento. O Estado ou as associações de beneficência sequer se aproximavam. As ruas tomavam forma segundo as necessidades e conveniências dos moradores, seguindo os esgotos e as casas. A fumaça do lixão dava um tom espectral. Durante o dia, crianças esfarrapadas dominavam as ruas junto a porcos, cachorros e frangos; à noite, poucos transitavam nessas ruas. Este era um bairro étnico, a maioria dos seus moradores eram argentinos: mulatos, criollos e alguns negros. Em 1900, um higienista catalogava esse local da seguinte forma: “Este bairro parece um prolongamento deforme e monstruoso do organismo da cidade [...]”.⁶³ Este é o “retrato de Dorian Gray” da cidade de Buenos Aires, a face escura para que pudesse existir a outra, a luminosa.

Para os reformistas, a pobreza não era um problema de uma sociedade em rápida expansão econômica e com uma baixa intervenção do Estado; era um problema individual e tinha como conseqüências evidentes o tipo de moradias já apresentadas. Como era um problema individual, pessoas “decentes e trabalhadoras” não podiam morar nesses arrabaldes. Segundo os membros do Estado, e para muitos dos visitantes da Argentina, lá só moravam os fracassados e os refratários.⁶⁴

Os moradores desses bairros, apresentados como pouco dados ao trabalho, tinham aquelas ocupações desprezadas e mal pagas. La

⁶³ GACHE, 1900, p. 83 a 86. Gorelik entende que o bairro das rãs e La Quema não eram bairros refratários, e que eram um mito da época. GORELIK, 1998, p. 284.

⁶⁴ HURET, 1986, p. 55. Estes bairros de “atorrantes” e refratários foram o embrião das futuras villas misérias, ou favelas, de Buenos Aires. A primeira assim apelidada será a Villa Esperanza – nome por demais sugestivo –, criada em 1931 por imigrantes poloneses chegados durante a grande crise.

Quema de la Basura, em Parque Patricios, ou simplesmente La Quema, era o mais pobre de todos os bairros. Como toda grande metrópole, Buenos Aires tinha o seu ponto escuro. Assim como Londres tinha Campbell Bunk, Paris seu Belleville, e Nova Iorque o seu terrível Boverly, Buenos Aires tinha La Quema, uma versão ampliada e corrigida do Bairro das Rãs.

Lá, em meio a uma fumaça de cheiro acre, moravam aqueles que tiravam o seu sustento do lixo, ou aqueles que não conseguiam ganhar o suficiente para pagar um quarto nos distritos centrais. Em meio a choupanas de madeira e latas de petróleo morava uma densa população, que trabalhava descarregando o lixo que chegava da cidade e separava os materiais úteis daqueles que seriam reduzidos a cinzas, como ossos, madeiras, ferros, panos etc. Outros criavam porcos e galinhas, que vendiam fora de La Quema. Cerca de três mil pessoas – contando crianças e velhos – moravam em barracos, e de lá tiravam o seu sustento. Industriais, comerciantes e operários chegavam a La Quema para adquirir alguns bens, tais como: metais, madeiras, panos, ossos e banha. Tudo podia ser reutilizado. Os trabalhadores tentavam comprar, ou achar, algumas latas de petróleo, feitas de zinco, para construir suas moradias, ou algum vasilhame, sapatos, panos, tudo aquilo que era muito caro nas lojas.⁶⁵

Eram poucos os afortunados habitantes de La Quema que conseguiam trabalho fora desse ambiente. Os atorrantes condenados pela sociedade burguesa aparecem aqui como esforçados trabalhadores que subsistiam no lixo e do lixo.⁶⁶

Ao final das contas esses atorrantes não deixavam de ser proprietários, que trabalhavam sem patrões e sem depender dos donos dos conventillos. Será que os atorrantes foram considerados proprietários pelas estatísticas? Será que tinham a capacidade de poupança suficiente para comprar um desses terrenos expostos às enchentes e cercados de montanhas de lama e rãs? Duvidamos que os terrenos tenham sido da sua propriedade; se fossem proprietários isso poderia ajudar os analistas da autoconstrução, da evolução da propriedade e da ascensão social em Buenos Aires, a contabilizar alguns números a

⁶⁵ LUPATI, 1910, p. 192 e 193.

⁶⁶ “Paisajes suburbanos. Lo ignorado de Buenos Aires”, IN: La Prensa, Buenos Aires, 2/XI/1901, p. 3.

mais no seus processos de democratização da propriedade e daqueles que com uma casa tinham logrado a ascensão social.⁶⁷

Há ainda um terceiro grupo de moradores, além daqueles trabalhadores qualificados e artesãos, que pela sua capacidade de poupança podiam tentar tornar-se proprietários, e daqueles outros, que pela falta de recursos só podiam optar pela habitação própria em terrenos fiscais, nas várzeas dos rios e riachos, ou ocupando terrenos que não lhes pertenciam legalmente. Esse terceiro grupo eram os inquilinos.

Inquilinos e conventillos

Os inquilinos podiam optar por quatro tipos de moradias. Quem recebia um bom salário podia alugar uma casa, algo comum entre as classes médias. Havia casas compartilhadas por uma ou duas famílias. Algumas famílias alugavam uma casa completa e subarrendavam os quartos. Ainda havia pensões ou fondas, que eram geralmente a moradia dos trabalhadores sozinhos, ou que partilhavam o quarto, assim garantiam a comida pronta e algum outro serviço que o dono podia lhes oferecer. Os recém-chegados preferiam as fondas enquanto procuravam trabalho ou uma outra moradia. E, finalmente, o cortiço, a principal moradia de aluguel da cidade.

No conventillo moravam diversos membros das classes trabalhadoras porteñas: homens e mulheres, sozinhos ou em grupo, famílias ampliadas e inteiras, partilhando o quarto com outras pessoas ou famílias. No conventillo amontoavam-se empregados, artesãos, operários, jornaleiros, trabalhadores domésticos, italianos, espanhóis, russos e argentinos. Todos eles formavam uma babel e faziam da moradia um centro de intercâmbio de informações, de idéias, de vivências, de sonhos, de hábitos, de expectativas e de apoio mútuo. Ali, fortaleciam-se as relações de camaradagem, debilitando a origem nacional – ou fortalecendo-a, se predominava um grupo étnico –, ali se conheciam os costumes de Buenos Aires e as formas de atuação das autoridades. O conventillo servia como um foco de irradiação de preconceitos, um local em que se podiam estabelecer relações com membros de outras

⁶⁷ Alguns otimistas que consideram a sociedade e a economia porteña como a via expressa para a ascensão social são CORTÉS CONDE, 1979 e KORN e DE LA TORRE, 1985. Vale a pena mencionar como um marco da historiografia otimista KORN, 1983.

classes ou com seus representantes, como os policiais e inspetores, inclusive com o próprio dono do inquilinato, relações que poderiam render algum proveito posteriormente. Em síntese, o conventillo era o coração da classe trabalhadora de Buenos Aires.

O aumento do processo migratório mostrou que Buenos Aires não tinha capacidade habitacional para receber os novos moradores. Mesmo que os primeiros saldos migratórios fossem pequenos, a quantidade de casas existentes não podia comportá-los. O aumento dos saldos migratórios fez com que um número maior de pessoas pressionasse por moradia e o conventillo apareceu como a solução.⁶⁸

Diante de uma realidade de escassez de moradias, as casas coletivas, casas de cômodos, cortiços e conventillos apareceram como a solução, que seria lucrativa para aqueles que contavam com uma moradia para estes fins. Os conventillos produziam lucros dificilmente obtidos com outros investimentos. Outro fator que contribuía para o crescimento da procura por cortiços era a alta dos preços ou as crises cíclicas que tinha de enfrentar a economia da Argentina. A desvalorização da moeda e o desemprego aumentavam o número de pessoas morando nos conventillos.⁶⁹

Um cortiço podia começar quando uma família alugava uma casa e, diante dos aumentos de preços, diminuía os custos subalugando quartos ou partilhando a casa com outras famílias. O aumento da procura por moradia fez com que os proprietários alugassem os próprios quartos, construindo outros precários nos fundos, nos quintais e nos estábulos, ou onde existissem espaços vazios, usando materiais baratos.

A escassez das habitações, inclusive nos cortiços, levou ao aumento da densidade de pessoas por quarto. Esta sempre foi bastante elevada e foi um dos principais problemas enfrentados pelos moradores. A alta densidade não foi um privilégio dos cortiços; mesmo nas “casas próprias” as pessoas tinham de se amontoar. A má alimentação

⁶⁸ Entre 1857 e 1870 dos 179.570 imigrantes que chegaram na Argentina, 58.496 permaneceram em Buenos Aires; entre 1871 e 1880 ingressaram à Argentina 260.885 imigrantes e 87.066 ficaram em Buenos Aires. Para o Primeiro Censo Nacional de 1869, Buenos Aires tinha 177.787 habitantes. ARGENTINA, MINISTERIO DE AGRICULTURA, DIRECCIÓN GENERAL DE INMIGRACIÓN, 1925, p. 24 e 25.

⁶⁹ RAWSON, 1891, p. 142 e 143. Sobre a importância das crises no incremento da procura de habitações em cortiços: MUNICIPALIDAD DE BUENOS AIRES. DIRECCIÓN DE ESTADÍSTICA MUNICIPAL, 1892, p. 433.

e o excesso de bebidas foram problemas menores ao lado da alta densidade de indivíduos por quarto.

Os efeitos desse amontoamento eram evidentes. A falta de ventilação dos quartos era a maior preocupação dos higienistas. Sem janelas e com uma única porta, na maioria das vezes, o ar era escasso e viciado, sem contar que o tamanho dos quartos era variável e, muitas vezes, menor do que o estipulado pelas disposições municipais.⁷⁰ Além das pessoas, no quarto eram acomodadas as ferramentas de trabalho, a escassa mobília e as roupas, além dos cachorros, gatos, passarinhos ou periquitos. No inverno, os quartos ficavam trancados, contribuindo para viciar a atmosfera; no verão, muitos preferiam dormir nos pátios e corredores, fugindo do calor desses cubículos.⁷¹ Outra preocupação estava relacionada com a promiscuidade pela convivência forçada de adultos e crianças.

O quarto do conventillo acumulava várias funções: dormitório, sala, cozinha, oficina e depósito. Aqueles que tinham um trabalho autônomo usavam o quarto para preparar as ferramentas, guardar as mercadorias e ainda para trabalhar. Não eram poucos os sapateiros, alfaiates e cabeleireiros que trabalhavam no quarto ou no pátio.

Mas o espaço do cortiço era o lócus feminino. Lá a mãe de família operária deveria preparar o alimento, atender os filhos e o marido, manter o relacionamento com a vizinhança e ainda obter parte da renda familiar, vendendo a sua própria força de trabalho na indústria doméstica.⁷² As ocupações femininas no conventillo estavam relacionadas com as tarefas domésticas habituais. Os principais serviços

⁷⁰ Segundo um inquérito publicado pela Unión Industrial Argentina o tamanho médio de um quarto era de 4 x 4 metros (16 m²) com uma altura média de 3,51 m. 36,5% tinham unicamente uma porta e 34,1% tinham uma porta e uma janela. "El costo de la vivienda obrera" IN: Boletín de la Unión Industrial Argentina, Año XXVI, Nº 523, Buenos Aires, 15/VII/1912, p. 55. A impressão do visitante era totalmente desoladora. MANE "Non existe?" IN: L'Avvenire. Periódico Comunista-Anarchico. Nº 38, 16/I/1898.

⁷¹ ESTRADA, 1949, p. 112; e FRANCO, 1916, p. 7 e 8.

⁷² Para a socialista Carolina Muzzilli, o trabalho no conventillo ou no âmbito doméstico condenava a mulher a uma rotina de exploração contínua. MUZZILLI, Carolina, 1913, p. 65 e 66. Para uma anarquista, pelo contrário, isto significava ter as mãos livres e horários flexíveis para a militância. ROUCO BUELA, 1964. Logicamente o número de militantes anarquistas era menor do que o das mães de família que contribuíam para o orçamento familiar. Essas duas militantes passaram parte da vida trabalhando na indústria doméstica, Carolina como costureira, Juana como passadeira. Outra descrição sobre o trabalho feminino no cortiço em RAVEL, Elán "El Conventillo. Cua-dro de costumbres bonaerenses", IN: El Rebelde. Nº 73, 14/IX/1901.

desenvolvidos eram os de lavadeira, passadeira, costureira e outros da indústria doméstica.⁷³

Para essas trabalhadoras o conventillo era uma fonte de informações quando procuravam uma ocupação ou tinham que arranjar uma clientela. Tanto as que integravam a indústria doméstica quanto aquelas que trabalhavam nas oficinas precisavam dessas informações. Manter boas relações com as outras mulheres do inquilinato era de suma importância. As moradoras que eram empregadas domésticas podiam indicar as próprias vizinhas como “boas profissionais” para suas patroas; era importante poder colocar um anúncio na parede externa ou na porta de entrada do conventillo, anunciando sua ocupação como “costureira” ou “passadeira”, e melhor ainda se podia adicionar “francesa”, o que devia ser permitido pelo dono ou pelo zelador. Um último detalhe, talvez o mais importante, era o quarto que esta trabalhadora ocupava. Um quarto com janela para a rua, ou situado no primeiro pátio, era sinônimo de respeitabilidade e qualificação. Para manter um quarto no primeiro pátio a passadeira ou costureira tinha de ser qualificada e constante, trabalhando mais de 10 horas diárias, para poder pagar esse aluguel.⁷⁴

Voltando à questão da constituição dos conventillos, as casas destinadas a cortiços eram aquelas que as classes abastadas abandonavam à procura de outras regiões mais favorecidas. As antigas moradias patriarcais e coloniais receberam os novos habitantes da cidade. Essas moradias tinham boas condições para ser cortiços: eram próximas do centro da cidade, onde seus moradores trabalhavam, possuíam vários quartos, dois ou três pátios com quintal, banheiros e, ainda, um sistema de abastecimento de água próprio. As melhores eram de tijolos e pedra; nas piores, os cômodos eram de pau-a-pique. Mas essas casas antigas não estavam em condições de serem habitadas por grandes grupos de pessoas; construídas há muito tempo, estavam entrando em colapso e passaram a ser usadas numa função

⁷³ “Los obreros y el trabajo. El trabajo y las mujeres. En la fábrica y en las casas. XXV” IN: La Prensa, Buenos Aires, 19/IX/1901, p. 5. Na indústria doméstica existia uma hierarquização dos trabalhos, como entre as costureiras: as mais qualificadas podiam costurar roupas para as grandes lojas ou para a vizinhança, as outras confeccionavam uniformes militares, e ainda havia as que só podiam fazer as sacas para o trigo e outras mercadorias.

⁷⁴ Um observador dizia que uma passadeira ruim: “... segundo elas próprias – não ia ao fundo, afundava ...” GONZÁLEZ ARRILLI, s/d, p. 50 e 51.

que não era a original. Assim, as cisternas eram pequenas e as latrinas não podiam dar conta das necessidades de todos os que ali moravam.

Alguns dos casarões usados tinham sido construídos no final do século XVIII ou início do XIX. Os do século XVIII eram os que haviam pertencido ao poeta Manuel de Lavardén (nas ruas Balcarce e Venezuela) e ao autor da letra do hino argentino, Vicente López y Planes (Perú e México). Do século XIX, eram o da viúva do vice-rei del Pino, conhecido como o conventillo de la viuda (Perú e Belgrano), o do primo de Rosas, Ramos Mejía e o da irmã de Rosas, Mercedes (ambos em Bolívar e México).⁷⁵

Os primeiros conventillos eram velhas construções com pisos de tijolos ou baldosas, tetos de telhas, quartos grandes, pátios largos, geralmente dois, e com cozinhas amplas o bastante para que duas ou três famílias pudessem usá-las sem problemas. O processo de transformação das casas de aluguel em casas de cômodos é descrito da seguinte forma no Censo Municipal de Buenos Aires, de 1887:

Inicialmente nas velhas casas de telhas agruparam-se várias famílias de jornaleiros: cada família ocupou dois ou mais quartos. Depois, no curral dessas velhas casas e sobre os quartos das mesmas, foram construídos quartos de madeira com tetos de zinco ou ferro canalizado: um novo número de habitantes agregou-se ao existente, que morava nesses antigos e podres prédios. O aumento da população e o aumento dos aluguéis reduziram ainda mais as famílias dos operários e daí em mais cada uma delas ocupa um quarto das casas às quais deu-se o nome de conventillos.⁷⁶

A escassez de habitações fez com que fossem levantados prédios específicos para serem moradias coletivas. Depois de passar pelo Hotel de los Inmigrantes os imigrantes precisavam de uma vivenda, um local temporário onde pudessem passar os primeiros dias, e que para muitos passaria a ser uma moradia permanente. Para atender esta necessidade começou a construção dessas vivendas. Em 1871, La Prensa chamava a atenção para esses prédios que possuíam um

⁷⁵ PAEZ, 1970, pp. 40 e 41. Um observador da época situa as origens dessas casas no período rosista, RUIZ GUIÑAZÚ, 1920, p. 10.

⁷⁶ CHUECO, 1889, p. 77 e 78.

grande número de quartos em terrenos pequenos. Esses quartos eram “[...] pequenos cubículos, muitas vezes construídos com madeira as paredes e com zinco o telhado dos seus tetos”; inclusive o barro era utilizado na construção das paredes dessas casas. O resultado eram quartos escuros e úmidos.⁷⁷

Para La Prensa os responsáveis por esse tipo de construção eram os próprios inquilinos “[...] jornaleiros, proletários e pessoas que não se importavam em viver mal e amontoados como se não fossem entes humanos, sem consideração à saúde e à moral”.⁷⁸ Se os inquilinos eram acusados pelas más condições em que viviam, então também eram responsáveis pelas conseqüências, as epidemias de cólera e de febre amarela, segundo afirmava o mesmo jornal em 1901. No início da imigração de massas, foi a ameaça das epidemias sobre a cidade que revelou a existência do conventillo, além de apontar a ambição de outros imigrantes, que investiam nessas armadilhas à saúde pública.⁷⁹

As habitações coletivas eram comparáveis a certos tipos de moradias da Europa. Era de se esperar, então, que os viajantes, e principalmente os moradores dos cortiços não estranhassem e procurassem tais habitações. Para os viajantes, as habitações coletivas eram um tipo de aberração, só possível pela ambição dos trabalhadores, que para poupar uns trocados lotavam os cubículos, sem temer prejudicar a própria saúde e a de sua família. Jules Huret comparava os conventillos de Buenos Aires aos dos bairros parisienses de Charonne, Belleville e Buttes-Chaumont. Casebres e sujeira, trabalho e pobreza. Para qualquer imigrante, era difícil achar uma grande diferença com os quartos de aluguel que tinham acabado de deixar na Europa. Além do mais, as outras moradias de aluguel eram muito caras.⁸⁰ No início do nosso período, o conventillo estava presente no cotidiano de todos os bairros centrais da cidade. Só depois da virada do século, quando começou o êxodo dos trabalhadores para zonas menos valorizadas, iniciou-se um processo de reapropriação do centro pelos antigos proprietários.

⁷⁷ La Prensa, 27 de febrero de 1871, p. 1, Apud SURIANO, 1983, p. 22 e 23. Sobre a utilização do barro nestas novas construções e o resultado ver CHUECO, M. 1889, p. 78.

⁷⁸ La Prensa, 27 de febrero de 1871, p. 1, Apud SURIANO, 1983, p. 22 e 23.

⁷⁹ “Los obreros y el trabajo. Los conventillos. XX” IN: La Prensa, Buenos Aires, 8/IX/1901, p. 4.

⁸⁰ HURET, 1986, p. 93; e ANIBAL LATINO, 1984, p. 62. Santiago de Estrada também via estas semelhanças, ESTRADA, 1949, p. 112.

A problemática da habitação de aluguel perpassara todo o período. O custo da habitação faz parte dessa problemática e é um dos motivos principais de queixas dos inquilinos. Os analistas da habitação não escapam ao comentário sobre a alta percentagem do aluguel nos orçamentos familiares. A que se devia esse peso excessivo no bolso do trabalhador? As explicações são recorrentes: a procura de moradias para os recém-chegados, a especulação imobiliária com as terras do centro e o afã de lucro dos proprietários. A cobiça do trabalhador, querendo poupar, a conta do seu próprio descanso e da saúde da sua família, e a impossibilidade de deslocar-se para longe do local de trabalho complementam o quadro. As casas de cômodos acabaram produzindo um grande lucro em relação ao custo inicial das moradias.⁸¹

A mesma explicação foi uma constante até o final do nosso período, mesmo no momento de pico da elevação dos aluguéis provocada pela Grande Guerra, que apenas matizou essas explicações e agregou um novo argumento: o custo dos materiais de construção. Até mesmo as ações do Estado, direcionadas para produzir melhorias no âmbito urbano, eram utilizadas como desculpas para o aumento dos aluguéis. Os proprietários repassavam largamente ao inquilino os custos da pavimentação das ruas ou das obras de saneamento exigidas pelo governo municipal. Outros elementos que contribuíram para o aumento do aluguel foram: a especulação imobiliária; os atravessadores de materiais de construção; a falta de uma indústria nacional, que cobrisse a escassez dos materiais importados, em períodos de crise; os altos preços dos construtores; a falta de ação dos arquitetos na criação de um tipo de moradia popular; os altos impostos cobrados pela prefeitura de Buenos Aires; a procura dos operários por uma moradia próxima ao local de trabalho; e a diminuição da jornada de trabalho dos pedreiros, o que encareceu a construção.⁸²

Além do custo do aluguel, não podemos esquecer outra dificuldade para quem alugava um quarto. Os locadores pediam os dois primeiros meses como pagamento antecipado e colocavam no recibo

⁸¹ ANIBAL LATINO, 1984, p. 146; e CHUECO, 1889, p. 79.

⁸² COLL, 1919, p. 277; “La carestía de la vida. Investigación del Departamento Nacional del Trabajo” IN: La Razón, Buenos Aires, 11/1/1913; “Coste de la vida. Habitación obrera en Buenos Aires” IN: Boletín del Departamento Nacional del Trabajo. Nº 5, Buenos Aires, Junio 30 de 1908, p. 234; e RUÍZ GUIÑAZÚ, 1920, p. 8.

uma data posterior, geralmente 60 dias. Essa prática era uma armadilha cruel para os locatários. Uma trapaça que consistia em se tomar esses dois meses adiantados como depósito, e não como pagamento. Além do mais, ao emitir um recibo com uma data 60 dias posterior, os locadores podiam expulsar legalmente o locatário ingressando com o recibo no Juizado de Paz, já que um atraso de dois meses era suficiente para pedir o despejo sem aviso prévio.⁸³

Outra queixa que perpassa o período refere-se à higiene dos conventillos. Desde os higienistas até os próprios moradores, passando pelos mais altos membros do Estado e os jornalistas, todos partilhavam a mesma opinião sobre o descaso com a higiene e seus efeitos na vida dos moradores. Esse fator teve uma consequência explosiva: a febre amarela de 1871. Nesse momento, os alertas partiram dos setores mais elevados da sociedade: as grandes casas das famílias abastadas estavam próximas aos conventillos. Os principais problemas higiênicos eram: as águas estagnadas, a falta de limpeza diária dos quartos e do pátio e a falta de limpeza das latrinas. Negligenciavam-se as normas mínimas da saúde pública e reproduziam-se todo tipo de doenças contagiosas.⁸⁴

A febre amarela foi o primeiro grande fator que chamou a atenção para as condições higiênicas dos cortiços. As críticas que igualavam inquilinos, donos e empresários, baseavam-se na responsabilidade individual e se inseriam na ideologia do *laissez faire*, predominante na época. A liberdade de escolha e de uso da vivenda limitava as possibilidades de crítica aos donos e empresários e distribuía equitativamente as responsabilidades com o morador. Segundo os analistas, o proprietário tinha de ser protegido contra as perdas representadas pelas interdições. A propriedade era inviolável e seu uso não podia ser regulamentado. Como era uma fonte de renda, o proprietário devia ser indenizado se fosse necessário fechar o conventillo. E o morador? Tinha que procurar um outro local. A outra solução proposta, segundo essas visões, era regulamentar as relações internas dos cortiços entre

⁸³ CALOT, 1920, p. 32; e “Caseros e inquilinos. Nuevo método para desalojar y estafar a los locatarios” IN: *La Vanguardia*, 20/II/1907.

⁸⁴ ESTRADA, 1949, p. 115 e 116; *La Prensa*, 10 de abril de 1871, p. 1 Apud SURIANO, 1983, p. 26 e 27; e UNITED KINGDOM, FOREIGN OFFICE 1893, p. 26.

locador e locatário.⁸⁵ E isso era o máximo que o *laissez faire* do Estado Argentino permitia.

As mesmas queixas continuaram por todo o período. Durante a década de 1880 a saúde pública teve prioridade nos informes dos inspetores municipais. Os principais problemas levantados por esses inspetores foram o descaso com as obras de saneamento – como a necessidade de impermeabilização dos pisos das latrinas e seu esvaziamento periódico –, a inexistência de vasos sanitários suficientes, os resíduos cloacais jogados na rua ou guardados ao lado da água potável, as construções irregulares dentro dos conventillos, as separações dos quartos, a falta de tinta nas paredes – cal branca, na realidade – e a deterioração das paredes e calçadas.

Se os problemas de algum inquilinato eram consideráveis, mas não afetavam imediatamente à saúde pública ou podiam ser solucionados rapidamente, os inspetores pediam o embargo dos aluguéis para atender os custos da obra.⁸⁶ Se houvesse o não-cumprimento das determinações municipais, chegava-se ao despejo, parcial ou total, dos cortiços.⁸⁷ Com o despejo, o proprietário era prejudicado com a interrupção das rendas e o inquilino tinha que procurar um outro local para morar.⁸⁸

O despejo era uma medida gravíssima, praticada caso o proprietário, ou o inquilino principal, ignorasse as observações dos inspetores municipais, ou quando as condições fossem insustentáveis. O responsável pela casa que não fazia as reformas deveria tirar o máximo lucro da mesma, por não dispor de capital para enfrentar as reformas ou

⁸⁵ O regulamento elaborado pela comissão de higiene da paróquia de San Nicolás, apresentado ao Consejo Municipal de Buenos Aires, previa multas em caso de ser desrespeitado, pelo que não foi aprovado. Ver SURIANO, 1983, p. 28 a 30.

⁸⁶ Nas casas das ruas Comercio 499-509 e Buen Orden 469-471, ambas de propriedade de Adelaida de Agüero, foram embargados os aluguéis para a construção das veredas. MUNICIPALIDAD DE LA CIUDAD DE BUENOS AIRES, ARCHIVO HISTÓRICO “**Obras Públicas – Caja 3 – Año 1881**” Expediente N° 711, 1º de Febrero.

⁸⁷ Entre os motivos de despejo estava a prostituição como aparece em MUNICIPALIDAD DE LA CIUDAD DE BUENOS AIRES, ARCHIVO HISTÓRICO “**Obras Públicas – Caja 3 – Año 1881**” Expediente N° 711, 1º de Febrero. Para um único quarto MUNICIPALIDAD DE LA CIUDAD DE BUENOS AIRES, ARCHIVO HISTÓRICO “**Obras Públicas – Caja 6 – Año 1880**” Expediente N° 694, 21 de Enero.

⁸⁸ Várias pastas tratam dessa questão em MUNICIPALIDAD DE LA CIUDAD DE BUENOS AIRES, ARCHIVO HISTÓRICO “**Obras Públicas – Caja 13 – Año 1884**”. Um inquilino principal defendia-se de um despejo iminente: “O despejo imediato não só prejudicaria aos habitantes dos várias quartos alugados mas também aos meus interesses...” Idem “**Obras Públicas – Caja 6 – Año 1880**” Expediente N° 1248, 8 de Marzo.

por achar que elas não eram necessárias.⁸⁹ O despejo não era de fácil implementação e devia ser executado pela polícia, o que gerava situações como acordos com o comissário ou brigas na hora do despejo.

Um caso pode ilustrar a questão do despejo e os recursos utilizados para adiar tais medidas. Juan B. Cafferata manteve um litígio de quase um ano com os inspetores municipais pelo péssimo estado do conventillo de sua propriedade, situado na rua Pasco, número 105. O inspetor envolvido no conflito, Félix Rodríguez, num primeiro informe sobre essa moradia, do qual não temos a data, denunciava a falta de sumidouros, de latrinas e a colocação de tapumes como forma de dividir um único cômodo inicial. A resposta de Cafferata chegou em 25 de Janeiro de 1884, alegando que a casa estava impecável, fato desmentido por Rodríguez, que argumentava que só as paredes dos quartos haviam sido pintadas com cal. O despejo, pedido pelo inspetor em janeiro, só foi decidido em 29 de junho e teria que ser executado em 11 de julho. Porém, como Cafferata encontrava-se “duramente enfermo” não acatou a ordem de despejo. Em 9 de agosto determinou-se novamente o despejo. Não temos notícias de quando a ordem foi finalmente cumprida, mas em 18 de outubro o Chefe da Polícia comunicava que os únicos quartos habitados nessa casa eram os de Juan B. Cafferata, os que davam para a rua. Cafferata nunca compareceu à Municipalidade para acertar sua situação, e continuou lucrando por vários meses, com um edifício em ruínas.⁹⁰

Com certeza as melhorias eram necessárias, mas será que o despejo era uma boa saída para as partes envolvidas? Onde foram parar os inquilinos despejados? Cafferata continuou morando no mesmo prédio. Poderíamos argumentar que a situação era previsível e que os locatários poderiam ter achado um outro local com certa antecedência. Mas será que eles podiam pagar alguma coisa melhor do que esse cortiço de San Telmo, bem próximo do centro da cidade?

⁸⁹ Um despejo foi realizado porque a casa era propriedade de uma testamentária e ninguém realizava os consertos. MUNICIPALIDAD DE LA CIUDAD DE BUENOS AIRES, ARCHIVO HISTÓRICO “**Obras Públicas – Caja 3 – Año 1881**” Expediente Nº 3600, 1º de Junio. É preciso esclarecer que o inquilino principal era aquele que alugava uma casa e depois a dividia em quartos ou sublocava para outras pessoas.

⁹⁰ O caso de Juan B. Cafferata está em MUNICIPALIDAD DE LA CIUDAD DE BUENOS AIRES, ARCHIVO HISTÓRICO “**Obras Públicas – Caja 13 – Año 1884**” Expedientes 360, 3667 e 5881.

Paradoxalmente, um outro Juan Cafferata, de segundo nome Francisco, chegou a ser Deputado da Nação, pela província de Córdoba, na década de 1910, filho de um terceiro Juan Caferatta, Juan Manuel neste caso, um reconhecido político porteño, formado como advogado em Córdoba, e que foi governador de Santa Fé e Ministro da Nação nas pastas de Agricultura e de Instrução Pública. O paradoxo está em que, além do fato de serem três homônimos, o legislador católico Dr. Juan Francisco Cafferata fez o projeto de uma lei sancionada em 1915 com o número 9677, mais conhecida como a lei Cafferata, pela qual foi criada a Comisión Nacional de Casas Baratas destinada a ser a instituição oficial para a construção de moradias para trabalhadores.

O caso de Cafferata nos remete à propriedade dos conventillos. Na hora de responsabilizar os donos pelas más condições higiênicas dos conventillos, ou pelos altos preços cobrados neles, apontavam-se os estrangeiros gananciosos, recém-chegados dispostos a enriquecer rapidamente, ou aqueles que tinham prosperado na indústria. Inicialmente, os imigrantes conseguiram tornar-se donos de cortiços, sem realizar investimentos significativos.⁹¹ Porém, não eram unicamente os comerciantes estrangeiros que tiravam proveito dessa atividade; na lista de proprietários de cortiços encontramos: latifundiários, especuladores urbanos e da bolsa, donos de propriedades, comerciantes, industriais e até ordens religiosas. Membros das classes média e alta participavam dos altos lucros que rendiam os cortiços.⁹² Toda essa

⁹¹ Já em 1871, o delegado da Associação Internacional dos Trabalhadores (a Primeira Internacional) em Buenos Aires, Raymond Wilmart, cita o caso de vários trabalhadores que juntavam suas economias para construir cortiços. A carta está no International Instituut Voor Sociale Geschiedenis (IISG), Amsterdam, INVENTAR DES MARX-ENGELS NACHLASSEN, BRIEFE AN MARX, D. 4604. Mais de 30 anos depois, Oreste Sola, um imigrante italiano, afirmava que a propriedade era uma boa forma de acumulação, Carta de Oreste Sola, desde Buenos Aires (21/XI/1907) Apud BAILY e RAMELLA, 1988, p. 71. Em 1901 essa posição era sustentada pelos jornalistas de La Prensa, ver Los obreros y el trabajo. Los conventillos... Op. Cit. No seu Boletín, o Museo Social Argentino acusava reiteradamente os estrangeiros, fossem estes recém-chegados, operários ou nouveaux riches. Ver FRANCO, 1916, p. 128; COLL, 1919, p. 228; e RUÍZ GUIÑAZÚ, 1920, p. 10.

⁹² PAEZ, 1970, p. 36. Algumas ordens religiosas recebiam como legado propriedades exploradas como conventillos. Um cortiço de propriedade das Freiras Salesianas, é mencionado num informe municipal com os inconvenientes de qualquer outro: MUNICIPALIDAD DE LA CIUDAD DE BUENOS AIRES, ARCHIVO HISTÓRICO “**Gobierno – Caja 28 – Año 1880**” Expediente Nº 4506, 8 de Enero. Ainda o jornal El Obrero, denuncia as figuras das classes possuidoras como donos de cortiços, mencionando como o maior de todos eles a Lezama e a sua viúva Angela Alzaga de Lezama, além da família Spinetto e Ramos Mejía entre outros ilustríssimos sobrenomes: ‘La esclavitud del obrero fuera del taller. Reglamentación de un conventillo’ IN: “**El Obrero. Año II, Nº 56**” Buenos Aires, 13/II/1892; e “Inquilinos y propietarios. La explotación de la propiedad. Nuestra campaña” IN: La Protesta, 30/V/1905.

rede de exploradores de cortiços conseguia criar grandes confusões nos despejos.

O resultado do despejo era traumático, principalmente para o inquilino. Se 10, 50 ou mais grupos familiares, ao mesmo tempo, procuravam uma nova moradia, isto tinha como conseqüência a elevação dos preços dos aluguéis. Além do mais o despejado tinha que reunir o dinheiro para os meses adiantados num outro inquilinato, para a mudança, sem contar o tempo para procurar o novo quarto.⁹³

Diante das reclamações dos proprietários na década de 1880, foi criado um organismo para controlar os inspetores: as Comissões de Vizinhos. Geralmente essas Comissões eram constituídas por um inspetor e três ou quatro vizinhos, na maioria dos casos membros da classe média do distrito: comerciantes, industriais e, se possível, profissionais liberais, porque davam mais respeitabilidade aos informes. A Comissão tinha de concordar com o inspetor na hora de tomar certas medidas, como o despejo ou o embargo dos aluguéis. Em outros casos, os vizinhos eram convocados para informar sobre a situação da sua própria paróquia, sempre acompanhados pelo inspetor regional. Geralmente esses informes eram apresentados em sintonia com o inspetor. Não eram raras as vezes em que as Comissões de Vizinhos pediam sanções mais rigorosas que as pedidas pelos funcionários. A principal preocupação das comissões era o cuidado do bairro na luta contra as doenças infecciosas, ou contra as mazelas morais ocultas nas casas com quartos de aluguel. Os vizinhos eram guardiões dos costumes e da moral na pele de higienistas, mas não podemos esquecer que também estavam defendendo seus interesses, à medida que cortiços ruins podiam depreciar suas propriedades. Tal tarefa podia dar boa reputação a um futuro candidato que aparecia como um cidadão preocupado com o ingrato destino dos seus semelhantes.

A atuação de uma dessas Comissões permite exemplificar a ação das mesmas. Em agosto de 1881 três vizinhos e o inspetor da paróquia de la Concepción, um bairro adjacente à Praça de Mayo, enviaram um informe ao Intendente Municipal, Torcuato de Alvear. O próprio inspetor tinha convocado esses vizinhos, o que pode levar a pensar

⁹³ Como conseqüência do despejo algumas pessoas acabavam passando alguns dias na rua ou no quarto de um amigo. Alguns dados sobre despejos em "Úkase de la Intendencia Municipal" IN: La Vanguardia, 30/III/1895; e "Los parias del conventillo fuera de la ley" IN: La Vanguardia, 9/XII/1906.

em relações prévias entre eles ou na sua lisura. Uma primeira vistoria tinha sido realizada pelo próprio inspetor e pedia a constatação das suas observações pelos vizinhos. A visita da Comissão foi feita em julho, um mês depois da primeira vistoria. No informe especifica-se o estado de cada uma das quatro casas selecionadas:

1º: A casa da rua Estados Unidos nº 696 [...] está nas seguintes condições: Tetos a meia água construídos com material velho, mal cobertos de zinco e dando lugar por conseguinte a inúmeras infiltrações.

A capacidade cúbica de cada quarto é insuficiente para a quantidade de pessoas que os habitam.

Os pisos em geral são de tijolos e precisam de renovação.

Os canos de escoamento dos tetos estão em más condições e o cano que recebe as águas não consegue atender as necessidades que as águas de chuva ocasionam.

Este conventillo está neste momento convertido num lavadeiro público, sem sumidouros, pois na nossa visita temos visto derramar os esgotos no fundo da propriedade.

A latrina é insuficiente e as condições atuais estão longe de permitir que possa ser habilitada para o serviço que deve prestar.

2º: A casa da mesma rua nos números 698 a 704, é uma propriedade apenas dividida por uma cerca de madeira da altura de um metro constituindo duas casas de inquilinato [...].

Vejamos as condições:

As condições gerais destes dois conventillos supera em imundícia ao anterior do nº 696. [...].

Finalmente considerando inútil detalhar as observações levantadas, porquanto a exposição seria pesada e com certeza não muito agradável; esse é o estado em que estas pocilgas estão.

3º O depósito sito na rua Comercio nº 418 tem 24 quartos constituindo três corpos de edifícios [...].

Nesta imensa propriedade sem nenhum tipo de higiene, encontram-se dois grandes espaços, que formam um único pátio com piso de terra.

Os declives do terreno correm em direção ao centro do mesmo, pelo que as águas de chuva mantém permanentemente um enorme lodaçal. [...].

Existem inúmeros estábulos que tiveram pisos de madeira; hoje só é possível ver algumas madeiras submersas na lama, produto do esterco e da urina.

Perto de alguns quartos, só pela pestilência, percebemos latrinas e sumidouros velhos apenas tapados com latas velhas que estão enferrujando-se. [...].

Se a inspeção tivesse sido à noite, a hora em que os operários retiram-se a estas covas, seguramente teríamos achado amontoamento nos quartos, pelo número de camas pregáveis que observamos durante o dia.

4º: A casa da mesma rua no nº 427 é de propriedade de uma célebre curandeira que nela mora. Tem dois quartos com tetos de palha edificados num terreno de 8 varas de frente por 20 de fundo

Nesta pequena área de terra há uma coleção de animais, capaz de servir de base a um jardim zoológico.

Parece inverossímil que estas casas estejam reunidas no centro de uma cidade populosa, assim como custa crer na existência de tais imundícies há tantos anos; simbolizando isto, o abandono por parte das autoridades ou que o poder destas tem sido inócuo contra as inumanidades viciosas de que estas gentes gozam.

O Sr. Presidente deveria preocupar-se de uma vez por todas em desterrar estas agregações humanas e irracionais do centro de Paroquias tão populosas como a nossa, dando uma prova evidente de que tem vencido as onipotências localizadas e arraigadas.

Creemos deixar satisfeito o pedido desta H. C. [Honrada Corporação] pedimos que o Sr. Presidente digne-se a **ordenar** a imediata interdição de todas as casas mencionadas por se encontrarem todas inabilitadas para albergar seres humanos. [Seguem os nomes e endereços dos vizinhos].⁹⁴

Talvez estes sejam casos extremos dentro de uma paróquia, mas uma coisa precisa ser destacada: segundo os vizinhos, essas casas estavam nessas condições há muito tempo e sem temor da ação das autoridades, tamanha a procura por habitações baratas e tão escassa

⁹⁴ Foram apresentadas as principais questões de cada um dos casos. Quando falam do Sr. Presidente fazem referência ao Presidente da Corporação Municipal, o Intendente Torcuato de Alvear. Cf. MUNICIPALIDAD DE LA CIUDAD DE BUENOS AIRES, ARCHIVO HISTÓRICO “**Obras Públicas – Caja 3 – Año 1881**” Expediente Nº 4506, 6 de Agosto.

a oferta. Esses locais são um resumo das misérias existentes. Cabanas com tetos de palha, quartos sobre antigas pocilgas, latrinas mal fechadas, água das roupas jogada em pátios de terra e brejos artificiais eram alguns dos problemas que os moradores tinham que enfrentar. Na apresentação da Comissão, os moradores não aparecem na análise desses higienistas afeccionados.

Outros elementos são muito interessantes nessa história: a unidade dos termos higiene-razão-humanidade e a denúncia do descaso das autoridades municipais. Na tríade higiene-razão-humanidade o comportamento dos donos está fora dos parâmetros próprios da modernidade. Buenos Aires não podia ser considerada uma cidade moderna e européia, se albergava no seu interior elementos coloniais e pré-modernos. O curandeirismo, o convívio com animais e moradias próprias de âmbitos rurais eram condições contrárias ao gênero humano, à razão e à higiene. Tais elementos deveriam ser banidos pelas autoridades municipais.

Os vizinhos-inspetores reclamaram do descaso das autoridades e até de certa conivência: “O Sr. Presidente deveria preocupar-se de uma vez em desterrar estas agregações humanas irracionais do centro de paróquias tão populosas como a nossa, dando uma prova evidente de que venceu as onipotências localizadas e arraigadas”. Quais são as “onipotências localizadas e arraigadas” que o impediam de tomar tais providências? Várias. Desde os caciques políticos paroquiais, que defendiam seus seguidores ou afilhados, até os donos de conventillos, com poder para barganhar, intimidar ou corromper os inspetores e comissários paroquiais.⁹⁵ Os vizinhos tornaram-se sujeitos ativos da política de fiscalização de conventillos. Dessa forma, exercia-se um certo controle nas moradias que podiam tornar-se focos de infecção e contaminação ou de propagação de “costumes licenciosos”, principalmente da prostituição.⁹⁶

⁹⁵ São inúmeros os descasos dos donos e “inquilinos principais” diante dos despejos decretados pelos inspetores. Dois exemplos: o primeiro é o mencionado caso de Juan B. Cafferata; o segundo é o de Salvador Amco, que a cada ordem de despejo conseguia uma prorrogação para consertar a casa, o que nunca fazia, conseguindo postergá-la em várias ocasiões MUNICIPALIDAD DE LA CIUDAD DE BUENOS AIRES, ARCHIVO HISTÓRICO “**Obras Públicas – Caja 6 – Año 1880**” Expediente N° 1248, 8 de Março. Sobre este apadrinhamento, vide SABATO, 1992.

⁹⁶ Um exemplo de denúncia dos vizinhos das más condições higiênicas de um cortiço em: MUNICIPALIDAD DE LA CIUDAD DE BUENOS AIRES, ARCHIVO HISTÓRICO “**Obras Públicas – Caja 7 – Año 1883**” Expedientes s/n, 12 de Abril.

A questão dos inspetores não é menor. Durante grande parte do nosso período, pelo menos até 1902, os inspetores foram a única ferramenta do Estado para controlar os abusos e o comportamento dos proprietários. A ideologia do *laissez-faire* era a dos homens de Estado da Argentina, embora na Europa estivesse sendo imposto o intervencionismo, seguindo o chanceler Bismarck da Alemanha unificada. Alemanha, França e até a Inglaterra aderiram a essa nova forma de enfrentar a questão social. No contexto ideológico da Argentina, a única intervenção possível era a inspeção. A intervenção no mercado não era considerada.⁹⁷ Porém, algumas mudanças começaram a aparecer na virada do século.

Os inspetores eram a única ferramenta de controle das condições nas habitações operárias. O problema estava no fato de os inspetores não serem muito confiáveis. Segundo denúncias dos inquilinos alguns eram venais, outros não compareciam para realizar autuações quando se tratava de pessoas influentes, outros recebiam um dinheiro extra se passassem dados para os empresários sobre novas zonas e casas próprias para cortiços, ou pediam-lhes empréstimos que nunca pagavam, razão por que estavam sempre dependendo de sua dádiva; e ainda estavam aqueles que não cumpriam as tarefas encomendadas pela Municipalidade.⁹⁸

Dois casos, bem diferentes entre si, permitem ilustrar a utilização das inspeções. Um deles trata-se de uma denúncia contra a atuação dos funcionários; o outro refere-se à provável utilização dos mecanismos de fiscalização – inspetores e comissões de vizinhos – em favor de donos gananciosos.

O caso da denúncia de utilização das instituições públicas para favorecer o proprietário é interessante mais pelo que sugere do que pelo que explicita. O caso arrastou-se por vários meses, envolvendo proprietário, inquilino principal, vizinhos e inspetores. Na rua San Martín, esquina com Tres Sargentos, local que depois seria conhecido como Barrio de los Turcos, e a poucos metros da aristocrática

⁹⁷ Em 1892, a Municipalidade de Buenos Aires rejeitou explicitamente a possibilidade de construir casas ou moradias operárias. Ver *Habitaciones insalubres ...* Op. Cit., p. 433.

⁹⁸ Vide “**La Protesta**” 30/V/1905 e 11/III/1910, denúncias de apatia aparecem em “Municipales. La viruela en La Boca” IN: *Progreso de La Boca*. Nº 424, 5/VI/1904; PALACIOS, 1900, p. 57; PASCARELLA, 1917, pp. 15 a 17; e “¡Esos conventillos!...” IN: *La Protesta*, 6/IV/1910.

rua Florida, estavam assentados três imóveis que funcionavam como conventillos, não muito diferentes de tantos outros, ou seja: contrários às normas de higiene, focos de infecção e “ameaçando ruína”. No dia 23 de maio de 1883, o Intendente Alvear designou, como normalmente fazia, uma Comissão de Vizinhos para que verificassem as denúncias do inspetor e confirmassem o pedido de despejo. A conclusão da Comissão foi a de sempre: umidade nas paredes, debilidade no assoalho e nas paredes externas, quartos com pouca altura. Isto não convenceu o inspetor, que denunciou outras irregularidades, ignoradas pela Comissão. Mesmo assim, a única diferença entre as duas conclusões estava no jargão técnico do inspetor paroquial. Ambas concluíram pedindo o despejo de “vários” quartos, sem mencionar quantos nem quais. Mesmo assim, sem ser requerido, apareceu o Inspetor Geral para fazer um outro informe. No mesmo pedia o despejo geral do inquilinato, à exceção de dois quartos.⁹⁹

Essa visita do Inspetor Geral não era normal e pode ter sido um controle rotineiro ou uma forma de arbitrar as picuinhas entre seu subordinado e a Comissão. A posição inflexível do Inspetor Geral poderia ser explicada pelo fato de ele não estar em contato permanente com a realidade das casas de aluguel.

Avisado sobre os informes, o inquilino principal, de nome Antonio Molinari, ficou revoltado. Ele entendia que era uma manobra da proprietária para tirá-lo de lá, depois de ter feito na casa reformas que não especificava. Em uma carta, Molinari passou a intimar o Intendente, pedindo primeiro a suspensão do despejo e depois 20 dias de prazo para poder sair, propondo o despejo total, medida mais grave que as anteriores. Mesmo assim, o Inspetor Geral ratificou o despejo imediato.¹⁰⁰ Mas Molinari não desistiu. Diante do pedido do Inspetor Geral, passou a afirmar que era vítima de uma armação da proprietária das casas, a Patrona de la Capilla del Carmen, com quem estava em litígio judicial pelo usufruto das casas. Molinari insistia nas reformas realizadas, acusando sua rival de querer tirar-lhe o direito “de reter as casas” como forma de pagamento. Mesmo sem o nome da

⁹⁹ Os três informes em MUNICIPALIDAD DE LA CIUDAD DE BUENOS AIRES, ARCHIVO HISTÓRICO “Obras Públicas – Caja 7 – Año 1883” Expediente s/n, de 23 de Maio de 1883.

¹⁰⁰ Ver MUNICIPALIDAD DE LA CIUDAD DE BUENOS AIRES, ARCHIVO HISTÓRICO “Obras Públicas – Caja 7 – Año 1883” Expediente N° 3338, de 3 de Julho de 1883.

Patrona de la Capilla del Carmen tratava-se de uma pessoa influente. Segundo Molinari, ela teria utilizado suas amigadas, o que para ele estava confirmado pela presença e atitude do Inspetor Geral, e pela falta de uma verificação pessoal do Intendente, que, segundo Molinari, dava cobertura involuntária aos planos da Patrona. A imprecisão das denúncias contra os imóveis administrados por Molinari o impedia de realizar algum conserto porque sempre apareceriam novas às autoridades acusações.

Molinari escolhia a sua estratégia. O Intendente Alvear deveria ficar de fora da armação, pois ele tinha que tomar a decisão final e não era conveniente acusá-lo de conivente com a corrupção. A tática era utilizar as armas dos fracos: “ele era um coitado imigrante italiano, deficiente físico e sem relações”. Ele apresentou uma carta assinada por um grupo de pessoas, 29 no total (vizinhos, amigos, moradores? Isto não é especificado), em apoio às suas reivindicações. Acusava a Patrona de ser proprietária de vários conventillos, situados ao lado das casas que ele próprio administrava, e todos em piores condições. O que pedia, depois de fazer tais acusações e de levantar tantas suspeitas? Não ser despejado, realizar as reformas e continuar com o inquilinato.

A carta de 3 de agosto foi respondida três dias depois. O despejo foi suspenso até que fosse realizada uma nova avaliação do Inspetor Geral e que uma nova Comissão fosse designada. A resposta final não demorou. Em 16 de agosto a nova Comissão e o Inspetor decidiram o despejo total de dois dos três imóveis; no terceiro, foi permitida a permanência de Molinari e de alguns moradores. Além disso, especificaram-se as obras necessárias, como a demolição de quartos e a colocação de assoalhos. Este acordo marcou o fim do conflito.¹⁰¹

Molinari não se saiu tão mal, explorando suas fraquezas... e as da Municipalidade. Ele conseguiu preservar as casas, seus aposentos – dois quartos –, continuar o litígio com a Patrona e ainda conseguiu atrasar a resolução final por vários meses, continuando a receber dos inquilinos que tinham que morar nesse local. São muitos os cuidados para com este “coitado imigrante e deficiente físico”, que chegou a chamar de fraco ao todo-poderoso Intendente Alvear, o Hausman porteño. Por que Alvear e seus subordinados atuaram com tanta cautela?

¹⁰¹ A segunda carta de Molinari e a resposta final em MUNICIPALIDAD DE LA CIUDAD DE BUENOS AIRES, ARCHIVO HISTÓRICO “Obras Públicas – Caja 7 – Año 1883” Expediente N °3657, de 3 de Agosto de 1883.

A credibilidade dos envolvidos estava em jogo e a denúncia de discriminação e favorecimento era muito forte. Alvear tinha o apoio do Presidente Roca, mas não dos vereadores que questionavam constantemente as suas políticas. Para piorar, os inspetores eram suspeitos de corrupção e, ainda que no caso de Molinari as condições dos imóveis fossem ruins, ele conseguiu, involuntariamente, mobilizar todos esses recursos, políticos e simbólicos, para postergar o inevitável, o despejo que aceitava desde o início, além de conseguir manter o controle dos seus conventillos. A segunda carta de Molinari, denunciando uma conspiração, rendeu-lhe mais resultados positivos do que aquela na qual suplicava. A corrupção e a venalidade podem ser confirmadas por esse tipo de reação, que não aparecia com freqüência em outros pedidos de despejo.¹⁰²

Façamos um esclarecimento, Molinari poderia até ser fraco, se comparado com a Patrona de la Capilla del Carmén, mas não se comparado com inquilinos que moravam em quartos em ruínas, úmidos e pequenos que não tinham com quem reclamar das condições de moradia. Se reclamavam diante das autoridades, estas podiam despejar o local; se não reclamavam, continuavam morando nesses quartos. Geralmente os moradores não eram informados dessas ações de despejo e continuavam a pagar o aluguel. Quando o despejo era efetivado, perdiam o dinheiro e, além disso, tinham que procurar outra moradia. A escusa para não informar do despejo iminente, da venda ou do leilão do imóvel estava relacionada à suspeita de que os moradores não continuariam a pagar já que teriam que sair de qualquer forma.¹⁰³

No segundo caso, temos uma denúncia direta de corrupção. No dia 17 de outubro de 1883, apareceu no jornal El Diario uma denúncia assegurando que os inspetores paroquiais tiravam propinas dos donos de conventillos, dos inquilinos principais ou dos zeladores. A denúncia era grave, ainda mais partindo do Diretor da Asistencia Pública Municipal, a única pessoa que poderia fazer com que os médicos municipais, seus subordinados, respeitassem os princípios da higiene.

¹⁰² Outra reclamação contra a corrupção em MUNICIPALIDAD DE LA CIUDAD DE BUENOS AIRES, ARCHIVO HISTÓRICO “Obras Públicas – Caja 3 – Año 1881” Expediente Nº 7440, 29 de Noviembre.

¹⁰³ Os socialistas e anarquistas desprezaram ações de despejo deixando-nos as ações dos moradores e do judiciário La Vanguardia 5, 8 e 9/XII/1906 e “Viviendas y desalojos” IN: La Protesta 16/IX/1905. O comportamento dos vizinhos ao tomar conhecimento do despejo em PASCARELLA, L. 1917, p. 235.

O denunciante pode ser considerado suspeito de querer abocanhar mais esse serviço para a sua repartição, na luta constante entre as distintas facções da burocracia estatal. Porém, os exemplos utilizados são convincentes. Poucos meses antes, Antonio Molinari, o nosso “[...] coitado imigrante italiano deficiente físico e sem influências para resistir”, tinha conseguido algumas vantagens da administração municipal, utilizando o argumento da união dos corruptos. O que não conseguiria o conceituado e respeitado Dr. José María Ramos Mejía, pai do higienismo porteño? Ramos Mejía revelava os mecanismos da corrupção e as tabelas das propinas utilizadas pelos inspetores:

Alguns destes senhores inspetores têm nas suas pastas as casas de inquilinos e conventillos cobrando aos donos vinte, vinte e cinco ou trinta pesos mensais. O dono de um conventillo que não paga este estipêndio ao inspetor sofre pressões por meio de multas por jogar água na rua ou outras do gênero; há distritos com duzentas casas de inquilinato e conventillos, pagando cada uma vinte pesos mensais, termo médio, para preencher as linhas das suas pastas, somam quatro mil pesos mensais que recebem os atuais inspetores que entram para este esquema, têm além do mais um salário fixo do Município de três mil pesos, de tal modo que têm um salário de sete mil pesos fora os presentes de galinhas etc., etc.

Estes senhores, chamados oficialmente de inspetores de higiene, mandam escrever nas pastas dos conventillos a um assistente para não serem desmascarados, o senhor assistente tem ainda a missão de acertar ameaças de multas para um acordo. Este é o atual trabalho dos inspetores [...].¹⁰⁴

A denúncia não teve conseqüências ulteriores. Os próprios inspetores pediram a abertura de um inquérito para deslindar responsabilidades. Eles conseguiram afastar a acusação revidando com outra: os médicos queriam seus lugares e para isso valiam-se da calúnia, porque não mencionavam quem era o corrupto nem qual era o distrito da suposta corrupção. O Inspetor Geral, Lindolfo Dávila, respaldou seus subalternos. Alvear, aconselhado pelo Assessor Municipal, aceitou a réplica. Todos reclamaram da falta de precisão, da indefinição das

¹⁰⁴ “Médicos e inspetores” IN: El Diário, Buenos Aires, 17 de Outubro de 1883, p. 2

denúncias – embora fossem bastante precisas: Ramos Mejía conhecia o valor das propinas! Ninguém foi punido, nada foi feito.¹⁰⁵

Alguns indícios dos fatos mencionados por Ramos Mejía continuaram aparecendo. Poucos meses depois, em março de 1884, o inquilino principal de um conventillo dizia que tinha “comprado” o inspetor da paróquia e que por isso não era incomodado. Nos informes dos inspetores apareciam denúncias por águas servidas jogadas na rua, de estagnação das águas nos quintais, de falta de branqueamento dos quartos, de calçadas em mau estado e de deficiências nas latrinas, sem os dados do infrator.¹⁰⁶

A visão do conventillo e de seus moradores como caso de saúde pública mudou a partir da década de 1890, com a aparição dos socialistas, anarquistas e com a ação dos reformistas. Um exemplo dessa mudança aparece nos estudos de Adrián Patroni, socialista e membro das classes trabalhadoras. Segundo esta nova forma de tratar a questão, o problema estava na distribuição da renda e na falta de intervenção do Estado. As denúncias de Patroni queriam chamar a atenção dos médicos higienistas e técnicos do Estado, influentes nas questões relacionadas com a vida dos trabalhadores.

Com relação à habitação operária, Patroni verificava a existência de um tratamento desigual do Estado entre a vivenda operária e a burguesa. Os habitantes do Barrio Norte e da Avenida Alvear eram favorecidos pelos investimentos realizados no equipamento urbano. A eletricidade, as águas correntes, os esgotos, a pavimentação com paralelepípedos, a limpeza das ruas e o serviço de coleta domiciliar do lixo eram benefícios quase que exclusivos dos bairros nobres, mesmo que as moradias pagassem os mesmos impostos. O “quase” deve-se ao fato, já mencionado, de que entre as casas nobres erguiam-se alguns conventillos.¹⁰⁷

¹⁰⁵ 17 inspetores assinaram a carta dirigida a Alvear. A carta e os descargos estão em MUNICIPALIDAD DE LA CIUDAD DE BUENOS AIRES, ARCHIVO HISTÓRICO “**Obras Públicas – Caja 7bis – Año 1883**” Expediente Nº 5054 de 3 de Outubro de 1883.

¹⁰⁶ A denúncia do inspetor corrupto foi de Margarita Marcobiche, desqualificada pelo inspetor por não ser vizinha proprietária. O inspetor Almeida, que não assinou a carta de réplica mencionada na nota anterior, foi absolvido. MUNICIPALIDAD DE LA CIUDAD DE BUENOS AIRES, ARCHIVO HISTÓRICO “**Obras Públicas – Caja 13 – Año 1884**” Expedientes Nº 6863, 7034 e 7177 de 2, 10 e 15 de Diciembre de 1884, respectivamente. O caso Marcobiche está na mesma caixa no Expediente Nº 1530 de 24 de Marzo de 1884.

¹⁰⁷ PATRONI, 1897, p. 128 e 129.

Antes que o Estado começasse a procurar soluções para a habitação operária existente, os socialistas elaboraram alternativas e remédios para essa questão. Num dos múltiplos projetos, o deputado socialista Alfredo Palacios requeria uma ação do Estado para as habitações dos trabalhadores. Como em outros dos seus projetos destinados à reforma da sociedade, a solução para os trabalhadores era acompanhada de uma solução para os exploradores. Palacios propugnava a extinção dos medidores de água nas casas de aluguel em 1905. Tal medida evitava que os aumentos da água fossem repassados integralmente aos aluguéis. Palacios chamava a atenção para as condições higiênicas dos conventillos e para a utilidade da água no combate das enfermidades. O projeto foi aprovado. Os anarquistas diziam que, dessa forma, os proprietários pagavam um imposto a menos, sem baratear o aluguel, o que de fato aconteceu.¹⁰⁸

Esta forma de atuar passou a ser parte do *modus operandi* do Departamento Nacional del Trabajo (DNT), organismo criado em 1907. Um médico adscrito ao DNT transcrevia suas observações do front line da luta contra as enfermidades, no caso o Bacilo de Koch. A informação era nua e crua, o inimigo era a enfermidade e devia ser combatida. A solução era similar às medidas propostas pelos socialistas: a ação estatal devia favorecer o inquilino, sem afetar o proprietário.¹⁰⁹

Depois das modificações na lei eleitoral, em 1912, e com o avanço do socialismo e da UCR no Congresso Nacional, o reformismo tomou conta dos meios intelectuais argentinos e as suas soluções foram colocadas na grande imprensa e consideradas pelo Estado. Mas os pedidos para a regulação dos aluguéis não foram considerados.¹¹⁰

Onde estavam concentrados os conventillos? Estavam todos em bairros afastados e sem possibilidades de beneficiar-se dos avanços sanitários? Ou, pelo contrario, só estavam no centro da cidade? Embora já tenhamos avançado um pouco na questão da localização espacial dos conventillos, vamos apresentar em que regiões a concentração de inquilinatos era maior.

Os observadores da época mostram que os conventillos estavam próximos do centro e que a saída do raio central foi um fato iniciado

¹⁰⁸ A opinião dos anarquistas em “El agua en los conventillos” IN: La Protesta, 9/IX/1905.

¹⁰⁹ Coste de la vida. Op. Cit., p. 234.

¹¹⁰ PFLEGER, José “El alquiler y la habitación” IN: La Vanguardia, 7/V/1919.

na virada do século, com a eletrificação do bonde e a expansão das ferrovias. Até 1900, os diversos grupos sociais encontravam-se e conviviam nas mesmas ruas. Moravam parede com parede. Não existia um único bairro de conventillos. Os mesmos estavam no conjunto da cidade. Em certos bairros, esses tipos de moradia podiam ser predominantes – como em La Boca e San Cristobal –; em outros eram minoria – como em Barrio Norte e Palermo. Não existia bairro que não tivesse conventillos. O conventillo em si era um centro de encontro de diversos grupos sociais, de distintas experiências, que, neste cenário resultariam numa sensibilidade única, numa experiência em comum. Por isso, foi chamado de olla podrida, porque aglutinava e transmitia a experiência dos argentinos e imigrantes. A distribuição dos conventillos mudou ao longo do tempo e vários fatores contribuíram para essas mudanças, desde a valorização da terra até a possibilidade de acesso à casa própria.¹¹¹

Inicialmente, a concentração dos cortiços estava relacionada à existência de casas apropriadas para inquilinatos e à proximidade dos locais de trabalho em dois pontos da cidade: o próprio centro e o porto do Riachuelo. O fator trabalho era central para continuar morando no centro. Os trabalhadores optavam por cortiços que não estivessem a mais de 30 minutos de caminhada até o local de trabalho. Assim, além de poupar o transporte, podiam voltar para casa no horário do almoço. Morar no centro dava-lhes ainda a possibilidade de achar novos trabalhos.¹¹²

Os distritos com maior número de inquilinos eram o 13, com 11.759 moradores e o 15, com 11.192 moradores. O primeiro correspondia ao bairro de Retiro e o segundo ocupava parte de Retiro e parte de Pilar – o Barrio Norte –, próximos do Hotel de Imigrantes e das residências das classes abastadas. Então, podemos supor que o primeiro era o destino inicial dos recém-chegados, mas também vinculava seus moradores ao serviço doméstico do Bairro Norte.¹¹³

¹¹¹ A menção do conventillo como uma olla podrida ou cozido é de ESTRADA, 1949, p. 115.

¹¹² CHUECO, 1889, p. 78 e 79. É preciso dizer que um fator que dificulta o acompanhamento da questão está no fato de que os distritos do Censo Municipal de 1887 mudaram no Censo Nacional de 1895, e mudaram novamente no Censo Municipal de 1904, permanecendo estáveis para os restantes Censos. O caso de Londres, na década de 1870, nos dá certos indícios para Buenos Aires até 1900, STEDMAN JONES, 1971.

¹¹³ LATZINA, 1889, p. 30.

O raio central da cidade (distritos um a seis) absorvia uma parte significativa dos inquilinatos e da sua população, 30,2%; os bairros do norte da cidade (distritos 13 e 15) tinham 19,7% dos inquilinos; os situados ao sul da Plaza de Mayo (distritos 14, 16 e 18), os primitivos bairros da cidade, tinham 17,3%; e, finalmente, os do extremo sul (distritos 19 e 20), situados sobre o Riachuelo, chegavam a 10,9%. No total, 78,1% dos moradores em inquilinatos localizavam-se num espaço correspondente a pouco mais da metade da superfície de Buenos Aires, sem considerar os recentemente incorporados municípios de Belgrano e Flores.¹¹⁴

O Censo de 1904 retoma esse tipo de habitação. O bonde elétrico já estava em funcionamento desde a virada do século e assim podemos avaliar o impacto desse meio de transporte na dispersão dos inquilinatos. O distrito com maior quantidade de moradores era o 13 – Monserrat, ao sul do centro da cidade –, com 19.474 pessoas em inquilinatos; o distrito com maior quantidade de conventillos era o nº 14 – San Nicolás, ao norte do centro da cidade – com 324, um a mais que o distrito 13.

Os dados deste Censo revelavam uma leve desconcentração dos conventillos e de seus moradores nos distritos centrais. Estes distritos (13 e 14) passaram a ter 647 inquilinatos, 26,3% do total, e 34.790 inquilinos, 25,2%. O distrito tinha 1.000 moradores a menos nos inquilinatos, mas a densidade tinha crescido, porque o número de conventillos caiu para 647. Nos bairros do norte da cidade (distritos 19 e 20) e os do sul da Plaza de Mayo (distrito 12) a população dos inquilinatos caiu ainda mais, para 14,9% e 12,6%, respectivamente. Os distritos nos quais essa população cresceu eram os do extremo sul, que estavam sobre o Riachuelo (distritos 3, Barracas, e 4, La Boca), que passaram para 28.140 moradores, 20,4% do total. No conjunto, esses distritos tinham agora 73,1% do total, contra 78,1% anterior, entretanto, a quantidade de pessoas cresceu de 90.726 para 101.015. A diminuição entre os censos era relativa, mas não absoluta; aliás, os números absolutos eram maiores.¹¹⁵

No último Censo de conventillos, em 1919, a quantidade total de moradores nesse tipo de habitação tinha crescido um pouco mais,

¹¹⁴LATZINA, 1889, p. 30 e MARTÍNEZ, 1889, p. 121.

¹¹⁵MARTÍNEZ, 1906, p. CXXIII.

chegando a 146.193 pessoas, sobre 138.188, em 1904, e 116.167, em 1887. Se o ritmo de crescimento era inferior aos momentos anteriores, também não tinha decrescido. A maior concentração de conventillos, 9.054, e de moradores, 29.509 pessoas, encontrava-se num único distrito, o de nº 4, La Boca.

No centro da cidade ainda permanecia um número significativo de moradores, principalmente no distrito 13, que mantinha a quantidade anterior, 19.389, aumentando o número de inquilinatos para 359. No centro da cidade (distritos 13 e 14) concentrava-se 21,7% dos moradores. Nos bairros do norte (distritos 19 e 20) a queda foi significativa, restando apenas 6,4%; ao sul o número manteve-se em 11,9%. Finalmente, os dois distritos do sul, que temos acompanhado até agora (3 e 4), cresceram para 28,3% dos moradores. Reunidos, esses distritos tinham 68,3% dos moradores.¹¹⁶

A saída do cortiço do raio central não resultou numa melhoria das condições da habitação. A escassez de moradias próximas às novas indústrias permitia que os donos explorassem esses locais, como acontecia no centro da cidade. Além do mais, esses bairros não tinham saneamento básico, sendo tão perigosos para a saúde pública quanto os já conhecidos do centro da cidade.¹¹⁷

Outros bairros surgiram nos subúrbios, ao oeste da Avenida Callao. Para lá começaram a dirigir-se algumas indústrias têxteis e alimentares. Os empresários dedicados à construção e à administração de cortiços estavam atentos às necessidades desses bairros e dos novos bairros industriais que surgiam ao sul da cidade.¹¹⁸ Na Tabela 1 será possível visualizar as quantidades.

Uma outra questão quanto à saída do cortiço para uma casa, própria ou não, refere-se aos historiadores otimistas, que a vêem como um movimento de mão única: quem sai do cortiço a ele não retorna. Essa saída podia não ser permanente. O cortiço podia ser novamente a moradia familiar durante alguma crise – o que aconteceu coletiva-

¹¹⁶ RUÍZ GUIÑAZÚ, 1920, p. 11.

¹¹⁷ FERNÁNDEZ, N. S. "El hogar, los obreros y los políticos. Como se vive en Buenos Aires" IN: La Protesta, 10/VII/1914; La Vanguardia, 26/IX/1905; TURNER, 1892, pp. 25 e 26.

¹¹⁸ Ver PASCARELLA, 1917, p. 235; ROCCHI, 1999, p. 277; e SARGENT, C. Op. Cit., p. 29.

mente, durante a Grande Guerra, ou individualmente, sempre que a doença ou o desemprego atingia a família.¹¹⁹

Sabendo onde estavam localizadas as principais concentrações de inquilinatos, temos ainda de saber como eram. Seria um pouco redundante falar da miséria dos conventillos, elemento mencionado ad nauseam por seus visitantes.¹²⁰

Desde o primeiro momento as casas de inquilinato eram extremamente desconfortáveis. As denúncias relacionados ao amontoamento dos inquilinatos, à falta de ar, aos tamanhos dos quartos, e às conseqüências dos tipos de materiais usados na construção constam de praticamente todas as descrições iniciais.¹²¹

Para apresentar a situação dos cortiços acompanhemos um dos observadores que deixaram descrições dos conventillos. Emilio Daireaux chegou a Buenos Aires antes de 1880, antes do período de revalorização e reocupação do centro da cidade, o que lhe deu a oportunidade de conhecer e descrever um cortiço primitivo, ou seja, uma casa do tipo colonial adaptada como moradia coletiva. Segundo ele, um cortiço típico tinha uma frente de oito metros, duas janelas e uma porta de ingresso. Uma sala dava para a rua e depois desta encontrava-se um pequeno quarto, seguido de outros dois quartos e, no final, um outro quarto, formando o ângulo do primeiro pátio; daqui se passava ao segundo pátio, no qual havia alguns quartos, a cozinha e um quintal. Aqui moravam algumas famílias que alugavam um ou dois quartos, segundo as necessidades e possibilidades do orçamento familiar.¹²² A casa descrita era bastante particular, pois os materiais eram madeiras duras, mármore e pedra.

Para um outro observador, o jornalista italiano radicado em Buenos Aires, José Ceppi, existiam duas classes de conventillos. A primeira classe era chamada de “miserável”, a mais comum. Para achar um desses, era preciso andar uns poucos quarteirões além da Plaza Victoria. A casa ocultava uma fachada um pouco mais baixa que as outras, pintada à cal, mas sem conseguir tapar os tijolos separados uns dos outros por grossas camadas de barro, deixando uma impressão

¹¹⁹ Sesión Nº39. 10/IX/1915... Op. Cit., p. 285.

¹²⁰ HURET, 1986, p. 94.

¹²¹ La Prensa, 27/II/1871, Apud. SURIANO, 1983, p. 23.

¹²² DAIREAUX, 1888a, p. 130 e 131.

de sujeira por causa da pintura grosseira. Mas se não era reconhecido pela frente, era só olhar pela porta, para ver uma ruela que fazia as vezes de pátio comum. No conventillo visitado por Ceppi, havia 14 quartos em um único lado do pátio. Porém, em outros inquilinatos os quartos podiam estar em ambos os lados, e até no alto. Nem a tinta ruim do exterior era usada nas paredes do interior dos quartos. Os tijolos usados originalmente no piso estavam desgastados e com pedras tapando os buracos. O piso das habitações era igual ao dos quartos e as paredes, pintadas a cal, estavam sujas pela poeira e pelo tempo. Neste tipo de conventillos viviam imigrantes recém-chegados, trabalhadores a domicílio e nos serviços domésticos, pequenos vendedores ambulantes e artesãos, homens e mulheres sozinhos, sem família, operários sem ocupações definidas, ou com baixas remunerações, servidores públicos de pouca monta – por exemplo, alguns policiais –, jornaleiros e desempregados, entre outros grupos e indivíduos. Por todos os lados, viam-se roupas penduradas, painéis, frigideiras e outros elementos de cozinha, caixas, pequenos fornos e braseiros usados para cozinhar e aquecer-se no inverno, nas portas dos quartos, além de engenhocas e brinquedos, tudo largado sem muito cuidado. Este era o tipo de moradia procurado pelos recém-chegados, os italianos, os espanhóis, os “turcos”, ou seja, os imigrantes de costumes frugais. E ainda pelos criollos, que não tinham pretensões. De todos eles, os napolitanos suportavam as piores condições.

Na segunda classe de conventillos moravam os trabalhadores decentes. A fachada era bem pintada, com grades nas janelas, preservando o estilo da casa. O interior era limpo e espaçoso. No pátio, o piso estava em boas condições e viam-se poucos braseiros, já que havia uma cozinha ampla com vários fornos. Algumas plantas davam um pouco de alegria àquele ambiente. As habitações eram adequadas, com o teto e as paredes em bom estado e limpas. Tinha um poço, de onde era tirada a água para consumo e limpeza geral. Aqui moravam poucas pessoas, entre elas funcionários públicos, artistas, operários qualificados, artesãos e pensionistas do Estado, comerciantes, e outros. Segundo a nacionalidade, esses cortiços eram procurados por alguns argentinos, franceses, britânicos, alemães e nórdicos.¹²³

¹²³ ANIBAL LATINO, 1984, p. 63 a 68 e 71 a 74. A divisão por nacionalidade é mencionada em “Letter from Mr. McDonnell to Granville” IN: UNITED KINGDOM, FOREIGN OFFICE. Outros dados em PASCARELLA, 1917, p. 14; e TURNER, 1892, p. 28 e 91.

Esses eram os tipos ideais de inquilinatos e de comportamentos esperados dos pobres. Para Ceppi, no primeiro conventillo, moravam os indivíduos que se resignavam, deixando-se levar pela correnteza do Capital, sucumbindo aos males da pobreza. No segundo grupo, estavam os que tentavam uma vida melhor e lutavam contra a pobreza, mas que também não tinham achado o rumo no avanço do capitalismo e despencavam da elite.

Muitos trabalhadores sozinhos reuniam-se com seus colegas para partilhar um único quarto, barateando dessa forma o preço per capita do aluguel. Outros indivíduos tinham de recorrer ao aluguel de beliches de madeira, que ocupavam inteiramente a superfície do quarto; ou ao sistema de “cama-quente”, no qual o morador tinha que esperar até o início do seu horário quando outro inquilino deixava a cama para se encaminhar ao trabalho. E, finalmente, o sistema chamado de maroma que permitia aproveitar o espaço do quarto integralmente. Para isso estendia-se uma corda no quarto onde os moradores apoiavam-se para dormir em pé ou sentados.¹²⁴ Como vemos, todos os sistemas eram muito eficientes para albergar as pessoas segundo as suas possibilidades.

Inúmeras são as descrições sobre as condições em que se encontravam os conventillos. Os periódicos operários têm abundante material sobre os cortiços, especialmente nos períodos imediatamente anteriores ou posteriores às agitações contra o aumento dos aluguéis. Nos anos de 1904, 1905, 1907, 1908, 1914 e 1919, é possível achar inúmeras informações a esse respeito. Esses jornais podem ser considerados uma fonte subjetiva, mas foram ratificados pela grande imprensa. Vejamos uma descrição feita por um inspetor municipal que pode ajudar-nos a compreender o que ele via diariamente:

Tudo quanto pudéssemos dizer seria insuficiente para demonstrar o péssimo estado em que está [o cortiço]. Porém, vamos dar alguns detalhes que consideramos culminantes.

A casa é de construção antiga e ainda quando os quartos são baixos eles são amplos, mas estão impregnados de umidade, mantendo-se num completo abandono em relação à higiene. Pelo demais a casa compõe-se de meias-águas de madeira com tetos de zinco, que não têm forro

¹²⁴ ESTRADA, 1949, p. 22 e 23.

de madeira [...] e que em lugar de quartos deveriam ser chamados de fornos.¹²⁵

A percepção dos moradores dos conventillos das condições em que viviam não foram levantadas. Isto não implica a passividade dos moradores diante da sua sorte. A greve de inquilinos de 1907 é o ponto culminante de uma campanha de agitação para melhorar a situação e se reiteraria em outras oportunidades. A força dos proprietários era muito grande e alguns meses depois as condições das moradias voltavam ao estado anterior. Os momentos de maiores saldos migratórios e a interrupção da construção durante a Grande Guerra permitiram aos proprietários e empresários dos conventillos impor condições de submissão aos inquilinos. Isto pela falta de uma legislação sobre aluguéis, sempre reclamada pelos reformistas.¹²⁶

O autoritarismo dos proprietários era proporcional à procura de quartos, e a procura era enorme. A cada novo barco carregado de imigrantes, a cada cortiço fechado, a procura crescia junto com as exigências dos empresários dos conventillos. Os jornais operários apresentavam os regulamentos dos cortiços, que continham cláusulas de controle do uso da propriedade e dos moradores: o que podia ser feito ou não – permanecer na porta da rua, ter animais, tocar instrumentos musicais, cantar, dançar –, os horários – para fechar a porta da rua, para dormir –, os prazos para os pagamentos e despejos, o uso das instalações sanitárias – como não lavar a roupa ou jogar água nas latrinas –, as possibilidade de desenvolver certas atividades etc. Esses regulamentos eram tornados públicos a fim de demonstrar a arbitrariedade dos donos e como desrespeitavam as normas municipais, privando os moradores dos seus direitos.¹²⁷

A greve de 1907 tinha muitos motivos para eclodir, e o triunfo imediato foi chamar a atenção dos órgãos oficiais para as condições da moradia operária. A explosão e a unificação de posições entre os membros das classes dominantes e seus publicistas permitiram a aproximação dos reformistas sociais dos operários. Assim, num número do Boletín del Departamento Nacional del Trabajo de 1908, uma

¹²⁵ MUNICIPALIDAD DE LA CIUDAD DE BUENOS AIRES, ARCHIVO HISTÓRICO “Obras Públicas – Caja 6 – Año 1880” Expediente N° 6288, 3 de Diciembre.

¹²⁶ CALOT, 1920, p. 31 e 32.

¹²⁷ Ejemplos destes regulamentos em El Obrero (13/II/1892) e La Protesta (3/VI/1905).

pesquisa do custo da habitação em Buenos Aires justificava a revolta popular do ano anterior, tanto pelos altos preços dos aluguéis quanto pelas condições dos cortiços.

Um médico do DNT fez uma série de informes que apareceram condensados no número mencionado. As descrições são as costumeiras tratando-se dos conventillos de Buenos Aires: habitações reduzidas e com alta densidade, insalubridade, más condições higiênicas, focos de contágio de enfermidades (como a tuberculose, a difteria e outras), utilização de materiais de construção de baixa qualidade, degradação moral pela promiscuidade etc. Se as características mencionadas faziam parte das queixas dos moradores, dos trabalhadores e dos reformistas sociais, esta era uma das primeiras vezes que um organismo oficial deixava de acusar os inquilinos de “gananciosos”, por poupar no aluguel, ou de culpar os especuladores estrangeiros. A greve tinha produzido uma alteração no padrão explicativo habitual. As condições de moradia ficaram evidenciadas, embora demorassem a mudar.¹²⁸

Nesse período, tanto a casa própria, em bairros específicos e afastados, como o conventillo levavam de um lado a uma segregação espacial dos trabalhadores, ao afastamento entre proprietários, patrões e membros das classes médias, e de outro aqueles que estavam obrigados a morar em habitações de má qualidade. Esta segregação é um dos principais elementos na conformação da classe trabalhadora de Buenos Aires; como aponta Engels, não foi o fato de partilhar o mesmo local de trabalho que favoreceu o surgimento das instituições da classe trabalhadora na Inglaterra, mas a segregação e a concentração dos trabalhadores em locais específicos. É nas grandes cidades que existe caldo de cultura suficiente para a unificação e homogeneização das experiências.¹²⁹

O conventillo foi o lócus do encontro dos trabalhadores e das suas famílias. Até o momento, privilegiamos a questão física do conventillo em detrimento do seu aspecto humano, do acúmulo de experiências individuais e coletivas. Isto não implica desconhecer esse aspecto da moradia coletiva. Os cortiços porteños foram apresentados pelos observadores como o espaço de homogeneização da classe, embora não usassem tais termos. O napolitano cedia parte de sua identidade

¹²⁸ Coste de la vida. Op. Cit., p. 229-234.

¹²⁹ ENGELS, 1975, p. 165.

regional para identificar-se com os problemas comuns dos piemonteses ou dos galegos. O criollo ensinava-lhes a beber o chimarrão e em troca ampliava seus horizontes culturais. As mulheres emprestavam umas às outras seus utensílios de cozinha e trocavam dicas de como preparar melhor a carne ou as batatas ou como conseguir que um velho vestido agüentasse outra temporada. Às vezes, estas trocas eram forçadas pelo convívio, ou se reduziam a simples furtos.¹³⁰

Dados sobre trabalhos ou pequenos negócios circulavam entre os membros do inquilinato, assim como recomendações, informações e favores construía laços de amizade e solidariedade, ou de desconfiança e inveja. Havia sempre o mau vizinho, o bajulador do zelador. Mesmo assim, o cortiço era um espaço ideal para a troca de informações sobre trabalhos, sobre a cidade e sobre outros inquilinatos. O universo do conventillo conformava uma experiência particular e a sensação de morar numa comunidade, na qual os destinos dos moradores estavam unidos, fosse pelo mesmo tipo de trabalho ou pela necessidade de morar um ao lado do outro. Entre eles havia confiança quando um membro da família estava doente ou precisava de alguma ajuda.

Uma certa literatura sobre o cortiço construiu a imagem que temos deles como um caldeirão fervendo sem parar. Nessa literatura, havia sempre mulheres lidando com as crianças, com o quarto e em algum ganha-pão doméstico; vemos ainda alguns homens que trabalhavam como artesãos e velhos sem ocupação. A mítica e temida figura do zelador também era recorrente,¹³¹ circulando para controlar as faltas dos inquilinos, ou para bater um papo e beber um chimarrão com seus vizinhos preferidos. E crianças, muitas crianças, berrando, chorando, brigando, brincando e mastigando pão. Estas eram as figuras centrais

¹³⁰ O cortiço como lócus de integração em TURNER, 1892, p. 28. RAVEL, E. Op. Cit.... Nº 73, 14/IX/1901.

¹³¹ O zelador era uma figura desprezada, a encarnação da exploração na própria moradia. Durante a greve de inquilinos de 1907, os zeladores sofreram vários atos de vingança. Algumas denúncias contra os zeladores estão em **La Protesta** 10/IX/1905 e 3/II/1906. São muitos os tangos, folhetins e sainetes sobre o conventillo. O texto citado de Pascarella é um romance que girava em torno de arquétipos do cortiço; o mesmo tema era abordado no folhetim *El Conventillo* publicado em 1901 pelo periódico anarquista *El Rebelde*. Alguns tangos, como *Oro Muerto*, aconteciam neste âmbito. O dramaturgo Vaccarezza situava seus sainetes no cortiço. Um dramaturgo anarquista usava o conventillo como pano de fundo dos seus quadros edificantes. Ver GONZÁLEZ PACHECO, 1922.

do local; os trabalhadores homens tinham um pequeno espaço nesse universo, principalmente aos domingos.

A arena das trocas e encontros eram os pátios, o centro de socialização por excelência ao ar livre. Quem conseguiria bater papo nos quartos sujos e mal cheirosos? O pátio era o espaço de trabalho das lavadeiras, costureiras e artesãos, que preferiam colocar para fora os utensílios de trabalho, para respirar o ar fresco, beber chimarrão e bater um papo durante o serviço. Mas também era o espaço do lazer, principalmente para as crianças, que passavam grande parte do tempo brincando. Nos dias festivos e domingos o pátio era utilizado para almoços coletivos, jogar baralho, conversar, escutar alguém tocar a viola ou um bandoneon, cantar, escutar a música da moda cantada por alguma criança, ou alguém comentando o último sainete ou a chegada de algum vapor da Europa. Muitas músicas e sainetes falavam do conventillo e seus moradores. No verão, a vida praticamente transcorria nesse espaço, almoçava-se e dormia-se ao ar livre, fugindo do calor dos interiores.¹³²

A imagem dos conventillos divulgada pela imprensa não era positiva, fato justificado pelas suas condições. Existiam protestos e queixas pelas condições da moradia popular, mas a calma era mais freqüente que o confronto. Se a situação dos cortiços era aquela apresentada, por que era pacientemente aceita pelos trabalhadores? Uma explicação é que não existiam outras moradias disponíveis, o que é certo apesar de esta ser apenas uma parte da explicação. Outra parte está relacionada às expectativas dos trabalhadores. Alguns casos davam testemunho de que era possível sair do cortiço e morar numa casa própria. O cortiço, até a perda de dinamismo da economia argentina, em meados da década de 1910, não era um horizonte permanente. Seus moradores tanto esperavam sair, quanto subir na vida. O capitalismo não foi um horizonte permanente até a década de 1910. Por isso, aquilo que parece resignação, era também, em parte, a expectativa de crescer economicamente.¹³³

Foi nesses espaços de classe, claramente segregados dos espaços burgueses, que as idéias socialistas e anarquistas floresceram e

¹³² Sobre os pátios RAVEL, E. Op. Cit.... Nº72, 1/IX/1901; e PASCARELLA, 1917, p. 2, 28 e 86.

¹³³ Uma reflexão sobre as expectativas de vida, o conventillo e a casa própria HALPERÍN DONGHI, 1999, p. 63 e 64.

creceram. O conventillo, os bairros de choupanas e as casas pobres foram as sedes das primeiras e difusas instituições operárias. Daqui surgiram outras instituições, baseadas no reconhecimento de pertença a um grupo diferente dos proprietários e patrões, que atenderiam aos interesses políticos e culturais dos trabalhadores, tais como bibliotecas, grupos teatrais e locais políticos.

Tabela 1 – Conventillos em Buenos Aires

Ano	Conventillos	Quartos	Moradores	Densidade por quarto	Popul. de Buenos Aires	% Popul. convent.
1880	1.770	24.023	51.915	2,1		
1883	1.868	24.465	64.156	2,6		
1886	1.970	27.363	79.323	2,9		
1887	2.835		116.167		406.060	28,6%
1889	2.078	29.196	97.852	3,3		
1890	2.249	37.603	94.723	2,5		
1892	2.192	31.152	120.847	3,8		18,2%
1904	2.462	43.873	138.188	3,1	950.891	14,5%
1914					1.575.814	
1919	2.967	47.226	156.243	3,3		9,9%

Fonte: GACHE, Samuel *Les logements ouvriers a Buenos-Ayres*, Paris, G. Steinheil Edit., 1900; RAWSON, Guillermo "Estudio sobre las casas de inquilinato de la Ciudad de Buenos Aires" IN: MARTÍNEZ, Alberto (Coord.) *Escritos y discursos del Doctor Guillermo Rawson. Tomo I*, Buenos Aires, Compañía Sud-Americana de Billetes de Banco, 1891; REPÚBLICA ARGENTINA, MUNICIPALIDAD DE BUENOS AIRES *Anuario estadístico de la Ciudad de Buenos Aires. Año 1, 1891*, Buenos Aires, Compañía Sud-Americana de Billetes de Banco, 1892; REPÚBLICA ARGENTINA MUNICIPALIDAD, DE BUENOS AIRES *Memoria de la Intendencia Municipal. 1890-1892*, Buenos Aires, 1893; MARTÍNEZ, Alberto "Estudios sobre los resultados del Censo de Población" IN: BUENOS AIRES *Censo General de la Ciudad de Buenos Aires. 1904*, Buenos Aires, Compañía Sudamericana de Billetes de Banco, 1906, pág. XXXI; e RUIZ GUIÑAZÚ, Enrique "El alza de los alquileres" IN: *BOLETÍN DEL MUSEO SOCIAL ARGENTINO. Nº 95*, Buenos Aires, 1920.

Tabela 2 – Conventillos e quartos em Buenos Aires por zonas

Ano	Centro		Norte		Sul		Flores		Belgrano	
	Conv.	Quarto	Conv.	Quarto	Conv.	Quarto	Conv.	Quarto	Conv.	Quarto
1880	1.268	16.557	314	5.240	188	2.226	—	—	—	—
1883	1.397	19.270	328	4.597	143	1.778	—	—	—	—
1890	1.544	26.282	394	6.817	262	3.971	33	812	16	550
1904	1.437	27.000	336	6.242	576	9.277	48	1.575	65	2.469
1919	1.565	26.255	373	6.030	875	13.182	55	2.686	99	4.029

Fonte: RAWSON, Guillermo "Estudio sobre las casas de inquilinato de la Ciudad de Buenos Aires" IN: MARTÍNEZ, Alberto (Coord.) *Escritos y discursos del Doctor Guillermo Rawson. Tomo I*, Buenos Aires, Compañía Sud-Americana de Billetes de Banco, 1891; REPÚBLICA ARGENTINA, MUNICIPALIDAD DE BUENOS AIRES *Boletín Trimestral de Estadística Municipal. Nº 2 – Segundo Trimestre de 1890*, Buenos Aires, 1890; MARTÍNEZ, Alberto "Estudios sobre los resultados del Censo de Población" IN: BUENOS AIRES *Censo General de la Ciudad de Buenos Aires. 1904*, Buenos Aires, Compañía Sudamericana de Billetes de Banco, 1906; e RUIZ GUIÑAZÚ, Enrique "El alza de los alquileres" IN: *BOLETÍN DEL MUSEO SOCIAL ARGENTINO. Nº 95*, Buenos Aires, 1920.

Tabela 3 – Moradores e densidade por quartos nos *conventillos* de Buenos Aires por zonas

Ano	Centro		Norte		Sul		Flores		Belgrano	
	Morador	Densid.	Morador	Densid.	Morador	Densid.	Morador	Densid.	Morador	Densid.
1880	37.347	2,25	10.406	1,98	4.162	1,86	—	—	—	—
1883	47.333	2,46	13.066	2,84	3.757	2,11	—	—	—	—
1890	63.919	2,43	20.163	2,95	9.279	2,33	812	2,42	550	2,77
1904	84.070	3,11	20.646	3,31	29.428	3,17	1.575	3,18	2.469	2,87
1919	85.744	3,27	19.441	3,22	44.343	3,36	2.686	3,63	4.029	3,96

Fonte: *Idem Anterior.*

Tabela 4 – Moradores e *conventillos* por zona de Buenos Aires, em percentagem

Ano	Centro		Norte		Sul		Flores		Belgrano	
	Conv.	Morad.	Conv.	Morad.	Conv.	Morad.	Conv.	Morad.	Conv.	Morad.
1880	71,64	71,93	17,74	20,04	10,62	8,02	—	—	—	—
1883	74,79	73,78	17,56	20,37	7,66	5,86	—	—	—	—
1887	69,66	67,91	16,54	20,71	13,79	11,37	—	—	—	—
1890	68,65	67,48	17,51	21,22	11,65	9,80	1,47	0,85	0,71	0,58
1904	58,36	60,83	13,65	14,94	23,40	21,29	1,95	1,14	2,64	1,79
1919	52,75	54,88	12,57	12,44	24,49	28,38	1,85	1,72	3,34	2,58

Fonte: RAWSON, Guillermo "Estudio sobre las casas de inquilinato de la Ciudad de Buenos Aires" IN: MARTÍNEZ, Alberto (Coord.) *Escritos y discursos del Doctor Guillermo Rawson. Tomo I*, Buenos Aires, Compañía Sud-Americana de Billetes de Banco, 1891; REPÚBLICA ARGENTINA, MUNICIPALIDAD DE BUENOS AIRES *Boletín Trimestral de Estadística Municipal. Nº2 – Segundo Trimestre de 1890*, Buenos Aires, 1890; LATZINA, Francisco "Estado de la población de Buenos Aires en 1887" IN: REPÚBLICA ARGENTINA, MUNICIPALIDAD DE BUENOS AIRES *Censo General de Población, Edificación, Comercio e Industrias de la Ciudad de Buenos Aires. 1887. Tomo II*, Buenos Aires, Comp. Sud-Americana de Billetes de Banco, 1889, pág. 30; MARTÍNEZ, Alberto "Estudios sobre los resultados del Censo de Población" IN: BUENOS AIRES *Censo General de la Ciudad de Buenos Aires. 1904*, Buenos Aires, Compañía Sudamericana de Billetes de Banco, 1906; e RUIZ GUIÑAZÚ, Enrique "El alza de los alquileres" IN: *BOLETÍN DEL MUSEO SOCIAL ARGENTINO. Nº 95*, Buenos Aires, 1920.

O “FILÓSOFO DO SENTIDO” E A COMUNICAÇÃO

Ainda que não tenha na sua obra uma reflexão que enfoque diretamente a questão da comunicação, Paul Ricoeur, ao desenvolver um complexo aporte teórico em relação à questão da narrativa, oferece uma contribuição ímpar para se pensar a comunicação como processo complexo.

Inscrita na teoria dos gêneros, a questão da narrativa, na obra desse que foi um dos mais importantes filósofos do século XX e que é chamado muitas vezes de “filósofo do sentido”, não se resume a uma problemática lingüística. Para o pensador francês, narrar é uma forma de estar no mundo e dessa forma entendê-lo. É por meio da narrativa que se pode reunir e representar no discurso as diversas perspectivas existentes sobre o tempo. Essa unificação se dá por uma operação mimética.

Nos inúmeros trabalhos consagrados à função narrativa, mas sobretudo em *Tempo e Narrativa*, existem três preocupações essenciais: “a de preservar a amplitude, a diversidade e a irredutibilidade dos usos da linguagem”; a de associar as formas e as modalidades que existem nos “jogos de narrar”; e, finalmente, “pôr à prova” a capacidade de selecionar e de organizar a linguagem, quando esta se estrutura em unidades textuais. Neste sentido, o texto se torna um meio apropriado para fazer uma espécie de ponte entre o vivido e o narrado (RICOEUR, 1987a).

A evidência de que a nossa cultura produz inúmeras definições do ato de narrar, transformando-o em gêneros plurais, fez com que se produzisse também uma dicotomia básica entre os textos: de um lado as narrativas com pretensão à verdade (o discurso da ciência e do jornalismo, por exemplo) e de outro as narrativas ficcionais, sejam as que utilizam a linguagem escrita (literatura), sejam as que utilizam a imagem (filmes, fotografia, telenovelas etc.).

É contra esta “classificação sem fim”, que Ricoeur constrói a sua hipótese: a existência de uma unidade entre os múltiplos modos

e gêneros narrativos. Para isso parte do pressuposto de que o caráter temporal é o comum da experiência humana. “Tudo o que se narra acontece no tempo, desenvolve-se temporalmente; e o que se desenvolve no tempo pode ser contado” (RICOEUR, 1987a, p. 24).

Para ele, só se pode reconhecer o processo temporal porque é narrado. O tema de Tempo e Narrativa (1994, 1995 e 1996) é justamente esta reciprocidade entre narratividade e temporalidade. E ao tratar da qualidade temporal da experiência, como referência comum da história e da ficção, o que o autor está fazendo é constituir em um único problema ficção, história e tempo.

A questão central é identificar a característica fundamental do ato narrativo. Seguindo Aristóteles, Ricoeur designa como *intriga* (*muthos*) a composição verbal que faz com que o texto se transforme em narração. A organização da intriga consiste, pois, na operação de seleção e organização dos acontecimentos (as ações contadas) que permite à história contada (qualquer que seja ela) ser completa e una, com começo, meio e fim.

Neste sentido, a ação é apenas o início de qualquer história, que se converte em meio de provocar, na história contada, uma mudança de destino, uma “peripécia” surpreendente, uma sucessão de incidentes aterradores. E essa mesma história só constrói seu fim quando conclui o curso da ação, desatando o nó inicial, selando, por exemplo, o destino do herói e produzindo no ouvinte a *kátharsis* da piedade e do terror.

Nas ações mais cotidianas dos meios de comunicação e, particularmente, nos atos jornalísticos observamos como a questão da peripécia é fundamental para instaurar o acontecimento jornalístico. Baseado em convenções de veracidade, o discurso jornalístico é acreditado como verídico por antecipação, mas só se configura em algo a ser publicizado se instaurar uma ruptura. A excepcionalidade do jornalismo, nada mais é do que a peripécia indicada por Ricoeur. Por outro lado, as narrativas do cotidiano, sobretudo aquelas que apelam aos valores imemoriais de contar as histórias como é o caso, por exemplo, das narrativas policiais, o jornalismo de sensações, como classificamos os apelos à piedade, ao terror, às emoções são constituintes mesmos desses textos. Com essas narrativas se produz a *kátharsis* do público, no sentido particularizado por Ricoeur.

Qualquer intriga possui inteligibilidade, sendo o conjunto de combinações pelo qual os acontecimentos são transformados em história ou uma história é tirada de acontecimentos (RICOEUR, 1987a, p. 26). A intriga é, pois, o mediador entre o acontecimento e a história.

Neste sentido, Ricoeur define acontecimento como aquilo que contribui para a progressão de uma história: é mais do que algo que acontece. O acontecimento é componente intrínseco da própria narrativa.

Em suma, a intriga é unidade inteligível que conjuga circunstâncias, finalidades, meios, iniciativas, conseqüências não desejadas, ou, “o ato de tomar em conjunto” (conjugiar) os ingredientes da ação humana que, na experiência cotidiana, aparecem muitas vezes como heterogêneos e discordantes.

A partir dessas pressuposições iniciais, Ricoeur vai analisar dois conjuntos de textos considerados distintos, muito mais pelas convenções culturais do que pelas particularidades narrativas: o histórico e o ficcional.

A sua pressuposição primeira é a de que é impossível estruturar a história que não seja de modo narrativo. Mesmo quando a história se afasta do modo narrativo presente nas crônicas antigas, na história eclesiástica ou política que conta batalhas, tratados, partilhas, ou seja, mudanças de destino que afetam o exercício do poder por determinados indivíduos, ela continua narrativa. Ainda que seja a história da longa duração, ao tornar-se social, econômica, cultural, permanece ligada ao tempo e procura enfocar múltiplas mudanças que ligam sempre uma questão final à situação inicial. “Ao ficar ligada ao tempo e à mudança, continua o autor, fica também ligada à ação dos homens que, segundo Marx, fazem a história em circunstâncias que eles não criaram” (RICOEUR, 1987a, p. 27).

A história é sempre a história dos homens que são portadores, agentes, vítimas das forças, das instituições, das funções, dos lugares onde estão inseridos. E é neste sentido que ela não pode romper com a narração, já que seu objeto é a ação humana que implica agentes, finalidades, circunstâncias e resultados.

Há de se entender ainda que o passado, mesmo se considerado como real, é sempre verificável. Na medida em que não mais existe, só indiretamente é visado pelo discurso da história. Assim, tal como

a ficção, também a reconstrução histórica é obra da imaginação. Por outro lado, também o historiador configura intrigas que os documentos autorizam ou proíbem, combinando sempre coerência narrativa e conformidade aos documentos. É também essa combinação que faz da história interpretação.

Quando analisa as narrativas de ficção, sua tese é a de que qualquer construção ficcional, mesmo aquelas consideradas “singulares”, articula a sedimentação de padrões existentes anteriormente com a inovação. É a ligação com a tradição, com os esquemas narrativos, já de conhecimento do leitor, que permite o reconhecimento do desvio, ou seja, da inovação. O desvio só pode existir se tiver como pano de fundo a cultura tradicional que cria no leitor expectativas que o autor estimula ou frustra. O que há, pois, é sempre um jogo de regras, aquilo a que ele vai chamar imaginação regrada.

Tendo essas duas pressuposições como referências iniciais, Ricoeur enfoca um terceiro problema: o da referência comum da história e da ficção tendo como pano de fundo a temporalidade da experiência humana.

Classificando o problema como de “dificuldade considerável”, procura mostrar que embora possa parecer que apenas a história se refira ao real, mesmo que este seja passado (ao pretender falar de acontecimentos que efetivamente se produziram), não se pode dizer que a ficção não tenha referência, já que todos os sistemas simbólicos contribuem para configurar a realidade. São as intrigas que inventamos que irão nos ajudar a configurar nossa experiência temporal confusa e muda.

“O que é tempo? Se ninguém mo perguntar, eu sei; se mo perguntarem, eu deixo de saber”. A proposição emblemática de Santo Agostinho (Livro XI, Confissões) indica a capacidade da ficção para configurar a experiência temporal quase muda. Ou seja, se houver o silêncio ou a falta de pergunta (da proposição narrativa) não há o ato configurante. Mas se, ao contrário, produz-se articulação textual há a necessidade de configurar a imaginação criadora. O que existirá não é mais o tempo em si mesmo, mas um discurso que constrói uma idéia de tempo.

A função da intriga é, pois, esta capacidade da ficção de configurar a experiência temporal. Cria-se o laço entre muthos e mimesis na

Poética de Aristóteles: “é a fábula, diz ele, que é a imitação da ação” (RICOEUR, 1987a, p. 29).

Isso porque a fábula imita a ação, produzindo inteligibilidade, utilizando os recursos da ficção. O mundo da ficção é uma espécie de laboratório de formas no qual ensaiamos configurações possíveis da ação, experimentando sua consistência e plausibilidade. É essa experimentação que Ricoeur chama de imaginação produtora.

Nesta fase primeira, a da experimentação, a referência ao mundo permanece em suspenso. A ação é apenas imitada, fingida, forjada. O mundo da ficção é apenas o mundo do texto ou uma projeção do texto como mundo.

Este momento, em que a referência ao mundo encontra-se em suspenso, é intermediário entre a pré-compreensão do mundo da ação e a transfiguração da realidade cotidiana operada pela própria ficção. O mundo do texto, porque é mundo, vai entrar em colisão com o mundo real para o refazer, confirmando-o ou recusando-o.

Assim, seja no texto histórico, seja no texto ficcional, o que existe é, no primeiro caso, referência indireta ao passado e, no segundo, referência produtora de ficção. Nos dois casos representa-se a experiência humana na sua dimensão temporal mais profunda. Há entre a história e a ficção um jogo de referência cruzada que constitui o cerne daquilo que Ricoeur chama “tempo humano”.

Em relação às três ordens de tempo - o tempo vivido subjetivamente ou fenomenológico, o tempo histórico e o tempo vivido objetivamente ou a perspectiva cosmológica - é justamente a narrativa histórica que oferece uma espécie de solução às dificuldades irreconciliáveis suscitadas pela especulação sobre o tempo. A dimensão narrativa opera a mediação entre o tempo fenomenológico e o tempo cosmológico, em um tempo de natureza histórica, isto é, vivido e percebido numa espécie de arquitetura temporal de cada época.

Tal mediação pode ser observada, por exemplo, na idéia histórica de calendário na qual a temporalidade subjetiva da vida cotidiana liga-se aos movimentos cósmicos dos corpos celestes: em suma, a narrativa do calendário oferece uma interligação entre a idéia cosmológica e a idéia fenomenológica ou subjetiva do tempo. Também nos textos ficcionais podem ser percebidas estas mediações temporais: a experiência subjetiva da morte tempo como finitude da condição humana

, por exemplo, aparece nos textos ficcionais de forma representada. Por intermédio da ficção podemos experimentar a angústia da morte, para logo em seguida ver o personagem renascido em outra história, experimentando uma espécie de eternidade do tempo.

Analisando, pois, a função narrativa em duas ordens de textos que considera fundamentais a narrativa histórica e a de ficção (da epopéia ao romance moderno) Ricoeur passa gradativamente da configuração narrativa à refiguração narrativa.

Por configuração narrativa entende a organização interna de qualquer texto cujos códigos podem ser identificados pela análise estrutural. Já a refiguração narrativa define-se como o “poder que a narrativa possui de reorganizar a nossa experiência temporal”, descobrindo ao mesmo tempo “as profundezas dessa experiência” e transformando a orientação que se imprime à vida a partir desse momento (RICOEUR, 1994, *passim*).

Para Ricoeur há um caminho natural em qualquer texto que vai de sua configuração interna à influência que passa a exercer fora dele mesmo (refiguração, também chamada referência ou sentido). Todo texto produz sentido e induz à ação. A partir da leitura há, pois, uma mudança intrínseca em quem a realiza.

Preferindo o termo refiguração ao de referência que vai gradativamente abandonando ao longo de seus escritos Paul Ricoeur aprofunda essa questão na sua obra seminal, *Tempo e Narrativa*. A hipótese principal do livro repousa sobre a questão da experiência da narrativa. Para Ricoeur a narrativa articula a nossa experiência do tempo, da mesma forma que o tempo se torna humano pela narrativa.

A vida humana é, portanto, análoga a um texto. Assim como um texto, também a vida expressa sentidos que podem ser explicitados por meio da interpretação. A questão da leitura e da compreensão do texto é, pois, uma espécie de metáfora na sua obra para todos os tipos de compreensão, incluindo a dos fenômenos sociais e culturais.

O objetivo do autor é esclarecer a existência. Diz ele: “A eternidade que as obras de arte opõem à fugacidade das coisas só pode se constituir numa história?”, pergunta-se para a seguir se colocar outra questão: “E a história só permanece histórica se, ao mesmo tempo em que ocorre acima da morte, protege-se do esquecimento da morte e dos mortos e permanece uma recordação da morte e uma memória

dos mortos?” Assim, a questão crucial do livro é “saber até que ponto uma reflexão filosófica sobre a narratividade e o tempo pode ajudar a pensar juntas a eternidade e a morte” (RICOEUR, 1994, p. 131).

Nas suas próprias palavras, a transição entre configuração e refiguração é preparada e construída em Tempo e Narrativa por meio de uma seqüência sinuosa de etapas (RICOEUR, 1990). Inicialmente, ainda no Volume 1 da trilogia, procura construir o que pareceu ser uma correspondência remarcável entre a questão do tempo segundo as aporias de Santo Agostinho e a estrutura da intriga segundo Aristóteles. Para ele há uma “correspondência surpreendente entre a *distentio animi* de Santo Agostinho e a *peripeteia* d’Aristóteles”, o que o leva a tratar o tempo em Santo Agostinho como uma espécie de discordância concordante, da mesma forma que há concordância discordante no conceito de intriga desenvolvido por Aristóteles.

É esta relação que o encoraja a procurar uma afinidade fundamental entre atividade narrativa e experiência temporal, que ultrapassa em muito os limites das Confissões de Santo Agostinho e da Poética de Aristóteles.

A partir da transição entre configuração e refiguração narrativa Ricom procura reconstruir a noção aristotélica de *mimese* sobre outras bases: por intermédio da tríplice *mimesis*. A *mimesis* I designa a pré-compreensão na vida cotidiana, ou seja, a qualidade narrativa intrínseca à própria experiência. A *mimesis* II é a auto-estruturação da narrativa baseada em códigos narrativos internos ao discurso. E finalmente a *mimesis* III, o equivalente narrativo da refiguração do real pela metáfora. Nesta etapa é importante o papel de mediador exercido pela leitura.

Outra tese central do autor no que diz respeito à questão narrativa é a de que o texto se projeta além dele mesmo, por meio da simulação da experiência vivida. A narrativa enfoca, assim, uma experiência que pode ser a do próprio leitor, já que os textos desenham um mundo que mesmo sendo fictício continua sendo mundo. É o que o autor chama mundo do texto, sempre ofertado à apropriação crítica dos leitores. No ato de leitura se entrecruzam o mundo do texto e o mundo do leitor. Se o mundo do texto é sempre imaginário, o mundo do leitor é real, mas ao mesmo tempo capaz de remodelar a esfera do imaginário.

Neste sentido, a leitura torna-se campo de confronto entre o autor e o leitor, cada um trazendo recursos opostos para o combate (RICOEUR, 1990, p. 39). O leitor procura descobrir os lugares de indeterminação no texto, preenchendo suas lacunas.

O texto, portanto, só se completa pelo itinerário da leitura, sendo o objeto literário constituído pela atividade de ler. A obra é uma produção comum do autor e do leitor. “De um lado, prossegue, a obra afeta o horizonte de expectativa sobre o qual o leitor aborda o texto. De outro, suas esperas fornecem a chave hermenêutica do processo de leitura tal como ele se desenrola” (RICOEUR, 1990, p. 40).

Há que se considerar ainda que a ação narrativa instaura o mundo das coisas contadas e o reino do “como se”. Conta-se o mundo como se fosse real, como se o que é relatado de fato tivesse acontecido daquela forma, como se tivesse existido. O mundo das coisas contadas é sempre o “como se” da ficção e a experiência depende da voz narrativa que contém invariavelmente a voz do narrador. Mas essa voz não contém apenas a voz direta do autor, mas de todos aqueles que são designados pelo seu ato de narrar. Na voz narrativa estão contidos, portanto, múltiplos atos memoráveis. “Cada voz narrativa, continua o autor, tem seu próprio tempo e seu próprio passado, de onde emergem os acontecimentos recontados” (RICOEUR, 1990, p. 40).

Mas o mundo projetado pela obra é capaz de se cruzar com um outro mundo, o mundo do leitor. Assim, a refiguração vai de um mundo a outro, do mundo fictício ao mundo “real”.

O ato leitura torna-se, pois, médium decisivo e é por intermédio desse meio que se produz a transferência da estrutura da configuração narrativa a sua refiguração e a transformação da ação humana passada ou futura.

O “como se” dessa experiência da leitura coloca em destaque a questão da voz narrativa, que, como já dissemos, não é apenas a voz narrativa do autor, mas uma voz que em essência é cultural (da tradição, do mundo onde ele se insere, das representações, das visões de mundo sub-reptícias ao texto). Esta é uma das razões pela qual as histórias contadas parecem pertencer à memória de alguém que “fala” no e pelo texto.

Para Ricoeur também esta parece ser uma das razões pela qual os textos ficcionais são escritos freqüentemente no passado, já que

não se refere ao tempo do calendário que rege a historiografia e a vida cotidiana. “A voz narrativa tem antes de qualquer coisa seu tempo próprio e seu próprio passado, de onde emergem os acontecimentos recontados” (1990, p. 34).

Na obra de Ricoeur aparece com destaque, sempre em relação à questão da narrativa, uma longa discussão sobre a fenomenologia do tempo. Para ele existe uma dicotomia fundamental entre as duas perspectivas principais do conceito de tempo: a primeira baseada na cosmologia e a segunda na experiência humana.

Essas concepções na experiência humana não são excludentes, mas complementares: trata-se da significação de viver o tempo. Dando como exemplo o sentido da palavra agora exemplifica:

De um lado, agora designa uma interrupção na continuidade do tempo cosmológico e pode ser representado por um ponto sem extensão. De outro lado, agora significa presente vivido, rico de um passado recente e de um futuro iminente (RICOEUR, 1990, p. 34).

Não existe nenhuma ligação lógica entre essas duas interpretações do agora.

Esta aporia que nenhuma fenomenologia do tempo, segundo sua tese, é capaz de resolver, pode ser resolvida na narrativa, pela inclusão de uma resposta criativa. Neste sentido, propõe resolver a questão por meio de uma poética da narrativa em lugar de uma aporética da temporalidade. Para ele, cada forma narrativa tem a capacidade de responder e, ao mesmo tempo, corresponder a uma de nossas experiências de tempo.

A história e a ficção construíram meios diferentes para lidar com esta questão. A história tendo como direção a construção de um discurso “verdadeiro” instaurou uma espécie de temporalidade mista, uma espécie de terceiro tempo: o tempo histórico situado entre o tempo cosmológico e o tempo fenomenológico. Nesse modelo, o tempo calendário funciona como matriz desse terceiro tempo. O agora não é mais o instante pontual, nem o presente vivido. Transforma-se em algo datado, capaz de dar ao presente um novo lugar no sistema de datas estabelecidas pelo calendário. Instaure-se a data inicial, ponto zero do calendário, considerada evento fundador que cruza o instante

cosmológico e o presente vivido. A pretensão à verdade histórica fica assim submetida aos contratos impostos pelos calendários e pela noção de prova documental.

Em contrapartida, é por este mesmo movimento que o tempo da ficção perde sentido. Naturalizando o tempo do calendário e figurando as provas documentais como próprias da história, as narrativas de ficção abrem-se a toda espécie de variações imaginativas, incluindo combinações infinitas de aspectos cosmológicos e fenomenológicos. A ficção está livre para explorar as inúmeras propriedades qualitativas do tempo, ainda que apenas no plano da imaginação. Dessa forma, a ficção transforma-se em uma espécie de laboratório para as experiências nas quais a imaginação ensaia soluções plausíveis para o enigma da temporalidade.

Mas esse enigma só será resolvido no mundo do leitor. Começa aí o último nível de argumentação de Ricoeur, quando procura desenvolver uma espécie de história dos efeitos e da recepção das obras literárias, sejam elas históricas ou ficcionais.

A dialética do fenômeno leitura inclui, de um lado, a estratégia de persuasão desenvolvida pelo autor para atingir seu leitor potencial. Para isso dispõe do recurso, só dele, de poder ler diretamente a alma de seus personagens. De outro lado, há de se considerar o poder de ilusão que se instaura pela estratégia de persuasão. Mas esta mesma persuasão pode caminhar em uma outra direção: a retórica da dissimulação ou da ironia pode, em vez de persuadir, produzir estranhamento no leitor. É nesse sentido que a leitura se torna campo de combate entre autor e leitor.

Mas esse combate pode ser ainda mais amplo. Como mostrou Wolfgang Iser e Hans-Robert Jauss,¹ em relação aos postulados da estética da recepção, a resposta do leitor ao texto é uma atividade altamente elaborada, estruturada por expectativas pessoais e culturais. A perspicácia do leitor é, pois, descobrir incompletudes no texto, lacunas, lugares de indeterminação.

Diante dessa constatação, Ricoeur é definitivo: “somos tentados a dizer que é o leitor sozinho que elabora as frases do texto, e que o objeto literário é constituído pela atividade mesma de ler”. E continua: “sem querer ir tão longe, eu prefiro dizer que aquilo que nós chamamos obra é a produção comum de um texto e de um leitor”. De um lado, a

obra afeta o horizonte de expectativa segundo o qual o leitor aborda o texto. De outro, “essas esperas fornecem a chave hermenêutica do processo de leitura tal como ele se desenrola” (1990, p. 39-40).

Observamos em toda essa discussão sobre a questão da narrativa a partir da obra de Paul Ricoeur cinco pontos centrais na sua argumentação: a correlação tempo e narrativa; uma concepção simbólica presente na idéia de temporalidade; o debate entre nominalismo e uma dada visão que afirma ser a criação de sentido construída pelo próprio homem; a narrativa como produto da ação humana; e o estatuto epistemológico do tempo histórico e do tempo da narrativa.

Produzindo um ensaio modelar de interdisciplinaridade, Paul Ricoeur toma como idéia central a seguinte questão: toda narrativa (histórica ou de ficção) articula em discurso o caráter temporal da experiência humana. Fazendo isso figura o mundo sobre a forma de obra e transforma o tempo em algo intrínseco à esfera humana.

O que pretendeu Paul Ricoeur ao elaborar sua obra mais significativa *Tempo e Narrativa* a partir de dois diálogos fundamentais: as aporias do tempo de Santo Agostinho e a poética de Aristóteles?

De maneira bastante abrangente podemos dizer que o seu objetivo foi submeter à prova tanto as disciplinas históricas, quanto a narrativa de ficção, afirmando a identidade entre historiografia e narrativa ficcional. Para ele, há nos dois regimes uma apropriação fundamental que recoloca o texto do mundo do autor no mundo do leitor.

Para construir sua fenomenologia da leitura estabelece um diálogo valioso, como vimos, com as investigações da Estética da Recepção e do Efeito, desenvolvidas pela Escola de Konstag. Jauss e Iser os dois autores mais representativos dessa corrente teórica propuseram tentar retirar dos estudos literários de um lado a visão de imanência (neutralidade científica) ou de outro sua filiação ao marxismo reflexológico. Essas aproximações faziam com que a obra literária fosse primordialmente analisada a partir de uma visão que a considerava fechada nela mesma, produzindo-se análises imanentes ao texto.

Wolfgang Iser estudava o efeito produzido no leitor e sua resposta. Já Hans Robert Jauss procurava debruçar-se na resposta do público em função de expectativas coletivas. Pela leitura individual, consideravam que o texto poderia revelar sua estrutura de apelo. A

diferença entre os autores do chamado estruturalismo de Praga é que alguns vêem o leitor dentro da leitura, enquanto outros, como Jauss, entendiam o leitor como figura empírica fora da obra.

Iser enfatizava o efeito da literatura ficcional em seus primeiros estudos, supondo a existência de uma estrutura única para a obra literária. Depois se interessa pela dimensão antropológica, questionando a razão de o homem necessitar da ficção, baseando-se na necessidade interpretativa que atravessa a história humana. Já Jauss tenta renovar a história da literatura, ao considerar que a significação de uma obra literária baseia-se na relação dialógica instaurada entre esta obra e seu público em cada época.

A questão da interpretação em Ricoeur torna-se hermenêutica, isto é, arte da interpretação de decifração do sentido de textos, por intermédio da compreensão e da explicação. Neste sentido compreender não é conhecer, mas ser e relacionar-se com outros seres. A hermenêutica é filosofia da compreensão e não um conjunto de técnicas de interpretação.

É neste sentido que os textos se transformam em meios de transmissão das experiências e os significados são produtos de julgamento prático e do senso comum e não de uma teoria ou prova científica. Sua hermenêutica partilha, portanto, a idéia do círculo hermenêutico, isto é, a noção de que a compreensão ou definição de alguma coisa já pressupõe uma compreensão ou definição daquela coisa.

Outro conceito fundamental na sua obra é o de intriga. Considerar a intriga é perceber no ato poético o triunfo da concordância sobre a discordância. Para Aristóteles é aparentemente paradoxal perceber a narrativa como categoria que engloba o drama, a epopéia e a história, pois o que Aristóteles chamava de história exercia apenas o papel de contra-exemplo (discordância). Em Aristóteles apenas um conceito era englobante (a mimese). A mimese podia englobar o drama, a epopéia ou a história. Intriga, portanto, traz na sua essência a idéia de operação de composição (enredo).

Refletindo sobre a noção aristotélica, Ricoeur define intriga como representação da ação. O objeto de representação pode ser elaborado como intriga, caracteres, pensamento (forma de composição) e se expressa sob uma forma precisa (canto, espetáculo etc). A definição de intriga pressupõe também “o quê” da representação.

A fenomenologia do ato de ler, objetivo último da extensa obra de Paul Ricoeur, é, portanto, resultado da associação entre hermenêutica e estética da recepção. Ao se apropriar da construção do grupo de Konstag, Ricoeur alarga suas propostas iniciais, colocando como questão fundamental o aspecto inacabado do texto. Isso porque todo texto oferece diferentes “vistas esquemáticas” que o leitor deve concretizar (brechas ou lugares de indeterminação) e também porque o texto é inacabado já que o mundo que ele propõe é sempre incompleto. Neste sentido, o mundo, que afinal o texto é, não passa de uma seqüência de frases que precisa ser transformada em um todo. Há um ponto de vista viajante em qualquer leitura, o que faz com que nenhum texto possa ser percebido em sua totalidade de uma só vez.

INDO ÀS COMPRAS: O ABASTECIMENTO LOCAL E FAMILIAR

“One of our favorite amusements in Buenos Ayres was to visit one or another of the numerous markets of the capital. [...] There are at four o'clock all is bustle and life. The throng is so great that it is with difficulty we thread our way amongst the busy crowd of buyers and sellers and porters. The markets of Buenos Aires have no pretensions to beauty any kind, not even to that of wholesome cleanliness. The striking feature of any one of them is the overflowing abundance of everything.” [TURNER, 1892, p. 227 e 228]

Introdução

Um dos tantos visitantes de Buenos Aires dizia que o mercado do bairro era central na compreensão de qualquer sociedade na qual se estivesse de passagem. E, segundo o capítulo anterior, nessa cidade os mercados deveriam ser interessantes:

Se quiser conhecer uma cidade com um golpe de vista, adquirindo rapidamente uma noção da sua vida e costumes, é preciso dirigir-se ao mercado de madrugada. Ver a chegada dos vendedores, suas barganhas e disputas. Degustar um pouco de tudo o que está ali. Poderá sentir a rudeza do ar livre. Encontrará, sem acertos, a verdade dos costumes populares de quem vende e do cidadão que consome; terá à vista o resumo das produções da terra, conhecerá o que abunda e o que escasseia. Perceberá com clareza a vida de cada classe social.¹

Esses mercados foram-se transformando ao longo do período, mas, mesmo assim, lá continuaria a latejar o coração da população de Buenos Aires.

¹ DAIREAUX, 1888a, p. 172.

Entre 1880 e 1920 a pressão da demanda foi crescendo. Mais consumidores para os mesmos produtos. A primeira solução foi a importação. O incremento da demanda por produtos de consumo alimentar teve duas origens: o crescimento acelerado da população, que requeria os produtos básicos para o seu sustento cotidiano; e a concentração da riqueza, que resultou na procura de produtos de luxo e de alta qualidade. Aqui analisaremos a primeira questão.

A indústria estava em formação e o seu crescimento nem sempre dava conta dos consumos da população em aumento, ou demorava a fazê-lo. Pelo que a solução continuava a ser a importação. As transformações industriais foram acompanhadas por mudanças na distribuição e na comercialização. As formas tradicionais não podiam disponibilizar os produtos indispensáveis para o dia-a-dia dos lares portenhos. Novos estabelecimentos e formas de vendas apareceram nesse período para auxiliar a venda ambulante e substituir as pulperías e mercados ao ar livre. O redimensionamento do setor varejista permitiu levar comidas e mantimentos aos diversos grupos sociais e as novas técnicas de venda foram auxiliadas pelos avanços tecnológicos, tais como a difusão da eletricidade e a expansão das vias férreas.

Matadouros e mercado central

Os principais produtos de exportação como os cereais ajudaram a ampliar uma extensa rede de estradas de ferro. Outras produções que chegavam de localidades próximas, como o leite, foram beneficiadas por essa expansão. Algumas completavam a carga em curtas distâncias; outras, como as batatas e as frutas, conseguiam chegar de forma rápida e barata ao mercado urbano, fora da colheita dos cereais, provocando a queda do valor final do produto.

A carne, alimento tradicional dos portenhos, apresentava outras peculiaridades. O gado *vacum* era trazido de localidades próximas da cidade, mas não chegava de trem. As boiadas percorriam uma distância de até 400km. Depois de passar uns dias para a engorda nas proximidades de Buenos Aires, o gado era levado diretamente para o abatedouro. No início do período, em torno de 800 bois e 5.000 carneiros eram abatidos todos os dias para alimentar a população

local. As reses eram levadas aos mercados em carros preparados para enfrentar os lamaçais das estradas que ligavam o centro da cidade os abatedouros, situados no sudoeste de Buenos Aires.²

Os vários matadouros estavam situados a uns 2,5km do centro, no rumo sudoeste do velho perímetro urbano, e além do limite da zona residencial demarcado pela Avenida Brasil e Estação Constitución. Antes do nosso período, os abatedouros estavam espalhados em diversos pontos da cidade, como no Once e no Retiro. Ali o gado era examinado por veterinários que permitiam o abate, rejeitando o gado que estivesse enfermo ou cansado, podendo causar problemas à saúde pública.³

Nem sempre esse esforço para controlar o consumo dava o resultado esperado. La Vanguardia apontava que mesmo que os veterinários trabalhassem a consciência, a fome era maior. Os pobres urbanos pegavam a carne rejeitada, que já tinha um líquido para inutilizá-la, e a levavam para suas casas. Coisas piores aconteciam nos lixões de La Quema, onde os animais eram alimentados com detritos, e depois vendidos nos abatedouros, ou consumidos no mesmo bairro.⁴

Outros produtos não tinham uma distribuição tão específica como as carnes. Até 1874, os mercados concentradores de gêneros alimentícios eram privados e situados em diversos pontos da cidade. A partir daqui o município iniciou o controle sobre a distribuição e comercialização. Para isso, existia um grupo de inspetores que controlavam os abusos nos preços, a formação de cartel entre os revendedores e a qualidade e condições dos alimentos. Desde 1875 funcionava a Oficina Química Municipal que, embora tenha permanecido fechada alguns anos por falta de orçamento, era a encarregada de fiscalizar os alimentos.⁵

² DAIREAUX, 1888a, p. 175.

³ MARTÍNEZ, 1889, p. 222 a 224. Porém, em 1910, o jornal La Nación apontava o descaso com os animais e pedia que o gado descansasse antes de chegar ao abatedouro “El consumo de carnes. Unificación de mercados” IN: La Nación Buenos Aires, 2/V/1910, p. 5. Os socialistas reclamavam da falta de espaço nos matadouros que não permitia aproveitar integralmente as reses. Ver o projeto de lei sobre o barateamento dos gêneros de Francisco Beiró e C. J. Rodríguez, ver REPÚBLICA ARGENTINA, CÁMARA DE DIPUTADOS, 1919, p. 518.

⁴ “Desidia y miseria” IN: La Vanguardia. Periódico Socialista Científico. Año II. Nº 45 Buenos Aires, 9/XI/1895, p. 3 e “Paisajes suburbanos. Lo ignorado en Buenos Aires” IN: La Prensa Buenos Aires, 2/XI/1901, p. 3.

⁵ MARTÍNEZ, 1889, p. 224 e 226.

O Mercado Central de Buenos Aires dava o tom da cidade, aí latejava o pulso da população e era possível estabelecer o nível de abundância dessa cidade e dos diversos grupos sociais. As estações marcavam os ritmos e a composição dos consumos dos habitantes de Buenos Aires. A produção local era maior na primavera e no verão, declinando no outono e no inverno, quando chegavam as produções de outras províncias ou de ultramar. Esse mercado estava um tanto afastado do centro, nas margens do Riachuelo. Lá chegavam trens, carretas e barcaças, levando os produtos necessários para o consumo da cidade. Inicialmente o Mercado Central estava instalado a cerca de três quadras da Praça de Maio. Era o centro de reunião de donas de casa, empregadas domésticas, vendedores ambulantes e comerciantes varejistas. Para os socialistas, a concentração da produção num único local permitia baratear os custos da alimentação. Recebendo a pequena e a grande produção, facilitava-se o fracionamento segundo as necessidades dos retalhistas.

Do centro da cidade foi deslocado para as proximidades do Riachuelo, num local mais amplo e de acordo com as necessidades da crescente população portenha. Desde os primeiros momentos contou com os últimos avanços técnicos, como o uso da eletricidade, para poder operar antes do amanhecer, e a estrutura de ferro que o sustentava. Os carros continuavam a ser o meio de transporte da mercadoria. 250 carros e carretas no mínimo ingressavam diariamente no mercado, pagando pedágio. Os feirantes também tinham de pagar uma diária para poder usar as instalações, por isso o Mercado não deixava de ser uma fonte de recursos para o município.⁶

Mercados, feiras, vendas e vendedores ambulantes

O Mercado Central era o entreposto obrigatório na rota dos produtos que tinham de chegar até os lares operários. As vias utilizadas eram variadas: mercados, feiras, mercearias, vendedores ambulantes, vendas, quitandas etc. contribuía para aproximar os gêneros alimentícios do consumidor proletário.

⁶ GUBERNATIS, 1898, p. 74; KOEBEL, 1919, p. 42, 43 e 93 e SCOBIE, 1986, p. 62. A opinião dos Socialistas em REPÚBLICA ARGENTINA, CÁMARA DE DIPUTADOS, 1919, p. 518.

A diversidade de locais de venda era ampla. Existiam locais com uma clientela refinada, não freqüentada pelos moradores dos cortiços. Essas grandes lojas renovaram as formas de comercialização na Argentina. As pequenas lojas atendidas pelo próprio dono, ou por algum dependente de confiança, possibilitavam a negociação de preços. As lojas modernas estavam situadas em grandes locais e vendiam a preço fixo. A primeira a introduzir esta inovação foi a loja A la Ciudad de Londres, fundada em 1873. Por obra desse sistema passou de uma loja aristocrática, em suas origens, a uma loja de massas na década de 1880 e uma das principais lojas de departamentos na década de 1910.⁷

Outras grandes lojas, propriedades de empresários ingleses, orientaram as modas e o consumo.⁸ Baseadas no antigo costume dos moradores rurais, que preferiam comprar tudo nos centros urbanos, em vez de nas redondezas, essas casas mantinham uma enorme freqüesia concentrada num momento chave: depois das colheitas. Em anos especialmente venturosos, alguns imigrantes ou trabalhadores favorecidos podiam ser vistos comprando nessas lojas. Como esses magazines eram importadores diretos, os produtos podiam ser vendidos por preços inferiores aos das mercearias de bairro. Mesmo assim, os consumidores populares não se sentiam à vontade nessas casas luxuosas do centro da cidade e mantinham a relação com o vendedor do bairro. Tais lojas tinham um sistema bastante peculiar; em Buenos Aires vendiam produtos de luxo a prestações, e no interior vendiam produtos à vista para as classes baixas. Dessa forma superavam-se os impasses nas vendas da matriz em Buenos Aires, enquanto o interior remetia dinheiro regularmente. Essas lojas não eram o centro do abastecimento proletário e eram dirigidas a um público que apreciava as novidades européias.⁹

As lojas que estavam estabelecidas nos bairros populares tinham um aspecto diferente daquelas com vitrines e anúncios do centro da cidade: elas não tinham vitrines, apenas uma porta. Algumas mercadorias do lado de fora indicavam o tipo de produto que era comercializado nesse local. Este costume espanhol, que dava uma impressão de

⁷ ROCCHI, 1998, p. 547 e 555.

⁸ As principais eram Gath & Chaves e Harrod's, a única sucursal que tinha a prestigiosa casa londrina.

⁹ A esse respeito veja-se GRAVIL, 1975, p. 312-332.

transitoriedade, era utilizado pela maioria dos pequenos comerciantes, fosse uma venda de verduras ou uma loja de roupas.¹⁰

Em alguns casos, porém, os consumidores de produtos de luxo e comuns coincidiam nos âmbitos proletários. Se era um membro das classes altas, um dos seus empregados domésticos chegava até os locais populares, especialmente às feiras ou aos mercados das vizinhanças.¹¹ Este é o nosso próximo assunto.

Mercados de bairro e feiras

Os mercados começaram com umas poucas barracas montadas na rua. Aos poucos, principalmente no centro da cidade, passaram a situar-se em prédios próprios ou, ao menos, reunidos num local próprio no bairro. Lentamente deixaram de ser o único espaço de comercialização dos alimentos, passando a ter a função de regular os preços das mercearias e vendas.

Se os mercados foram considerados um mecanismo de regulação das atividades comerciais, as feiras livres tentaram efetivar essa medida. Elas foram criadas por lei em 15 de janeiro de 1911. Para o bom funcionamento das feiras livres, a municipalidade tentava impedir a formação de um cartel de vendedores. O *laissez faire* devia ser o melhor remédio contra a especulação e a alta dos preços. Reunindo o produtor e o consumidor, evitavam-se os intermediários, os vilões de todos os períodos de alta de preços, dos quais nem o mercado estava isento.

As feiras abriam às cinco da manhã e fechavam depois do meio dia; localizavam-se em ruas previamente estabelecidas e mudavam diariamente. A municipalidade não cobrava taxas de uso, como acontecia no mercado central. Os preços finais apresentavam diferenças importantes em relação aos praticados nos mercados, sendo em média de 30 a 40% mais baratos, com picos de até 80%. Esse sistema de comercialização cresceu para abarcar os diversos bairros da cidade.¹²

¹⁰ HURET, 1986, p. 61.

¹¹ BUCHANAN, 1898, p. 215.

¹² Sobre as feiras livres, ver "Abaratamiento de los artículos de consumo" IN: Boletín del Departamento Nacional del Trabajo Nº 16 Buenos Aires, 31/III/1911, p. 98 e 99, e ainda ARGENTINA, MINISTERIO DEL INTERIOR 1913, p. 206 e 207.

Os mercados do centro da cidade eram fartos, devido à quantidade e variedade dos produtos. Estas características fascinavam os visitantes, que se deliciavam olhando a enorme diversidade de gêneros disponíveis: frangos, codornas, perdigões, martinetas, legumes, e a principal atração, a carne, que abundava e sobrava para todos os consumidores. Além do mais, os comerciantes mostravam suas habilidades na arte de sedução do freguês montando pirâmides e desenhos exóticos com as frutas da estação, procurando fazer com que parecessem mais apetecíveis.

Os mercados de bairro e as feiras, assim como o Mercado Central, eram vistoriados para que as normas de higiene fossem respeitadas. Apesar das disputas entre inspetores e comerciantes pelos aspectos higiênicos, os visitantes estrangeiros achavam esses locais mais limpos e cuidados que os europeus. Poucos cronistas escapavam ao irresistível chamado dessas pequenas cornucópias. Alguns recomendavam acabar uma noitada com uma visita aos mercados, para assistir ao espetáculo da chegada da mercadoria, ao agito dos puesteros e variedade de frutas e legumes, cujo cheiro misturava-se ao perfume das ervas aromáticas e chás, além do café, da manteiga e do queijo. O quadro completava-se com os tipos humanos, representados pelos comerciantes e pelos carros puxados por enormes bois.¹³

A situação descrita era a dos mercados do centro da cidade. Nos arrabaldes e nos bairros operários a situação não era tão boa. Nesses bairros, abandonados pela ação oficial e pelos controles sanitários, a mercadoria chegava em condições apenas aceitáveis para o consumo humano. O que se comerciava nesses locais era aquilo que sobrava no centro: frutas, verduras, legumes, carne e peixes quase estragados. Só os preços tornavam esses produtos aceitáveis.¹⁴

¹³ DAIREAUX, 1888a, p. 172; CAZZANI, 1896, p. 29; CATTARUZZA, 1906, p. 52; “Lo que come Buenos Aires. Recorrida por los mercados” IN: La Razón Buenos Aires, 15/1/1910, p. 7; KOEBEL, 1919, p. 93; e ELLIOT, 1925, p. 15-16. Sobre a intermediação Lo que come Buenos Aires... Op. Cit., 28/1/1910, p. 6. Sobre a limpeza e higiene, TURNER, 1892, p. 227 e 228; WINTER, 1911, p. 39-40; e Lo que come Buenos Aires... Op. Cit., 4/III/1910, p. 7 e 11/III/1910, p. 7.

¹⁴ WILDE, 1878, p. 266 e DAIREAUX, 1888a, p. 149.

O Almacén

Se o mercado e as feiras tinham a vantagem dos preços, da abundância e da variedade, outras formas de comercialização disputaram os consumidores do bairro, e para isso utilizavam as armas disponíveis: horários, dias de atendimento e o crédito. Açougues, leiterias, quitandas e, principalmente, as mercearias os almacenes. A mercearia porteña era um misto de venda de comestíveis e bar, muito difundida nos bairros porteños. Filho da pulpería e primo urbano do almacén de ramos generales, o almacén era o segundo cenário de Buenos Aires com que se defrontava o imigrante.

No início do século XIX os locais de vendas de comestíveis eram as pulperías. Estes locais eram freqüentados pelos criados para comprar os produtos que faltavam aos vendedores ambulantes, como ervamate e açúcar. E também por populares, para beber caña e comprar os mantimentos. Os espanhóis dominaram este comércio por muito tempo, mas foram deslocados pelos criollos no período posterior à Revolução. A substituição dos criollos por italianos e, novamente, por espanhóis, unida à chegada de novos produtos de importação e à transformação dos consumos, teve como resultado o almacén. Da pulpería, manteve a localização nas esquinas de fato, “esquina” era o outro nome para estes negócios e a venda de bebidas no local.¹⁵ Como sintetizava um observador, a mercearia era complementar dos outros tipos de vendas:

Um almacén, aqui todo mundo sabe, embora algum estrangeiro possa ignorá-lo, é uma loja onde é possível achar reunidas em fraternal harmonia e dispostas simetricamente as coisas mais disparatadas, e onde são vendidos utensílios de cozinha, talheres, comestíveis, bebidas, e outro sem número de coisas que seria difícil de precisar.¹⁶

O almacén era um centro de intercâmbio de informações sobre o que acontecia na cidade, e era um centro de sociabilidade das donas de casa. Não era unicamente um local de venda de alimentos; também era possível beber um copo de vinho ou licor, jogar baralho.

¹⁵ WILDE, 1908, p. 349 a 351.

¹⁶ LATINO, 1984, p. 25.

Era o lócus masculino e feminino de encontros e de aproximação entre culturas diferentes: a dos trabalhadores ultramarinos, a dos criollos e a daqueles que moravam em Buenos Aires. Na mercearia circulavam dicas sobre os conventillos, indicações para novos trabalhos, informações para se virar na cidade e até dados sobre a família, a região e o país. A mercearia, mais do que um comércio, era uma instituição que unificava o bairro e ajudava a homogeneizar as experiências coletivas.¹⁷

Outros locais comerciais também podem ser considerados como instituições de encontro e sociabilidade sem mencionar os cafés, bares e lojas de bebidas que poderiam estender nossa questão, tais como as lojas e farmácias de bairro. Eram freqüentados por outro tipo de fregueses, membros das baixas classes médias, empregados e pequenos comerciantes, mas cumpriam a mesma função dentro do bairro.¹⁸

Muitos vendedores ambulantes e trabalhadores esperavam sair da pobreza poupando o suficiente para poder ter acesso a um almacén. Para quem tinha ambições, a mercearia era melhor que o trabalho manual. Corriam relatos do recém-chegado que tinha iniciado a sua vida profissional na Argentina como peão e vendedor ambulante, passando a ser cozinheiro e dono de mercearia, para depois fazer fortuna.¹⁹

Mas a mercearia tinha um grande inconveniente: a concorrência. Este tipo de comércio estava tão difundido que praticamente todo cruzamento tinha um e, às vezes, estavam nas quatro esquinas. Isto levava à falência o incauto, o menos hábil nas compras ou, ainda, aquele que não conseguisse fazer amizade com os fregueses. A concorrência era tão severa que alguns desses pequenos comerciantes não conseguiam tirar dinheiro nem para o dia-a-dia.²⁰

A relação entre freguês e comerciante era vital para ambos os lados. Piadas e fofocas eram as cortesias iniciais que, se davam certo,

¹⁷ CAZZANI, 1896, p. 29; e BASTERRA, 1903, p. 17.

¹⁸ ARGERICH, 1985, p. 59 e 60 e LÓPEZ, 1943, p. 45. Para uma análise dos cafés, veja-se GAYOL, 2000.

¹⁹ Antes da sua proliferação o almacén foi uma via para a ascensão social, ver "Letter from Mr. McDonnell to Granville" IN: UNITED KINGDOM, FOREIGN OFFICE, 1871; e LATINO, 1984, p. 129.

²⁰ Sobre a quantidade de mercearias, ver LATINO, 1984, p. 25. A narrativa do imigrante italiano Ugolino Giardino confirma esta expectativa para 1910, citado por OSTUNI, 1988, p. 215. Para uma impressão sobre os riscos no caminho da ascensão social para um almacenero, ver ARGERICH, 1985, p. 49. Outros dados em "Los obreros y el trabajo. El gremio de los dependientes. Tiendas y almacenes. 20.000 empleados. La tarea y el sueldo. Comparaciones. Los menores de edad en el comercio. XVII" IN: La Prensa Buenos Aires, 4/IX/1901, p. 5.

resultariam numa amizade. Para o comerciante, permitia assegurar um comprador permanente e, para o cliente, o ansiado crédito, a libreta, o fiado. Difícilmente essas relações se rompiam, sobretudo se o cliente honrava suas dívidas. Além do crédito, o dono da venda era confidente nos problemas conjugais o que lhe dava argumentos para novas fofocas, conselheiro na hora de procurar um novo cortiço ou de levantar outro quarto na casa própria, indicava outros comércios, recomendava produtos para ocasiões especiais e, quando a amizade era grande, podia chegar a ser o padrinho de alguma criança da vizinhança, ou interceder por um vizinho que acabava na delegacia. O almacenero era o centro do pequeno mundo que ele e sua freguesia integravam.²¹

Conhecer os clientes era importante para outorgar a libreta. Quanto ganhava o futuro beneficiário? Onde trabalhava? O que consumia? Quantos membros tinha a família? Todos esses elementos pesavam na hora da decisão final e, para isso, ele tinha passado longas horas conversando com o freguês e com os informantes. Um cálculo errado resultava numa conta que não seria cobrada. O comerciante compensava as inadimplências com preços maiores, mas sem exageros para não perder a freguesia. Sem esquecer que um mau pagador era um mau exemplo.

As contas das libretas eram pagas por semana ou por mês, dependendo do trabalho. Em certos momentos que geravam despesas adicionais, como no nascimento de um filho ou na enfermidade de um familiar, o crédito podia ser esticado. Se a situação pessoal era especialmente difícil e a amizade grande, o almacenero podia emprestar dinheiro. Alguns almaceneros apoiavam grevistas ou desempregados, algumas vezes por iniciativa própria, outras por iniciativa dos grevistas. Um exemplo foi a grande greve no Porto de Buenos Aires em 1912, que durou 54 dias. Os comerciantes retardaram a cobrança aos grevistas. Um único almacén mantinha 174 libretas, acumulando dívidas no valor de \$5.448.²²

²¹ SCOBIE, 1986, p. 261 e 262, um cronista da época destaca esta importância GONZÁLEZ ARRILLI, s/d, p. 103.

²² GONZÁLEZ ARRILLI, s/d, p. 103 a 105. A importância da libreta é narrado num depoimento a BAILY, 1999, p. 168. As dificuldades de conseguir a libreta: El Obrero. Año I, Nº 12, 14/III/1891 Apud GARCÍA COSTA, 1985, p. 71 a 72; UNSAÍN, 1912, p. 309. Para os socialistas o fiado era um fator de encarecimento, ver REPÚBLICA ARGENTINA, CÁMARA DE DIPUTADOS, 1919, p. 518 e 519.

Assim como os italianos e argentinos dominavam a venda de carnes ao público, era uma tradição, desde os tempos da colônia, que o almacenero fosse espanhol, geralmente do norte da península, embora os italianos fossem ganhando um espaço cada vez maior.²³

A vida profissional típica nesse comércio iniciava-se com um emprego em uma sucursal e, com o decorrer do tempo, o empregado podia tornar-se dono. Com casa, comida, sacrifício e muita habilidade para trapacear o dono e o cliente, um dependente podia chegar a ser proprietário de uma mercearia. Mas eles não tinham horários fixos, e a folga era apenas um dia por semana ou a cada 15 dias. O almacén abria as portas cedo e fechava apenas meia hora para o almoço. O horário de fechamento era incerto, sobretudo naqueles almacenes com venda de bebidas que continuavam abertos até altas horas da noite. Fechavam com o último freguês, fosse às 10, 11 ou meia noite.²⁴ Trabalhar num comércio desse tipo nem sempre era garantia de ascensão social, e o salário médio era baixo, equivalente a um trabalhador não-qualificado.²⁵

Alguns truques eram utilizados para ampliar a margem de lucro. Os preferidos eram: pesar tirando o produto antes da agulha ficar imóvel, cobrar bebidas extras aos bêbados ou botar uma moeda para enganar a balança, sem esquecer o troco errado. Os inspetores municipais tentavam controlar esse tipo de abusos; às vezes conseguiam o seu objetivo, outras vezes as relações de amizade entre inspetor e comerciante eram mais fortes. Às vezes, uma propina podia resolver o inconveniente. Todas essas trapaças davam, finalmente, o preço real pago pelo operário, como o definia o DNT. A venda de produtos fracionados, o arredondamento no peso, os 900 gramas por quilo e as trapaças mencionadas contribuía para o encarecimento da vida operária.²⁶

²³ FOERSTER, 1969, p. 256; e LATINO, 1984, p. 25.

²⁴ Ver LATINO, 1984, p. 21; e STACH, 1914.

²⁵ Los obreros y el trabajo. El gremio de los dependientes... Op. Cit., p. 5.

²⁶ PATRONI, 1897, p. 116. Alguns processos pelo uso indevido de balanças aparecem em MUNICIPALIDAD DE LA CIUDAD DE BUENOS AIRES, ARCHIVO HISTÓRICO "Gobierno Caja 30 Año 1881. Expediente Nº 5685" 5 de Octubre e MUNICIPALIDAD DE LA CIUDAD DE BUENOS AIRES, ARCHIVO HISTÓRICO "Gobierno - Caja 28 Año 1880. Expediente Nº 922" 26 de Febrero. ARGENTINA, MINISTERIO DEL INTERIOR ARGENTINA, MINISTERIO DEL INTERIOR, 1915, p. 650; e REPÚBLICA ARGENTINA, CÁMARA DE DIPUTADOS, 1919, p. 516. Uma avaliação pouco positiva desses comércios, especialmente daqueles de La Boca, era feita por BARZINI, 1902, p. 20 e CATTARUZZA, 1906, p. 60.

Os vendedores ambulantes

De porta em porta e de cortiço em cortiço, esses comerciantes de pouca monta chegavam todas as manhãs para satisfazer as demandas daqueles que precisavam de algum produto de urgência ou que não podiam ir às lojas. Alguns vendedores ambulantes detinham um monopólio virtual de certos produtos, como o leite.

Os leiteiros chegavam com seus carros de locais afastados da cidade ou da província de Buenos Aires; alguns saíam pelas ruas com as suas vacas para ordenhar o produto na frente do consumidor. Se isso garantia que o consumidor comprasse leite, ao contrário do que acontecia com os repartidores em carros, não garantia a qualidade pois muitas vezes as vacas estavam enfermas ou mal alimentadas. Alguns dos leiteiros especializaram-se em leite de burra, considerado de alta qualidade na alimentação das crianças de pouca idade. Embora os leiteiros fossem na sua grande maioria vascos, aqueles que abasteciam o bairro de La Boca tinham aprendido o dialeto genovês para se comunicar com a freguesia. Os leiteiros eram um tipo diferente de vendedor ambulante, porque tinham equipamento e uma certa especialização no produto.²⁷

O número de vendedores ambulantes cresceu vertiginosamente, chegando a quase 12.000 em 1901. Sem uma regulamentação adequada que pudesse controlá-los ou verificar as condições higiênicas em que trabalhavam, abarcavam ramos distintos de alimentos, vendendo até mesmo roupas.²⁸

O vendedor ambulante típico carregava pessoalmente a mercadoria desde o Mercado Central ou de onde a conseguisse, até os bairros. Os motivos dessa proliferação estariam no individualismo e na intenção de *Fare l'America*. Esse vendedor dependia unicamente de si, da sua própria força e de sua resistência para fazer todas as viagens possíveis. Sem associados e sem ajudantes, o êxito ou o fracasso dependia apenas dele. Um observador dessa época lembrava a lenda do

²⁷ CHUECO, 1889, p. 219 e 220. Sobre o leite de burra WINTER, 1911, p. 40. Sobre os leiteiros vascos falantes de genovês pode ser consultado o depoimento a BAILY, 1999, p. 168.

²⁸ "Los obreros y el trabajo. Vendedores ambulantes. 12.000 personas ocupadas. Las dificultades del oficio. Efectos de la competencia. Carniceros, fruteros, verduleros. Interesante reportaje. La tarea y el beneficio. XXVI" IN: La Prensa Buenos Aires, 23/IX/1901, p. 3 e Lo que come Buenos Aires... Op. Cit., 4/III/1910, p. 7.

vendedor ambulante que fazia fortunas. Segundo ele, em oito anos era possível passar de vendedor ambulante de tortillas, frutas e biscoitos ou seja, sem produto específico e, portanto, sem uma freguesia constituída, a dono de uma fonda ou pequena loja de comidas.²⁹

O vendedor ambulante pertencia a diversas faixas etárias: crianças, jovens e adultos, todos eles tinham um lugar nessa vida; somente a mulher não participava desse ofício. As crianças e os velhos hegemonizavam dois produtos: bilhetes de loteria e jornais. Os moços e adultos vendiam diversos gêneros alimentícios; aliás, vendiam tudo o que era possível ser vendido.

O trabalho era simples e a boa fortuna do vendedor dependia tanto do bairro escolhido como de sua habilidade na escolha do produto. Nas madrugadas, abastecia-se no Mercado Central, no porto ou nas fábricas. Daí, saía à procura do seu bairro. Chegava ao conventillo quando o movimento ainda estava no início e as donas de casa não tinham ido às compras. Quem possuía um pequeno carro ia em direção aos limites de Buenos Aires abastecer os vizinhos dos bairros afastados. O resto carregava o máximo possível de mercadoria sobre os ombros, balançando cestos de frutas e ovos ou equilibrando uma vara, da qual pendiam produtos como aves ou peixes. Se fosse pobre ou um desocupado ocasional ou estivesse começando na profissão, vendia frutas de estação, que eram baratas e, com pouco dinheiro, era possível completar uma carga. Mas, como o lucro era ínfimo, era necessário fazer até três viagens para obter um lucro pequeno, o que fazia com que estivesse exausto no fim do dia. Os mais experientes procuravam produtos caros e escolhidos. Seguindo a demanda, aumentavam suas compras e conseguiam conformar uma clientela, da qual conheciam gostos e necessidades.³⁰

Quem estabelecia uma clientela entre as famílias abastadas conseguia bons lucros e finalizava sua tarefa rapidamente. Para o resto, o trabalho acabava entre meio dia e duas da tarde, depois de oito a dez horas de trabalho. Os açougueiros carregavam de 90 a 100 quilos e liquidavam seus produtos cedo; os vendedores de peixe ou de frutas e verduras carregavam menos, mas, em compensação, tinham que andar

²⁹ DAIREAUX, 1888a, p. 144 e 150. Mesmo assim, era uma via de ascensão social para os imigrantes não muito apreciada por este romancista, ARGERICH, 1985, p. 19.

³⁰ DAIREAUX, 1888a, p. 144 a 148; MORENO, 1914, p. 204; PASCARELLA, 1917, p. 12; e WINTER, 1911, p. 40.

rápido para liquidar sua mercadoria, parando apenas para comer uma laranja, um pedaço de pão, queijo ou alguma verdura.

A maior parte dos vendedores ambulantes tinha algum truque para agradar a clientela, como dar um brinde a yapa ou permitir a pechincha. De fato, não pechinchar era um insulto para o vendedor. A conversa fazia cair os preços a 1/4 ou 1/5 do preço original; por outro lado, os preços desses comerciantes eram sempre maiores que os das mercearias, mercados e feiras. Mesmo assim, o lucro era pequeno: entre a pechincha e a yapa, obtinham de dois a três pesos diários, igual ou menos do que ganhava um trabalhador não-qualificado. Como os donos das mercearias, os vendedores ambulantes tinham alguns truques para obter ganhos extras, como por exemplo, errar no peso ou recusar-se a usar balanças.³¹

Segundo os observadores, a maioria dos vendedores ambulantes eram italianos: napolitanos, genoveses, piemonteses e calabreses; muitos deles vendiam verduras de casa em casa; os calabreses e os da Basilicata vendiam frutas parados numa esquina e eram conhecidos também como naranjeros. Os argentinos especializavam-se em produtos típicos, como pastéis salgados empanadas ou doces pastelitos e canjica mazamorra. Ainda havia aqueles que vendiam produtos de armarinho, geralmente sírios e libaneses, e os carregadores ou changadores, espanhóis da Galícia.³²

Em 1901, o jornal *La Prensa* fez uma estatística aproximada, dividindo os vendedores ambulantes nos seguintes ramos de atividade: 8.000 vendedores de frutas, verduras e carne; 1.300 vendedores de biscoitos e doces; 320 de peixes; 200 amoladores; 75 dedicados aos jogos de azar; 100 vendedores de aves; 600 vendedores de artigos de armazém e armarinho; 450 engraxates e 955 dedicados a assuntos vários. O aumento do desemprego levava mais pessoas a procurar essa profissão. Muitos jornaleiros procuravam essa atividade para

³¹ LATINO, 1984, p. 26; e *Los obreros y el trabajo. Vendedores ambulantes...* Op. Cit., p. 3. Para a barganha DAIREAUX, 1888a, p. 172 e TUNER, T. Op. Cit., p. 105. Sobre as traças há registros em: MUNICIPALIDAD DE LA CIUDAD DE BUENOS AIRES, ARCHIVO HISTÓRICO Gobierno- Caja 28 Año 1880. Expediente Nº 922 26 de Febrero.

³² DAIREAUX, 1888a, p. 148, 152, 153 e 158; FOERSTER, 1969, p. 262; GACHE, 1900, p. 86; LATINO, 1984, p. 26; MORENO, 1914, p. 205; TURNER, 1892, p. 105; e WILDE, 1908, p. 139 e 140. As peculiaridades dos vendedores ambulantes no depoimento a BAILY, 1999, p. 168.

amenizar a falta de trabalho, gerando uma grande oferta dos mesmos produtos e baixando os preços finais.³³

Esticando os lucros e burlando os controles: falsificações e adulterações

A falsificação foi uma prática muito difundida desde os primórdios da Revolução Industrial na Inglaterra. O processo de industrialização e a quantidade crescente de alimento requerida para satisfazer a população levaram os produtores a tentar diversos métodos para esticar os produtos. Até 1850 a justificativa para falsificar certos produtos referia-se aos gostos populares. Segundo os industriais, os consumidores preferiam alimentos processados com determinados produtos, em lugar dos alimentos puros. Quando começaram as pesquisas sobre qualidade dos alimentos, apareceram casos de adulterações que eram atentados à saúde pública.³⁴ Essas pesquisas foram um marco para avaliar a qualidade dos alimentos, e acabou influenciando os controles e práticas de fiscalização até mesmo em Buenos Aires.

A Municipalidade de Buenos Aires e suas dependências utilizava certos controles contra os truques e fraudes utilizados pelos comerciantes na luta pelo lucro. Algumas trapaças eram praticadas pelos produtores ou revendedores, assim concorriam deslealmente e obtinham lucros maiores. Esse tipo de golpe crescia com a necessidade dos donos das mercearias de baratear seus produtos e manter suas clientelas, uma vez que era impossível acompanhar as altas dos produtos de consumo cotidiano. A carestia estimulava essa prática que ia desde os produtos mais populares até os de luxo.³⁵

Muitas vezes as trapaças limitavam-se à venda de um produto por outro, ou a esticar o produto base, sem maiores conseqüências para a saúde. Outro tipo de fraude consistia em vender-se um produto com peso ou quantidade menor que o anunciado. Porém, os excessos cometidos nessas alterações podiam ter efeitos gravíssimos para os

³³ Los obreros y el trabajo. Vendedores ambulantes... Op. Cit., p. 3.

³⁴ BURNETT, 1989, p. 216.

³⁵ RAHOLA, 1905, p. 83 e 84.

consumidores, porque eram utilizados produtos tóxicos ou nocivos à saúde.³⁶

A Municipalidade de Buenos Aires criou a Oficina Química Municipal, para limitar os excessos e controlar a qualidade, higiene e composição dos produtos alimentícios. A Oficina foi criada em 1875 e regularizada em 1883, depois de um tempo fechada. Inicialmente os conflitos de interesses e a falta de verbas impediram seu funcionamento. Esse organismo não tinha um procedimento regular; pelo contrário, atuava por conta própria, a pedido dos vizinhos, dos inspetores, de fabricantes que queriam saber da qualidade dos seus produtos e os da concorrência, ou ainda de comerciantes. Algumas vezes os trabalhadores, em conflito com uma empresa, denunciavam fraudes e falsificações.³⁷ Dessa forma, dependendo de quem estivesse à frente da Oficina Química, as atividades podiam ser mais intensas ou relaxadas.

Antes de mais nada, é preciso fazer uma diferenciação entre adulteração e falsificação. A primeira refere-se ao ato de aumentar o rendimento de um produto incorporando-lhe outros de menor valor, melhorar o aspecto introduzindo corantes e flavorizantes, conservantes para manter a qualidade por um tempo maior, ou, ainda, acelerar o processo de elaboração, reduzindo os custos. A falsificação implica a venda de um produto por outro de maior valor. Ambas as práticas não se excluem.

Outro fator que favorecia as falsificações e as adulterações eram as altas taxas alfandegárias, já que, geralmente, os produtos falsificados eram os importados. A falcatura consistia em substituir os produtos importados pelos locais. Desde os Habanos até a água mineral, eram elaborados com matérias primas argentinas. O lucro produzido era alto, já que a matéria prima local era mais barata e não pagava impostos alfandegários. O contrabando poderia ser considerado uma forma de aumentar lucros e fugir dos controles, sem enganar o cliente sobre a qualidade, mas, por outro lado, os impostos eram sonegados, apesar de serem cobrados do freguês.³⁸

³⁶ WORTHINGTON, 1980, p. 557; e REINO DE ESPAÑA, MINISTERIO DE ASUNTOS EXTERIORES 1884.

³⁷ MUNICIPALIDAD DE LA CIUDAD DE BUENOS AIRES, ARCHIVO HISTÓRICO “**Gobierno Caja 30 Año 1881. Expediente Nº 5202**” 2 de Setiembre.

³⁸ GONZÁLEZ, 1908, p. 143 e 144.

Outro motivo para a falsificação era o gosto. Os produtos importados eram apreciados pelos imigrantes pela oportunidade de consumir os produtos da pátria distante. Já a elite argentina o fazia para distinguir-se. Esses produtos estavam presentes nas mercearias e lojas até a Grande Guerra.³⁹ Mesmo que o produto argentino estivesse disponível e com preço bom, preferia-se o importado. A falsificação era uma estratégia comum para satisfazer essa demanda. O procedimento era simples: apresentar o produto como se fosse importado. Nem o governo nem as organizações dos industriais concordavam com essa prática, mesmo assim, a primeira lei destinada a combater essa contravenção data de 1924 e obrigava a que os produtos locais apresentassem a legenda “Indústria Argentina”.⁴⁰

Como explicamos, a falsificação, ou pirataria, era menos perigosa para o consumidor que a adulteração, pois os produtos estrangeiros eram substituídos por produtos nacionais. As queixas dos estrangeiros contra essa prática encontravam várias dificuldades, tais como, identificar o produto, comprovar a fraude e enfrentar difíceis e extensos processos judiciais. As falsificações eram toleradas sempre que não surgissem queixas graves.⁴¹

Na luta para se obter maiores lucros, certos produtos eram os preferidos dos adulteradores. Fosse porque era preciso baixar custos, porque a concorrência era elevada, ou porque passava por várias mãos, o fato é que o leite, o pão e o vinho encabeçavam todas as listas de adulterações e reclamações.

No caso do leite, toda a cadeia de distribuição tratava o produto de forma tal que o resultado final nada tinha a ver com o original, tanto que de uma adulteração se chegava a uma falsificação. O primeiro ponto da cadeia, o produtor, tirava parte da gordura para fazer manteiga ou queijos. O distribuidor incorporava água para esticar o produto o “aceito” era um litro em cada oito, ou 12%, mas a prática normal era a de agregar 2,5 litros em cada oito, ou seja, 30%. E não é preciso mencionar aqui a qualidade da água utilizada na adulteração. Os distribuidores também reclamavam das empresas de pasteurização do leite, alegando que elas vendiam o leite aguado. Ninguém tinha

³⁹ Sobre gostos Cf. ROCCHI, 1998, p. 538 e 539. Um analista do período chamava a atenção para esta questão, ver HELGUERA, 1893, p. 35.

⁴⁰ GRAVIL, 1975, p. 315 e 316.

⁴¹ HURET, 1911, p. 508 e 509; e WORTHINGTON, 1980, p. 557.

culpa, mas o leite nunca chegava puro.⁴² O único leite puro era aquele vendido por quem levava a vaca de casa em casa, mas havia o perigo, pois o produto podia ser de vacas enfermas ou cansadas, além de não ser pasteurizado. Então, quando uma simples adição de água tornava-se uma falsificação? Quando os comerciantes com menos escrúpulos colocavam tanta água no leite sem gordura que o que restava era encorpado agregando-se fécula e cérebro bovino ou de carneiro. Assim, elaborava-se um produto similar ao leite.⁴³

Outro alvo dos comerciantes era o pão. Embora desde inícios do século XX fossem vendidas duas categorias de pães, ambas estavam sujeitas a adulterações. A mais corriqueira consistia em incorporar algum ingrediente que fazia o produto mais vistoso. Ao mesmo tempo que reduzia o tempo de fabricação, enxugava o custo da mão-de-obra e permitia utilizar farinhas de qualidade inferior. Para encobrir todos esses “defeitos” e desrespeitar a fiscalização e as multas, o padeiro não colocava a marca regulamentar da padaria.⁴⁴ Além disso, o pão sofreu algumas adulterações legais. O pão “radical” é um exemplo. O governo radical mandou elaborar pão com farinhas de baixa qualidade ou estragadas com a finalidade de combater os aumentos.⁴⁵

O líder na lista dos mais falsificados era o vinho. Falsificar vinho era quase imprescindível para a subsistência do almacenero ou nas vendas de bebidas alcoólicas. Todas as trapaças eram praticadas nesse produto, desde a simples utilização de água para diluir o conteúdo à “fabricação” do vinho sem uvas. Para fabricar o vinho usavam-se uvas-passas, açúcar, álcool e ervas aromáticas. A utilização do álcool etílico era o método mais comum para aumentar a quantidade do produto; com o álcool, chegava-se a altas graduações alcólicas com pouco vinho. Se o vinho ficava claro, colocavam-se corantes. A falsificação não era muito diferente da adulteração, só que a mistura de corantes

⁴² UNSAÍN, 1912, p. 377 a 380 e “La carestía de la vida. Investigación del Departamento Nacional del Trabajo” IN: La Razón, 11/I/1913, p. 9.

⁴³ Revista Farmacéutica XI/1880 Apud GUTIERREZ, 1981, p. 198.

⁴⁴ GUTIERREZ, 1981, p. 198; sobre a falta das marcas, ver MUNICIPALIDAD DE LA CIUDAD DE BUENOS AIRES, ARCHIVO HISTÓRICO “Gobierno Caja 31 Año 1880. Expediente Nº 1238” 8 de Marzo e MUNICIPALIDAD DE LA CIUDAD DE BUENOS AIRES, ARCHIVO HISTÓRICO “Gobierno Caja 38 Año 1882. Expediente Nº 1333” 3 de Marzo.

⁴⁵ JOSÉ PANADERO “El pan radical” In: La Protesta Buenos Aires, 18/III/1915; “En las Ferias Francas. Gracias radicales” In: La Protesta Buenos Aires, 3/VIII/1917. Esta prática foi parabenizada pela Review of the River Plate 5/III/1915, p. 501 e 503.

e álcool era usada para produzir vinhos “europeus”, destinados a um mercado que consumia produtos caros.⁴⁶

Os cônsules espanhóis nas cidades de San Juan e Mendoza enviaram informes para o seu Ministério dos Assuntos Exteriores sobre a qualidade desses vinhos. Para o Cônsul de San Juan, o problema começava na origem. Para poder pagar os créditos tomados, os produtores vendiam os vinhos rapidamente, sem esperar o amadurecimento. Para acelerar o processo de fabricação, submetiam-se os caldos, ou mostos, a altas temperaturas. Para produzir vinhos brancos utilizava-se o enxofre que dava uma cor adequada. Para falsificar os vinhos e dar as tonalidades necessárias, recorria-se também a várias tinturas, tais como: o fruto do magüi em pó, zarzamora ou salsaparilha em pó e anilina, entre outros. Se os pequenos produtores faziam vinhos ruins por falta de conhecimento, os grandes produtores o faziam porque procuravam o lucro e as grandes quantidades. Para isso usavam água destilada, açúcar e aguardente de uva, para dar maior volume e teor alcoólico ao produto final.⁴⁷

A oposição às fiscalizações e controles de qualidade também partiam dos almaceneros. Estes comerciantes, que geralmente estimavam os produtos que vendiam, rejeitaram as análises do vinho na origem Mendoza e San Juan, porque podiam inibir as fraudes por eles cometidas ou descobrir suas responsabilidades. As fraudes no vinho não se restringiam ao produto em si; as rolhas usadas, que iam parar nos monturos, eram recolhidas e reutilizadas, independente do uso anterior tampa para venenos, água sanitária e outros e sem higienização.⁴⁸

Os corantes costumavam ser um grave problema, pois muitos eram confeccionados com minerais não-digeríveis pelo organismo

⁴⁶ Um comerciante afirmava receber sua mercadoria de Gênova e para isto apresentou uma carta do fabricante enviada de “Buenos Aires”: MUNICIPALIDAD DE LA CIUDAD DE BUENOS AIRES, ARCHIVO HISTÓRICO “Gobierno Caja 40 Año 1882. Expediente Nº 2860” 10 de Febrero; sobre tinturas e graduação alcoólica MUNICIPALIDAD DE LA CIUDAD DE BUENOS AIRES, ARCHIVO HISTÓRICO “Gobierno Caja 40 Año 1882. Expediente Nº 4370” 3 de Março e MUNICIPALIDAD DE LA CIUDAD DE BUENOS AIRES, ARCHIVO HISTÓRICO “Gobierno - Caja 30 - Año 1881. Expediente Nº 5202” 2 de Setiembre.

⁴⁷ REINO DE ESPAÑA, MINISTERIO DE ASUNTOS EXTERIORES 1886; e REINO DE ESPAÑA, MINISTERIO DE ASUNTOS EXTERIORES, ARCHIVO GENERAL, 1887.

⁴⁸ “Envenenadores” IN: La Protesta Buenos Aires, 22/II/1906 e “Los almaceneros protestan” IN: La Protesta Buenos Aires, 5/III/1916.

humano. Para tingir as massas, eram usadas anilinas que imitavam a cor do açafrão. Estes pigmentos estiveram proibidos, inicialmente, por serem elaborados com arsênico, mas depois foram rejeitados por não informar qual o elemento utilizado no lugar do açafrão. Os únicos pigmentos permitidos eram os vegetais, tais como, clorofila, açafrão, carmim e anil. Mas muitas vezes eram utilizados sais, como o orange de anilina ou laranja de açafrão, com açúcar, por serem muito mais baratos.⁴⁹

O tabaco e as múltiplas formas de consumi-lo também sofreram fraudes. Algumas eram muito simples, como utilizar o tabaco da Bahia para fabricar Habanos, ou o de Tucumán para elaborar tabaco “italiano”. No primeiro caso, o alvo eram os consumidores das classes médias, que tentavam imitar os consumos das classes altas. No outro, eram os imigrantes italianos, que preferiam manter os costumes. A ousadia dos falsificadores era tal que eles montavam fábricas para elaborar tabaco “italiano”.⁵⁰

Dessa enorme quantidade de falsificações não escapavam produtos que, apesar de abundantes, podiam enfrentar aumentos circunstanciais, como a carne de vaca, que era substituída pela carne de cavalo. Outros gêneros, como os condimentos, que, devido aos altos preços, eram pouco utilizados pelos trabalhadores, também eram alvos de fraudes. Os baixos preços das substancias substitutas atraíam os consumidores, como acontecia com a pimenta, aumentada com a semente do aguaribay; a pasta de tomate, feita com gordura, pó de tijolos e muito pimentão; e ainda a mostarda e o molho inglês. O chocolate era esticado da seguinte forma: 3/5 de cascarilla, 1/3 de amendoim e o resto por cacau inferior e açúcar de terceira classe. Chá, erva-mate e tabaco eram colocados em locais úmidos para ganhar até 30% mais em peso. O óleo de amendoim ou a gordura de cavalo substituíam o azeite de oliva. Falsificavam-se os aperitivos italianos cujas essências eram vendidas livremente, os rótulos e as garrafas,

⁴⁹ Ver MUNICIPALIDAD DE LA CIUDAD DE BUENOS AIRES, ARCHIVO HISTÓRICO “**Economía Caja 17 Año 1881. Expediente Nº 5643**” 3 de Octubre e MUNICIPALIDAD DE LA CIUDAD DE BUENOS AIRES, ARCHIVO HISTÓRICO “**Gobierno Caja 30 Año 1881. Expedientes Nº 6157 - 6988**” de 25 de Octubre e de 12 de Noviembre.

⁵⁰ RAHOLA, 1905, p. 148.

tanto quanto o cigarro habano, geralmente feito com tabaco da Bahia, do Paraguai ou local.⁵¹

As marcas afamadas também não escapavam às falsificações. A água mineral Apollinari e o whisky Black and White, ambos produtos ingleses, eram integralmente pirateados na Argentina. Desde as garrafas aos rótulos, eram fabricados localmente, com fac-símiles dos originais. A fraude, que era de alto nível nas embalagens, esbarrava na qualidade. O whisky era péssimo e denunciava a origem. Outros sinais que evidenciavam a fraude eram os erros nos nomes, nos locais de elaboração etc. A pirataria não se restringia a esses produtos, alcançando ainda têxteis e sapatos. As queixas dos representantes britânicos não conseguiam sensibilizar os funcionários encarregados das fiscalizações.⁵²

Foi impossível controlar todas as adulterações. Os baixos preços dos produtos adulterados eram atraentes para todos os consumidores. Medicamentos e produtos de beleza masculinos e femininos também foram alvo dessa prática, que produzia ótimos lucros com baixos investimentos. Trinta anos depois, os sucessores dos higienistas e os organismos estatais ainda lutavam contra essas fraudes.⁵³

A produção para o consumo próprio

Foram poucos os habitantes de Buenos Aires que conseguiram fugir das regras do mercado, por meio da produção doméstica de certos bens, visando o consumo próprio ou de alguns familiares e amigos. A forma mais freqüente, e quase a única, era a criação e o cultivo em casa, ou em algum terreno baldio próximo à moradia.⁵⁴ Os higienistas incentivavam essa prática porque resultava numa elevação dos níveis

⁵¹ O aguaribay é uma espécie de pimenta, a cascarilla é a casca do cacau. Para a pimenta e a umidificação dos produtos: El Obrero. Año I, Nº 25, 20/VI/1891 Apud, SPALDING, 1970, p. 203; para a falsificação de produtos importados: HURET, 1911, p. 507 e 508; LE BRETÓN, 1899, p. 284 a 286; conservas de tomate: GONZÁLEZ ARRILLI, s/d, p. 106; chocolate e óleo: "Intereses domésticos" IN: La Vanguardia. Año II. Nº 45 Buenos Aires, 9/XI/1895, p. 3; e uso de carne de cavalo: ARGENTINA, MINISTERIO DEL INTERIOR ARGENTINA, MINISTERIO DEL INTERIOR 1915, p. 727.

⁵² HURET, 1911, p. 507; MARTIN, 1905, p. 50 e 51; UNITED KINGDOM 1899, p. 27.

⁵³ FERRERAS, 1998, p. 101 e 102.

⁵⁴ Os socialistas estimularam o uso dos terrenos baldios com esta finalidade REPÚBLICA ARGENTINA, CÁMARA DE DIPUTADOS, 1919, p. 518.

de consumo de proteínas e vitaminas sem custo. Outras carnes, além da carne de vaca, frutas e verduras permitiam melhorar a dieta e, por conseguinte, a saúde do porteño. Juan Alsina recomendava, para tanto, a saída do centro da cidade, já que nos cortiços era impossível conseguir um suprimento próprio de alimentos. Se no conventillo não existia espaço adequado para semear ou para uma criação, a solução era mudar para os bairros periféricos. As autoridades na área social entendiam que a solução para a alimentação dependia em grande parte desse traslado, por isso o incentivaram, quando possível, afirmando que os cultivos e criações ajudavam nos orçamentos familiares.⁵⁵

Muitos imigrantes que viviam nas áreas periféricas e suburbanas, ou que podiam alugar uma casa com um pátio, mesmo quando partilhado, tinham essas pequenas produções. As tarefas de cultivo e criação ficavam por conta da dona de casa ou dos filhos sem idade para trabalhar. A origem rural da maioria dos imigrantes contribuía para essas práticas. Eles mantinham um pequeno quintal para produzir os produtos do dia-a-dia e para manter alguns costumes trazidos das suas regiões natais. Onde os genoveses de La Boca poderiam conseguir um pouco de manjerição, senão na sua própria casa? Onde um sírio poderia conseguir umas folhas de hortelã, e o espanhol um pouco de orégano? Era tal a relação do imigrante com esses costumes que a existência do pequeno cultivo denotava a origem do morador.⁵⁶

As produções de frangos e galinhas, tomates, legumes ou frutas eram vistas como uma sinal de progresso dos imigrantes. Para outros observadores tais práticas representavam o descaso do imigrante por integrar-se na nova sociedade, ou eram apresentadas como símbolos do atraso daqueles que mantinham suas origens rurais, sem conseguir incorporar-se ao meio urbano. Em La Boca, onde as palafitas permitiam manter as pequenas produções, a situação não era a esperada pelos reformistas: havia alguns frangos raquíticos ciscando no lixo, ou entre legumes e tomates murchos. Não parecia um panorama muito estimulante.

A prática de criação e cultivo não era exclusiva dos recém-chegados. Muitas famílias tradicionais, principalmente aquelas que moravam nos grandes casarões coloniais, mantinham um pequeno

⁵⁵ ALSINA, 1905, p. 392 e UNSAÍN, 1912, p. 310.

⁵⁶ DAIREAUX, 1888a, p. 131 e LOMBROSO FERRERO, 1908, p. 350 e 351.

pomar, reminiscência da fazenda, quando não uma criação de galinhas e frangos, ou mesmo uma horta. Nos primórdios do nosso período, e ainda no século XX, muitos membros da elite gostavam de ter uma parreira ou uma figueira para passar as tardes de calor à sombra, bebendo o chimarrão e conversando com os amigos. Bucólica pintura que transcorria no terceiro pátio, ao qual só os amigos mais íntimos e os membros da família tinham acesso. Os figos e as uvas eram aproveitados nas refeições familiares. Fosse por comodidade, para ter um espaço livre no pátio interior da casa, ou pelo desejo de manter as tradições rurais, o fato é que a produção doméstica garantia uma reserva em tempos de crise e suplementava a alimentação cotidiana, evitando muitas vezes que o porteño se visse obrigado a pedir crédito ao almacenero.⁵⁷

Uma forma extrema de exclusão do mercado foi a dos pobres urbanos que moravam nos monturos, como La Quema. Neste local esquecido pelas autoridades os moradores valiam-se do que recolhiam ou achavam para garantir a subsistência. O trabalho consistia em resgatar o que pudesse ser vendido na cidade. Nem sempre era preciso obter o dinheiro para satisfazer as suas necessidades. De fato, grande parte do sustento cotidiano provinha do que achavam no lixo. Os porcos, galinhas e frangos vendidos na cidade, também eram aproveitados para consumo próprio. Nesse mesmo local, os seus habitantes não precisavam fazer muito esforço para achar entre o desperdício um pedaço de pão, carne ou algumas aves galinha, frango e outras que terminavam servindo como refeição ou contentando o estômago.⁵⁸

Conclusões

Os produtos que os operários consumiriam passavam por diversos passos no caminho entre os produtores e os consumidores. De origens distantes ou próximas, uma série de intermediários fazia parte do comércio dos gêneros populares. Grandes e pequenos comerciantes estavam envolvidos nesse processo. Esses comerciantes faziam parte

⁵⁷ BARZINI, 1902, p. 20; CATTARUZZA, 1906, p. 60; DAIREAUX, 1888a, p. 109 e 110; e LUPATI, 1910, p. 118.

⁵⁸ Paisajes suburbanos... Op. Cit., p. 3.

do mundo dos trabalhadores, membros da classe que ganhavam seu sustento como modestos vendedores ou tentando deixar para trás a marca do trabalho manual, arriscavam suas economias na instalação de um almacén. Os riscos que estes pequenos comerciantes enfrentavam estavam associados aos riscos dos trabalhadores; seus destinos estavam unidos. O reconhecimento de pertencer a um mesmo grupo evidenciava-se na libreta. O crédito baseava-se na confiança mútua; por isso, a boa fortuna dos operários resultava na boa fortuna dos comerciantes. A poupança dos comerciantes podia ser perdida em alguma crise, na extensão excessiva do crédito ou na indisposição com a freguesia.

Para fugir dessa situação e depender o menos possível da relação de confiança entre freguesia e comerciante, este recorria a outro tipo de atitude, como as fraudes e falsificações, a fim de compensar perdas e aumentar os lucros ao máximo, entrando aqui uma nova relação de confiança, de amizade ou comercial com o inspetor distrital. Esse tipo de relações estabelecidas entre comerciante e freguesia eram típicas dos setores operários e dos bairros operários em muitas partes do mundo e, antes de revelar uma característica específica do operariado de Buenos Aires, revela uma continuidade com o mundo dos trabalhadores e com a constituição e a conformação da classe trabalhadora.

ASADO, PUCHERO E FIDEOS EN STUFATO: A CONSTITUIÇÃO DA COZINHA DOS TRABALHADORES EM BUENOS AIRES

“Griten en buena hora cuanto quieran los taciturnos ingleses, roast-beef, plum pudding; chillen los italianos, maccaroni, y váyanse quedando tan delgados como una l o la aguja de una torre gótica. Vocean los franceses omelette soufflé, omelette au sucre, omelette au diable; digan los españoles con sorna, chorizos, olla podrida, y más podrida y rancia que su ilustración secular. Griten en buena hora todos juntos, que nosotros, apretándonos los flancos soltaremos zumbando el palabron, matambre, y taparemos de cabo a rabo su descomedida boca.” (ECHEVERRÍA, 1837)

“Una garita de madera resguardaba las hornallas en cuya cabecera una pavita enlozada calentaba el agua para matear y, a sus horas, la olla del pucherete y la sopa. [...]. Cada viaje hasta la hornalla en busca de renovados calores para la pesada plancha, renacía por grados una lánguida apetencia de estómago reducido y de paladar atrofiado, aspirando el vaho de la olla con su hueso, dos papas, un choclo y cinco de verduritas.” (GONZÁLEZ ARRILLI, s/d, p. 49 e 50)

“Minha querida esposa [...] aqui tudo é caro [...] a única coisa barata e a bom preço é a carne”,¹ escrevia um imigrante belga no final da década de 1880. Quase 30 anos depois, um imigrante italiano escrevia a seus país: “A comida aqui é boa, ainda que não seja muito saborosa”.² Embora a comida fosse um tema recorrente na correspondência que cruzava o Atlântico, não há pesquisas a respeito. A comida é um exemplo das transformações atravessadas pelos imigrantes. Para os que chegavam à Argentina, a comida era um parâmetro das mudanças e um ponto de encontro com os seus.

Até o momento apresentamos a alimentação como a somatória de alguns produtos tal como chegavam aos lares operários. Aqui

¹ Carta de Louis Van H... desde Buenos Aires (12/XI/1888, Traduit du flamand) In: GAUDELIER, 1889, p. 41.

² Cf. Carta de Oreste Sola, desde Buenos Aires (17/08/1901) Apud BAILY e RAMELLA, 1988, p. 35.

tentaremos analisá-los à luz dos múltiplos elementos confluentes: econômicos, sociológicos e culturais. O estudo da alimentação requer certos cuidados, uma vez que não podemos aplicar nossos próprios parâmetros aos alimentos consumidos no passado. A industrialização, por exemplo, alterou sensivelmente os produtos consumidos até então.³

A alimentação, questão desprezada e tomada como menor, é relevante. Essa questão “menor” permite-nos ter consciência de que aquilo que é significativo para as pessoas muda com o tempo, embora essa mudança seja lenta, e de que a alimentação é um dos locus básicos da constituição das identidades. Desta forma, alguns consumos, receitas e costumes alimentares que qualificamos como “tradicionais”, dando-lhes uma origem remota, são o produto de um determinado momento histórico, ou a somatória de vários momentos históricos relativamente próximos, que para o observador ingênuo, aparecem como cristalizados num momento antiqüíssimo. Segundo essa forma de apreciar a cozinha, as receitas passaram de mães e avós para filhas e netas ao longo de séculos, inalteradas. Porém, a alimentação tem a sua dinâmica, sendo atravessada por processos socioeconômicos e transformações culturais. As grandes migrações e a miscigenação das culturas em uma terra nova, junto à industrialização, são elementos que devem ser considerados ao analisarmos a cozinha da Argentina.

Isso, que deveria ser óbvio para um historiador, não deixa de parecer novo e deve ser elucidado, o que nos leva a refletir sobre o significado das coisas pouco importantes. Para começar, devemos contextualizar os elementos constitutivos da alimentação e analisá-los no processo de conformação, relacionando-os aos acontecimentos e tendências da época.

Os antropólogos têm sido pioneiros nas análises da cozinha e das normas alimentares. Mas uma questão une enfoques opostos, como os estudos de Mary Douglas, Claude Lévi-Strauss e Marvin Harris, que apresentam a alimentação como um elemento estático. Segundo eles, uma vez passado o processo de constituição das dietas, num passado indefinido, as mesmas apresentam apenas pequenos acertos.⁴

³ Cf. FLANDRIN e MONTANARI, 1998, p. 19.

⁴ Veja-se ORTOLEVA, 1992, p. 58 e 59.

A alimentação, que aparece como uma questão não politizada e, portanto, menor, pode tomar uma dimensão mais ampla, deixando de estar restrita à cozinha, da casa e da história. Dentro do campo da cultura, a importância da alimentação seria maior, justamente pela não-politização, porque permitiria revelar o inconsciente coletivo e os aspectos da identidade individual e social. Este tipo de problema presta-se muito bem para enfatizar questões de gênero e de identidades.

Aqui tentaremos compreender a conformação da estrutura alimentar operária e imigrante influenciando a constituição de uma identidade local. Os estudos do consumo são “pessimistas” no que se refere às possibilidades dos trabalhadores de influir no seu próprio destino, apresentando-os como conformistas ou como deslumbrados com os novos produtos. A alimentação foi uma área de conflito. Os trabalhadores refletiram e atuaram sobre essas questões, seguindo suas próprias convicções.⁵

Para estudar o consumo temos de tomar o cuidado de não cair na armadilha apontada por Fine e Leopold:

Analisar o consumo através do mercado significa reescrever a história em termos favoráveis aos ricos e poderosos, como aqueles que devem ser emulados. O resultado é a construção de uma racionalidade favorável à sociedade de consumo contemporânea.⁶

A lenda dourada da abundância alimentar deve ser avaliada à luz de outros indicadores. Se a América oferecia uma boa alimentação, as taxas de mortalidade eram similares às européias, quando não superiores. Um pesquisador italiano⁷ compara essas situações de disponibilidade maior de alimentos nos países de imigração de massas com as diferenças existentes entre cidade e campo na Europa. As vantagens da maior circulação de alimentos nas cidades eram compensadas pelo alto preço dos mesmos, a elevada densidade populacional urbana e uma maior densidade habitacional, o que criava as condições ideais para a transmissão dos agentes infecciosos. Nos países “novos”, esses elementos estavam unidos às deficiências dos sistemas de saneamen-

⁵ Um trabalho interessante a respeito é o desenvolvido para os Estados Unidos por GLICKMAN, 1997, p. 72 e 73.

⁶ FINE e LEOPOLD, 1990, p. 152.

⁷ Cf. LIVI-BACCI, 1988, p. 110 e 111.

to urbano e à deficiente vigilância na elaboração e conservação dos alimentos, o que acabou elevando as taxas de mortalidade ao nível das existentes nos países de origem, que continuavam a atravessar a fome com freqüência. A falta de higiene dos cortiços acabava não compensando a melhora alimentar.⁸

Neste sentido, Buenos Aires é um local interessante para ser avaliado. Como a principal cidade portuária de um país formado por imigrantes, não deixou de ser o local de encontro de culturas diferentes. Desde o início do século XIX, diversos grupos de imigrantes chegaram a esta cidade para desenvolver atividades produtivas e comerciais. Inicialmente foram os genoveses, napolitanos, irlandeses, escoceses, franceses, alemães, espanhóis e portugueses que chegaram com sua força de trabalho a Buenos Aires, levando na bagagem⁹ e não unicamente em termos culturais suas tradições culinárias. Não é possível pensar uma única forma de preparar os alimentos e, ao mesmo tempo, processar a nova realidade. Em Buenos Aires, como num caldeirão, foram sendo jogados os diversos ingredientes dessas culturas.

Daqui surge um elemento decisivo no processo de integração. A cidade, Buenos Aires neste caso, é o local do encontro e do sincretismo culinário. A cidade é central nesse processo pela interação cultural e pela circulação dos produtos e das receitas entre diferentes estratos sociais. Por exemplo, a cozinheira levava receitas à mesa do patrão e aproveitava para surrupiar alguns ingredientes.¹⁰ As origens das cozinheiras, profissão predominantemente feminina na Buenos Aires do período, deve ter permitido que os porteños conhecessem as distintas cozinhas em interação. Os processos de integração têm sido horizontais e verticais, e sempre de mão dupla.

A importância feminina na alimentação não está restrita ao papel da dona de casa. A mulher desempenhou um papel central na constituição da dieta operária e na sua difusão. Era ela a responsável pela alimentação cotidiana, pelo consumo familiar e, ainda, pelas estratégias para executar o orçamento doméstico. Isto nos leva a

⁸ Um cronista da época menciona esse fato Cf. ANIBAL LATINO, 1984, p. 63, 67 e 69.

⁹ Sobre a bagagem como bem cultural, ver CACOPARDO e MORENO, 1992, p. 152.

¹⁰ Segundo Emilio Daireaux, as cozinheiras não tiravam apenas uns poucos ingredientes. Essa profissão era muito lucrativa em Buenos Aires. A cozinheira, como trabalhadora independente, estava encarregada das compras da casa e aqui fazia sua diferença. Ver DAIREAUX, 1888a, p. 174 e 175.

prestar atenção à questão do gênero e às estratégias montadas pelas indústrias e venda de alimentos, mas também a considerar a dimensão de classe dessas mulheres.¹¹

A cozinha de Buenos Aires conformou-se por meio do intercâmbio de produtos e tradições entre os diversos grupos sociais. É o resultado do encontro e da hibridização. Um gênero alimentar pode ser a expressão de uma região, mas uma receita é o resultado do encontro de produtos de diferentes locais. A cozinha é o espaço de encontro e hibridização de várias culturas ou tradições alimentares, e isso diz respeito à questão da identidade.¹²

Os tempos do asado ou uma cozinha sem ingredientes

Se Buenos Aires não tinha uma “tradição” culinária particular, isto não pode ser aplicado ao resto da atual Argentina. A região mais variada, em termos etnográficos, é o atual noroeste do país Salta, Jujuy, Tucumán, La Rioja e Catamarca que apresenta um povoamento bastante antigo, de mais de 12.000 anos. Povos sedentários, pastores e agrícolas, estabeleceram contatos com os povos do planalto da atual Bolívia, dos Andes e das florestas subtropicais do Chaco e do Mato Grosso. Por volta do ano de 1400, aproximadamente, essa região estava sob dominação incaica. Povos de outras partes desse império foram assentados nessa região, trazendo cultivos andinos, a tecnologia da produção em múltiplos estratos ecológicos e a incorporação e circulação de tubérculos a quina, a batata e a mandioca, cereais o milho e camelídeos a llama. A integração da região ao Império Inca favoreceu os intercâmbios a longa distância e a incorporação de produtos até então desconhecidos.

Mas, no Río de la Plata o panorama era diferente. Os habitantes da região eram caçadores e recolhedores. A zona da atual província de Buenos Aires era uma zona de passagem. Sem cultivos e sem gado doméstico, a “dieta” dos primeiros habitantes dos pampas que em

¹¹ Sobre o papel da mulher da classe trabalhadora na sociedade de consumo, ver BENSON, 1994, p. 23.

¹² Cf. CAPATTI e MONTANARI, 1999, p. ix. Sobre a constituição da cozinha argentina, ARCHETTI, 1999.

quíchuá significa deserto resumia-se à colheita, ao cultivo sazonal do milho, à caça de veados, cutias, tatus, ñandúes e guanacos e à pesca.

Isto ocasionou sérios inconvenientes aos primeiros espanhóis. Devido à natureza compacta do solo, era impossível cultivar a terra com a tecnologia disponível e, sem gado doméstico, o primeiro assentamento hispânico foi logo abandonado. Por outro lado, os indígenas não aceitavam estabelecer-se na colônia espanhola, nem trabalhar para alimentar os recém-chegados. Com a partida dos nativos, os espanhóis ficaram sem alimentos, pelo que acabaram fugindo para o Paraguai.

Na pequena aldeia os espanhóis abandonaram vacas, porcos, ovelhas e cavalos, que, sem predadores, rapidamente povoaram os pampas. Esta foi a base da alimentação do novo estabelecimento hispânico. Abandonar animais era parte de uma antiga prática de colonização em terras desprovidas de alimentos. Antes da ocupação das ilhas do Atlântico, portugueses e espanhóis soltavam o gado para que se reproduzisse sozinho. Tempos depois, voltavam e aproveitavam essas carnes. A ocupação definitiva do espaço platino pelos espanhóis mudou o panorama alimentar do período indígena. Além do gado, foram introduzidos alguns cultivos.

A chegada dos espanhóis provocou mudanças drásticas. O cavalo foi incorporado como fonte de recursos e em poucos anos os nativos dos pampas fizeram do cavalo um recurso fundamental: alimento, vestuário e meio de produção. A estima pelos cavalos era altíssima e, ainda quando fossem consumidos, os melhores deles eram adornados e recebiam múltiplos cuidados. Espanhóis e indígenas cuidavam de seus cavalos; porém, existia uma grande diferença de tratamento entre ambos os povos: os nativos preferiam a carne de cavalo como alimento a da égua, mais precisamente; os espanhóis não aceitavam a idéia de comer carne de cavalo.

A apropriação do gado bovino dos pampas foi motivo de confrontos entre nativos e espanhóis. Os nativos não se alimentavam da vaca, vendiam-na a outros espanhóis, afastados da região platina. Os espanhóis tinham no couro bovino a sua única fonte de riqueza. Os indígenas hipófagos enfrentaram os espanhóis comedores de carne bovina pelo controle das grandes manadas de vacas e cavalos selvagens que vagavam pelos pampas.

Na realidade, os espanhóis não consumiam carne de cavalo se a carne de vaca estivesse disponível. As razões que levaram ao estabelecimento do tabu contra o consumo de carne de cavalo, como o alto custo desses animais na Europa e a necessidade de utilizá-los como arma de guerra, já não mais existia na América, mas o tabu permaneceu. Outras razões foram a abundância de gado *vacum* e o desejo de diferenciar-se dos nativos. Os consumidores de carne de cavalo eram os “bárbaros”. O tabu não foi respeitado pelos marginais da sociedade espanhola. Os fugitivos, renegados, *squatters*, vendedores ambulantes e aqueles que mantinham um contato regular com os nativos participavam dos banquetes de carne de égua sem problemas de consciência.

Com respeito aos alimentos espanhóis, a cozinha colonial não foi muito variada; na realidade, era pobre e monótona. Como eram poucos os navios que arribavam com produtos europeus, a variedade na alimentação restringia-se ao produto de uns poucos cultivos próximos a Buenos Aires e ao que chegava do interior, principalmente de Córdoba, do Noroeste, de Cuyo, Mendoza, San Juan e San Luís e do Paraguai, como erva-mate, mandioca, mel, frutas, vinhos, azeite e frutas secas.

Em termos gerais, o consumo de frutas e verduras era limitado. O azeite era consumido unicamente pelas classes altas. Os menos abastados usavam banha de vaca (*grasa de pella*) ou de porco (*bacon e toucinho*). A bebida principal era o vinho no entanto, na campanha consumia-se aguardente. O pão e os biscoitos eram incorporados à alimentação, quando chegava algum navio com trigo, ou quando as fazendas próximas a Buenos Aires enviavam seus escassos excedentes.¹³

Para compensar essas carências, os espanhóis consumidores de carne, principalmente de carne de ovelha, radicalizaram o consumo de carne bovina. Mas foi a vaca que se adaptou melhor às condições dos pampas. O gado *vacum* alimentava-se dos tipos de gramíneas e ervas locais e, ao mesmo tempo, resistia aos embates dos predadores. Desta forma proliferou grandemente.

O consumo de carne bovina era hegemônico e não apresentava muita variedade. Ela era consumida como *asado* na grelha ou como *puchero* fervida com batatas, milho e abóbora. Esse tipo de alimentação manteve-se estável ao longo do período colonial, alterado pela incorporação ocasional de alguns produtos e por longos períodos

¹³ AGUIRRE, 1996, p. 90.

de falta de abastecimento. A carne como único prato, ou com algum carboidrato, era um alimento completo, preferido por diversas dietas. Foi naquelas regiões onde a carne era insuficiente para todos que se desenvolveu o tabu contra o consumo de carnes.¹⁴

Existiam algumas produções de cereais e legumes, mas os rendimentos eram baixos e mal davam para o autoconsumo. Essas produções estavam divididas entre aquelas dos pecuaristas abastados, que cultivavam alguns produtos para o seu próprio sustento, e aquelas dos pequenos lavradores, que, sem a propriedade da terra, cultivavam um pequeno espaço para proporcionar às suas famílias algo além da carne.¹⁵ Mas nem pequenos nem grandes estavam preocupados em abastecer o mercado de Buenos Aires, que estava muito longe para o tipo de transporte disponível.

As dificuldades para o cultivo eram inúmeras. Por exemplo, durante as secas era impossível controlar o gado que invadia a área cultivada para se alimentar. Isto causava atritos entre agricultores e pecuaristas. Depois da derrocada de Rosas, em 1852, foi sancionado um código rural que resolvia esses conflitos. Além disso, as secas, o granizo e as geadas podiam ser tão devastadores quanto os cavalos e as vacas.¹⁶

O panorama começou a mudar em meados do século XVIII, com as reformas borbônicas. O comércio entre os portos americanos foi liberado, permitindo a chegada de produtos europeus e americanos. O leque dos gêneros no Río de la Plata cresceu. Mas esta situação não foi permanente. As Guerras da Independência e os bloqueios ingleses e franceses no governo de Rosas diminuíram o consumo daqueles alimentos que a hinterlândia da cidade de Buenos Aires podia oferecer. Ou seja, a carne de vaca, e também de ovelha, galinha ou peixe, além de milho, abóboras, batatas, trigo, figos, azeitonas, frutas como pêssego, maçãs e cítricos e a prezada erva-mate.

Na década de 1830, durante o governo de Juan Manuel de Rosas, um jovem naturalista inglês que fazia uma viagem ao redor do mundo visitou os pampas. Ele fez um percurso pouco habitual pela campanha

¹⁴ Sobre a importância da carne na alimentação humana e o desenvolvimento de tabus alimentares vejam-se os capítulos 2 e 3 de HARRIS, 1993.

¹⁵ GARCÍA, 1974, p. 25. A expedição foi em 1810.

¹⁶ Um dinamarquês assentado em Tandil, no interior da província de Buenos Aires, narra as dificuldades dos agricultores entre 1848 e 1875. FUGL, 1973, p. 49 a 55.

de Buenos Aires, desde Bahía Blanca em direção à cidade de Buenos Aires, ameaçado pelos ataques dos nativos e de ser confundido com um bandido. Visitou povoados e fortes até chegar àquela cidade, o principal porto desse fim de mundo que era o Río de la Plata. Na sua travessia fez algumas observações sobre a alimentação local. Segundo ele, no interior do país a dieta básica e permanente era a carne assada, um biscoito salgado e duro, frutas secas e chimarrão.¹⁷

Para quem chegava da Europa no princípio do século XIX, como Charles Darwin, a carne era um alimento desejado. Seu consumo tinha caído na Inglaterra devido ao aumento dos preços durante o processo de industrialização. Base tradicional da alimentação inglesa, ela agradava ao naturalista, que se sentia tonificado e com mais energia. Porém, o consumo da carne em excesso era preocupante.

Darwin verificou que os homens do campo preferiam a carne gordurosa, ou simplesmente a gordura, às carnes magras ou de animais selvagens e magros, como a cutia ou as lebres. Para ele a preferência devia-se ao fato de a gordura ser “de natureza menos animalizada”. Mas a questão era outra. No contexto das pradarias, em que há escassez de carboidratos, o consumo de carnes magras é fatal. Os gauchos sabiam por experiência que carnes gordas precisavam ser consumidas em maior quantidade para saciar a fome. O indivíduo comia e sentia fome. Uma semana depois comia-se o triplo, sentindo um forte mal-estar, por envenenamento. O passo seguinte era uma diarreia e, semanas depois, a morte. O único remédio conhecido era a ingestão de gorduras.¹⁸

O chimarrão era de suma importância nessa alimentação baseada na carne pois permitia incorporar fibras, certas vitaminas e favorecia a digestão, além de tirar a fome. O mate amenizava a espera, enquanto a carne era assada. Em qualquer momento da jornada de trabalho era mais simples preparar um chimarrão e comer uma galleta do que preparar um churrasco. O chimarrão era uma companhia nas longas horas das estações sem afazeres.¹⁹

Segundo Darwin, a alimentação variava nas proximidades de Buenos Aires. Havia frutas das ilhas do Delta do Paraná e das quintas próximas, azeitonas das oliveiras dos subúrbios e os produtos de

¹⁷ DARWIN, s/d, p. 36.

¹⁸ Detalhes deste tipo de situações entre os pioneiros dos Estados Unidos, HARRIS, 1993, p. 43.

¹⁹ FUGL, 1973, p. 37.

algumas hortas. Mas, mesmo assim, a poucos quilômetros da cidade a falta de outros alimentos, além da carne, era alarmante.²⁰

O controle da carne era central nessa sociedade, por ser fonte de poder e riqueza. Darwin refere-se ainda à importância da carne como elemento político. Para dominar a cidade de Buenos Aires e apropriar-se do governo, bastava controlar o abastecimento de carne. Os grupos políticos tentavam dominar esse recurso para impor suas condições. Como ele comenta sobre uma tentativa de tomada do poder em Buenos Aires: “Os sitiadores sairiam vitoriosos se impedissem o fornecimento de carne”.²¹ Interromper o abastecimento de carne significava vencer a cidade pela fome. Por ser o principal alimento, a carne era um fator de poder político de primeira ordem.²²

Durante quase três séculos, desde a segunda fundação de Buenos Aires até a imigração de massas, a carne reinou absoluta. A abundância desse produto e sua utilização cotidiana como alimento principal dos lares portenhos e criollos teve efeitos identitários duradouros: definia os nativos, diferenciando-os dos estrangeiros. Esta pobreza inicial de recursos transformou-se num hábito, numa “cultura alimentar”.²³

A carne era imprescindível nas mesas criollas. É mencionada sistematicamente pelas fontes que trataram dos períodos prévios ao nosso. A carne assada ou fervida, sozinha ou acompanhada por verduras, legumes ou cereais, é uma constante nas narrações e crônicas do período. Esta presença permanente da carne no cotidiano dos portenhos criou uma “cultura” em torno dela: desde a produção até o consumo, a carne é um elemento que nos permite definir essa sociedade.

A chegada dos imigrantes reforçou inicialmente essa cultura, segundo a qual, as pessoas saudas e fortes consumiam carne em abundância. Como os recém-chegados não tinham esse hábito, eram pessoas débeis. Para crescer saudáveis as crianças tinham que comer

²⁰ DARWIN, s/d, p. 37 e FUGL, 1973, p. 47.

²¹ DARWIN, s/d, p. 43.

²² Até o todo-poderoso Rosas compreendia bem essa situação e trazia animais para a cidade desafiando a Igreja, sua aliada, como era narrado por Esteban Echeverría, ver ECHEVERRÍA, 1870-1874.

²³ Um processo similar teria acontecido na Idade Média italiana com algumas verduras, Cf. CAPATTI e MONTANARI, 1999, p. 47.

carne. Dessa forma, os nativos se sentiam superiores aos recém-chegados.²⁴ O consumo de carne fortalecia e sua carência debilitava. Desde as Guerras da Independência, a alimentação apareceu como um forte elemento de diferenciação.²⁵

Alguns visitantes da hinterlândia de Buenos Aires constataram que o consumo desse produto era diretamente proporcional à distância do porto: quanto maior a distância, maior o consumo. Assim, numa viagem feita em 1869, em direção ao rio Quequén, ao sul da cidade de Buenos Aires, um visitante francês foi descrevendo as refeições feitas nas postas, ou pontos de troca de cavalos e de descanso para aqueles que viajavam em carruagem. Até Chascomús, a 100km do porto, na ponta da linha do Ferrocarril del Sur, era possível achar trigo, batata, milho e alguns legumes, além dos pejerreyes. Chascomús era o local de produção para o abastecimento de Buenos Aires. Depois de 1860, as ferrovias possibilitaram esta produção e o envio para o consumo urbano. A uns 30 ou 40 quilômetros de Chascomús, a dieta começava a mudar, iniciando-se uma viagem culinária ao passado recente e cada vez mais longínquo.²⁶

Todavia, a campanha não se alimentava só de carne. O pão também era um produto desejado, apesar de não ser tão consumido devido à sua escassez. A tradição espanhola do consumo do pão passou para os rio-platenses. A carne e o pão, mesmo quando dormido e duro como pedra, eram a base da dieta. O pão, mais desejado que consumido, mantinha sua característica de alimento primário e imprescindível, sempre que estava presente. Um inconveniente dos tempos do assado era a baixa produção de trigo. Por isso, o pão não era barato. Nesse contexto, não era de estranhar que a carne fosse mais barata que o pão. Para compensar a falta de trigo, o pão era bastante pesado, elaborado com pouca água, para que resistisse vários dias antes de ser consumido por completo.²⁷

²⁴ Esta é uma posição comum em vários países com respeito aos imigrantes, Cf. CORTI, 1992, p. 368.

²⁵ ECHEVERRÍA, 1837.

²⁶ ARMAIGNAC, 1974, p. 56 e 62 a 65; LINDSAY-BUCKNALL, 1976, p. 54.

²⁷ Juan Fugl dizia que sua plantação de trigo de 1848, tinha sido a primeira do Tandil e que as pessoas se aproximavam para conhecer a planta com que se fazia a farinha. Cf. FUGL, 1973, p. 55 e 65. Outros detalhes em 'Letter from Mr. McDonnel to Granville' In: UNITED KINGDOM, FOREIGN OFFICE, 1871.

Desde meados do século XVIII a abundância da carne era divulgada na Europa. Foi mencionada por Adam Smith para exemplificar a relação do valor dos produtos pela abundância e o avanço das técnicas de produção.²⁸ Na campanha, a abundância de carnes era tanta que os homens do campo matavam um animal para comer um único pedaço. Quem não podia, ou não sabia matar um boi, esperava que alguém o fizesse e pegava as sobras. Os fazendeiros ofereciam o abate do seu gado gratuitamente aos seus protegidos, em troca do couro.²⁹

Quase 100 anos depois de Adam Smith, outro inglês, o cônsul de Buenos Aires, mencionava as enormes quantidades e o baixo preço da carne, mas reclamava da falta de qualidade, fosse de vaca ou de ovelha. A carne também era vista como menos substanciosa que a inglesa, o que era certo, visto que a técnica de criação de gado na Argentina vagando livre nas pradarias fazia com que fosse magro e, portanto, menos substancioso. O gado ovino passou por um processo de melhoramento na década de 1870, com a incorporação de raças francesas, boas produtoras de lã, mas não de carnes, já que o sabor era discutível. Os rebanhos bovino e ovino da Argentina dificilmente satisfaziam a demanda de sabor do consumidor europeu.³⁰

Mas o consumidor local gostava dessa carne e tinha suas exigências. A parte firme da perna do bovino era a ideal para fazer o churrasco. Outro corte muito apreciado por ricos e pobres eram as costelas. Uma carne muito procurada para ser fervida ou assada era o matambre. A carne para o puchero era o peito. As vísceras eram consumidas na grelha. O gourmet criollo considerava o bacaray – a vitela morta ao nascer e que tinha uma carne mole e tenra –, um prato requintado. O ovino, ao contrário do campo, era pouco consumido na cidade; somente os estrangeiros preferiam o carneiro à carne vacum.³¹

Os legumes, alguns cereais e batatas, eram produzidos nas proximidades de Buenos Aires. Porém, com o incremento populacional posterior à estabilização política, passaram a ser importados em

²⁸ SMITH, 1983, p. 154 e 155.

²⁹ FUGL, 1973, p. 46 e 47.

³⁰ “Letter from Mr. McDonnel to Granville” IN: UNITED KINGDOM, FOREIGN OFFICE, 1871.

³¹ Mata-hambre (matafome) é a carne que recobre as costelas e está aderida ao couro. Cf. DAIREAUX, 1888a, p. 176 e 177; ECHEVERRÍA, 1837; e GORRITI, 1890.

grandes quantidades para dar conta do consumo crescente, encarecendo o seu custo.³²

O mate (chimarrão), centro da sociabilidade porteña, era usado para matar a sede, a fome ou, simplesmente, para manter uma conversa. O chimarrão aproximava as pessoas íntimas ou encurtava as distâncias. Embora o chimarrão não fosse cebado nos bares ou restaurantes, estava presente nas lojas. Numa sociedade pouco chegada aos negócios, até a compra de uma pano podia ser disfarçada com uma conversa e um chimarrão, ou ao menos podia ajudar um pouco a passar o tédio das intermináveis horas de atenção ao público.³³

Alguns pratos e sobremesas podiam ser preparados em casa ou comprados de um vendedor ambulante especializado. Um exemplo era a mazamorra, uma espécie de canjica. Este produto era preparado em casa, mas preferia-se a compra dos *tamberos* ou dos *mazamoreros*, geralmente um *criollo* que percorria as ruas a cavalo. Diziam que a mazamorra comprada era sempre mais saborosa, fosse porque utilizava-se o leite da campanha, ou porque o balanço do carro ou do cavalo dava uma maior homogeneidade à mistura. Esse vendedor circulava pela cidade desde pouco antes do meio dia até as três horas da tarde, visitando as casas dos fregueses habituais ou recebendo pedidos, enchendo as tigelas que depois seriam levadas à mesa.³⁴

Outros alimentos populares eram vendidos a domicílio. As empanadas (pastéis) eram feitas com uma massa de farinha, recheadas com carne cortada bem pequena, uvas passas e um pouco de açúcar por cima, para dar um sabor mais apurado, e fritos. O mesmo acontecia com os *pasteles* (pastéis doces) e com as *tortillas* (batatas e ovos fritos com presunto ou lingüiça). Estes produtos eram vendidos pelos *criollos* pobres, fossem eles brancos, negros ou mulatos, desde os tempos da Colônia; desde a década de 1860 esse comércio foi dominado pelos *napolitanos*.³⁵

A refeição também podia ser realizada na rua. Além dos vendedores ambulantes, que se instalavam numa esquina para vender frutas,

³² DAIREAUX, 1888a, p. 175; FUGL, 1973, p. 34; e “Letter from Mr. McDonnel to Granville” In: UNITED KINGDOM, FOREIGN OFFICE, 1871.

³³ LÓPEZ, 1943, p. 45; e WILDE, 1908, p. 234.

³⁴ DAIREAUX, 1888a, p. 151 e WILDE, 1908, p. 139 e 140. Uma receita de mazamorra em GORRITI, 1890.

³⁵ DAIREAUX, 1888a, p. 151 a 153 e ARGERICH, 1985, p. 19.

tortillas, frios, queijos e mazamorra, existiam postos que elaboravam os alimentos na hora. Esses fast foods primitivos estavam situados nos principais pontos de concentração da cidade, ou próximos ao centro, para serem melhor aproveitados pelos trabalhadores e transeuntes. Uma das comidas rápidas favoritas dos porteños era o peixe frito em enormes caldeirões. Como ficavam próximos ao rio e a banha de vaca era gratuita nos matadouros, o preço final era de 5 centavos.

Outras barracas de comidas prontas especializavam-se em pães, chorizos (lingüiças) assados ou cozidos e verduras cozidas. As barracas, embora permitidas pela polícia, atrapalhavam os transeuntes. Os locais preferidos pelos vendedores de fruta eram as estações das Estradas de Ferro, o ponto de ingresso de parte da produção de frutas do interior. O Hipódromo Argentino e outros locais de recreação eram os preferidos daqueles que vendiam chorizos e churrascos.³⁶

A alimentação nos tempos do asado era bastante homogênea entre os distintos grupos sociais. As mesas das famílias abastadas apresentavam praticamente os mesmos pratos que as das famílias dos trabalhadores. As diferenças podiam estar na qualidade, na quantidade e na origem dos alimentos consumidos. Aqueles que podiam, bebiam vinho italiano, francês ou espanhol; fumavam tabaco cubano ou escolhiam os melhores cortes de carne dos animais mais novos. Os talheres, pratos e tigelas, a apresentação e a abundância eram outros elementos de diferenciação. Se havia abundância nas mesas humildes, isto não significava qualquer tipo de desperdício, ao contrário do que acontecia nas famílias abastadas, em que os restos da comida eram utilizados para alimentar os animais domésticos.

Os nativos não eram gulosos nem gourmets, apesar da fartura das mesas. A alimentação cotidiana era abundante em carnes vermelhas, acompanhadas de verduras, principalmente leguminosas. Ao meio dia o puchero reinava nas mesas da sociedade tradicional e nos cortiços. Mas o que é puchero? É um parente próximo do cozido português e da olla podrida³⁷ espanhola. Era preparado com carne

³⁶ BATIZ, s/d, p. 75; e WILDE, 1908, p. 321.

³⁷ O nome de olla podrida é uma síncope da palavra do espanhol antigo poderida “poderosa”. Isto para diferenciar a olla poderida da olla, o mesmo prato, com menor quantidade de carnes. Segundo um autor, esse prato tem como origem a Adafina da cozinha judaica sefardi. Com a expulsão dos judeus de Espanha, continuou a ser consumido com chorizo de porco, para demonstrar as origens cristãs. Ver BATTOLLA, 1908, p. 92; e TANNAHILL, 1988, p. 241.

fervida, arroz e diversos tipos de hortaliças e legumes como pimentões, milhos, abóboras, cenouras, cebolas, repolho, feijões, batatas e batatas doces, se não todos, alguns deles. Sua origem era ibérica, mas a afeição dos criollos pelo puchero tinha-lhe dado carta de cidadania. Este era o principal prato local e sem ele os portenhos sentiam fome, tanto que, nas viagens à Europa as famílias abastadas continuavam a consumi-lo. Apesar da monotonia, o preço total dos ingredientes fazia do puchero um prato indispensável nas mesas populares, fossem estas de nacionais ou imigrantes.³⁸ Para temperar esse prato era praticamente indispensável utilizar o azeite forte de Sevilha. A sobremesa de qualquer almoço ou jantar eram as frutas, o pão com queijo e o doce de marmelo, ou a mazamorra; e a bebida era o vinho quem pudesse, água ou café com leite.

A carne assada não fazia parte das mesas populares; o churrasco era mais caro, por ser feito de animais novos e tenros. Nas mesas populares a carne assada era substituída pelo puchero ou pela farinha de milho, como polenta ou guisada. Nas moradias populares não havia espaço para fazer fogo e montar a grelha. Por outro lado, a carne consumida no puchero podia ser de qualidade inferior ou de animais mais velhos, não precisava ser tenra, pois amaciava durante o cozimento. O puchero era um prato barato e substancioso, pelos ingredientes e pelo aproveitamento integral. Os muito pobres, que não podiam comer puchero, conformavam-se com os pastelitos, as empanadas e a mazamorra.³⁹

Outros pratos um pouco mais sofisticados consumidos nesse período, principalmente entre as famílias criollas, eram aqueles que aproveitavam outros elementos da produção local e regional, como a carbonada, um guisado de pêras e pêssegos. Outras sobremesas comuns eram as yemas quemadas e o doce de ovos, para aproveitar os ovos da casa. As comidas criollas populares caracterizavam-se pela mistura de elementos doces e salgados sem coerência, mas com o objetivo de aproveitar os recursos disponíveis.⁴⁰

³⁸ Com poucos centavos alimentava-se uma família, Cf. DAIREAUX, 1888a, p. 176. Uma receita de puchero em GORRITI, 1890.

³⁹ Temos de lembrar que a carne fervida concentra gorduras e a assada não. Cf. MONTANARI, 1993, p. 166. Sobre os consumos populares ARGERICH, 1985, p. 89; DAIREAUX, 1888a, p. 152 e 153; e LÓPEZ, 1943, p. 182. Outras considerações sobre a alimentação em SCOBIE, 1986, p. 66 e 76.

⁴⁰ BATTOLLA, 1908, p. 86 a 93; DAIREAUX, 1888a, p. 178 e LÓPEZ, 1943, p. 182.

As festas das famílias portenhas eram poucas; as principais eram os santos e os aniversários. O Natal e o Ano Novo só faziam parte das festividades dos estrangeiros. Nessas comemorações os pratos tradicionais apareciam com maior freqüência. Essas festas eram um momento importante na construção da identidade, pois ajudavam a reforçar os usos e costumes, a estabelecer laços de pertença a um determinado grupo, e diferenciar-se dos outros. Os estrangeiros, mais precisamente os franceses, ingleses e alemães, mostravam suas diferenças comportando-se como verdadeiros “cristãos”, e não como “bárbaros”. Os criollos apelavam para os seus pratos tradicionais o que nos permite pensar que essa identidade era construída e afixada no dia a dia e a sua característica principal era a abundância.⁴¹

Alimentação e expansão populacional: transformações e continuidades

Os alimentos consumidos no período que denominei de “os tempos do assado” foram sendo redefinidos pela presença dos imigrantes, que provocaram o crescimento populacional e a necessidade de novas soluções para esse crescimento. Esses recém-chegados integraram-se na nova sociedade, sem renunciar às suas características. Eles trouxeram na bagagem suas experiências, anseios e necessidades. Viajaram sonhando com o País da Cocanha e acordaram em Buenos Aires.⁴²

A Tabela 1 apresenta o crescimento populacional de Buenos Aires entre 1869 o primeiro censo nacional e 1914, o último censo do nosso período.

Em pouco mais de 40 anos a população de Buenos Aires cresceu mais de oito vezes. Foi preciso uma revolução produtiva para alimentar essa população. Certos consumos foram alterados para satisfazer novos desejos e necessidades, outros foram ampliados pelas novas técnicas produtivas, sem contar os novos gêneros.

⁴¹ Um viajante diria: “Yo probé allá un producto nuevo para mí, el ‘dulce de leche’ que no es más que leche hervida, azucarada y agitada durante tres horas con fuerza centrífuga. Se come como el caramelo y es extremadamente dulce e insustancial, pero los argentinos, muy golosos, adoran esa quintaesencia del azúcar, que se expende en todas las lecherías de Buenos Aires.” HURET, 1986, p. 174. Sobre as diferenças entre criollos e estrangeiros, ver DAIREAUX, 1888a, p. 253 e 254.

⁴² Sobre o choque entre as expectativas e a realidade SCARDIN, 1899, p. 19.

Transformações

A produção industrial provocou certas transformações. A população de Buenos Aires consumia alimentos locais e, quando a produção era escassa, recorria aos produtos importados. A concentração populacional em Buenos Aires fornecia os consumidores de que a indústria precisava. Os produtos industrializados passaram a ser consumidos pelos habitantes de Buenos Aires, principalmente dos trabalhadores. Alguns produtos geraram a sua própria demanda. Poucas unidades produtivas eram mecanizadas. A importação maciça contribuiu para satisfazer parte da demanda, mas com o aumento da produção dos elementos básicos e a necessidade de produtos frescos, que não compensavam o transporte ultramarino, certos produtos começaram a ser produzidos *in situ*.⁴³

Essa “revolução” na produção de alimentos fez crescer os estabelecimentos produtivos, tanto que, no final do nosso período, a indústria alimentar já era avançada e desenvolvida. Os avanços foram rápidos e surpreendentes. As pequenas manufaturas domésticas cresceram para abastecer nacionais e imigrantes, setores abastados e trabalhadores. Era preciso um volume crescente e diversificado de alimentos para responder à demanda dos distintos setores urbanos. Começaram a ser elaborados produtos com um certo requinte, dirigidos às classes médias e altas, mas também produtos mais baratos, que tinham como destino as mesas proletárias. A indústria da alimentação de Buenos Aires partiu de um patamar tecnológico muito baixo e com mão-de-obra pouco qualificada, mas ao longo do nosso período cresceu para recuperar o terreno perdido e conquistar o mercado consumidor.⁴⁴

O crescimento e a concentração populacional no centro da cidade de Buenos Aires provocaram uma série de memórias dos velhos tempos, o que funciona como um indicador das transformações. Desde o início das grandes migrações, um grupo heterogêneo de pessoas e famílias de imigrantes reuniram-se em poucos quarteirões ao redor da Plaza de Mayo e no porto de La Boca. Sem condições de produção

⁴³ Sobre a dinâmica dos alimentos industrializados, ver MONTANARI, 1993, p. 152 e 153.

⁴⁴ Em 1919 a indústria alimentar de Buenos Aires abastecia 91% da demanda local. Cf. ROCCHI, 1994, p. 47 e 54.

doméstica, tiveram que recorrer aos mecanismos do mercado para se prover de alimentos.

As conseqüências imediatas evidenciaram-se na importação de alimentos básicos como a farinha e na proliferação de fraudes e falsificações. Com isso, a qualidade dos alimentos produzidos retrocedeu. O mercado de massas exigia uma produção cada vez maior e mais diversificada para satisfazer os gostos distintos e as tradições culinárias. O resultado dessa expansão foi a perda da qualidade. Os produtos básicos tinham de ser esticados, certos aditivos começaram a ser utilizados para melhorar o aspecto e as condições dos produtos, bem como alguns conservantes, que permitiram que os prazos de conservação fossem maiores.

De qualquer forma, a piora da alimentação foi relativa, se comparada à produção local anterior, e não aos consumos prévios dos imigrantes. Se pensarmos que a quantidade dos alimentos crescia e que quase todos os habitantes de Buenos Aires podiam alimentar-se, então teremos uma melhora em relação ao local de origem desses imigrantes. É provável que os alimentos consumidos diariamente perdessem em qualidade porque o lucro passou a estar na quantidade e na variedade dos produtos consumidos. A perda da qualidade, em virtude do processo de industrialização, evidencia-se pelas denúncias de fraudes, por exemplo, no leite. Por outro lado, o processo de industrialização ocasionou perdas reais, que foram vivenciadas como uma melhora do padrão de vida, como aconteceu com o pão. As novas técnicas de moagem tiravam o farelo do trigo e o pão ficava mais branco, mais desejado pelos pobres, porém, menos nutritivo.⁴⁵

Outra melhora importante se deu com a incorporação de produtos que estavam fora do alcance dos imigrantes nos seus países de origem, como a carne e o pão branco, além dos hortifrutigranjeiros. Além do mais, temos de lembrar que o século XIX tem sido considerado um período de incorporação de novos gêneros alimentares, resultado da industrialização, da expansão das produções e da difusão de alguns gêneros entre os consumidores menos abastados.⁴⁶

Segundo um historiador dos consumos de Buenos Aires, a produção deixou de ser artesanal para atingir um número cada vez

⁴⁵ O mesmo acontecia com os moinhos de arroz.

⁴⁶ Sobre este processo na Europa ver TANNAHILL, 1988, p. 328, 330 e 331.

maior de consumidores. Dessa forma, os produtos passaram a ser padronizados, deixando de lado os gostos particulares. Na passagem de um tipo de consumo e de produção a outro, as indústrias locais cresceram de forma explosiva, acompanhando o aumento da procura e as mudanças nos gostos populares em função da centralização do mercado.⁴⁷

Como vimos, no período anterior o consumo de alimentos não era um fator de diferenciação entre as classes sociais. A estrutura dos alimentos consumidos era similar, as divergências estavam na qualidade e na quantidade. Mas, com o crescimento da população, outros fatores passaram a ser importantes no estabelecimento dos padrões alimentares. A estrutura de transportes foi central. Os comboios ferroviários podiam transportar rapidamente grandes quantidades de produtos. Assim, com a ampliação da rede ferroviária, os produtores de regiões afastadas, como Mendoza, o sul da província de Buenos Aires, Río Negro, Córdoba etc., aproximaram-se do grande mercado consumidor, a cidade de Buenos Aires. Mesmo que as estradas de ferro tivessem como objetivo escoar as produções exportáveis, parte das mesmas abastecia a Capital. Por outro lado, fora dos períodos de colheita, outros produtos chegavam até os mercados portenhos, tais como, batatas, leite, vinho, peixes, frutas etc. Estes produtos foram primeiro incorporados pelas classes abastadas, que os adquiriam nos primeiros envios e, no ápice da colheita, eram consumidos pelo resto da população.

A estrada de ferro teve um efeito multiplicador nas duas pontas. Aqueles produtores que estavam afastados dos centros urbanos conseguiam escoar suas produções excedentes em direção a Buenos Aires, ou para outras cidades do litoral. Antes da grande expansão das linhas férreas, era economicamente inviável que as produções, que não tinham como destino a exportação, saíssem do circuito regional. Muitas dessas produções ficavam limitadas ao autoconsumo, sem possibilidades de expansão. As ferrovias que muitas vezes chegavam aos locais despovoados permitiram que as produções regionais crescessem ao ritmo das necessidades urbanas. Por outro lado, a via férrea levava para o interior as manufaturas concentradas em Buenos Aires.

⁴⁷ Uma análise do crescimento e da variedade dos consumos, do ponto de vista da oferta, ver ROCCHI, 1998, p. 543. E ainda ADELMAN, 1992, p. 7.

O leite é um exemplo. As unidades produtivas (tambos) e algumas das grandes usinas lácteas como La Martona começaram a se localizar fora da cidade, em locais com espaço para mais animais. Os alimentos que se estragavam rapidamente foram favorecidos pela velocidade de chegada aos centros consumidores. Assim, os peixes de Mar del Plata e as frutas de Río Negro e Mendoza chegavam em poucas horas aos mercados portenhos, frescos e em condições de serem consumidos.

Na outra ponta da estrada de ferro, na cidade, maiores quantidades de alimentos e mais produtos permitiam atender à demanda dos diversos grupos sociais e étnicos. Dessa forma, integravam-se regiões distantes como a Pampa Húmeda e Buenos Aires, o centro industrial e consumidor por excelência.⁴⁸

Muitas das indústrias portenhas viram-se condicionadas pelas ferrovias, que influenciaram a localização dos estabelecimentos alimentares. Estas indústrias estavam situadas nas redondezas das estações, onde os produtos primários chegavam do campo. Dessa forma, os produtos eram transportados rapidamente ao mercado consumidor, o que era de vital importância, já que se tratavam de perecíveis. Assim, as fábricas de biscoitos e chocolates preferiam as proximidades da estação Constitución ponto final do Ferrocarril Sud, que trazia o trigo do sudeste bonaerense e do porto da cidade ponto de concentração dos moinhos, nos bairros de Barracas, Constitución e Parque Lezama; as usinas lácteas preferiam as estações de Once ou Constitución, ponto de ingresso do leite.⁴⁹

As indústrias portenhas cresciam com o processamento dos produtos chegados do interior e enviavam manufaturas resultantes para os mesmos locais de saída. O incremento da população elevou a demanda de alimentos e o crescimento das indústrias alimentares, que em pouco tempo conseguiram atender à população. Abastecidas com as matérias primas chegadas das novas zonas produtoras, essas indústrias foram substituindo as importações de certos produtos, como os biscoitos e as massas. Esta incipiente substituição das importações estava concentrada em produtos de baixa qualidade e destinados ao

⁴⁸ Para a evolução das estradas de ferro na Argentina, ver CORTÉS CONDE, 1979, p. 78 a 89; para o transporte de carga p. 99 a 105.

⁴⁹ ROCCHI, 1994, p. 53.

consumo de trabalhadores e imigrantes. Os produtos destinados aos setores abastados continuavam a ser importados.⁵⁰

A cerveja é um caso interessante dessas transformações e da industrialização, porque a produção criou a sua própria demanda. A cerveja produzida durante o período colonial, e até a década de 1860, era vendida pelos vendedores ambulantes de café nas praças do centro da cidade. Era um líquido escuro e azedo que não satisfazia os consumidores portenhos. Só na década de 1860 foi inaugurada a primeira cervejaria industrial, a Bieckert. Ela produzia uma cerveja clara e de melhor qualidade. A venda deixou de ser feita nas ruas e concentrou-se nos cafés. Sem igualar às cervejas importadas, a Bieckert concorria com preços menores. A escolha dessa cervejaria foi produzir em quantidade para abastecer o mercado de massa. Na década de 1880, os donos franceses da Bieckert instalaram uma fábrica de grandes dimensões em Llavallol, fora da Capital, com o concurso de capitais ingleses. No mesmo período surgiu uma concorrente, Quilmes, que ergueu um grande estabelecimento na cidade homônima.

A cerveja era recomendada pelos higienistas, porque permitia repor as forças dos trabalhadores, sem as conseqüências de outras bebidas alcoólicas e com um preço menor que o vinho. O consumo de cerveja cresceu oito vezes entre 1891 e 1913 enquanto a população cresceu pouco mais de 3,5 vezes. A cerveja importada foi sendo substituída pela produção local de uma cerveja clara, tipo Pilsen. A venda em garrafas estimulou o consumo doméstico. No verão, algumas fábricas estimulavam a utilização do chope doméstico. Um cronista entendia que o incremento no consumo de cerveja era por imitação dos costumes dos ingleses e alemães que moravam em Buenos Aires; a explicação estaria na qualidade e no preço.⁵¹

A alimentação de grande parte do nosso período pode ser considerada de transição entre dois momentos bem diferenciados. Os tempos do asado estiveram marcados pelos consumos tradicionais: a maior parte dos alimentos eram frescos e elaborados domesticamente; aqueles que requeriam algum tipo de elaboração para o consumo

⁵⁰ ROCCHI, 1994, p. 47.

⁵¹ Ver "La producción argentina" In: Boletín de la Unión Industrial Argentina. Nº 84 31/X/1888, p. 2; "Cerveza Palermo en barril" In: Boletín de la Unión Industrial Argentina. Nº 361 20/XII/1898, p. 21; ANIBAL LATINO, 1984, p. 20; CHUECO, 1886, p. 105; DAIREAUX, 1888b, p. 99 e 128; e URIEN e COLOMBO, 1910, p. 540 e 541.

como a farinha ou a erva-mate eram submetidos a processos pouco sofisticados e praticamente sem a incorporação de conservantes ou aditivos que melhorassem as condições organolépticas ou a conservação. A comercialização dos alimentos concentrava-se nas vendas como as pulperías, em que se misturava todo tipo de gêneros e em barracas na rua. No nosso período, a maior parte dos alimentos tinha algum processamento, proliferando as conservas. Os estabelecimentos produtivos passaram a utilizar elementos anteriormente desconhecidos e aproveitar os avanços químicos e físicos para melhorar as condições e prolongar os prazos de conservação dos alimentos. A venda foi ordenada em locais específicos como as mercearias, os mercados e as feiras e fiscalizada.

Nesse sentido, podemos pensar que os anos compreendidos entre 1870 e 1920 foram um período de transição entre uma economia pecuária e tradicional e uma economia industrial e urbana. Foi um período de convivência de dois tipos de economia e produção. Portanto, quando mencionamos as transformações ocorridas num setor, estas referem-se à tendência e às mudanças que podiam estar sendo desenvolvidas por um ou por vários estabelecimentos, mas não significa que não continuassem em funcionamento as antigas manufaturas, ou que surgissem novas unidades produtivas utilizando as velhas técnicas e materiais.

Finalmente, qual a origem dessas transformações? Qual o agente da transformação? Halperin Donghi se pergunta: os imigrantes foram o agente da “modernização” ou, pelo contrário, foram “modernizados” pela sociedade receptora?⁵² A resposta não pode ser de mão única. Os imigrantes introduziram certas mudanças na estrutura alimentar portenha, ao mesmo tempo que incorporavam certos produtos e padronizavam seus consumos como resultado do processo de industrialização. Essa não é uma pergunta que possa ser respondida pela afirmativa ou pela negativa. Além do mais, sociedade receptora e imigrantes foram agentes da transformação, mas não da modernização como uma estratégia deliberada para abandonar as estruturas “tradicionais”.

⁵² HALPERIN DONGHI, 1976, p. 769.

Continuidades

A continuidade nos consumos está relacionada a dois produtos básicos da dieta portenha: a carne e o mate.⁵³ Apesar das transformações do período, esses produtos mantiveram a preferência dos portenhos e dos recém-chegados que faziam parte da classe trabalhadora. A carne e o chimarrão incorporavam-se à dieta dos imigrantes com velocidades diferentes. A carne era o principal alimento do portenho e era rapidamente aceita pelos imigrantes, sendo parte central da dieta operária. Depois de um tempo de adaptação, era incorporada aos consumos cotidianos dos imigrantes.

Na cidade de Buenos Aires, o consumo de carne per capita partiu dos 140kg anuais e permaneceu sempre acima dos 90kg por ano.⁵⁴ Diante dessas quantidades, os 13kg consumidos na Itália, no período pós unificação (1861-1870), ou os 15kg consumidos entre 1901 e 1910, eram praticamente insignificantes.⁵⁵

O consumo de carnes manteve-se alto até 1908, ano em que se iniciou um notório declínio. Em 1822 foi consumido em Buenos Aires 173kg de carne por pessoa por ano. Essa quantidade, que parece muito elevada, foi superada na década de 1890. O consumo cresceu ao longo da década de 1880, superando os 180kg em 1895 e 1898, para cair fortemente. Na década de 1900, oscilou entre 130 e 110kg por pessoa por ano, atingindo em 1919 os 90 quilos, distribuídos da seguinte forma: 75 quilos de carne bovina, 14 de ovina e 5 de suína. O consumo tinha experimentado uma queda de 50%, iniciando-se a substituição por outros alimentos que compensaram tamanha redução.⁵⁶ A tendência no consumo de carnes foi decrescente, com recuperações circuns-

⁵³ Quando mencionamos a “carne” estamos nos referindo à carne de três tipos, nas proporções a seguir: bovina (84%), ovina (15%) e suína (1%). O mate ou o chimarrão é a infusão da erva *Ilex Paraguayensis*.

⁵⁴ Cf. BUNGE, 1920, p. 203.

⁵⁵ Nas décadas iniciais do século XIX o consumo de carnes na França e na Alemanha não passava de 14 a 20kg por pessoa. Cf. LIVI-BACCI, 1988, p. 146 a 148; MONTANARI, 1993, p. 153.

⁵⁶ Para 1901, ver “Los obreros y el trabajo. Causa de la crisis obrera. La alimentación en Buenos Aires. Su insuficiencia. Merma de 108.599 cabezas en el abasto. Déficit de 17.000.000 de carne. V” In: *La Prensa* 20/VIII/1901, p. 5; e BUNGE, 1920, p. 203.

tanciais. É evidente que o principal motivo da queda no consumo de carnes estava diretamente relacionado à alta dos preços.⁵⁷

A crise do final do século XIX e início do XX produziu uma queda no consumo de carnes. Esta queda pode ser tomada por um ponto de inflexão no início da substituição da carne por outros gêneros alimentares. A menor quantidade de carne para o abastecimento popular começou a preocupar os membros das elites quanto às conseqüências que a mesma podia ter. A cada crise, outros produtos, como o pão ou as batatas, substituíam parcialmente a carne; após as crises o consumo recuperava-se, mesmo sem chegar aos patamares anteriores. A substituição da carne foi gradativa, devendo-se à expansão da oferta de alimentos e ao crescimento da indústria alimentar. O consumo per capita anual de pão, por exemplo, passou de 48kg, em 1890, a 82kg, em 1905. O crescimento do consumo de pão foi oscilante, mas em 15 anos quase duplicou.⁵⁸

Quando uma arroba de batatas tinha o mesmo preço que um quilo de carne, as famílias operárias optavam pelas batatas. Mas isso não indica uma elevação das condições de vida; pelo contrario, um consumo consuetudinário e elogiado por médicos e higienistas estava sendo substituído por outro menos apreciado. A avaliação era similar para os recém-chegados, que tinham que abrir mão de um gênero tão desejado, e para os portenhos que, ainda depois da virada do século, continuavam a basear sua alimentação na carne.⁵⁹

Para aqueles que estavam habituados era muito difícil substituir a carne. O gado vacum alimentava os habitantes da cidade e do país, desde finais do século XVI. Ao contrário da ovelha na Inglaterra, a vaca convivía com o cultivo de cereais e o crescimento do rebanho não ocasionava o aumento dos preços dos cereais, como nos Estados Unidos. Pelo contrário, o gado na Argentina crescia nas regiões afastadas e pouco propícias para o cultivo de grãos, passando por um pequeno período nos chamados “campos de engorda”, próximos à Capital. Quando coincidia com alguma cultura, a vaca entrava nos

⁵⁷ Os dados foram obtidos em MUNICIPALIDAD DE BUENOS AIRES, 1925; MARTÍNEZ, 1889, p. 226; SANTIGOSA, 1906, p. 184; e UNITED KINGDOM, 1914, p. 40.

⁵⁸ Cf. Los obreros y el trabajo. Causas de la crisis obrera... Op. Cit.; e MUNICIPALIDAD DE BUENOS AIRES, 1925.

⁵⁹ HOLDICH, 1904, p. 60. Uma arroba eqüivale a uns 15kg.

campos para fertilizá-los e alimentar-se das forragens, cultivadas para enriquecer o solo.⁶⁰

A tensão socioeconômica, produto da crise de 1890 quando a desvalorização da moeda influiu no aumento dos preços, inclusive no preço da carne, levou os poderes públicos a se defrontarem com a necessidade de abafar a crise. Neste caso, como a origem dos problemas estava nos mecanismos financeiros nacionais, e não em distúrbios na produção, o conflito foi contornado com a distribuição gratuita de carne nos bairros pobres da cidade, o que pode ter ajudado a esvaziar a tentativa revolucionária dos partidários de Além e Irigoyen, em julho de 1890.⁶¹

Nesse momento foram tomadas outras medidas para combater o aumento do preço da carne, como a criação da Comisión Municipal para el abaratamiento de la carne, integrada por produtores de gado. A Comissão atuava como um comerciante, furando o esquema dos especuladores e vendendo a carne a baixos preços. Isto permitiu que a crise fosse superada.⁶² Numa outra oportunidade, em 1910, nos dias do Centenário, o Município avaliava um projeto do Diretor da Saúde Pública para viabilizar a venda de carne de burros e cavalos como forma de reduzir o preço da carne de vaca e controlar as fraudes. O projeto não foi aprovado e as fraudes continuaram.⁶³ A distribuição gratuita de carne ainda podia ser realizada em momentos festivos, e não somente para contornar alguma crise. A distribuição de carne entre os pobres era algo habitual; era anunciada nos jornais e beneficiava os presentes no momento. Para comemorar o 25 de Maio de 1910, data do Centenário, seriam distribuídas cinco reses em La Boca.⁶⁴ O panis

⁶⁰ Sobre os Estados Unidos, ver HARRIS, 1993, p. 124 e 125; e MORGAN, 1984, p. 101. Sobre as técnicas utilizadas para melhorar as terras e os “campos de engorda” HURET, 1986, p. 124 a 126 e 142.

⁶¹ Ver GUTIERREZ, 1981, p. 192.

⁶² Cf. MUNICIPALIDAD DE BUENOS AIRES, 1925, p. 208 e 209. Um diplomata britânico elogiou essa atitude como forma de vencer os trusts: UNITED KINGDOM, FOREIGN OFFICE, 1893, p. 26.

⁶³ Ver “Carne para pobres” In: La Vanguardia 2/V/1910. Sobre a continuidade das vendas fraudulentas de carne de cavalo e burro ARGENTINA, MINISTERIO DEL INTERIOR, 1916, p. 727. Para a substituição da carne de cavalo pela carne de vaca entre os pobres na França, vide TANNAHILL, 1988, p. 318.

⁶⁴ A distribuição de carnes também pode ter ajudado para descomprimir a tensão social do Centenário. GUTIERREZ, 1981, p. 191 a 194 e SCOBIE, 1986, p. 176 e 177. Mais dados em MUNICIPALIDAD DE BUENOS AIRES, 1925, p. 208 e 209 “Reparto de carne a los pobres” In: La Nación 17/V/1910, p. 5.

et circencis romano tinha sido adaptado para “carne, sable y circo” em Buenos Aires.

A carne podia ser distribuída de graça em instituições de assistência, como complemento da alimentação das crianças pobres. Uma fatia de carne acompanhava o pão e o leite. As crianças recebiam assim os três elementos básicos da alimentação portenha. Os atorrantes tinham a possibilidade de comer um prato de carne e sopa na assistência pública ou, no pior dos casos, procurar um pedaço de carne jogado nas lixeiras da cidade.⁶⁵ Os açougueiros também davam de presente aqueles cortes da vaca que eram de difícil comercialização. Um imigrante conta que sua mãe, uma piemontesa chegada antes da Grande Guerra, gostava muito do fígado bovino. O açougueiro não cobrava esse corte, que era dado como alimento para os gatos.⁶⁶

Para os imigrantes a carne tinha uma forte importância simbólica que não pode ser medida unicamente pelas quantidades consumidas. É preciso considerar que a principal fonte de proteínas, na Europa, era a carne vermelha. As carnes consumidas profusamente naquele continente, desde a Alta Idade Média, faziam parte das mesas nobres e burguesas, e faltavam nas mesas populares. A cultura romana não era carnívora, mas os germanos introduziram o consumo de carnes e de outros produtos animais nas mesas européias, vencendo os preconceitos romanos sobre a ingestão de produtos incultos, sinônimos de barbárie. É provável que o consumo de carnes continuasse elevado nos últimos dois séculos do Medievo, caindo a partir de então até o nível mínimo, no início do século XIX, para iniciar uma lenta recuperação. Assim, o consumo da carne estava reduzido aos dias de folga e lazer, dando, então, um caráter festivo à abundância de carnes da Argentina.⁶⁷

O consumo de carne, na Europa, estava limitado pela escassez e pelo preço. Desde a Idade Média o porco era a principal carne consumida pelos camponeses europeus, seguido pelos bodes e frangos. A

⁶⁵ Para a distribuição de carne a crianças, vide: MORENO, 1914, p. 8. Outras instituições de assistência que repartiam alimentos em BRANT, 1980, p. 137. Sobre a carne nas lixeiras, vide BARRET, 1954, p. 20.

⁶⁶ Assim como o fígado, os pulmões, outras vísceras e a banha eram dadas de presente. Entrevista de Vittorio Mario Borio, apud. CORTI, 1998, p. 700.

⁶⁷ Sobre a introdução da carne na Europa, ver CAPATTI e MONTANARI, 1999, p. 5 e 76; sobre a evolução do consumo na Europa Cf. LIVI-BACCI, 1988, p. 146 e 147, este autor chama a atenção para a falta de fontes para avaliar a evolução do consumo de carne. Outros dados para Europa TEUTEBERG e FLANDRIN, 1998, p. 717.

vitela e a carne de vaca eram destinadas aos poderosos. Nas cidades era possível o acesso a outros tipos de carnes, nos mercados que as vendiam em pedaços, o que facilitava a compra segundo as necessidades. Os europeus só receberam as carnes em abundância quando essas começaram a chegar da América e da Oceania, na virada do século XX; até lá a falta de carnes, especialmente de carne de vaca, foi crônica.⁶⁸

As carnes ingressaram inicialmente na Inglaterra, que precisava alimentar um número crescente de operários. O acerto com a Argentina foi claro e direto: a Inglaterra enviava manufaturas e gado reprodutor e a Argentina comprometia-se a priorizar o mercado inglês na venda de carnes congeladas, primeiro, e refrigeradas, depois. Dessa forma, o rebanho de gado criollo foi melhorando lentamente. Foi possível passar de um rebanho de baixa qualidade para outro com bons produtores de carnes, como os Durham e Heresford, ou de leite, como as Jersey.⁶⁹

As carnes de carneiro e ovelha eram apreciadas no Río de la Plata. As carnes ovinas, principalmente da raça Lincoln inglesa, eram para o mercado externo, mais precisamente para a Inglaterra. Isto explica a preferência na criação de gado dessa origem a partir da década de 1880. O gado suíno era criado em quantidades quase insignificantes 1% da produção total. Assim, um habitante de Buenos Aires comeria, durante um mês, carne de vaca em 28 dias e ovelha nos dois dias restantes. A carne de porco seria consumida, apenas, em média, cerca de três ou quatro vezes por ano. Apesar de a Argentina ter sido considerada a “futura terra dos porcos”, devido à produção de cereais, a carne desse animal era pouco apreciada. O porco era considerado um animal sujo, porque era criado em condições pouco higiênicas, alimentado-se com sobras e lixo. Dessa forma, passou a ser uma carne consumida pelos muito pobres e por alguns estrangeiros. As descrições sobre a criação de porcos reforçam tal imagem.⁷⁰

As aves eram pouco estimadas, tanto pelos portenhos quanto pelos imigrantes. Corriam lendas sobre os monturos, dizia-se que os atorrantes, catadores de lixo sem escrúpulos, pegavam as aves mortas para vendê-las aos açougueiros cúmplices. As galinhas eram

⁶⁸ Cf. CAPATTI e MONTANARI, 1999, p. 77 a 81.

⁶⁹ Cf. HURET, 1986, p. 136, 137 e 164.

⁷⁰ Sobre as possibilidades da produção de porcos, ver ELLIOT, 1925, p. 29. Sobre as condições da cria de porcos, vide HURET, 1986, p. 56; e “Paisajes suburbanos. Lo ignorado en Buenos Aires” In: La Prensa 2/XI/1901, p. 3.

criadas na própria casa ou nos conventillos, alimentadas com sobras, aproveitando o lixo orgânico doméstico. Algumas aves eram criadas como produtoras de ovos, outras para consumo. Outras tinham menos prestígio entre os trabalhadores, embora fossem abundantes. As classes abastadas aproveitavam as aves, inclusive aquelas de caça, pagando, às vezes, altos preços por animais magros, que mal davam para matar a fome.⁷¹

O consumo de carne não é universal, nem mesmo onde é possível consumir qualquer carne. Nos Estados Unidos do nosso período, por exemplo, o porco era a carne principal, enquanto o ovino era um consumo marginal. Na Argentina, a criação do ovino teve a sua razão principal na lã, sendo consumidos os animais que não serviam para esse fim. Na virada do século, o ovino passou a ter uma grande importância como produtor de carne para exportação. Nos Estados Unidos, a criação de ovinos inicialmente esteve restrita pela Inglaterra, depois, pelos criadores de bovinos, que ganharam a disputa pelas extensas pradarias americanas. A distância entre os centros produtores de lã e os centros urbanos fizeram o resto, ao contrário da Argentina.⁷²

Outra carne vermelha que teve pouca aceitação foi a do gado cavalar. Todas as tentativas realizadas para baratear o preço da carne utilizando carne de cavalo, mulas e asnos foram rejeitadas. No período colonial essa carne era consumida entre os gauchos e os indígenas porque era mais tenra, reservando-se o gado bovino para vender nas cidades. Embora na França fosse uma carne bastante apreciada, na Argentina a carne do cavalo, como outras carnes, sofreu o estigma de ser a carne dos desesperados e famintos. Mas, os habitantes de Buenos Aires continuaram a consumi-la, sem sabê-lo, devido às fraudes e ao seu uso irregular na indústria de frios.⁷³

As carnes vermelhas em geral, e a carne de vaca em particular, chamaram a atenção dos europeus que chegavam ao Río de la Plata. Informes e crônicas mostram como a carne *vacum* passou a fazer

⁷¹ Para a lenda das aves podres e sobre a criação de galinhas Paisajes suburbanos... Op. Cit.. Sobre a criação doméstica de aves BARZINI, 1902, p. 20; GONZÁLEZ ARRILLI, [s/d], p. 70; e LUPATI, 1910, p. 118. A apreciação das aves em TURNER, 1892, p. 104; e SANTIGOSA, 1906, p. 184.

⁷² Dados sobre os Estados Unidos em HARRIS, 1993, p. 122 e 123.

⁷³ "Carne para pobres" In: La Vanguardia 2/V/1910. Sobre a continuidade das vendas de carne de cavalo e burro, vide ARGENTINA, MINISTERIO DEL INTERIOR, 1916, p. 727.

parte dos consumos e necessidades dos recém-chegados. O seu custo e abundância foram um lugar comum nesse tipo de narrativa. Mas a qualidade não permitiu uma aceitação imediata por parte dos imigrantes. O tipo de gado *vacum* era diferente, embora o rebanho e as formas de criação estivessem em transformação. A qualidade não agradava a todos, embora existissem controvérsias, sobretudo entre aqueles que se mostravam mais otimistas e os saudosos da pátria, gerando certas contradições. Num relatório enviado em 1892, o cônsul britânico dividia-se entre elogiar o baixo preço e a quantidade de carne consumida ou criticá-la por ser “menos alimentícia” que a inglesa. Afirmava-se que a carne do Rio de Janeiro tinha sabor melhor que a de Buenos Aires.⁷⁴

Outro produto que marca a continuidade dos consumos é a erva-mate. Nos primeiros anos do nosso período, seu consumo experimentou uma significativa queda entre os setores abastados da sociedade. Os costumes importados e o ingresso do chá deixaram o mate na cozinha, nas mãos dos serventes, nas casas das famílias tradicionais ou nas casas populares, que continuavam fiéis ao costume.⁷⁵ Foram os setores populares que alavancaram o crescimento do consumo desse gênero. Os populares preferiam o chimarrão a outras infusões, por ser mais barato e por tirar a fome. Era fácil de ser preparado, bastava uma chaleira, uma cuia e um canudinho. Era preferido no café da manhã e durante a extensa jornada de trabalho.

Os imigrantes aceitaram o chimarrão que ingressava no esquema de consumos ao mesmo tempo que tantos outros. Como veremos no próximo ponto, os imigrantes praticamente desconheciam as outras infusões vendidas no mercado, como o chá e o café produtos que estavam sendo assimilados pelos setores populares europeus desde inícios do século XIX. O chimarrão entrava nos consumos dos recém-chegados durante a estada no Hotel de Inmigrantes, na campanha, no conventillo e no trabalho, ou seja, ele se espalhou entre os imigrantes que partilhavam os mesmos espaços que os criollos. Sempre havia um criollo ou um imigrante com um chimarrão na mão, disposto a partilhá-lo com o recém-chegado. Ainda quando o chimarrão não era

⁷⁴ UNITED KINGDOM, FOREIGN OFFICE, 1893, p. 26, 27, 66 e 67 e CATTARUZZA, 1906, p. 52.

⁷⁵ Cf. BATTOLLA, 1908, p. 169 e 170; DAIREAUX, 1888a, p. 152; e GORRITI, 1890.

vendido nos bares e cafés, em alguns locais de diversões algumas chinas (criollas) cevavam mate por dinheiro.⁷⁶

A alimentação dos imigrantes italianos: pontos de partida e ponto de chegada (da alimentação dos imigrantes italianos à alimentação dos portenhos)

Na Buenos Aires da grande imigração, os estudos sobre a alimentação têm enfatizado as análises relacionadas com a identidade étnica. Nessa cidade os argentinos deixaram de ser a maioria absoluta da população para ser a primeira minoria e os italianos a segunda. Os portenhos eram uma ilha num mar de imigrantes e migrantes. Poderiam eles fazer valer seus costumes? Prevaleceriam os dos recém-chegados? Se nos guiássemos por alguns autores, a marca étnica na alimentação seria inevitável. No caso de Buenos Aires, essa marca seria a marca da italianidade, presente em vários aspectos da cultura portenha, e especialmente na alimentação.⁷⁷

Não temos condições de dar uma visão completa e integrada do processo de transformação da alimentação dos imigrantes italianos em Buenos Aires. Aqui tentaremos desenvolver algumas hipóteses exploratórias. Esta questão foi abordada comparativamente por alguns acadêmicos italianos. As fontes disponíveis são impressionistas, o que pode ocasionar certas distorções. Sem pesquisas sistemáticas sobre a alimentação popular no período, as descrições serão o recurso principal.

Segundo uma imagem amplamente difundida, os imigrantes principalmente os italianos modificaram a alimentação de Buenos Aires. Eles libertaram os portenhos da tirania da natureza, para submetê-los à tirania da cultura, italiana, no caso. Como a cozinha

⁷⁶ Entre os lugares de encontro estavam o conventillo, o almacén etc. Ver ARGERICH, 1985, p. 90; DAIREAUX, 1888a, p. 112, 152 e 153; e RAVEL, Elán “El Conventillo. Cuadro de costumbres bonaerenses” In: El Rebelde. Nº 73 Buenos Aires, 1/IX/1901. Sobre a partilha de chimarrão: MARSAL, 1969, p. 149. Sobre a venda do chimarrão BATIZ, [s/d], p. 75 e 76. Como em outras questões, a crise de 2001 parece ter avivado certos argentinismos e hoje é moda beber mate nos bares de Buenos Aires, como aparece na reportagem BASSANI, 2004.

⁷⁷ Como é apresentado nos trabalhos de Paola Corti. Enfatizamos a italianidade por ser o principal grupo de imigrantes e pelo grande número de pesquisas voltadas à alimentação do imigrante dessa origem.

italiana tinha-se formado em tempos imemoriais, para o século XIX essa tradição podia ser vista como uma cultura.⁷⁸ Como, segundo esta visão, a cultura é mais forte que a natureza, a cultura italiana precisava reproduzir-se na nova sociedade. Assim, o amontoado de cozinhas que formavam a cultura culinária da Itália teve uma capacidade de irradiação que atingiu e modificou outras cozinhas, especialmente a crioula. A cozinha italiana tornou-se a cozinha hegemônica e portenha por excelência, partilhando o espaço com outras culturas culinárias, restritas às famílias de outras origens étnicas, pelo que teríamos uma cozinha espanhola, árabe, síria, judaica etc.

Essa visão da imigração está bastante próxima daquela que tinham os membros do Estado na virada do século. O Estado defendia a assimilação do imigrante como forma de promover sua integração com os nacionais e de construir uma nação de argentinos, e não um amálgama multicultural. Eles viam qualquer manifestação de diferenciação como a ameaça da desagregação.⁷⁹ O Estado italiano, por exemplo, esperava que os imigrantes se tornassem agentes da divulgação dos seus padrões de vida e da expansão da demanda dos produtos italianos. A luta pela assimilação ou diferenciação tinha um forte componente econômico.

Na visão multiculturalista, ainda que com uma carga de valor diferente, o imigrante teria mantido a segregação voluntariamente, como forma de diferenciar-se dos nativos. A abordagem multiculturalista leva-nos geralmente a um certo imobilismo: o já mencionado, da “natureza-cultura” alimentar, e, por extensão, à imutabilidade dos grupos étnicos, que teriam permanecido inalterados e sem experimentar mudanças, ainda em condições de intenso contato com outros grupos étnicos e com tradições culinárias contrastantes. Nosso argumento tem outra perspectiva. A identidade étnica apresenta-se de forma fragmentária, sem ser o elemento principal na identidade das pessoas ou estar restrita a um único âmbito do social. A etnicidade deve ser analisada como um processo e não como um dado. Os encontros e

⁷⁸ A visão dos italianos como agentes da aculturação dos porteños é de DEVOTO, 2000. A alimentação popular e étnica como parte de um sistema simbólico imóvel é apresentada por DOUGLAS, 1966; DOUGLAS e ISHERWOOD, 1982, especialmente p. 114 a 147; e LEVI-STRAUSS, 1991.

⁷⁹ Um livro que celebrava a imigração alertava para os problemas e perigos da falta de integração, ver ALSINA, 1910, especialmente p. 181 a 201. A posição italiana é explicitada por um opositor FERRI, 1910, p. 18 e por FOERSTER, 1969, p. 467.

confrontos com outras culturas tendem a reforçar certos aspectos da bagagem original e a descartar outros, mantendo a etnicidade numa situação de constante invenção e reinvenção.⁸⁰

Voltando ao tema, a alimentação é uma arena privilegiada para analisar esse tipo de fenômenos. A cozinha é um espaço de encontros e de misturas. Em termos gerais, podemos apresentar as diversas cozinhas como o resultado de um processo de hibridizações múltiplas. Qualquer cozinha regional é formada por alguns elementos centrais produzidos-elaborados *in situ* e por outros gêneros vindos de fora, ou que não são exclusivamente de produção local. O processo não tem motivos para se deter depois da imigração. Ele continua, principalmente se nos encontrarmos com uma realidade tão heterogênea, de intensos contatos *via conventillo*, por exemplo e de ampla variedade de gêneros alimentares.

É possível que um grupo subalterno tenha-se tornado culturalmente hegemônico sem confronto? Por que outras cozinhas não tiveram a mesma sorte? A cozinha italiana é a cozinha por excelência, aquela que consegue atingir todos os gostos?⁸¹ Os imigrantes italianos resistiram aos embates assimilativos do Governo e das classes médias? Qual seria mais forte, a marca da etnicidade ou da classe?

Esta italianidade culinária seria um conjunto heterogêneo de elementos de várias partes da Itália junto a outros de origem local. O caráter étnico da cozinha foi redefinido com o tempo. Esse processo superou o nosso período de estudo e coincide com o renascer das etnicidades e, ao mesmo tempo, com a crise socioeconômica da Argentina, que favoreceu este reverdecer das identidades. Dessa forma, os anos posteriores a 1980 mostrariam que a alimentação “italiana” da Argentina está menos relacionada com a marca da identidade étnica e mais com um processo voluntário de adesão étnica e social. As misturas de pratos italianos e argentinos, de ingredientes e regiões, mostram mais a vontade de pertencer que o grau de pertença.⁸²

O impacto das migrações internacionais pode ser apresentado pelo número de imigrantes que chegaram e habitaram em Buenos Ai-

⁸⁰ Cf. SCHNEIDER, 1992, p. 85 e 86. Paola Corti propõe-se a estudar a invenção e a reinvenção da etnicidade, CORTI, 1998, p. 691.

⁸¹ Nem todo mundo concorda que a italiana seja a cozinha por excelência. Veja-se a opinião de HOBSBAWM e POLITO, 2000, p. 155.

⁸² Cf. CORTI, 1998, p. 714 e 715; e SCHNEIDER, 1992, p. 84 a 95.

res durante o nosso período. Na Tabela 2 é possível observar que os italianos não eram mais do que uma das minorias. Isso nos levaria a procurar as origens regionais dos italianos. Infelizmente não existem registros oficiais dessas origens. A Itália como unidade política era recente e partes da atual Itália pertenciam a outros Estados Nacionais. Podem esses grupos dispersos ser considerados “italianos”? A estimativa da origem regional dos Italianos que chegaram à Argentina, e não unicamente a Buenos Aires, apresenta as mudanças experimentadas ao longo do nosso período. A região norte da Itália foi a principal provedora de imigrantes para a Argentina e sua importância foi decrescente: já na virada do século o principal grupo de imigrantes passou a ser o de origem meridional.

Os membros das classes altas e médias não receberam de bom grado as inovações culinárias vindas da Itália. Nos restaurantes e nos hotéis locais em que os portenhos abastados faziam suas refeições os menus eram escritos em francês, inclusive nos restaurantes dirigidos por italianos, o que nos faz supor que a influência culinária principal era a francesa, e não a italiana. A comida italiana era ridicularizada e considerada própria para “encher” o estômago e não para ser degustada.⁸³

As fontes concordam que era difícil distinguir os imigrantes pela origem. Os que podiam-se distinguir facilmente eram os recém-chegados, dado que resistiam um tempo antes de abandonar seus costumes. Essa prolongação inicial dos costumes originais era um estado passageiro para depois incorporar os consumos locais. Embora segundo a etnia os processos pudessem ser mais ou menos demorados, é possível pensar numa assimilação externa relativamente rápida dos imigrantes.⁸⁴

Do ponto de vista individual, temos incontáveis memórias nas quais o imigrante pensa em voltar depois de um curto tempo no local de destino. Além do mais, temos uma alta mobilidade geográfica dos imigrantes na América. O imigrante avaliava o processo como um fenômeno temporário e reversível, pois pretendia voltar à sua terra depois de reunir algum dinheiro que lhe permitisse comprar uma pequena

⁸³ Sobre menus DEVOTO, 2000. A ridicularização das classes médias em ARGERICH, 1985, p. 23. Um cronista queixava-se da mistura de idiomas nos menus, ANIBAL LATINO, 1984, p. 82.

⁸⁴ Visões similares e complementares dessa questão são as de BRYCE, 1914, p. 399; FOERSTER, 1969, p. 270 e 271; SANTIGOSA, 1906, p. 182; e UNSAÍN, 1912, p. 300.

fazenda ou uma casa. As estatísticas mostram que quase 50% dos imigrantes italianos que chegaram à Argentina, retornaram.⁸⁵ Então, não era estranho que tentassem manter os costumes por algum tempo. Os napolitanos, por exemplo, eram vistos como pessoas extremamente frugais. A frugalidade relacionava-se com a expectativa do retorno, pelo que preferiam não afeiçoar-se à carne e outras iguarias.⁸⁶

Os espanhóis integravam-se rapidamente. Os italianos demoravam antes de acompanhar essa tendência e ainda podiam ser reconhecidos por certas características alimentares que denotavam a origem regional: os genoveses cheiravam a pesto; os piemonteses comiam legumes crus, queijo e pão; os napolitanos alho, vinho etc. Outros grupos não-italianos também podiam ser reconhecidos pela alimentação.⁸⁷

Temos motivos para desconfiar da integração imediata, ao menos na alimentação. A oferta de alimentos em Buenos Aires era ampla e podia satisfazer as necessidades fisiológicas e simbólicas de grande parte das etnias mediterrâneas que chegavam a essa cidade. Cereais, lácteos, legumes e diversos tipos de carnes especialmente a bovina e a ovina, as preferidas dos povos mediterrâneos estavam disponíveis para quem pudesse adquiri-los; a importação completava o resto das necessidades. Não parecia difícil reproduzir os consumos próprios.⁸⁸

Mas, certas complicações surgiam na hora de manter os costumes. Em primeiro lugar, a oferta do mercado de alimentos estava direcionada aos consumos existentes. Em segundo, a irrupção das manufaturas e do processo de industrialização da alimentação que deslocaram as produções tradicionais. Em terceiro, as dificuldades na elaboração doméstica dos alimentos pela falta de espaço nas habitações. Em quarto, a falta de utensílios de cozinha adequados para o processamento dos alimentos em casa. Em quinto, um alto número de homens que moravam sozinhos e preferiam comer em fondas (os restaurantes populares), comprar comidas prontas ou preparar o prato

⁸⁵ Ver CACOPARDO e MORENO, 1992, p. 153.

⁸⁶ DAIREAUX, E. 1888a, p. 162; PASCARELLA, 1917, p. 87; e UNITED KINGDOM, FOREIGN OFFICE, 1893, p. 72. A observação é estendida ao resto dos italianos, ver HOLDICH, 1904, p. 50; e 'Letter from Mr. McDonnell to Granville' In: UNITED KINGDOM, FOREIGN OFFICE, 1871.

⁸⁷ Cf. LUPATI, 1910, p. 119; TURNER, 1892, p. 28; e ESTRADA, 1949, p. 112.

⁸⁸ É provável que os costumes ultramarinos tivessem maiores possibilidades de sobreviver nas colônias agrícolas, onde os imigrantes estavam isolados.

popular, o puchero. Em sexto, a necessidade da mulher de trabalhar fora ou dentro da casa para complementar a renda, o que lhe tirava o tempo dos afazeres domésticos. E, por último, relacionado com o anterior, na cidade de Buenos Aires a quantidade de mulheres sempre foi menor que a de homens, além de as mulheres argentinas sempre terem sido a maioria das mulheres de Buenos Aires, como aparece na Tabela 4. Voltaremos a falar sobre algumas dessas questões.

O somatório dos fatores mencionados atentava contra a continuidade dos costumes étnicos. Era possível consumir os próprios produtos, ou ao menos dar um caráter italiano para determinados pratos ou misturá-los com outros pratos locais. A alimentação do imigrante teve que ser recriada no meio de um turbilhão. Se a vida do imigrante estava em transformação, seus costumes alimentares também estavam. O papel da mulher e a industrialização foram decisivos nessas transformações, tanto na Itália quanto na Argentina. O binômio mulher-cozinha é um elemento central na constituição da cozinha portenha. Por um lado, temos a transmissão feminina dos saberes domésticos. A esfera do doméstico é a esfera feminina por excelência, e a alimentação, por ser uma questão doméstica, é feminina. A tradição recaía nas mulheres das famílias; elas eram as depositárias do saber culinário e da obrigação de preocupar-se com a cozinha e com a repositição da força de trabalho familiar.⁸⁹

Na preservação dos modos de alimentação dos imigrantes e dos nativos devemos considerar os níveis de endogamia e exogamia. Num estudo sobre a relação entre padrões matrimoniais e assimilação dos imigrantes em Buenos Aires, Samuel Baily analisou essa questão. Tomando as três nacionalidades mais numerosas ao longo do nosso período argentinos, italianos e espanhóis o autor mostra que os matrimônios interétnicos foram crescendo. As mulheres argentinas e os homens italianos lideraram os casamentos interétnicos. Inversamente, o grupo com maior tendência endogâmica foi o das mulheres italianas, seguidas pelos homens argentinos. Entre os espanhóis homens e mulheres, a endogamia foi crescendo até o início do século, quando a tendência inverteu-se. Era bastante lógico que essa fosse a tendência, vendo o número dos imigrantes e argentinos. Mas, de qualquer for-

⁸⁹ Cf. GOODY, 1982; e ORTOLEVA, 1992, p. 54. Sobre a relação da mulher e cozinha, ver Carta de Oreste Sola, desde Buenos Aires (3/01/1913) Apud BAILY e RAMELLA, 1988, p. 128.

ma, isso é muito importante para compreendermos a assimilação. Se incorporássemos aos espanhóis e italianos de segunda geração, que nos recenseamentos aparecem como argentinos, a questão não mudaria muito. Análises posteriores sugerem que os filhos dos imigrantes estariam liberados das pressões étnicas e tenderiam a se relacionar intereticamente.⁹⁰

Um estudo sobre La Boca mostra um alto grau de matrimônios endogâmicos, que era forte ainda nos casamentos de pessoas da mesma localidade ou região. Porém, não existem estudos para o resto da cidade. Um outro dado interessante é o fato de que a endogamia estava associada com o matrimônio vizinho. Este dado é tão forte quanto a endogamia.⁹¹

Segundo Baily, a tendência ao matrimônio interétnico não resultou na assimilação de um grupo por outro. O que teria acontecido seria a hibridização dos distintos grupos étnicos, sem que isso signifique a consagração do melting pot como forma de análise. O pluralismo cultural manifestara-se no nível familiar. A alimentação é parte do âmbito familiar e pode ser um bom exemplo dessa análise.⁹²

Uma questão que esses estudos enfatizam é que as preferências matrimoniais foram étnicas e não sociais. Uma família de imigrantes radicados há um certo tempo na Argentina e com uma certa posição social e econômica preferiria casar a filha com um imigrante recém-chegado e sem um tostão, ou com alguém com certo nome e prestígio, pelo menos no bairro, mesmo que este fosse filho de criollos? Os processos de integração no país receptor não fazem parte desses estudos.⁹³

No caso dos matrimônios interétnicos, as coisas podiam ser um pouco mais complexas que a imposição ou a fusão dos costumes. Segundo Juan Alsina, os maridos estrangeiros impunham seus *modus*

⁹⁰ Cf. BAILY, 1980. A resposta a Baily é de FREUNDLICH DE SEEFELD, 1986, p. 230.

⁹¹ Ver PAGANO e OPORTO, 1988, p. 101.

⁹² Simplificando, segundo a teoria do melting pot, as características étnicas seriam irrelevantes no casamento; segundo os estudos multiculturalistas, a etnicidade seria determinante na conformação matrimonial. Com esta análise, que relativiza a abordagem multiculturalista, concordam estudos posteriores, como o de MÍGUEZ, ARGENTI, BJERG, e OTERO, 1991.

⁹³ As pressões para a assimilação e a resistência podem ser melhor avaliadas nas transformações na fala pública dos imigrantes e na invenção do Cocoliche como língua e comportamento típico dos imigrantes italianos. Sobre esta questão, ver FRANZINA, 1996, p. 90; e CARA-WALKER, 1987.

vivendi às suas esposas argentinas. Para os imigrantes que chegavam com as famílias, a manutenção dos costumes era mais simples, mas para os homens sozinhos a coisa era muito mais complicada. Vivendo com outros homens na mesma situação, a solução era recorrer aos vendedores ambulantes ou aos botecos ou fondas. A fonda representava um clube masculino popular, no qual os amigos se encontravam e podiam continuar a consumir os pratos tradicionais. Na maioria das vezes, os pratos eram um amálgama de comidas pouco reconhecíveis.⁹⁴

Outro elemento que influiu na melhora dos padrões alimentares está no alto grau de imigração de famílias inteiras. Ao contrário do que sucedia na Europa, ou nos Estados Unidos, onde a migração italiana era predominantemente temporária e de homens sozinhos, a imigração italiana para a Argentina compunha-se de famílias. Neste caso, não havia uma pressão tão forte para poupar sobre os consumos alimentares e enviar umas liras a mais ao núcleo familiar na Itália. Esse dinheiro que seria poupado era aproveitado, em primeiro lugar, para melhorar a alimentação familiar.⁹⁵

Para as mulheres imigrantes, continuar com os consumos originários exigia um esforço difícil de sustentar indefinidamente, porque quem não tinha uma casa própria não tinha uma cozinha própria. Isto é central para manter costumes alimentares que demandam um longo tempo de elaboração. Para aqueles que viviam em conventillos, num quarto alugado ou num barraco pequeno e construído às pressas, era vantajoso centrar a alimentação naqueles gêneros que não requeriam um complicado processo de elaboração. Por isso prevalecia o puchero e alguns pratos à base de farinha de milho, como a polenta.⁹⁶

As crianças, famintas crônicas, passavam o dia comendo alguma coisa, geralmente um pedaço de pão ou alguma fruta, que não precisavam de nenhum preparo e estavam prontos o consumo. Elas também matavam a fome nos locais em que se repartia algum alimento

⁹⁴ Ver ALSINA, 1910, p. 184. Uma descrição de uma fonda e dos fregueses. Ver ANIBAL LATINO, 1984, p. 182 a 185. Outros dados em CORTI, 1997, p. 114.

⁹⁵ CORTI, 1997, p. 113.

⁹⁶ Cf. "Los obreros y el trabajo. Los conventillos. XX" In: La Prensa Buenos Aires, 8/IX/1901, p. 4; e PASCARELLA, 1917, p. 12.

de graça, como nas padarias. Sempre era possível achar nesses locais uma turma de rapazes tentando conseguir um alimento extra.⁹⁷

São reiteradas as observações sobre as donas de casa “criollas”, que elaboravam os alimentos deixando-os ferver por um longo tempo. Mas enquanto a comida ficava pronta, elas precisavam desenvolver outras tarefas, e não necessariamente domésticas, mas trabalhos pagos desenvolvidos no âmbito doméstico. No conventillo havia basicamente dois tipos de comida: aquelas à base de fervuras e as saladas cruas. Mas as saladas e as verduras podiam escassear fora da estação ou durante algumas altas ocasionais e, neste caso, as opções eram o puchero e a polenta.⁹⁸

As cozinhas dos cortiços eram precárias e os moradores viravam-se como podiam. Cada família tinha algum tipo de “fogão”. Podia ser um braseiro, um pequeno fogão de querosene ou algum caixão para conter as brasas de carvão e não podia ocupar muito espaço para ser guardado à noite. O pequeno fogão era guardado no vão da parede, ou ficava do lado de fora do quarto com outros implementos.⁹⁹ As dificuldades para preparar um café ou um chimarrão complicavam a preparação do café da manhã. Muitos operários saíam para trabalhar em jejum.¹⁰⁰

Dependendo do dia, era possível cozinhar no quintal ou na porta do quarto. Mesmo naqueles cortiços com cozinha, os inquilinos preferiam cozinhar na porta do quarto a ter que partilhar a cozinha com outros moradores, que podiam pegar os pertences alheios.¹⁰¹ Mas se o dia era chuvoso ou frio, a comida tinha de ser preparada no próprio quarto. Com esses implementos o mais prático era cozinhar alguma coisa que permitisse aproveitar o fogo e as brasas. O aproveitamento ótimo que se podia tirar de um braseiro era cozinhar um puchero ou

⁹⁷ Cf. PASCARELLA, 1917, p. 12. A situação das crianças na Inglaterra era similar. Ver DAVIN, 1996, p. 169 e 183.

⁹⁸ ESTRADA, 1949, p. 114. As queixas sobre o desinteresse da mulher pela cozinha, ver, por exemplo, GONZÁLEZ ARRILLI, [s/d], p. 49; LOMBROSO FERRERO, 1908, p.351; MANE “Non esiste” In: L’Avvenire. Nº 38 Buenos Aires, 16/1/1898. A preferência pelo puchero é mencionada por RAVEL, E. Op. Cit., 1/IX/1901. Os pratos de milho e a escassez em SCOBIE, 1986, p. 76, 180 e 193.

⁹⁹ Muitas vezes não se utilizam talheres. Cf. MARSAL, 1969, p. 145 e 146.

¹⁰⁰ Como apresenta um jornalista em Los obreros y el trabajo. Los conventillos...Op. Cit., p. 4.

¹⁰¹ Romancistas e cronistas mencionam as cozinhas nas portas dos quartos. Cf. ANIBAL LATINO, 1984, p. 67 e 74; HURET, 1986, p. 94; e PASCARELLA, 1917, p. 80.

assar uma carne. Uma vez que os ingredientes estão prontos para cozinhar, o puchero não precisa de muitos cuidados, ferve sozinho, sem necessidade de mexer na panela, e todos os produtos são baratos, até a carne, que, por ser de segunda, necessita de ferver um bom tempo.¹⁰²

Uma viajante italiana ficou espantada com os conventillos e nos deixou uma descrição de uma cozinha de cortiço:

Servindo de refúgio pela noite (e não digo de dormitório, porque não acho que seja possível dormir aqui) os quartos dos conventillos dão tudo o que podem. São muitas as funções até, por exemplo, de cozinha. Algumas vezes duas ou três grandes famílias se dão ao luxo de um quarto com cozinha comunitária, mas com frequência o vão da porta ou da janela, no mesmo espaço do asilo-noturno, é utilizado para a preparação do jantar operário. Nos buracos do vão da parede, se fazem armários para guardar a cozinha, e se esconde um pequeno forno de ferro que não pode faltar na casa argentina que cumpre o seu dever no meio do pátio; é obrigado a cumprir seu dever, ainda quando chove. A água que pinga sobre o carvão aceso dá a aparência de que está sendo preparado um alimento gostoso [...]¹⁰³

Era evidente que mal podiam ser atendidas as exigências dos observadores dadas as limitações espaciais e econômicas. Atender aos apelos para um bom armazenamento, conservação e cozimento dos alimentos era difícil porque os avanços tecnológicos, que ingressavam rapidamente nas cozinhas das famílias abastadas, demorariam vários anos até que pudessem ser incorporados pelas famílias proletárias. Por isso é que a dona de casa, imigrante ou local, tinha três premissas básicas na escolha dos produtos da alimentação: preço, tempo de preparo e facilidade no processamento e no consumo. E isso era seguido à risca.¹⁰⁴

A hegemonia do puchero e da polenta entre os italianos produzia uma certa monotonia alimentar, quebrada nos dias de folga ou de celebração dos ciclos da vida doméstica, quando as famílias reuniam-se para comer. Nesses momentos voltavam os consumos europeus, como

¹⁰² Sobre os tipos de “fogões”, ver FRANCO, 1916; PATRONI, 1897, p. 130; e RAHOLA, 1905, p. 84.

¹⁰³ LUPATI, 1910, p. 49.

¹⁰⁴ CORTI, 1998, p. 716.

o vinho e os pratos regionais. Poderíamos dizer que a cozinha étnica era festiva, dos domingos, dos dias de folga, os dias da convivência, e era nesses momentos que retornavam os consumos consuetudinários da Itália.¹⁰⁵ Nesses dias os gastos eram maiores e apareciam certos consumos, como o vinho ou carnes de porco ou de ovelha. Sem rejeitar pratos de outras tradições, a reconstrução dos costumes consuetudinários era uma forma de manter vivos os elementos que ajudavam a manter a identidade. Esta tentativa de preservar um elo de continuidade com os velhos costumes familiares e regionais era rarefeita pela tendência à fusão das tradições alimentares.¹⁰⁶

Os trabalhadores italianos acostumaram-se com o puchero, que era preparado até no local de trabalho, pelos operários das estradas de ferro, reparadores de rua, catadores de lixo e outros, que trabalhavam em turmas. Deixavam fervendo carne, água e os demais ingredientes enquanto continuavam com as tarefas. Uma vez pronto o puchero, ou uma sopa, comiam todos juntos. Os trabalhadores solteiros que moravam juntos também faziam refeições coletivas, para baratear os custos da alimentação. A comida coletiva, logicamente, era o puchero.¹⁰⁷ Os trabalhadores das fábricas e oficinas que não tinham tempo ou condições de fazer um puchero ou uma sopa contentavam-se com frutas, pão, queijo ou frios.¹⁰⁸

Alguns historiadores da alimentação argumentam que o processo de industrialização foi rejeitado pelos consumidores.¹⁰⁹ Essa rejeição teria sido mais forte entre imigrantes de origem camponesa, devido

¹⁰⁵ Num casamento narrado no romance de Argerich, os comensais comeram ravioli ou tagliarini com queijo e azeite e beberam vinho de Asti. ARGERICH, 1985, p. 23. Desde o tipo de consumo até os excessos desses dias são mencionados em várias oportunidades por PASCARELLA, 1917, p. 28, 31, 51, 54, 55 e 88 a 91.

¹⁰⁶ CORTI, 1998, p. 687 e 711; e CORTI, 1992, p. 376 e 377. Entre os consumos descritos nas festas do conventillo, aparecem carnes, vinhos, e o mate que é mencionado como um aperitivo. Ver PASCARELLA, 1917, p. 89.

¹⁰⁷ Ver CLARK, 1878, p. 129; “Los obreros y el trabajo. El gremio de los pintores. Situación penosa. Escasez de trabajo. Los ladrilleros. Remuneración insuficiente. La vida en los hornos. XVIII” In: La Prensa 5/IX/1901, p. 5; e “Los obreros y el trabajo. Revista de gremios. Baja general en los jornales. La proporción de los desocupados. Pavimentadores, fideeros, cigarreros, veleros, alfombristas, alpargateros, bronceiros, caleros, marmoleros, curtidores, doradores, encuadernadores, maquinistas, marítimos. XXI” In: La Prensa 12/IX/1901, p. 5.

¹⁰⁸ Ver a Conferência de Gabriela L. de Coni pronunciada no dia 22/07/1902 na Sociedade Unione Operai Italiani Apud CONI, 1918, p. 693.

¹⁰⁹ O surgimento das cozinhas étnicas estaria relacionado com um “retorno às origens”. Essas são vistas como tradicionais e saudáveis.

ao fato de estarem próximos do cultivo para consumo próprio e, portanto, de uma alimentação “natural”. Eles comiam o que se produzia localmente. Uma espécie de romantização do âmbito rural.

A formação de uma cozinha é um processo. Neste processo, a industrialização teve um certo impacto, tanto na Europa local de saída como na América local de chegada. As reações contra a alimentação processada não seria um fato coetâneo à industrialização. Não há motivos para pensar assim, ao menos para o nosso período. Pelo contrário, a industrialização possibilitou novos e maiores consumos. Do pão ao leite, do vinho à carne, estes e outros produtos passaram a ser produzidos em massa, com novas formas de armazenamento e com novas tecnologias nos transportes e na conservação.¹¹⁰ A industrialização atravessou vários momentos. Não podemos dizer que a passagem da produção doméstica e artesanal aos grandes complexos da indústria alimentar estivesse completa no final do nosso período. As transformações da cozinha “tradicional” na Europa e na Argentina continuaram ao longo do nosso período.

As transformações alimentares não estavam restritas ao âmbito da produção secundária. A Itália do período prévio à grande imigração atravessava uma certa monotonia alimentar, acompanhada pela cristalização de certos consumos. Porém, a agricultura, a pecuária e a indústria da Itália estavam atravessando uma série de mudanças tecnológicas, incorporando novas produções. Mesmo assim, os trabalhadores urbanos e rurais beneficiavam-se parcialmente com essas inovações. A base da alimentação no período prévio à grande imigração era constituída por pão, sopa e legumes. A carne era consumida unicamente nos dias festivos, em alguma forma de conservas, elaboradas para preservá-la no inverno. Durante algumas épocas do ano, as frutas permitiam acalmar a fome.¹¹¹ A situação começaria a mudar com a imigração internacional.

Não podemos esquecer que a Europa estava atravessando uma série de modificações alimentares devidas ao processo de industrialização e à incorporação de novos cultivos. A unificação da Itália

¹¹⁰ As conservas modernas datam do primeiro quartel do século XIX. Sobre a incorporação das conservas no cotidiano, sem esquecer de que o resfriamento e o congelamento são outras técnicas de conservação dos alimentos; ver TANNAHILL, 1988, p. 310 a 313.

¹¹¹ Cf. BEVILACQUA, 1981, p. 520 a 525.

contribuiu para a livre circulação das pessoas e dos produtos e para a integração das diversas tradições culinárias.¹¹² A chegada a Buenos Aires não significava um ponto final nas mudanças culinárias, mas o início de processos de adaptação a outros produtos e técnicas de elaboração, que estavam sendo experimentadas não só na Argentina, mas também na Itália.

A revolução da alimentação napolitana data de finais do século XVIII e do século XIX. É difícil pensar a alimentação napolitana atual sem as massas e a pizza, e estas sem o molho de tomate. Porém, teria sido impossível a difusão desses gêneros sem o desenvolvimento de uma indústria de conservas de tomates na Itália, que data da década de 1820. A difusão da massa com molho de tomate é da década de 1830. Até a proliferação dos métodos de conserva do molho de tomate, esses pratos cotidianos não passavam de alimentos restritos a determinadas épocas do ano e aos setores abastados.

A massa,¹¹³ por outro lado, foi incorporada às dietas populares pouco antes do início da grande imigração, e como uma forma de compensar a perda de outros gêneros. Em finais do século XVIII, os propulsores dessa revolução, os napolitanos, deixaram de ser conhecidos como mangiafoglia e passaram a ser chamados de mangiamaccheroni. Nesse período surgiu uma indústria de massas, que permitia substituir as verduras, base da alimentação anterior. A massa seca era um produto de fácil conservação, transportável, que não estragava e de fácil preparo. Este gênero espalhou-se vagarosamente pelo sul da Itália, primeiro nas cidades e depois no campo. Mesmo assim, num período tão próximo quanto o Rissorgimento, os higienistas faziam esforços para expandir o consumo de massas no Piemonte.

No século XIX, a Itália incorporou novos produtos agrícolas, que chegaram a modificar a alimentação existente. Na Calábria começaram a ser cultivados pimentões; na Sicília, foram introduzidos os cítricos por franceses e ingleses. O mesmo acontecia com os legumes. O grão-de-bico deixou as mesas das classes abastadas para ser consumido

¹¹² A *melanzane a parmigiana* (berinjela à parmigiana) como um prato muito apreciado pelos napolitanos data do período da grande imigração. Cf. ORTOLEVA, 1992, p. 64.

¹¹³ Existe uma variada e contraditória bibliografia sobre as massas, origens, tipos e formas de consumos. Porém, todos os autores concordam que a difusão como alimento cotidiano data de finais do Século XVIII: ver CONSIGLIO, 1997; GOODY, 1982, p. 36; MONTANARI, 1993, p. 139 a 142; e TANNAHILL, 1988, p. 234 a 237.

pelos pobres. Mesmo com os novos produtos, as carências continuavam a ser profundas. O maior consumo de certos gêneros era compensado pelas perdas de outros. Isso aconteceu no Piemonte ao longo do século XIX: cresceu o consumo de cereais e diminuiu o de vinho.¹¹⁴

As batatas começaram a ser cultivadas em toda a Itália, para consumo humano, pouco antes das grandes migrações o primeiro cultivo de batatas na Calábria data de 1822. Até este momento, esse produto estava destinado à alimentação dos porcos, e passou a substituir parcialmente o pão e integralmente as castanhas. Na Calábria a farinha de trigo deixou de ser aumentada com farinha de castanha, passando a ser usada a farinha de batata. Este gênero entrou numa série de pratos, modificando sensivelmente a cozinha meridional.¹¹⁵

Além das transformações próprias da Itália, os imigrantes se defrontaram com a realidade da Argentina e suas peculiaridades. Segundo Piero Bevilacqua, na América a mudança foi além da dieta, foi também de mentalidade, o que permitiu quebrar o elemento mais resistente do passado: a alimentação.¹¹⁶ Além dos novos produtos, os imigrantes se depararam com uma maneira diferente de alimentar-se, baseada numa ampla variedade de produtos industrializados enlatados ou resfriados e de outros que chegavam de regiões afastadas, transportados pela extensa rede de estradas de ferro. Dessa forma, fugia-se dos ciclos sazonais e mantinha-se um abastecimento amplo e permanente de produtos alimentares na cidade de Buenos Aires.

O primeiro choque alimentar dos imigrantes tinha lugar no barco rumo à América. Desde aqui, os imigrantes começavam a abandonar os velhos costumes embora pudessem retomá-los na chegada e a incorporar outros consumos. Uma vez a bordo, os imigrantes tinham direito por lei a certos alimentos: açúcar, vinho, café, pão, massa, arroz,

¹¹⁴ Para a expansão da produção e consumo de cereais na Europa, vide TEUTEBERG e FLANDRIN, 1998, p. 710 e 711.

¹¹⁵ Sobre os produtos ingressados na Itália no período prévio à grande imigração e durante o mesmo, Cf. BEVILACQUA, 1981, p. 526 e 527; ORTOLEVA, 1992, p. 62 a 64; e SERENI, 1981, p. 362, 363 e 370-371. Sobre as compensações entre produtos LIVI-BACCI, 1988, p. 154. A continuidade na escassez do consumo na Itália é mencionada por FOERSTER, 1969, p. 95 e 119. Sobre a evolução do consumo de batatas na Europa ver MONTANARI, 1993, p. 135 a 138; TANNAHILL, 1988, p. 216 a 218 e 289 a 291; e TEUTEBERG, e FLANDRIN, 1998, p. 712.

¹¹⁶ Cf. BEVILACQUA, 1981, p. 543 e 544.

peixe, queijo, legumes, hortaliças e carne. A abundância de alguns dos produtos seria uma antecipação do que encontrariam na chegada.¹¹⁷

A alimentação estava estabelecida por lei. Os cronistas da primeira classe e alguns imigrantes com experiência a bordo concordam com a visão de uma boa alimentação, mas também temos informes sobre as dificuldades dos imigrantes na travessia para a América. Algumas companhias, além de carregar mais pessoas do que deveriam, desrespeitavam várias normas, dentre elas a da alimentação. O jornal *La Protesta* transcreveu o abaixo-assinado de um grupo de imigrantes transportados pela companhia *Chargeurs Reunis*. Segundo eles, a água estava sobre a coberta, exposta ao calor; legumes e macarrões eram cozidos sem banha e com pouca carne, ou com bacon estragado; as hortaliças estavam podres; o bacalhau era servido cru e salgado; e serviam apenas duas colheres de arroz por dia.¹¹⁸ O deslumbramento podia prolongar-se entre aqueles que permaneciam no Hotel de Inmigrantes, durante os cinco dias permitidos, recebendo pão, manteiga, sopa, carne, leite, café, chá de erva-mate, vinho, sobremesa e um copo de licor em grandes quantidades, distribuídos até quatro vezes por dia.¹¹⁹

Duas culturas alimentares estavam aproximando-se: a cultura da escassez dos imigrantes e a cultura da abundância dos nativos.¹²⁰ Certos gêneros, como o alho, considerado como altamente nutritivo, ingressaram na dieta italiana nesse período. O alho mostra que os camponeses italianos estavam procurando soluções para a escassez alimentar. É provável que este fosse um dos tantos experimentos realizados para mitigar a fome desenvolvidos nos séculos XVIII e XIX. A

¹¹⁷ Cf. BOSIO, 1885; GODIO, s/d, p. 259; LORENZONI, 1975, p. 25 e 28; POSADA, 1912, p. 14; Carta de Abele Sola, desde o barco (11/06/1912) Apud BAILY e RAMELLA, 1988, p. 116; e SANTIGOSA, 1906, p. 4. E ainda Cf. CORTI, 1992, p. 370.

¹¹⁸ Ver "Inmigrantes a bordo. Peor que perros" In: *La Protesta* 25/XI/1904. Esses tipos de abusos e outros foram noticiados por COLOCCI, s/d, p. 62.

¹¹⁹ Para alguns, a comida do Hotel de Inmigrantes era muito boa e adequada, como aparece no depoimento de Lucia Nebbiolo Gonella Apud FRANZINA, 1996, p. 92; na Carta de Luigi e Oliva Binutti, desde Jesús María Córdoba (25/03/1878) Apud FRANZINA, 1994, p. 85; e alguns viajantes como GUBERNATIS, 1898, p. 191 e 211. Outros entendiam que a comida do Hotel era ruim e mal dava para matar a fome. Ver BARZINI, 1902, p. 28, e a carta de H. citada por GAUDELIER, 1889, p. 34. Todos concordam numa coisa: na presença da carne.

¹²⁰ Ortoleva chama a atenção para esta questão no caso dos italianos meridionais que emigravam para os Estados Unidos. Na Argentina, a abundância pode ser diferente das expectativas dos imigrantes, porém, a carne era conseguida em grandes quantidades nesses dois pontos de arribo. Cf. ORTOLEVA, 1992, p. 61.

imigração é vista como uma forma de combater a fome, para os que partiam e para os que ficavam.¹²¹

A dieta do sul e a do norte da Itália estava restrita a poucos produtos, embora estivessem sendo incorporados novos gêneros. Simplificando, em ambas as regiões a carne era excepcional; a polenta, no norte, e o pão de cereais inferiores e castanha com azeite e sal, no sul, eram os alimentos mais freqüentes.¹²²

Nesse sentido, é particularmente interessante o que os imigrantes levavam na bagagem de regresso à Itália. Os padrões italianos queixavam-se porque aqueles que retornavam da América recusavam-se a voltar à dieta tradicional e insistiam em comer carne e peixe. Em outros casos, a imigração ocasionou a falta de trabalhadores rurais, o aumento dos salários e a conseqüente melhora na alimentação dos que não imigravam. Aqueles que tinham algum imigrante na família compensavam a falta dele com o dinheiro recebido da América.¹²³

O crescimento da renda per capita favoreceu certos processos dentro da própria Itália, como a expansão da pecuária, para atender a nova demanda por carne, o início das importações de carne da América e a maior circulação dos produtos no interior da Itália. A velha estrutura alimentar começava a ruir, permitindo a difusão dos produtos industrializados. Como lembra Montanari, a melhora da alimentação européia estava relacionada com momentos de quedas demográficas, efeito causado pela saída de imigrantes em massa.¹²⁴

A abundância de carne da Argentina deve ter sido vivenciada pelos imigrantes como uma melhora substancial no padrão alimentar. A carne punha um ponto final no regime vegetariano e na endêmica carência de proteínas. Finalmente, podiam comer o mesmo, e com a mesma freqüência, que os latifundiários da Espanha e da Itália, ou que os donos de oficinas na Inglaterra, na França ou na Alemanha. Um imigrante piemontês dizia que na Argentina a carne era consumida como a polenta na sua terra. A freqüência no consumo de carne representou

¹²¹ CORTI, 1998, p. 684. Um vêneto que imigrou para o Brasil com a família coloca a fome e a falta de melhoras na alimentação como um dos motivos para tomar a decisão de partir. Ver LORENZONI, 1975, p. 14.

¹²² Cf. FOERSTER, 1969, p. 95, 119 e 121. Uma análise estatística em TEUTEBERG, e FLANDRIN, 1998, p. 711.

¹²³ Cf. BEVILACQUA, 1981, p. 541.

¹²⁴ Cf. BEVILACQUA, 1981, p. 545 e MONTANARI, 1993, p. 144.

um modelo cultural e social, “[...] uma ruptura secular no aspecto dietético, do gosto, da cultura e da mentalidade.”¹²⁵

A cozinha italiana do sul e do norte era abundante em cereais e verduras em geral, mas carente em carnes, produto de um prolongado processo histórico. O consumo de carnes entre os camponeses sicilianos não era pequeno no século XV, porém, em 1720, chegava a míseros 8kg anuais enquanto as classes abastadas consumiam 500 gramas diárias. Muitas comidas típicas sicilianas datam da época da procura por substitutos protéicos. Os camponeses usavam o peixe salgado, o pão comprado e não feito em casa, por falta de farinha própria e o vinho, que alcançou 137 litros anuais por pessoa em 1720 para acalmar a fome.¹²⁶

A carne tinha uma importância que superava os aspectos alimentares, tanto que era o ponto de partida para a hibridização dos consumos.¹²⁷ O consumo de carne era tão importante que as despesas com esse gênero era a segunda, depois do aluguel, e a primeira entre os alimentos.¹²⁸ Isto pode ser visto como uma forma de compensar as perdas geradas pela imigração, além de uma forma de melhora em relação àqueles que ficavam. Fotografias de bois gordos e cartas narando enormes churrascos eram enviadas para a Itália, o que mostra a importância real e simbólica que a carne tinha para os imigrantes. A carne e outros elementos como o custo de vida, a quantidade e a variedade dos alimentos consumidos ajudavam a justificar e dar sentido à escolha feita pelo imigrante, e estimulavam os tímidos a imitá-lo. Alguns tiravam proveito da nova estrutura alimentar e outros, no pior

¹²⁵ Cf. BEVILACQUA, 1981, p. 539; e CORTI, 1998, p. 696. O piemontês é Bosca, D. Io parto per l’America. Storie de emigranti piemontesi, p. 144. Apud. CORTI, 1992, p. 374 e 375; e CORTI, 1997, p. 115. Um cronista italiano dizia que a carne barata facilitava a vida dos imigrantes e que nem mesmo a quaresma era respeitada. ANIBAL LATINO, 1984, p. 68 e 250.

¹²⁶ Cf. AYMARD e BRESC, 1975; BENNASSAR e GOY, 1975; e ORTOLEVA, 1992, p. 61 e 62.

¹²⁷ Ver SANTIGOSA, 1906, p. 184.

¹²⁸ Isso pode ser comparado com o pão na Inglaterra de inícios do século XIX, na Revolução Industrial. O consumo de pão representava 50% do salário do trabalhador, o que não significava a inexistência de outros produtos alternativos, mas havia necessidade de aceder a um gênero reservado aos ricos e nobres: o pão branco. Cf. MORGAN, 1984, p. 40.

dos casos, usavam-na para mostrar na terra natal que estavam fazendo algum tipo de progresso.¹²⁹

Outros produtos apareciam pela primeira vez nas dietas dos imigrantes italianos, sobretudo entre os meridionais, como o café, o açúcar e a erva-mate. Estes, mais um pão grande (galleta) e a carne, eram dados pelas autoridades em algumas das colônias rurais ou pelos fazendeiros,¹³⁰ prolongando a intervenção sobre os costumes. Esses novos produtos, junto com a cerveja e o chá, completavam a “revolução” alimentar. A moderação dos trabalhadores italianos começou a sumir no contexto da abundância. Os hábitos alimentares dos imigrantes italianos nos Estados Unidos, no Brasil e na Argentina diferiam grandemente dos hábitos dos imigrantes da mesma origem na Europa. Na França, na Suíça ou na Alemanha, os consumos limitavam-se a pão, sopa e polenta, mas na América eles multiplicaram seus consumos, o que pode ser visto como uma mudança de mentalidade.¹³¹

O consumo de novos produtos não significava o abandono dos originários. Muitos foram incorporados aos consumos habituais, como aconteceu na Itália com as batatas e os pimentões, que passaram a substituir alguns ingredientes ou a engrossar a lista dos produtos utilizados. Fosse para dar melhor sabor ou uma maior consistência aos pratos já conhecidos, tais gêneros passaram a hibridizar a cozinha italiana original. Assim, certos pratos são uma invenção dos italianos que emigraram para a Argentina, como por exemplo a Milanese Napolitana. Esta fusão de cozinhas foi feita aos poucos e de forma experimental.

Um caso revelador dessa miscigenação culinária é uma fonda que servia pratos com nomes claramente italianos mesmo que a origem étnica dos mesmos fosse bastante duvidosa num salão com retratos de Garibaldi, Mazzini, Vittorio Emanuele, Umberto I e a rainha Margherita. O cardápio de um dia qualquer era composto por uma Sopa à Italiana, feita com macarrões e um ovo dentro; o segundo prato,

¹²⁹ Ver CORTI, 1997, p. 112; CORTI, 1998, p. 698; CORTI, 1992, p. 374 e 375. A aceitação ou a valorização comparativa dos alimentos aparece nos depoimentos de Luis Rebuffo, citado por FRANZINA, 1996, p. 97, e nas cartas de: Nanni Partenio, desde Rosario Santa Fé (17/06/1878), Leonardo Placereano, desde Buenos Aires (9/07/1880) Apud FRANZINA, 1994, p. 92, 93 e 103.

¹³⁰ Cf. BEVILACQUA, 1981, p. 536; e HURET, 1911, p. 394. Isso ajuda a desvendar o porquê dos altos consumos de erva-mate. Mais barata que o café, era incorporada como parte das refeições e continuava a ser consumida nas cidades.

¹³¹ Sobre as diferenças em ambos os continentes, ver FOERSTER, 1969.

chamado de Firenze, era uma carne de panela cozida com cenouras, cebolas e batatas; o terceiro era o Milano, uma carne frita; o quarto era a Genova, carne com cogumelos, e o último era uma salada Garibaldina, de tomates, feijão, beterrabas, alface e outras verduras.¹³²

A hibridização dos costumes refere-se também à adaptação à sociedade urbana. A falta de sabor dos alimentos da Argentina era compensada unicamente pela quantidade.¹³³ Aos poucos, sem os ingredientes e sem a possibilidade de ter acesso a todos os produtos que no local de partida eram colhidos livremente, os imigrantes tiveram que reinventar algumas das receitas dos pratos mais comuns, para manter em parte a identidade original. Enriquecidos ou modificados por outros produtos, os consumos tradicionais ganhavam uma outra dimensão. De qualquer forma, sempre permanecia a saudade e a sensação de perda dos velhos pratos e sabores.¹³⁴

Para manter as tradições, os imigrantes italianos recorriam a uma rede de comercialização formal e de distribuição informal dos produtos da mãe pátria. Certos comerciantes vendiam produtos da Itália; alguns chegavam a vender produtos por regiões.¹³⁵ A chegada de um amigo ou de um parente permitia voltar aos sabores da velha terra, caso o mesmo trouxesse um vinho, um salame ou alguma conserva. O vinho italiano era o produto mais apreciado pelos trabalhadores, principalmente pelos piemonteses. O comércio étnico atuou como um fator de integração, através de anúncios nos periódicos de bairro, étnicos e até operários.¹³⁶

Os trabalhadores urbanos e rurais passaram a ter contato freqüente com o mercado ao qual recorriam para conseguir seus

¹³² RESASCO, 1890, p. 247 e 248.

¹³³ Cf. Carta de Oreste Sola, desde Buenos Aires (17/8/1901) Apud BAILY, e RAMELLA, 1988, p. 35. Sobre o impacto da quantidade na América, ver FRANZINA, 1996, p. 41 e 48.

¹³⁴ Sobre a valorização dos pratos da terra natal Carta de Abele Sola, desde Buenos Aires (4/7/1913), Carta de Corinna Sola, desde Buenos Aires (15/2/1915) e Carta de Oreste Sola, desde La Plata (8/9/1917), Apud BAILY e RAMELLA, 1988, p. 136, 157, 158 e 191.

¹³⁵ Um detalhado estudo de uma rede comercial para outra nacionalidade é o de FERNÁNDEZ, 1996, p. 25 a 59.

¹³⁶ Os piemonteses apreciavam o vinho de Mendoza e San Juan, produzido por outros piemonteses, mas se queixavam da escassa produção. Ver Carta de Oreste Sola, desde Mendoza (19/9/1901) e Carta de Oreste Sola, desde Buenos Aires (9/4/1910) e Carta de Abele Sola, desde Buenos Aires (16/7/1914), todas em BAILY e RAMELLA, 1988, p. 37 e 90. Outras questões em CORTI, 1998, p. 709, 710 e 712; e ORTOLEVA, 1992, p. 55 e 67.

alimentos. A produção para consumo próprio foi sendo relegada, principalmente pela falta de espaço no âmbito doméstico. A experiência do mercado estava sendo desenvolvida já na Itália, e não era uma novidade nem para os imigrantes das zonas rurais. A novidade está na extensão da experiência do mercado a todos os consumos familiares. Já não era uma questão marginal, era central para o abastecimento.

De qualquer forma, o autoconsumo não pode ser ignorado. Quem podia, cultivava uma pequena horta, ou criava animais domésticos para complementar a alimentação. Este comportamento era uma continuidade das práticas rurais, que diminuía o custo da alimentação e permitia manter certos costumes. Os socialistas propunham aproveitar-se os terrenos baldios como locais para a produção alimentar. Para Gina Lombroso Ferrero, somente os italianos mantinham essas produções.¹³⁷

Outra novidade foi o salário. No âmbito urbano, este deixou de ser um complemento da renda familiar para passar a organizar o orçamento. Praticamente todos os consumos estiveram organizados pelo salário.¹³⁸ O mercado, como fonte de abastecimento, e o salário, como organizador dos consumos, dão o caráter de classe à alimentação popular portenha. O salário favoreceu os intercâmbios culinários ou a manutenção das tradições através do mercado.

A adaptação não era unívoca. Os italianos introduziram parte dos seus costumes, condicionados pelas costumes locais. Nas visões multiculturalistas, falta a apresentação do impacto na sociedade receptora. Foerster percebeu, já em 1919, que estava olhando para uma via de mão dupla: a adaptação dos imigrantes à Argentina e vice-versa.¹³⁹ Por outro lado, não podemos esquecer que o deslocamento dos imigrantes da Europa para a América ocasionava uma série de deslocamentos culturais. Temos de lembrar que muitos dos rituais anuais, religiosos ou pagãos, como o Ano Novo, a Páscoa e outros, estavam relacionados com as mudanças de estações e sua celebração. Não podemos deixar de pensar no estranhamento cultural produzido

¹³⁷ Ver LOMBROSO FERRERO, 1908, p. 333. Outros autores que falam dessas pequenas produções domésticas BARZINI, 1902, p. 20; CATTARUZZA, 1906, p. 59 e 60; CAZZANI, 1896, p. 19; LUPATI, 1910, p. 118; e UNSAÍN, 1912, p. 309. E ainda na justificativa do projeto de lei sobre o barateamento dos consumos de Francisco Beiró e C. J. Rodríguez, ver REPÚBLICA ARGENTINA, CÁMARA DE DIPUTADOS, 1919, p. 518.

¹³⁸ Cf. BEVILACQUA, 1981, p. 530; e ORTOLEVA, 1992, p. 63.

¹³⁹ Ver FOERSTER, 1969, p. 270 e 271.

pela readaptação desses rituais na estação oposta. Esse é outro tema que merece maiores pesquisas.

O caráter de classe da alimentação não pode ser desconsiderado. A alimentação é um elemento de conflitos, pelo qual se filtra a marca da classe. As dificuldades das donas-de-casa das famílias trabalhadoras e as limitações na compra de alimentos não podem ser esquecidas. O salário é um elemento definidor do caráter de classe da alimentação. Sem outros rendimentos além dos salários dos membros do grupo familiar, atingir o minimum necessário para a reposição da força de trabalho passou a ser um dos pilares principais da experiência operária. Daí o grande número de conflitos abertos entre classes abastadas e trabalhadores na cidade de Buenos Aires, fosse visando a elevação dos salários ou a contenção da alta dos preços dos gêneros básicos.

A alimentação é um campo de conflitos. Alguns deles foram abertos e acabaram em confrontos entre os trabalhadores e as forças da Ordem o Estado ou as classes proprietárias nos periódicos, no Parlamento e até nas ruas. Mas os confrontos também tiveram um caráter menos evidente e mais dissimulado: a adoção de determinados pratos, como o puchero, que inicialmente foi um símbolo de distinção entre os nativos e os estrangeiros, tornou-se o símbolo da classe trabalhadora.¹⁴⁰ À medida que as classes abastadas iam tendo acesso a novos produtos mais sofisticados e importados, os trabalhadores tinham de se contentar com o que estava acessível.

As crises cíclicas tiveram um forte impacto sobre os orçamentos das famílias operárias, nos quais a variável de ajuste mais imediata era a alimentação, reduzida ao indispensável. A quantidade de comida diminuía desde o dia em que recebiam seus salários até a semana seguinte. As principais prejudicadas eram as crianças, que deixavam a maior parte da alimentação para os assalariados da família.¹⁴¹

Mas a identificação de um prato com um determinado grupo social não implicava sua rejeição por outros grupos. Os pratos e os

¹⁴⁰ Sobre o abandono do puchero pelas famílias abastadas, vide DAIREAUX, 1888a, p. 152; e HURET, 1911, p. 23 e 440.

¹⁴¹ Um artigo jornalístico escrito durante a crise de 1901 apresentava uma realidade mais dura do que foi mostrada, vide *Los obreros y el trabajo. Los conventillos...* Op. Cit., p. 4; e “*Los obreros y el trabajo. En los tramways. Guardas y cocheros, un gremio en desgracia. Multas y suspensiones. Los suplentes y los efectivos. A la espera de vacantes. ¡10.000 recomendados! XV*” In: *La Prensa Buenos Aires*, 1/IX/1901, p. 4.

ingredientes circularam entre as distintas classes sociais. A dinâmica desse processo não está claramente determinada; é uma questão que deverá ser resolvida por futuras pesquisas.

Os limites estabelecidos pelas elites foram desafiados mediante a alimentação. Certos aspectos da alimentação popular invadiam o espaço dos poderosos. O acesso a recursos que pareciam pouco apropriados para os trabalhadores levaram a conflitos entre os diversos grupos sociais. Os imigrantes sofreram preconceitos pelos seus consumos de alimentos tais como o pesto ou o alho, que desafiavam os gostos criollos.

Conclusões

A alimentação na Argentina atravessou uma série de modificações, a partir da segunda metade do século XIX, que foram aceleradas por três fatores: a imigração, a urbanização e a industrialização. A inter-relação entre esses fatores provocou mudanças irreversíveis. A carne, o principal alimento dos tempos do asado, foi perdendo importância para produtos industrializados e outros gêneros alimentícios, como o arroz e as batatas. A urbanização limitou as possibilidades de acesso a alimentos fora do âmbito do mercado.

Esta “italianidade” inventada¹⁴² passou a ser a marca da classe, uma forma de os trabalhadores se diferenciarem da elite e dos seus subalternos prediletos, os criollos. Ao tempo em que se constituía a etnicidade, esta entrava num processo de redefinição e de hibridização. Os diversos grupos de “italianos” encontraram-se num âmbito novo, Buenos Aires, e com outros grupos nacionais, principalmente os argentinos. Ambos os grupos atravessavam um período de redefinições, no final do qual encontraram-se como classe. No terreno da culinária esta miscigenação resultou numa cozinha própria, que poderíamos chamar de cozinha portenha. A mesma baseou-se nos consumos comuns a italianos e criollos. Dentre os principais pratos estariam o chimarrão, o puchero, o churrasco, as massas, o bife com salada e a polenta. Estes tinham presença garantida nas mesas dos trabalhadores, dentro ou fora do lar.

¹⁴²No sentido atribuído ao termo “invenção” em HOBSBAWM, 1984, p. 9 a 25.

Tais pratos foram abandonados pelas classes abastadas. Se a rejeição inicial começou pela pouca sofisticação na elaboração, a mesma foi mais forte com a adoção desses pratos pelos trabalhadores. A distinção inicial, realizada entre aqueles que comiam ou não puchero nacionais ou estrangeiros, deu lugar a outras diferenciações, nas quais a marca da classe seria a principal, e os seus emblemas básicos estariam na polenta e no puchero.

Alguns temas merecem ser melhor estudados, ou precisam ser aprofundados; isto é produto do caráter exploratório deste estudo sobre a alimentação. Serão precisos novos estudos para poder desvendar certos problemas. Ou melhor, como as trocas se tornaram permanentes formando uma nova tradição alimentar, com a utilização de carnes e certos consumos em abundância.

A cozinha foi uma ponte que separou mas também uniu duas sociedades: a italiana e a argentina. Neste caso, a alimentação foi um ponto de conflito entre as classes sociais, mas também um ponto de encontro entre duas tradições alimentares que permitiram a hibridização dos costumes anteriores e a incorporação de novos elementos, gerando uma identidade comum aos trabalhadores. Em termos gerais, poderíamos afirmar que a alimentação dos trabalhadores melhorou ao longo do nosso período. Este é um dos melhores argumentos para os historiadores otimistas da história argentina. A quantidade e a variedade de alimentos cresceu, conseguindo satisfazer variados tipos de gostos e mitigar a fome dos recém-chegados.

A alimentação tem-nos permitido analisar alguns aspectos da constituição da identidade operária do período, a partir dos aspectos objetivos e subjetivos da formação da consciência. Os objetivos permitiram-nos precisar as condições de elaboração, distribuição e consumo dos alimentos, além de estabelecer a evolução dos preços; os subjetivos delineiam as preferências nos consumos e nas opções de compra.

Partindo desses elementos, tentamos estabelecer a dinâmica existente entre questões objetivas e subjetivas e a ação das mesmas na configuração de uma identidade e de uma consciência própria, diferente de outros grupos sociais. Para isso, analisamos os elementos de conflito, as ações dos comerciantes e capitalistas para aumentar e gerar lucros além daqueles determinados e aceitos como legítimos.

Tabela 1 – Evolução da população de Buenos Aires (1869-1914)

Ano	Nacionais	Estrangeiros	Total
1869	94.963	92.163	187.026
1887	204.734	231.731	436.465
1895	318.375	345.479	663.854
1904	523.041	427.850	950.891
1909	670.513	561.185	1.231.698
1914	797.969	777.845	1.575.814

Fonte: Censos Nacionais (1869; 1895; 1904 e 1914) e Municipais (1887 e 1909). Em 1887, incluímos os povos de Flores e Belgrano, que, desde 1895, são parte de Buenos Aires.

Tabela 2 – Evolução da população de Buenos Aires segundo a origem nacional (1869-1914)

Nacionalidade	1887		1895		1904		1909		1914	
	H.	M.								
Argentinos	94.777	109.957	150.623	167.752	251.351	271.690	327.309	343.204	394.463	403.506
Alemães	2.445	1.445	3.207	2.090	2.793	2.376	4.313	3.131	6.904	4042
Austríacos	1.660	457	2.036	1.021	1.967	1.418	2.635	1.794	4.507	3.066
Belgas	368	228	1.027	804	774	682	762	637	886	827
Bolivianos	89	41	134	90	147	129	133	119	201	150
Brasileiros	414	338	751	629	1.374	1.393	2.229	2.187	2.587	2.733
Chilenos	249	195	295	364	379	509	438	587	599	828
Espanhóis	26.980	12.582	49.566	30.786	60.425	44.781	97.412	76.879	172.183	13.4673
Franceses	11.144	8.887	16.678	16.507	12.650	14.924	12.024	13.727	12.098	15.015
Gregos	89	11	150	20	132	35	437	107	2592	224
Holandeses	56	33	451	412	331	350	414	337	747	351
Ingleses	2.444	1.716	4.057	2.781	2.867	2.533	4.514	2.599	5.989	3.206
Italianos	91.484	46.682	111.578	70.115	136.461	92.095	168.144	108.897	192.624	119.643
Norteamer.	358	211	400	191	470	315	563	392	878	631
Otomanos ¹	S/d	S/d	133	72	1.116	525	3.092	890	12.300	3.547
Paraguaios	686	760	732	656	598	708	795	736	829	885
Portugueses	893	164	1.077	325	916	371	2.020	705	3.989	1.319
Russos	100	88	590	627	1.548	1.660	7.555	6.159	16.105	12.621
Suíços	1.747	835	1.714	1.115	1.413	1.565	1.471	1.099	1.962	1.354
Uruguaios	5.955	5.181	9.603	9.373	14.516	14.231	12.646	14.138	12.983	15.453
Outros	1.204	392	4.546	2.651	13.261	7.344	3.065	1.403	4.665	1.439
TOTAIS	243.142	190.203	351.374	303.470	497.839	453.052	651.971	579.727	845.225	723.924

¹ Nos censos de 1904 e 1909 aparecem como "Turcos".

Fonte: Censos Nacionais (1869; 1895 e 1914) e Municipais (1887; 1904 e 1909). Em 1887, incluímos os povos de Flores e Belgrano, que, a partir do Censo de 1895 são parte da cidade.

Tabela 3 – Origem regional dos imigrantes italianos na Argentina

Período	1881-1890	1891-1900	1901-1910	1911-1920
Norte	63,4	45,5	32,8	34,1
Centro	7,6	11,8	14,2	12,5
Sul	29,0	42,7	53,0	53,4

Fonte: NASCIMBENE, Mario "Storia della collettività italiana in Argentina (1835-1965)" In: AA.VV. *La popolazione de origina italiana in Argentina* Torino, Fond. Giovanni Agnelli, 1987, p. 559.

Tabela 4 – Percentagem das mulheres italianas e argentinas em Buenos Aires (1869-1914)

Percentagem das Mulheres	1887	1895	1904	1909	1914
Mulheres (sobre o total da população)	44%	46%	48%	47%	46%
Argentinas (sobre o total das mulheres)	56%	55%	60%	59%	56%
Italianas (sobre o total das mulheres)	25%	23%	20%	19%	17%
Espanholas (sobre o total das mulheres)	7%	10%	10%	13%	19%

Fonte: Censos Nacionais (1869; 1895; 1904 e 1914) e Municipais (1887 e 1909). Em 1887, incluímos os povos de Flores e Belgrano, que, a partir do Censo de 1895 são parte da cidade.

CONCLUSÃO

Em 1871, um refugiado francês e delegado da Internacional dos Trabalhadores em Buenos Aires enviou uma carta a Marx para explicar as dificuldades na organização dos trabalhadores no Rio de la Plata. Ele dizia que a ascensão social era possível e concreta e que, por isso, as organizações trabalhistas não prosperavam. As disputas entre capital e trabalho eram rapidamente resolvidas e não passavam de negociações que beneficiavam os artesãos e jornaleiros. O trabalho era abundante e bem remunerado, e qualquer um que tivesse uma vida regrada e frugal podia reunir um capital e tornar-se proprietário. Mesmo com refugiados políticos vindos da Europa, era impossível transformar esse país de bárbaros num país socialista. Alguns socialistas e communards que viviam em Buenos Aires puseram fogo na igreja de El Salvador em 1875. A conspiração tinha como finalidade chamar os imigrantes e criollos pobres à revolta e à luta contra a oligarquia; uma vez triunfantes, repartiriam as fortunas dos ricos. Entretanto, dos ricos eles só recebiam algumas cacetadas, e da polícia advertências. Queimar uma igreja não era um grande erro diante da elite anti-clerical, esse pecado podia ser perdoado, desde que não se pretendesse repartir a fortuna dos ricos.

A conspiração não avançou porque os trabalhadores tinham outra preocupação: viver como burgueses. Em 1868, os sapateiros bascos deram um baile que deixou os donos das fortunas portenhas preocupados. Afinal, como podiam usar carruagens para chegar com as damas e se vestirem tão elegantemente como qualquer pessoa da sociedade? Com que ânimo esses pequenos artesãos e suas mulheres, muitas delas empregadas domésticas, voltariam ao trabalho? Um dos abastados habitantes de Buenos Aires escrevia revoltado para um

amigo, contando que ele próprio teve que abrir a porta da rua para sua doméstica, que tinha participado desse baile de gala.¹

O que podia fazer um socialista nessa situação? Os trabalhadores pensavam em festas e não acompanhavam o ideário socialista. Então, o melhor a fazer era optar pela ascensão social, tornando-se um membro da elite. O advogado Raymond Wilmart desistiu da revolução socialista e passou a construir um futuro como burguês. Mais de 20 anos depois, integrou a banca que rejeitou a tese de doutoramento de Alfredo Palacios, intitulada “A miséria na República Argentina”.²

A Argentina, conhecida por ser um país de fácil e rápida ascensão social, mesmo que no terreno mítico, estava em vias de extinção. A carta de Wilmart envelheceu rapidamente. Os trabalhadores tiveram de recorrer a outros mecanismos para conquistar um lugar na sociedade.

As mudanças foram rápidas, embora a formação da classe trabalhadora demorasse mais um tempo para estabelecer-se e consolidar-se como tal, para criar uma identidade em torno de certos elementos comuns, que foram processados em termos culturais. Aos poucos, os grupos e indivíduos passaram a constituir uma nova classe social, deixando de ser um amontoado de interesses e necessidades semelhantes. A homogeneização da classe teve lugar no cotidiano, nas condições de vida. A constituição de um modo de vida próprio e diferenciado das outras classes sociais permitiu a identificação de seus membros.

As condições de vida tornaram-se o elemento central na conformação da classe trabalhadora de Buenos Aires. A debilidade de outros fatores de agregação, como a experiência do local de trabalho e do mercado de trabalho, levaram à vivência de um determinado tipo de moradia, da segregação espacial em marcha ao longo do período, e da constituição de uma cozinha particular, que foram os fatores que atuaram como catalisadores dessa experiência em suspensão.

Um tipo comum de experiências, produzidas pelas condições da alimentação e da habitação típicas de Buenos Aires, unidas a um mercado de trabalho peculiar, instável e flexível, se cristalizariam na

¹ Referências ao complô comunista e à carta sobre o baile dos sapateiros em HALPERÍN DONGHI, 1987, p. 211 e 212.

² A carta de Wilmart está no International Instituut Voor Sociale Geschiedenis (IISG), Amsterdã, INVENTAR DES MARX-ENGELS NACHLASSEN, BRIEFE AN MARX, D. 4604. Há referência à participação de Wilmart na banca de Palacios em RATZER, 1969, p. 180.

classe trabalhadora argentina. A experiência da exploração dentro e fora das fábricas e oficinas foi central nessa formação social, gerando peculiaridades que são difíceis de reconhecer, mesmo pelos historiadores do social.

Na vida cotidiana, percebe-se claramente que o homem não é o criador da sua própria vida, estando mais próximo de ser um produto dela. A vida cotidiana não é uma elaboração consciente do indivíduo, ela é criada a partir das condições de vida; tais condições formam os modos de vida dos grupos sociais. A vida diária resulta da acumulação das experiências espontâneas, produto do que os indivíduos vivenciavam no dia-a-dia. A relação entre condições de vida e cotidiano é imediata: as variáveis estudadas mostram as reações coletivas diante das modificações macroeconômicas.

As condições de vida têm um forte impacto sobre a vida cotidiana dos trabalhadores. Como afirma Richard Hoggart “[...] a vida das classes proletárias, podemos dizer que é uma ‘vida densa e concreta’, uma vida que atribui especial relevo aos pormenores, ao elemento sensorial e pessoal [...]”. Assim, se consideramos que a experiência da vida dos trabalhadores é “concreta e densa”, pouco dada às especulações que não partissem da observação das vivências do cotidiano, podemos avaliar a importância que as condições de vida tiveram na formação da consciência da classe trabalhadora e nas atitudes dos trabalhadores para com eles próprios e para com as outras classes.³

O modo de vida, construído a partir das condições de vida e do mercado de trabalho, revela um alto grau de autonomia da classe trabalhadora. O Estado pouco ou nada fazia por esse grupo social e, na maioria dos casos, sua intervenção provocava graves confrontos. A intervenção estatal nas condições de vida produzia-se em certos momentos, geralmente quando essas eram intoleráveis para o conjunto da população, ou quando pareciam ameaçar a ordem pública. O mesmo acontecia nos conflitos sociais que derivavam dessas condições, ou os originados no âmbito do trabalho, espalhando-se ao conjunto da população. As denúncias dos reformistas liberais ou dos organismos estatais destinados a atender a questão social não sensibilizaram as autoridades, a não ser nos últimos anos, com a mudança na natureza do Estado.

³ Ver HOGGART, 1973, p. 126.

Neste livro analisamos dois aspectos concretos das condições de vida: a moradia e a alimentação. Um balanço da situação dessas duas variáveis ao longo do período permitem-nos chegar a algumas conclusões interessantes para os historiadores sociais e econômicos. As condições de vida ao longo do nosso período melhoraram lentamente entre 1880 e 1900. Embora existissem certos meios de ascensão social, as condições da habitação proletária pioravam, devido a uma mistura de fatores, principalmente a um aumento da exploração, ao uso intensivo das moradias de aluguel e à saída forçada de alguns trabalhadores em direção ao subúrbio, em condições piores do que as existentes no centro da cidade, mesmo quando se tratava de casas próprias. Esta tendência foi sendo revertida vagarosamente nos primeiros 15 anos do século e um pouco mais aceleradamente nos quatro ou cinco anos seguintes. Isto deveu-se mais a questões indiretas, como a expansão do sistema de saneamento urbano em direção aos subúrbios e a rápida ligação entre o centro da cidade e os arrabaldes, por obra dos novos transportes públicos, especialmente o bonde elétrico.

Os trabalhadores viram-se beneficiados na alimentação. A industrialização e a expansão da produção primária ampliaram o espectro dos gêneros consumidos. Ao mesmo tempo, novas formas de distribuição, como os mercados e feiras municipais, e a expansão das estradas de ferro colocaram ao alcance das famílias operárias alimentos que, inicialmente, eram parte dos gêneros consumidos pelos setores abastados. Logicamente existiu uma diferenciação nos alimentos consumidos. As classes possuidoras modificaram e sofisticaram seus consumos originais, deixando de comer à moda do país para preferir a cozinha estrangeira. A classe trabalhadora, pelo contrário, optou por manter seus consumos primitivos, mantendo, sempre que possível, certas tradições familiares, nacionais ou regionais. A saída em direção aos subúrbios, em habitações familiares, facilitou a manutenção de algumas criações e cultivos próprios, a continuidade dos costumes e sua difusão de uma geração para outra.

Um aumento no consumo não implica, necessariamente, uma melhora da alimentação. Neste caso, poderíamos ser mais otimistas, pelo fato da incorporação de carnes nas dietas dos imigrantes e de uma gama maior de produtos entre os criollos. Esta é a tendência do período, mas, em determinados momentos, certas crises podiam

afetar esse sentimento de ganho e de melhora. A inflação dos preços no final do período obrigam-nos a sermos cautelosos na nota otimista.

Estas afirmações devem ser corroboradas com pesquisas em andamento, como na área de bem-estar e desenvolvimento humano ao longo do nosso período, que permitirão avaliar o impacto das condições de vida no conjunto. Entretanto, é necessário confrontar este livro com estudos de mortalidade e natalidade na cidade de Buenos Aires e com o impacto das doenças próprias da pobreza e das condições de trabalho, como a tuberculose, ou das condições sanitárias, como a cólera e a febre amarela.

O ciclo das repressões dificultou as tentativas de unidade nas lutas. Nos anos anteriores à Grande Guerra, e durante a mesma, o movimento operário teve de defrontar-se com suas limitações organizacionais, aguçadas pelos momentos de crise. Isto gerou desconfiança entre os grupos, somada à radicalização de uns e ao fortalecimento do reformismo dos outros. O impacto das políticas repressivas e sociais do Estado enriqueceria esse tipo de estudos. No momento, estão sendo desenvolvidas algumas pesquisas estudos sobre as políticas estatais, apresentadas como estudos da “questão social”, o que pode restringir tais pesquisas a uma visão de cima para baixo da classe trabalhadora.

Além do mais, o estudo das condições de vida tem uma característica interessante, pois não oferece uma resposta única e definitiva por ser um tema complexo. Por outro lado, ele apresenta conotações políticas, porque implica um juízo do capitalismo e das conseqüências sociais da economia de livre mercado. Esta questão perdeu importância, uma vez que o capitalismo tem-se consolidado como um horizonte permanente e imutável. O estudo das condições de vida desafia o “presentismo” e a negação da alteridade. O retrocesso atual da subjetividade, acuada pelo pensamento único e pelo mais rude determinismo econômico, não pode levar ao desconhecimento das grandes lutas coletivas ou das pequenas resistências no nível doméstico. Este foi o objetivo deste livro: identificar as lutas e caminhos alternativos estabelecidos no passado, diante de uma realidade que parecia incapaz de ser alterada. Muitos caminhos alternativos não deram em nada. Mas a derrota ou o fracasso não podem ser tomados como parâmetros para medir essas escolhas. A avaliação deve partir de outras perspectivas, como a capacidade de desvendar os limites

e alternativas ao capitalismo, ou de evidenciar a possibilidade de construir uma outra sociedade.

Se alguns historiadores podem falar de uma sociedade conformista na década de 1920, não podemos dizer o mesmo dos anos anteriores.⁴ É provável que o conformismo resulte no fato de a classe ter-se tornado protagonista durante o período anterior, além das transformações econômico-sociais do período. Não podemos esquecer que as mudanças tinham um ponto de partida: a classe trabalhadora, formada nos anos anteriores. Eram esses mesmos homens e mulheres que, no passado, tinham-se defrontado nas ruas e nos lares contra a prepotência do capital, que tinham-se reconhecido e reconhecido ao adversário, que adotavam táticas diferentes e que tentavam tirar vantagens coletivas da nova situação, num novo contexto.

A classe trabalhadora é formada historicamente e, como tal, mudou e reconformou-se segundo as situações que teve de enfrentar. A classe lutava pelos seus direitos sociais e estava menos interessada nos direitos políticos, ainda quando alguns partidos reclamavam a extensão desses direitos aos imigrantes ou, pelo contrário, a reivindicação dos direitos políticos nacionalizando-se argentinos. A forma de reivindicação ia desde a negociação vis-à-vis até a revolta.

As revoltas diferem substancialmente de outras situações de conflito na transição entre uma economia rural e outra urbana, ou de uma economia de antigo regime para outra capitalista, ou mesmo em economias tradicionais. O apelo a direitos preexistentes implica reconstituir uma ordem que foi alterada, seja por processos conjunturais ou de longo prazo; mas também é um chamado aos poderosos para que intervenham e atuem. No caso de Buenos Aires, não havia tradições prévias de liberdade ou de obrigação do poder estatal que os levassem a atuar na defesa dos produtores urbanos. Essa era uma tradição inexistente. Pelo contrário, existia uma série de mecanismos coercitivos para garantir a força de trabalho no âmbito urbano ou rural.⁵ Diante desta situação, e sem direitos políticos, a opção pela luta direta e a revolta, fosse com a liderança dos anarquistas ou com a dos sindicalistas revolucionários, verificou-se como a opção mais

⁴ O conformismo da década de 1920 é apresentado por ROMERO, 1994, p. 234 a 235.

⁵ Sobre os mecanismos de coerção urbanos e rurais, ver DOESWIJK, 1995; e SECRETO, 2001.

adequada para estabelecer negociações com os capitalistas, às vezes intermediada por alguma das instâncias do Estado. A revolta não estava caracterizada pela manutenção de uma economia moral, mas pela luta por direitos sociais.

O País da Cocanha, o lugar em que tudo era de graça, no qual não era preciso trabalhar e onde a vida era boa e tranqüila, não era a Argentina. Nem mesmo era o país visto pelos historiadores otimistas. As condições de vida não eram boas e as melhoras foram conseguidas como conseqüência da luta. Como afirmava um visitante italiano, os imigrantes esperavam achar em Buenos Aires uma vida farta e feliz, mas tiveram de passar por muito trabalho e sacrifícios para construir uma vida digna.⁶

As experiências socialmente acumuladas ao longo do período por homens, mulheres e crianças que viveram e trabalharam em Buenos Aires, resultaram num grupo particular: a classe trabalhadora portenha. Esta classe não tinha vida própria. Tinha vida através dos seus membros e, portanto, tinha flexibilidade e predisposição à mudança dos seus integrantes. Não foi estática, nem conseguimos achá-la pronta em momento algum. A prédica dos diversos grupos que conformaram a classe deixaram certamente sua marca. A presença dos militantes foi central para a interpretação da realidade e o estabelecimento de formas de expressão. O sindicato não foi tão importante quanto as pessoas que o integravam. De fato, são poucos os sindicatos fundados nessa época que conseguiram sobreviver. As instituições informais, como os bares, as mercearias, o pátio do conventillo, os prostíbulos, os salões de danças e as quadras de futebol também foram importantes na formação da classe trabalhadora. Todas essas expressões, conflitantes ou controversas, contribuíram para dar sentido às vidas operárias. O seu modo de vida foi parcialmente resgatado neste livro “dos imensos ares de comiseração da posteridade”. Outras questões esperam novos estudos.

O nosso enfoque, restrito aos modos de vida e ao impacto que tiveram os ciclos e conjunturas econômicas sobre as condições de vida, limitou o estudo de determinados aspectos, como as manifestações artísticas e culturais, a construção de espaços formais e informais de sociabilidade e as ações e idéias políticas dos trabalhadores e das

⁶ SCARDIN, 1899, p. 19.

organizações que pretendiam representá-los. Chegamos até aqui na formação da classe trabalhadora que primou nas primeiras décadas do século, como aquele grupo de pessoas que cantava a Internacional e Hijos del Pueblo, sem distinções de origem política; que levantava La Vanguardia ou La Protesta, em cada comício ou reunião destinados a melhorar suas vidas, como um símbolo de adesão à classe; que recebia no cais do porto seus paladinos, como Jean Jaurés, Pietro Gori, Enrico Ferri ou Anatole France; que era capaz de enfrentar a polícia, parando a cidade em protesto contra um crime (mesmo que tivesse ocorrido num outro país, como o fuzilamento de Francisco Ferrer); que assistia aos sainetes de Vacarezza e às peças de González Pacheco ou de Florencio Sánchez, retratando seu modo de vida; que no tango unia as melodias locais e europeias, juntando à saudade do imigrante a nostalgia do criollo pelos tempos em que vagava livre pelos pampas. Ao estudo dessa classe temos dedicado este livro.

REFERÊNCIAS

I. FONTES PRIMÁRIAS

1. Periódicos Operários e Étnicos de Buenos Aires

El Despertar Gallego

El Despertar Hispano

El Obrero

El Obrero Panadero. Periódico Defensor de los Trabajadores

El Progreso de La Boca

El Rebelde

L'Avvenire. Periodico Comunista-Anarchico

La Acción Obrera. Periódico Sindicalista Revolucionario

La Acción Socialista. Periódico Sindicalista Revolucionario

La Protesta

La Protesta Humana. Periódico Anarquista

La Vanguardia

Tribuna Proletaria

2. Periódicos da grande imprensa de Buenos Aires

Caras y Caretas

Diario del Pueblo

La Nación

La Prensa

La Razón

The Review of the River Plate

3. Periódicos Oficiais, Empresariais e Acadêmicos de Buenos Aires

Anuario estadístico de la Ciudad de Buenos Aires

Boletín de la Unión Industrial Argentina

Boletín del Departamento Nacional del Trabajo

Boletín del Ministerio de Agricultura

Boletín del Museo Social Argentino

Crónica del Departamento Nacional del Trabajo

-La Agricultura

Revista de Derecho, Historia y Letras

Revista de Economía Argentina

4. Documentações oficiais manuscritos e impressos organizados por Nação

4.1. Argentina

Mensaje del Presidente de la República, Júlio Argentino Roca, al abrir las sesiones del Congreso Argentino, en Mayo de 1881 IN: MABRAGAÑA, H. Los mensajes. Historia del desenvolvimiento de la nación argentina relatada cronológicamente por sus gobernantes. 1810-1910, Buenos Aires, Compañía Argentina de Fósforos, 1911.

ARGENTINA. Segundo Censo Nacional de la República Argentina. 1895. Tomo I. Territorio Buenos Aires, Taller Tipográfico de la Penitenciaría Nacional, 1898.

_____. Tercer Censo Nacional de la República Argentina. 1914. Volúmen X. Valores Mobiliarios y Estadísticas Diversas Buenos Aires, Taller Gráficos de L. J. Rosso, 1917.

ARGENTINA. CÁMARA DE DIPUTADOS Diario de Sesiones. Año 1915. Tomo III Buenos Aires, 1916.

_____, CÁMARA DE DIPUTADOS Diario de Sesiones. Año 1918. Tomo II Buenos Aires, 1919.

_____, CÁMARA DE DIPUTADOS Diario de Sesiones. Año 1919. Tomo I Buenos Aires, 1920.

_____, DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRABAJO La desocupación de los obreros en la República Argentina Buenos Aires, Coni Hnos., 1915.

_____, DIRECCIÓN GENERAL DE ESTADÍSTICA Anuario. 1907. Tomo III Buenos Aires, Compañía Sudamericana de Billetes de Banco, 1909.

_____, DIRECCIÓN GENERAL DE INMIGRACIÓN Resumen estadístico del Movimiento migratorio en la República Argentina. Años 1857-1924 Buenos Aires, 1925.

_____, MINISTERIO DEL INTERIOR Memoria del Ministerio del Interior (1914-1915) Buenos Aires, Talleres Gráficos de la Penitenciaría Nacional, 1915.

_____, MINISTERIO DEL INTERIOR Memoria del Ministerio del Interior (1910-1911) Buenos Aires, Edit. Juan Alsina, 1911.

_____, MINISTERIO DEL INTERIOR Memoria del Ministerio del Interior (1912-1913) Buenos Aires, Talleres Gráficos de la Penitenciaría Nacional, 1913.

_____, MINISTERIO DEL INTERIOR Memoria del Ministerio del Interior (1913-1914) Buenos Aires, Imp. G. Kraft, 1914.

_____, MINISTERIO DEL INTERIOR Memoria del Ministerio del

Interior (1915-1916). Vol. 2 Buenos Aires, Talleres Gráficos de L. J. Rosso, 1916.

_____, MINISTERIO DEL INTERIOR Memoria del Ministerio del Interior (1916-1917) Buenos Aires, Talleres Gráficos Rodríguez Giles, 1917.

_____, MINISTERIO DEL INTERIOR Memoria del Ministerio del Interior (1918 - 1919) Bs.As., Talleres Gráficos Argentinos de L. J. Rosso y Cia., 1919.

COMIT ARGENTINO DA EXPOSIÇÃO UNIVERSAL DO RIO DE JANEIRO Intercambio commercial da Republica Argentina Buenos Aires, Publicações do Comitê Argentino, 1922.

MUNICIPALIDAD DE BUENOS AIRES. Anuario estadístico de la Ciudad de Buenos Aires. Año I. 1891 a Anuario Estadístico de la Ciudad de Buenos Aires. Año XXV. 1915/1923 Buenos Aires, 1925.

_____, Boletín Trimestral de Estadística Municipal. 1890 Buenos Aires, 1890.

_____, Censo Municipal de Buenos Aires, 1887, Vol. 1 Buenos Aires, Compañía Sudamericana de Billetes de Banco, 1889a.

_____, Censo Municipal de Buenos Aires, 1887, Vol. 2 Buenos Aires, Compañía Sudamericana de Billetes de Banco, 1889b.

_____, Censo General de la Ciudad de Buenos Aires. 1904 Buenos Aires, Compañía Sudamericana de Billetes de Banco, 1906.

_____, Censo General de la Ciudad de Buenos Aires. 1909. Tomo I Buenos Aires, Compañía Sudamericana de Billetes de Banco, 1910.

MUNICIPALIDAD DE LA CIUDAD DE BUENOS AIRES, ARCHIVO HISTÓRICO Gobierno – Año 1880 – Caja 28 Expediente N° 4506, 8 de Enero; N° 922 de 26 de Febrero.

_____, Obras Públicas – Año 1880 – Caja 6 Expediente N° 694 de 21 de Enero; N° 1248 de 8 de Marzo; N° 6288 de 3 de Diciembre.

_____, Industria – Año 1880 – Caja 16 Expediente N° 6309, 3 de Enero.

_____, Gobierno – Año 1880 – Caja 31 Expediente N° 1238, 8

de Marzo.

_____, Obras Públicas – Año 1881 – Caja 3 Expedientes: Nº 711, 1º de Febrero; Nº 3600, 1º de Junio; Nº 4506, 6 de Agosto; Nº 7440 de 29 de Noviembre.

_____, Economía – Año 1881 – Caja 17 Expediente Nº 3124, 18 de Mayo; Nº 5643 de 3 de Octubre.

_____, Gobierno – Año 1881 – Caja 30 Expediente Nº 5202 de 2 de Setiembre; Nº 5685 de 5 de Octubre; Nº 6157 de 25 de Octubre; Nº 6988 de 12 de Noviembre.

MUNICIPALIDAD DE BUENOS AIRES, Gobierno – Año 1882 – Caja 38 Expediente Nº 1333 de 3 de Marzo.

_____, Gobierno – Año 1882 – Caja 40 Expedientes Nº 2860 de 10 de Febrero; Nº 4370 de 3 de Marzo; Nº 5202 de 2 de Setiembre.

_____, Obras Públicas – Año 1883 – Caja 7 Expedientes s/n, 12 de Abril; 23 de Maio; Nº 3338, de 3 de Julio; Nº 3657 de 3 de Agosto.

_____, Obras Públicas – Año 1883 – Caja 7bis Expediente Nº 5054 de 3 de Octubre de 1883.

_____, Obras Públicas – Año 1884 – Caja 13 Expedientes: Nº 360, 3667, 5881, 6863, 7034 e 7177 de 2, 10 e 15 de Diciembre de 1884.

4.2. Reino da Espanha

REINO DE ESPAÑA, MINISTERIO DE ASUNTOS EXTERIORES Correspondencia, embajadas y legaciones. Argentina: 1882-1888 Expediente 1352 – Sección De Comercio, año 1884 Nº 157, Nº 208 e anexo Nº 208; año 1885, Nº 36; año 1886, Nº 77.

_____, MINISTERIO DE ASUNTOS EXTERIORES Sección de Comercio, informe de Nº 208 y Anexo Buenos Aires, 15/XI/1884.

_____, MINISTERIO DE ASUNTOS EXTERIORES Sección de Comercio, informe de Nº 250 y Anexo Buenos Aires, 18/X/1886

_____, MINISTERIO DE ASUNTOS EXTERIORES, ARCHIVO GENE-

RAL Sección de Comercio, informe N^o 24 Buenos Aires, 1887.

4.3. Reino Unido

Letter from Mr. Haggard to Marquess of Lansdowne IN: UNITED KINGDOM, FOREIGN OFFICE Political and other Departments before 1906. Buenos Ayres – later Argentine Republic. Mr. Haggard, Mr. Harford, Diplomatic, 1905.

Letter from Mr. McDonnel to Granville IN: UNITED KINGDOM, FOREIGN OFFICE Political and other Departments before 1906. Buenos Ayres – Later Argentine Republic. Mr. McDonnel, Commercial, 1871.

Letter from Mr. Pauli to Mr. Granville IN: UNITED KINGDOM - FOREIGN OFFICE Political and other Departments before 1906. BUENOS AYRES – Later Argentine Republic. Consul at Buenos Ayres. Pauli. Consular Domestic, 1883.

Letter from Mr. Sanford to Mr. Petre IN: UNITED KINGDOM - FOREIGN OFFICE Political and other Departments before 1906. BUENOS AYRES – Later Argentine Republic. Mr. Petre, 1882.

Letter from Mr. St. John to Earl Granville IN: UNITED KINGDOM – FOREIGN OFFICE Political and other Departments before 1906. BUENOS AYRES – Later Argentine Republic. Mr. St. John, Mr. West, Despatches, 1873.

Memorandum S/N^o Harris Gastrell IN: UNITED KINGDOM – FOREIGN OFFICE ARGENTINE CONFEDERATION (January to May 1880).

UNITED KINGDOM British Parliamentary Papers. Vol. LXXVI, 1889. Account and papers. Correspondence respect emigration to the Argentine Republic London, Her Majesty Stationery Office, 1890.

_____, British Parliamentary Papers. Vol. LXXXIX, 1914. Diplomatic and Consular Reports. Argentine Republic. Report for the year 1912 and part of the year 1913 on the trade of the Consular District of Buenos Aires London, HMSO, 1914.

_____, British Parliamentary Papers. Vol. XCIV, 1899. Conditions and prospects of British Trade in certain South American countries.

3rd Report. The Argentine Republic London, HMSO, 1899.

_____, FOREIGN OFFICE Annual Series Nº1147. Diplomatic and consular papers on trade and finance. Argentine Republic. Report for the year 1892 on the General Condition of the Argentine Republic London, Her Majesty Stationery Office, 1893.

_____, FOREIGN OFFICE Annual series Nº 2219. Diplomatic and Consular reports on trade and finance. Argentine Republic. Report for the year 1898 London, HMSO, 1899.

_____, FOREIGN OFFICE Annual series Nº 2615. Diplomatic and Consular reports. Argentine Republic. Report for the year 1900 London, Her Majesty's Stationery Office (HMSO), 1901.

UNITED KINGDOM, FOREIGN OFFICE Annual series Nº 2767. Diplomatic and Consular reports. Argentine Republic. Report for the year 1901 London, HMSO, 1902.

_____, FOREIGN OFFICE Annual series Nº 3434. Diplomatic and Consular reports. Argentine Republic. Report for the year 1904 and part of the year 1905 London, HMSO, 1905.

WORTHINGTON, T. Misión comercial a América del Sur. Tercer informe. La República Argentina (1898) IN: Desarrollo Económico. Nº 76 Enero-Marzo 1980.

4.4. Outros

Carta de Raymond Wilmart a Karl Marx International Instituut Voor Sociale Geschiedenis (IISG), Amsterdam, INVENTAR DES MARX-ENGELS NACHLASSEN, BRIEFE AN MARX, D. 4604.

5. Crônicas, Livros e Teses do Período

Album de visitas y costumbres de Buenos Aires Buenos Aires, Kraft editor, 1891.

ALSINA, Juan. El Obrero en la República Argentina, 2 Vol. Buenos Aires, Imprenta Calle de México 1422, 1905.

—————, La inmigración en el Primer Siglo de la Independencia Buenos Aires, Felipe Alsina Ed., 1910.

ANCELL, Carlos Federico. Abaratar la vivienda Buenos Aires, Florido y Tuduri impresores, 1922.

ARGERICH, Antonio. ¿Inocentes o culpables? Madrid, Hyspamérica, 1985 (1ª ed. 1884).

ARMAIGNAC, H. Viaje por las Pampas Argentinas. Cacerías en el Quequén Grande y otras andanzas. 1869-1874 Buenos Aires, Eudeba, 1974 (1ª ed. em francês: 1882).

BARRET, Rafael. El Terror Argentino Asunción, Imp. Gabrow & Schau-
man, 1910.

BARRET, Rafael, Obras Completas. Tomo I Buenos Aires, Ed. American-
lee, 1954 (1ª ed. 1908).

BARZINI, Luigi. L'Argentina vista com'è Milano, Tip. del Corriere della
Sera, 1902.

BASTERRA, Félix B. El crepúsculo de los gauchos. (Estado actual de
la República Argentina) Paris-Montevideo, Les Temps Nouveaux-Lib.
de la Universidad, 1903.

BATIZ, Adolfo. Buenos Aires, la ribera y los prostíbulos en 1880 (Libro
rojo) Buenos Aires, Aga-Taura, s/d (1ª ed. 1908).

BATTOLLA, Octavio. La sociedad de antaño Buenos Aires, Moloney
& de Martino, 1908.

BIALET MASSE, Juan. Informe sobre el estado de la Clase Obrera. 2
vol. Madrid, Hyspamérica, 1989 (1ª ed: 1904).

BIOY, Adolfo. Antes del Novecientos Buenos Aires, Compañía Impre-
sora Argentina, 1958.

BLASCO IBAÑEZ, Vicente. Argentina y sus grandezas Madrid, Edit.
Española Americana, 1910.

BONAPARTE, Luís. Carestía de la vida. Causas económico-sociales.
Medidas que se imponen Santa Fe, Éxito, 1913.

BOSIO, Bartolomé. Un fenómeno de la economía capitalista ¿Porqué es caro el pan? Buenos Aires, Sindicato de Obreros Ebanistas, Similares y Anexos, 1920.

BOSIO, Guido. Guida tascabile dell'emigrante italiano nella Republica Argentina Torino, Tip. Celanza e Comp., 1885.

BRANT, Mario. Viaje a la Argentina Buenos Aires, Ed. Botella al mar, 1980 (1ª ed. em português: 1917).

BRYCE, James. La América del Sud. Observaciones e impresiones. New York, The MacMillan Company, 1914.

BUCHANAN, William. La moneda y la vida en la República Argentina IN: Revista de Derecho, Historia y Letras. Año I. Tomo II Buenos Aires, Peuser, Dezembro de 1898.

BUCICH ESCOBAR, Ismael. Buenos Aires – Ciudad Buenos Aires, Mollo, Tello y Cía., 1921.

BUNGE, Alejandro. La desocupación en la Argentina Madrid, Sobrinos de la Sucesora de M. Minuesa, 1917.

_____, Los problemas económicos del presente. Vol. I Buenos Aires, s/d, 1920.

BUNGE, Augusto. Las conquistas de la Higiene Social Tall. gráf. de la Penitenciaria Nacional, Buenos Aires, 1910.

CATTARUZZA, Mario. Buenos Aires Rio de Janeiro, s/e, 1906.

CAZZANI, Alessandro. L'Argentina. Qual'è veramente Buenos Aires, Tall. Gráficos de Gunche, Wiebeck y Turtl, 1896.

CHUECO, Manuel. Los pioneers de la Industria Nacional Buenos Aires, Imp. de La Nación, 1886.

CLARK, Edwin. A visit to South America London, Dean & Son, 1878.

CLEMENCEAU, Georges. Notes de voyage dans l'Amérique du sud. Argentine, Uruguay, Brésil Paris, ed. UTZ, 1991 (1ª ed. 1911).

COLOCCI, Adriano. La crisi Argentina e l'emigrazione italiana nel Sud-America s/l, s/d.

COLOMBO, Ezio. *La Repubblica Argentina* Milano, Ulrico Hoepli Edit., 1905.

CORDIER, Henri. *Buenos-Aires en 1910* Paris, Louis de Soye Imprimeur, 1910.

COUTY, Louis. *O Brasil em 1884. Esboços sociológicos Brasília – Rio de Janeiro, Senado Federal – Casa de Rui Barbosa – MEC, 1984 [1ª ed. em francês: 1884].*

DAIREAUX, Emilio. *Vida y costumbres en el Plata. Tomo I: La Sociedad Argentina* Buenos Aires, Félix Lajouane Edit., 1888a.

_____, *Vida y Costumbres en el Plata. Tomo II: Industrias y productos* Buenos Aires, Felix Lajouane Edit., 1888b.

DARWIN, Charles. *Diário das Investigações sobre a História Natural e Geologia dos Países visitados durante a viagem ao redor do mundo pelo Navio de Sua Majestade 'Beagle' sob o comando do Capt. Fitz Roy s/l, Nova Edição, s/d (1ª ed. em inglês: 1871).*

DÁVILA, Francisco. *La Babel Argentina* Buenos Aires, Lib. General Lavalle, 1896.

DIAS, Arthur. *Do Rio a Buenos Aires. Episódios e impressões d'uma viagem.* Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1901.

ECHEVERRÍA, Esteban. *Apología del matambre'* IN: *Cuadro de costumbres argentinas (1ª ed. 1837)* (<http://www.clarin.com.ar/pbda/miscelanea/matambre/-marambre.htm>).

_____, *El Matadero* IN: *Obras Completas.* Buenos Aires, Carlos Casavalle Editor, 1870-1874.

ELLIOT, Lilian E. *The Argentine of Today* London, Hurst and Blackett, 1925.

ERNESTO TORNQUIST & CÍA. *El desarrollo económico de la Argentina en los últimos cincuenta años* Buenos Aires, s/d, 1920.

ESTRADA, Santiago de. *Viajes y otras páginas literarias* Buenos Aires, Estrada, 1949, (1ª ed. 1900).

FERRI, Enrico. *Enrico Ferri e os italianos na Sul América* Rio de Janeiro, Typ. de Donato Batelli, 1910.

- FOERSTER, Robert. The Italian emigration of Our times New York, Arno Press and The New York Times, 1969 (1ª ed. em inglés 1919).
- FRANCO, Pedro. Casas para trabajadores Buenos Aires, Oceana, 1916.
- FUGL, Juan. Abriendo surcos. Memorias de Juan Fugl Buenos Aires, Altamira, 1973 (1ª ed. 1959).
- GACHE, Samuel. Les logements ouvriers à Buenos-Ayres Paris, G. Steinheil Edit., 1900.
- GARCÍA, Pedro A. Diario de un viaje a Salinas Grandes en los Campos del Sud de Buenos Aires Buenos Aires, EUDEBA, 1974 (1ª ed. 1836).
- GAUDELIER, G. La vérité sur l'immigration des travailleurs et des capitaux. Belges dans la République Argentine Bruxelles, Messageries de la Presse, Dechenne & Cia, 1889 (2ª ed.).
- GODIO, Guillermo. Nuevos Horizontes. América, sus primeros factores, la colonización y la emigración Buenos Aires, Ramón Espasa, s/d (1ª ed. em italiano: 1893).
- GÓMEZ CARRILLO, E. El encanto de Buenos Aires Madrid, Perlado, Paéz y Cía, 1914.
- GONZÁLEZ, Juan B. El encarecimiento de la vida en la República Argentina Buenos Aires, Las Ciencias, 1908.
- GONZÁLEZ ARRILLI, B. Buenos Aires 1900 Buenos Aires, Ed. Kraft, s/d.
- GONZÁLEZ PACHECO, Rodolfo. Hijos del Pueblo IN: Teatro Buenos Aires, La Antorcha, 1922.
- GORRITI, Juana Manuela. Cocina Ecléctica Buenos Aires, Felix Lajouane Ed., 1890 (http://www.clarin.com.ar/pbda/miscelanea/cocina_electi-ca.htm)
- GUBERNATIS, Angelo de. L'Argentina. Ricordi e lettere Firenze, Bernardo Seeber, 1898.
- HADFIELD, William. El Brasil, el Río de la Plata y el Paraguay vistos por un viajero en 1852 Buenos Aires, Difusa, 1943 (1ª ed. em inglês, 1854).
- HELGUERA, Dimas. La producción argentina en 1892 Buenos Aires, Goyoaga y Cia, 1893.

HOLDICH, Thomas Hungerford. The countries of the King's award. Argentina & Chile London, Hurst & Blackett, 1904.

HURET, Jules. De Buenos Aires al Gran Chaco Buenos Aires, Hyspamerica, 1986 (1ª ed. em francês e espanhol de 1911).

————— La Argentina. Del Plata a la Cordillera de los Andes Paris, Fasquelle, 1911.

KOEBEL, W.H. Modern Argentina. The Eldorado of to-day Boston, Dana Estes & Co., 1919.

KÖNING, Abraham. A través de la República Argentina. Diario de un viaje Santiago de Chile, Imp. Cervantes, 1910.

LATINO, Anibal (Pseud. José Ceppi). Tipos y costumbres Bonaerenses Buenos Aires, Hyspamérica, 1984 (1ª ed. 1886).

LIMA, Oliveira. En la Argentina. 1918-1919 Montevideo, Talleres Gráficos A. Barreiro y Ramos, 1920 (1ª ed. em português: 1919).

LINDSAY-BUCKNALL, Hamilton. Um jovem irlandês no Brasil em 1874 (Impressões sobre Argentina e sobre o Brasil na década de 1870) Rio de Janeiro, Liv. Hachette do Brasil, 1976 [Extraído do livro A search for fortune, 1ª ed. em inglês: 1878].

LLOYD, Reginald. Twentieth Century impressions of Argentina. Its History, people, commerce and resources London, Lloyd's Greater Britain Publishing Co., 1911.

LOMBROSO FERRERO, Gina. Nell'America Meridionale (Brasile, Uruguay, Argentina) Milano, Fratelli Treves, 1908.

LÓPEZ, Lúcio V. La gran aldea Buenos Aires, Ed. Tor, 1943 (1ª ed. 1882).

LORENZONI, Júlio. Memórias de um imigrante italiano Porto Alegre, Sulina, 1975.

LUPATI, Cesarina. Vita Argentina. Argentini e italiani al Plata, osservati da una donna italiana Milano, Fratelli Treves editori, 1910.

MARSAL, Juan. Hacer la América. Autobiografía de un inmigrante español en la Argentina Buenos Aires, Edit. del Instituto Di Tella, 1969.

MARTIN, Percy. Trough five Republics (of South America). A critical description of Argentina, Brazil, Chile, Uruguay and Venezuela in 1905

London, W. Heinemann, 1905.

MILLER, Karl. South America: continents of opportunities Detroit, The Evening News Association, 1925.

MODRICH, Giuseppe. Repubblica Argentina. Note di viaggio da Buenos Aires alla Terra del Fuoco Milano, Lib. Editrice Galli, 1890.

MORENO, Francisco Pascasio. Alimento de los niños menesterosos de las escuelas primarias Buenos Aires, Imp. Weiss & Preusche, 1914.

MORENO, Marguerite. Une Française en Argentine Paris, George Crès & Cia., 1914.

MUSEO SOCIAL ARGENTINO. Primer Congreso sobre cooperativismo Buenos Aires, Oceana, 1920.

PALACIOS, Alfredo. La Miseria (en la República Argentina). Tesis de doctoramiento en abogacía rechazada Buenos Aires, José Larrañaga y Renovales, 1900.

PASCARELLA, Luis. El conventillo (novelas de costumbres bonaerenses) Buenos Aires, Tall. Gráf. La Lectura, 1917.

PATRONI, Adrián. Los trabajadores en la Argentina Buenos Aires, Imp. de Chacabuco 664, 1897.

POSADAS, Adolfo. La República Argentina. Impresiones y comentarios Madrid, Lib. Gral. de Victoriano Suárez, 1912.

RAHOLA, Federico. Sangre Nueva. Impresiones de un viaje a la América del Sud Barcelona, Tip. La Académica, 1905.

RAWSON, Guillermo. Escritos y discursos. Tomo I Buenos Aires, Compañía Sud-Americana de Billetes de Banco, 1891.

RESASCO, Francesco. Alle Rive del Plata. Ricordi di viaggio Milano, Fratelli Treves ed., 1890.

ROUCO BUELA, Juana. Historia de un ideal vivido por una mujer Buenos Aires, Ed. Reconstruir, 1964.

RUMBOLD, Horace. The Great Silver River. Notes on a residence in Buenos Aires in 1880-1881 London, John Murray, 1890 (2ª edição).

SANTIGOSA, Carlos María. El Río de la Plata. Montevideo, Buenos Aires (Recuerdos de viaje) Sevilla, Heraldo Sevillano, 1906.

SCARDIN, Francesco. Vita Italiana nell'Argentina. Impresione e note Buenos Aires, Compañía Sud-Americana de Billetes de Banco, 1899.

TURNER, Thomas. Argentine and the Argentines. Notes and impressions of a five years' sojourn in the Argentine republic, 1885-1890 London, Swan Sonnenschein & Co., 1892.

URIEN, Carlos e COLOMBO, Ezio. La República Argentina en 1910 Buenos Aires, Maucci Hnos, 1910.

WILDE, Eduardo. Curso de Higiene Pública Buenos Aires, 1878.

WILDE, José Antonio. Buenos Aires desde setenta años atrás Buenos Aires, Biblioteca de La Nación, 1908.

WINTER, Nevin O. Argentine and her people of To-day Boston, L. C. Page and Co., 1911.

II. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1 Artigos em Livros e Revistas

AGUIRRE, Patricia. Patrón alimentario, estrategias de consumo e identidad en Argentina IN: Boletín Informativo Techint. Nº 522 Organización Techint, Marzo-Abril 1996.

ARCHETTI, Eduardo P. Hibridización, pertenencia y localidad en la construcción de una cocina nacional IN: ALTAMIRANO, Carlos (Ed.) La Argentina en el Siglo XX Buenos Aires, Ariel-UNQ, 1999.

ARMUS, Diego e HARDOY, Jorge. Conventillos, ranchos y casa propia en el mundo urbano del novecientos IN: ARMUS, Diego Mundo Urbano y Cultura Popular. Estudios de Historia Social Argentina Buenos Aires, Sudamericana, 1990.

AYMARD, Maurice e BRESC, Henry. Nourriture et consommation en Sicile entre XIV et XVIII siècles IN: *Annales ESC*. Anne 30. N° 2-3 Mars-Juin 1975.

BAILY, Samuel. Marriage patterns and immigrant assimilation in Buenos Aires, 1882-1923 IN: *Hispanic American Historical Review*. Vol. 60 N° 1 February 1980.

BASSANI, Lorena. Insólito: ahora, tomar mate es 'fashion' IN: *Clarín* Buenos Aires, 10 de Maio de 2004.

BENNASSAR, Bartolomé e GOY, Joseph. Contribution à l'histoire de la consommation alimentaire du XIV au XIX siècle IN: *Annales ESC*. Anne 30. N° 2-3 Mars-Juin 1975.

BEVILACQUA, Piero. Emigrazione transoceanica e mutamenti dell'alimentazione contadina fra otto e novecento IN: *Quaderni Storici* N° 47 Ancona e Roma, Agosto 1981.

CACOPARDO, María Cristina e MORENO, José Luis. El equipaje del migrante italiano en la Argentina: un intento de conceptualización en torno al origen regional IN: *Estudios Migratorios latinoamericanos*. N° 20 Abril 1992.

CARA-WALKER, Ana. Cocoliche: The art of assimilation and dissimulation among Italians and Argentines IN: *Latin American Research Review*. Vol. XXII. N° 3 1987.

CORTI, Paola. Emigración y alimentación. Representaciones y autorrepresentaciones en la experiencia de una corriente migratoria regional italiana IN: *Estudios Migratorio Latinoamericanos*. N° 35 Abril de 1997.

_____, Emigrazione e consuetudini alimentari. L'esperienza di una catena migratoria IN: *Storia D'Italia*. Annali 13. L'alimentazione Torino, Einaudi, 1998.

CORTI, Paola, Il cibo dell'emigrante IN: *Il Risorgimento*. Anno XLIV. N° 2 1992.

CRONIN, James. Stages, Cycles and Insurgencies: The Economics of Unrest IN: HOPKINS, T. e WALLERSTEIN, I. (Eds.). *The political economy of the World System*. Vol. III California, Sage, 1980.

DAVIN, Anna. Loaves and fish: food in poor households in late nineteenth-century London IN: *History Workshop Journal* Nº 41 Spring 1996.

DEVOTO, Fernando. La huella del inmigrante IN: *Clarín. Suplemento Zona: La alimentación de los argentinos* Buenos Aires, 2/VII/2000.

ENGELS, Friedrich. Carta de F. Engels a J. Bloch. 21 e 22/XII/1890 IN: MARX, K. e ENGELS, F. *Obras escolhidas*. Vol. 3 Rio de Janeiro, Vitória, s/d.

FACCIOLO, Ana María. Crecimiento industrial, expansión metropolitana e calidad de vida. El asentamiento obrero en la región metropolitana de Buenos Aires desde principios de siglo IN: *Desarrollo Económico* Nº 80 Buenos Aires, Enero-Marzo de 1981.

FALCÓN, Ricardo. Aspectos de la cultura del trabajo urbano. Buenos Aires y Rosario. 1860-1914 IN: ARMUS, D. (Comp.) *Mundo urbano y cultura popular*. Estudios de Historia Social Argentina Buenos Aires, Ed. Sudamericana, 1990.

FEIJOO, María del Carmen. Las trabajadoras porteñas a principios de siglo IN: ARMUS, D. (Comp.) *Mundo urbano y cultura popular*. Estudios de Historia Social Argentina Buenos Aires, Ed. Sudamericana, 1990.

FERNÁNDEZ, Alejandro. Inmigración y redes comerciales. Un estudio de caso sobre los catalanes de Buenos Aires a comienzos de siglo IN: *Estudios Migratorios Latinoamericanos*, Nº 32 Abril de 1996.

FERRERAS, Norberto O. Carolina Muzilli ou a costurereinha que não deu o mal passo IN: *Cadernos Pagú*. Nº 13 1999.

_____, *Historia e historiografía de las condiciones de la vida obrera en Buenos Aires y Rio de Janeiro: Un análisis comparativo* IN: *Pós-História* Vol. 5 UNESP, 1997.

_____, *La cuestión de la alimentación obrera en Buenos Aires y Río de Janeiro entre 1930 y 1945* IN: *Estudos Ibero-Americanos*. Vol. XXIV. Nº 2 Porto Alegre, PUCRS, dezembro de 1998.

FERRERAS, Norberto O. Parmi des invités et des intrus: Buenos Aires vue par les voyageurs et les immigrants dans le centenaire de l'indépendance (1910) IN: BERTRAND, Michel e VIDAL, Laurent (Orgs.) *Les voyageurs européens et la redécouverte des Amériques* Presses

Universitaires du Mirail, Toulouse, 2002.

FINE, Ben e LEOPOLD, Ellen. Consumerism and the Industrial Revolution IN: Social History Vol. 15 N° 2 May 1990.

FREUNDLICH DE SEEFELD, Ruth. La integración social de extranjeros en Buenos Aires según sus pautas matrimoniales: ¿Pluralismo cultural o crisol de razas? IN: Estudios Migratorios Latinoamericanos, N° 2 Abril de 1986.

GIUNTA, Rodolfo. El imaginario exterior: Buenos Aires en los relatos de los viajeros IN: VÁZQUEZ-RIAL, Horacio Buenos Aires, 1880-1930. La Capital de un imperio imaginario Madrid, Alianza Ed., 1996.

GLICKMAN, Lawrence. Inventing the "American Standard of Living": Gender, race and working class identity, 1880-1925 IN: Labor History. Vol. 34 N° 2-3 Spring-Summer 1993.

—————, Workers of the world, consume. Ira Steward and the origins of labor consumerism IN: International Labor and working class history. N° 52 Fall 1997.

GORDON, David. Capitalism development and the history of American cities IN: TABB, William e SAWERS, Larry (eds.). Marxism and the metropolis. New perspectives in urban political economy New York, Oxford University Press, 1984.

GORDON, Michael A. The Labor Boycott in New York City, 1880-1886 IN: Labor History. Vol. 16. N° 2 Spring 1975.

GORELIK, Adrián. La búsqueda del Centro. Ideas y dimensiones de espacio público en la gestión urbana y las polémicas sobre la ciudad IN: Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana Dr. Emilio Ravignani', 3ª série, N° 9, 1º semestre de 1994.

GORELIK, Adrián e SILVESTRI, Graciela. El pasado como futuro. Una utopía reactiva en Buenos Aires IN: Punto de Vista N° 42 Buenos Aires, Abril de 1992.

GRAVIL, Roger. El comercio minorista británico en la Argentina, 1900-1940 IN: GIMÉNEZ ZAPIOLA, Marcos (Comp.) El regimen oligárquico. Materiales para el estudio de la realidad argentina (hasta 1930) Buenos Aires, Amorrortu, 1975.

GUTIERREZ, Leandro. Condiciones de la vida material de los sectores populares en Buenos Aires: 1880-1914 IN: Revista de Indias Nº 163-4 Madrid, 1981.

—————, Condiciones materiales de vida de los sectores populares en el Buenos Aires finisecular IN: De Historia e historiadores. Homenaje a José Luis Romero México, Siglo XXI, 1982.

GUTIERREZ, Leandro e SURIANO, Juan. Workers Housing and Living Conditions in Buenos Aires, 1880-1930 IN: ADELMAN, Jeremy (Ed.) Essays in Argentine Labour History. 1870-1930 The Macmillan Press, London, 1992.

HALPERÍN DONGHI, Túlio. ¿Para qué la inmigración? Ideología y política inmigratoria en la Argentina (1880-1914) IN: HALPERÍN DONGHI, T. El espejo de la Historia. Problemas argentinos y Perspectivas latinoamericanas Buenos Aires, Sudamericana, 1987 (1ª ed. do artigo: 1976).

—————, Una ciudad entra en el Siglo XX IN: GUTMAN, M. e REESE, T. Buenos Aires 1910: El imaginario para una gran capital Buenos Aires, Eudeba, 1999.

HOBBSAWM, Eric. Costume, salários e carga de trabalho na indústria do Século Dezenove IN: HOBBSAWM, Eric Os Trabalhadores. Estudos sobre a História do operariado Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981 (1ª ed. em inglês: 1964).

—————, Flutuações econômicas e alguns movimentos sociais desde 1800 IN: Os Trabalhadores. Estudos sobre a história do Operariado Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981 (1ª ed. em inglês: 1964).

—————, Introdução: A invenção das tradições IN: HOBBSAWM, Eric e RANGER, Terence (Orgs.) A invenção das tradições Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984 (1ª ed. em inglês: 1983).

—————, O fazer-se da Classe Operária, 1870-1914 IN: HOBBSAWM, E. Mundos do Trabalho Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987 (1ª ed. em inglês: 1984).

Eric e RANGER, Terence (Orgs.), La Conciencia de Clase en la Historia IN: HOBBSAWM, E. Marxismo e historia social Puebla, Univ. Autónoma de Puebla, 1983 (1ª ed. do artigo, em inglês: 1971).

KORN, Francis. La aventura del ascenso IN: ROMERO, J. L. e ROMERO, L. A. Buenos Aires. Historia de cuatro siglos. Vol. II Buenos Aires, Abril, 1983.

KORN, Francis e DE LA TORRE, Lidia. La vivienda en Buenos Aires IN: Desarrollo Económico Nº 98 Julio-Septiembre de 1985.

LIERNUR, Francisco. Buenos Aires: la estrategia de la casa autoconstruida IN: AA.VV. Sectores Populares y Vida Urbana Buenos Aires, CLACSO, 1984.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. Estado, Movimento Operário e Condições de Vida. Rio de Janeiro, 1930-1970 IN: LOBO, Eulália Maria Lahmeyer (Coord.) Rio de Janeiro operário. Natureza do Estado, conjuntura econômica, condições de vida e consciência de classe Rio de Janeiro, Access edit., 1992.

LOPES, José Sérgio Leite. Anotações em torno do tema condições de vida na Literatura sobre a Classe Operária IN: da SILVA, Luiz Antônio Machado (Org.) Condições de vida das camadas populares Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1984.

MALGESINI, Graciela e COCONI, Gabriela. Trigo versus Erva-Mate: O intercâmbio Argentina-Brasil e a questão regional de Misiones (1920-1945) IN: Estudos Econômicos 16. Vol. 2 Maio-Agosto 1986.

MÍGUEZ, Eduardo. Tensiones de identidad: Reflexiones sobre la experiencia italiana en la Argentina IN: DEVOTO, F. e MÍGUEZ, E. Asociacionismo, trabajo e identidad étnica. Los italianos en América Latina en una perspectiva comparada Buenos Aires, CEMLA-CSER-IEHS, 1992.

MÍGUEZ, Eduardo; ARGERI, María; BJERG, María; e OTERO, Hernán. Hasta que la Argentina nos una: reconsiderando las pautas matrimoniales de los inmigrantes, el crisol de razas y el pluralismo cultural IN: Hispanic American Historical Review. Vol. 71 Nº 4 November 1991.

ORTOLEVA, Peppino. Tradition and abundance. Reflections on Italian-American foodways IN: Altreitalie Nº 7 Torino, Fond. Agnelli, gennaio-giugno 1992.

OSTUNI, María Rosaria. Biellesi in America Latina IN: CASTRONUOVO, Valerio (a cura) L'emigrazione biellese nel Novecento. Vol. II Milano, Electa, 1988.

PAGANO, Nora e OPORTO, Mario. La conducta endogámica de los grupos inmigrantes: Pautas matrimoniales de los italianos en el barrio de La Boca en 1895 IN: DEVOTO, Fernando e ROSOLI, Gianfausto *L'Italia nella Società Argentina. Contributi sull'emigrazione italiana in Argentina* Roma, Centro Studi Migrazione, 1988.

RIGOTTI, Ana María. La vivienda y lo doméstico. Redefiniendo el habitat obrero a principios de siglo IN: FEIJOO, María Del Carmen e HERZER, Hilda María (Comps.) *La mujer y la vida de las ciudades Buenos Aires*, GEL-IIED América Latina, 1991.

ROCCHI, Fernando. Consumir es un placer. La industria y la expansión de la demanda en Buenos Aires a la vuelta del siglo pasado IN: *Desarrollo Económico*. Nº 148 Buenos Aires, Enero-Marzo de 1998.

_____, *Industria y Metrópolis: el sueño de un gran mercado* IN: GUTMAN, M. e REESE, T. *Buenos Aires 1910: El imaginario para una gran capital* Buenos Aires, Eudeba, 1999.

_____, *La armonía de los opuestos: Industria, importaciones y la construcción urbana de Buenos Aires en el período de 1880-1920* IN: *Entrepasados*. Nº 7 Fines de 1994.

ROMERO, José Luis. La ciudad burguesa IN: ROMERO, J. L. e ROMERO, L. A. (Dir.) *Buenos Aires. Historia de cuatro siglos Vol. II* Buenos Aires, Edit Abril, 1983.

ROMERO, Luís Alberto. Introducción IN: GUTIERREZ, Leandro e ROMERO, Luis Alberto. *Sectores populares. Cultura y Política* Buenos Aires, Sudamericana, 1995.

_____, *Los sectores populares urbanos como sujetos históricos* GUTIERREZ, Leandro e ROMERO, Luis Alberto *Sectores populares. Cultura y Política* Buenos Aires, Sudamericana, 1995.

_____, *Questione urbane, immigrazione ed identità: I lavoratori a Buenos Aires e Santiago del Cile verso il 1900* IN: BLENGINO, Vanni; FRANZINA, Emilio e PEPE, Adolfo (a cura) *La riscoperta delle Americhe. Lavoratori e sindacato nell'emigrazione italiana in America Latina (1870-1970)* Milano, Teti edit., 1994.

SABATO, Hilda. *Citizenship, political participation and the formation*

of the public sphere in Buenos Aires, 1850s-1880s IN: Past and Present Nº 136 August 1992.

SCHMINK, Marianne. Household economic strategies: Review and research agenda IN: Latin American Research Review. Vol. XIX. Nº 3 1984.

SCHNEIDER, Arnd. Ethnicity, changing paradigms and variations in food consumption among Italians in Buenos Aires IN: Altreitalie Nº 7 Torino, Fond. Agnelli, gennaio-giugno 1992.

SERENI, Emilio. Note di storia dell'alimentazione nel Mezzogiorno: i napoletani da mangiafoglia a mangiamaccheroni IN: Idem Terra nuova e buoi rossi Torino, Einaudi, 1981.

STEDMAN JONES, Gareth. Cultura y políticas obreras en Londres, 1870-1900: Notas sobre la reconstrucción de una clase IN: STEDMAN JONES, G. Lenguajes de Clase. Estudios sobre la historia de la clase obrera inglesa Madrid, Siglo XXI, 1989 (1ª ed. em inglês: 1983).

THOMPSON, E. P. As peculiaridades dos ingleses IN: As peculiaridades dos ingleses e outros artigos Campinas, Unicamp, s/d (1ª ed. em inglês: 1978).

_____, Economia moral revisitada IN: Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional São Paulo, Cia. das Letras, 1998 (1ª ed. em inglês: 1991).

_____, La economía moral de la multitud en la Inglaterra del Siglo XVIII IN: Tradición, revuelta y consciencia de clase Barcelona, Crítica, 1979.

_____, La Sociedad inglesa del Siglo XVIII. ¿Lucha de clases sin clases? IN: Tradición, revuelta y conciencia de clase Barcelona, Crítica, 1979 (1ª ed. do artigo, em inglês: 1978).

TORRES, Horacio. Evolución de los procesos de estructuración espacial urbana. El caso de Buenos Aires IN: Desarrollo económico Nº 58 Bs.As., Junio-Septiembre de 1975.

YUJNOVSKY, Oscar. Políticas de Vivienda en la ciudad de Buenos Aires, 1880-1914 IN: Desarrollo Económico Nº 54 Julio-Septiembre de 1974.

2. Livros

ANDREWS, George Reid. Los afroargentinos de Buenos Aires Buenos Aires, Ed. de la Flor, 1989 (1ª ed. em inglês: 1980).

BAILY, Samuel. Immigrants in the land of Promise. Italians in Buenos Aires and New York City, 1870-1914 Ithaca, Cornell Univ. Press, 1999.

BAILY, Samuel e RAMELLA, Franco. One Family, Two Worlds. An Italian Family's correspondence across the Atlantic, 1901-1922 New Brunswick – London, Rutgers University Press, 1988.

BOURDÉ, Guy. Urbanisation et immigration en Amérique Latine: Buenos Aires (XIX^a et XX^a siècles) Paris, Aubier, 1974.

BRAUDEL, Fernand. Civilização material, economia e capitalismo. Séculos XV-XVIII. Vol. 1. As estruturas do cotidiano São Paulo, Martins Fontes, 1997 (1ª ed. em francês: 1979).

BULLOCK, Nicholas e READ, James. The movement for housing reform in Germany and France: 1840-1914 Cambridge, Cambridge University Press, 1985.

BURNETT, John. Plenty & Want. A Social History of food in England from 1815 to present day London, Routledge, 1989 (1ª ed. 1966).

CAPATTI, Alberto e MONTANARI, Massimo. La cucina italiana. Storia di una cultura Roma – Bari, Ed. Laterza, 1999.

CONSIGLIO, Alberto. Storia dei Maccheroni Roma, Newton Tascabile, 1997.

CORTÉS CONDE, Roberto. El Progreso Argentino. 1880-1914 Buenos Aires, Ed. Sudamericana, 1979.

CORTÉS CONDE, Roberto, La economía argentina en el largo plazo. Ensayos de historia económica de los siglos XIX y XX Buenos Aires, Ed. Sudamericana – Univ. de San Andrés, 1997.

DOUGLAS, Mary. Purity and Danger. An analysis of pollution and taboo London, Routledge & Kegan Paul, 1966.

DOUGLAS, Mary e ISHERWOOD, Baron. The world of goods: towards and Anthropology of consumption London – New York, W.W. Norton & Co., 1982 (1ª ed. 1979).

- ENGELS, Friederich. A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra São Paulo, Global edit., 1985 (1ª ed. em alemão: 1845).
- FALCÓN, Ricardo. El Mundo del trabajo urbano (1890-1914) Buenos Aires, CEAL, 1986.
- FLANDRIN, Jean-Louis e MONTANARI, Massimo. História da alimentação São Paulo, Estação Liberdade, 1998 (1ª ed. em francês e italiano: 1996).
- FRANCO JUNIOR, Hilário. Cocanha. A História de um país imaginário São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
- FRANK, Dana. Purchasing Power: Consumer organizing, gender, and the Seattle Labor Movement, 1919-1929 Cambridge, Cambridge University Press, 1994.
- FRANZINA, Emilio. Merica, Merica! Emigrazione e colonizzazione nelle lettere dei contadini veneti e friulani in America Latina 1876-1902 Verona, Cierre Ed., 1994.
- _____, Una patriera straniera. Sogni, viaggi e identità degli italiani all'estero attraverso le fonti popolari scritte Verona, Cierre ed., 1996.
- GARCÍA COSTA, Victor. El Obrero: selección de textos Buenos Aires, CEAL, 1985.
- GAYOL, Sandra. Sociabilidad en Buenos Aires. Hombres, Honor y Cafés, 1862-1910 Buenos Aires, Ed. Del Signo, 2000.
- GONDRA, Luis Roque. Historia Económica de la República Argentina Buenos Aires, Sudamericana, 1943.
- GOODY, Jack. Cooking, cuisine and class. A study in Comparative Sociology Cambridge, Cambridge University Press, 1982.
- GORELIK, Adrián. La grilla y el parque. Espacio público y cultura urbana en Buenos Aires, 1887-1936 Buenos Aires, UNQ, 1998.
- GUTIERREZ, Leandro. Vida material y experiencia de los sectores populares. Buenos Aires, 1880-1914 Buenos Aires, PEHESA, 1981.
- GUTIERREZ, Leandro e ROMERO, Luis Alberto. Sectores populares. Cultura y Política Buenos Aires, Sudamericana, 1995.
- GUTMAN, Margarita e HARDOY, Jorge. Buenos Aires. Historia urbana

del área metropolitana Madrid, Mapfre, 1992.

HARRIS, Marvin. Bueno para comer. Enigmas de la alimentación y cultura Madrid, Alianza Editorial, 1993 (1ª ed. em inglês: 1985).

HERZ, Enrique. Historia del agua en Buenos Aires Buenos Aires, Cuadernos de Buenos Aires, 1979.

HOBSBAWM, Eric e POLITO, Antonio. O novo século São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

HOBSBAWM, Eric. A era do Capital. 1848-1875 Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977 (1ª ed. em inglês: 1975).

_____, La era del Imperio, 1875-1914 Buenos Aires, Crítica, 1998 (1ª ed. em inglês: 1987).

HOGGART, Richard. As utilizações da cultura. Aspectos da classe trabalhadora com especiais referências a publicações e divertimentos Lisboa, Ed. Presença, 1973 (1ª ed. em inglês: 1951).

KATZNELSON, Ira. Marxism and the city Oxford, Oxford University Press, 1993 (1ª ed. 1992).

LECOUNA, Diego. Orígenes del problema de la vivienda Buenos Aires, CEAL, 1993.

LÉVI-STRAUSS, Claude. O cru e o cozido São Paulo, Brasiliense, 1991 (1ª ed. em francês: 1971).

LIVI-BACCI, Massimo. Ensayo sobre la historia demográfica europea. Población y alimentación en Europa Barcelona, Ed. Ariel, 1988.

MAROTTA, Sebastián. El Movimiento Sindical Argentino. Vol. I Buenos Aires, Libera, 1975 (1ª ed. 1960).

_____, El Movimiento Sindical Argentino. Vol. II Buenos Aires, Lacio, 1961.

MONTANARI, Massimo. El hambre y la abundancia. Historia y cultura de la alimentación en Europa Barcelona, Crítica, 1993.

MORGAN, Daniel. Los traficantes de granos Buenos Aires, Abril, 1984 (1ª ed. em inglês: 1979).

MOYA, José. Cousins and Strangers. Spanish immigrants in Buenos

- Aires, 1850-1930 Berkley, University California Press, 1998.
- MUNCK, Ronaldo et alii. Argentina: from anarchism to peronism. Workers, unions and politics, 1855-1985 London, Zed Books, 1987.
- ODDONE, Jacinto. Gremialismo proletário argentino Buenos Aires, Líbera, 1975 [1ª ed. 1949].
- ORTIZ, Ricardo. Historia Económica de la Argentina Buenos Aires, Raigal, 1955.
- OVED, Iaácov. El anarquismo y el movimiento obrero en Argentina México, Siglo XXI, 1978.
- PAEZ, Jorge. El Conventillo Buenos Aires, CEAL, 1970.
- PANETTIERI, José. Los Trabajadores Buenos Aires, CEAL, 1982 (1ª ed. 1967).
- _____, Los trabajadores en tiempos de la inmigración masiva, 1870-1910 Buenos Aires, Univ. Nac. De La Plata, 1966.
- RATZER, José. Los Marxistas Argentinos del 90 Córdoba, Pasado y Presente, 1969.
- RECALDE, Héctor. Vida popular y salud en Buenos Aires (1900-1930). 2 Vol. Buenos Aires, CEAL, 1994.
- SÁBATO, Hilda. Capitalismo y ganadería en Buenos Aires: La fiebre del lanar. 1850-1890 Buenos Aires, Ed. Sudamericana, 1989.
- SÁBATO, Hilda e ROMERO, Luis Alberto. Los trabajadores de Buenos Aires. La Experiencia del Mercado: 1850-1880 Buenos Aires, Sudamericana, 1992.
- SARGENT, Charles. The spatial evolution of greater Buenos Aires, Argentina, 1870-1930 Tempe, Arizona State University, 1974.
- SCHVARZER, Jorge. Bunge y Born. Crecimiento y diversificación de um grupo empresario Buenos Aires, CISEA-GEL, 1988.
- SCOBIE, James. Buenos Aires, del centro a los barrios, 1870-1910 Buenos Aires, Ed. Solar, 1986 (1ª ed. em inglês: 1974).
- _____, Revolución en las Pampas. Historia social del trigo argentino. 1860-1910 Buenos Aires, Ed. Solar, 1982 (1ª ed. em inglês, 1964).

SHAPIRO, Ann-Louise. *Housing the poor of Paris, 1850-1902* Wisconsin, The University of Wisconsin Press, 1985.

SHORTER, Edward e TILLY, Charles. *Las huelgas en Francia. 1830-1968* Madrid, Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1985 (1ª ed. em inglês: 1974).

SMITH, Adam. *A riqueza das Nações. Investigações sobre sua Natureza e suas Causas. Vol. I* São Paulo, Abril Cultural, 1983 (1ª ed. em inglês: 1776).

SMITH, Peter. *Politics and beef in Argentina. Patterns of conflict and change* New York – London, Columbia Univ. Press, 1969.

SPALDING, Hobart. *La Clase Trabajadora Argentina (Documentos para su historia - 1890/1912)* Buenos Aires, Ed. Galerna, 1970.

STEDMAN JONES, Gareth. *Outcast London. A study in the relationship between classes in Victorian society* Oxford, Clarendon Press, 1971.

STOTT, Richard. *Workers in the Metropolis. Class, ethnicity and youth in Antebellum New York City* Ithaca, Cornell University Press, 1990.

TANNAHILL, Reay. *Food in History London*, Penguin Books, 1988 (1ª ed. 1973).

THOMPSON, E. P. *A formação da Classe Operária Inglesa. Vol. I. A árvore da liberdade* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987 (1ª ed. em inglês: 1963).

_____, *A formação da Classe Operária Inglesa. Vol. II. A maldição de Adão* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988 (1ª. ed. em inglês: 1963).

WALTER, Richard. *The Socialist Party of Argentina. 1890-1930* Austin, Institute of Latin American Studies, 1977.

ZARAGOZA, Gonzalo. *Anarquismo argentino (1876-1902)* Madrid, Ed. de la Torre, 1996.

ZIMMERMAN, Eduardo. *Los liberales reformistas. La cuestión social en la Argentina* Buenos Aires, Sudamericana-Univ. San Andrés, 1995.

3. Teses e Textos Inéditos

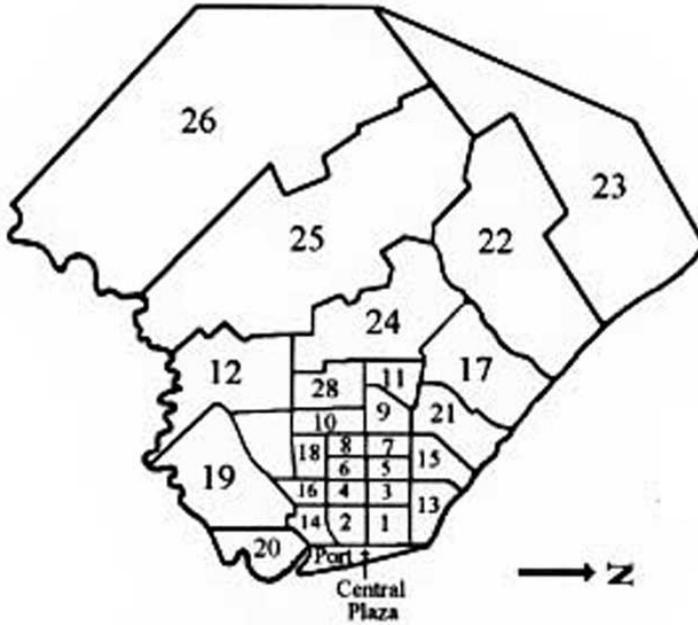
DOESWIJK, Andreas. Linyeras, braceros y bohemios de la llanura pampeana (1917-1930) Comunicação inédita apresentada nas Jornadas Interescuelas de Historia, Montevideú, Setiembre de 1995.

FERRERAS, Norberto O. Cidades inumanas. Condições de vida dos trabalhadores de Buenos Aires e Rio de Janeiro (1930-1945) Dissertação de Mestrado, UFF, 1995.

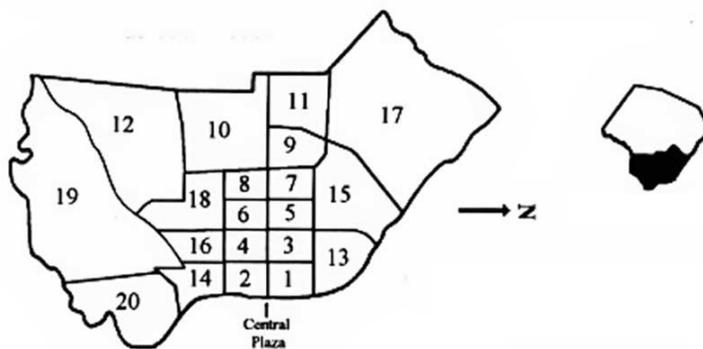
SALVATORE, Ricardo. The regional dimension of economic development and human welfare: Argentina in the 1920s Paper inédito, Instituto Di Tella.

SECRETO, María Verónica. Fronteiras em Movimento: O Oeste Paulista e o Sudeste Bonaerense na segunda metade do século XIX Tese Doutorado, IE/Unicamp, 2001.

ANEXO



Mapa da Cidade de Buenos Aires dividida segundo os distritos censitários de 1869 e 1887. O mapa pequeno corresponde ao território da cidade de Buenos Aires depois de anexar Flores e Belgrano.



Mapa da Cidade de Buenos Aires dividida segundo os distritos censitários de 1885.



EdUFF Coleção Biblioteca EdUFF

Em busca da boa sociedade
Selene Herculano

História do anarquismo no Brasil - V. 1
Rafael Borges Deminicis e Daniel Aarão Reis Filho (orgs.)

O poder de domar do fraco: construção de autoridade e poder tutelar na
política de povoamento do solo nacional
Jair de Souza Ramos

Cruéis paisagens
Ângela Maria Dias de Brito Gomes

Literalmente falando
Solange Coelho Vereza

Percursos do olhar: comunicação, narrativa e memória
Marialva Carlos Barbosa

Rotas atlânticas da diáspora africana: da baía do Benim
ao Rio de Janeiro
Mariza de Carvalho Soares (organizadora)

Terras Lusas: a questão agrária em Portugal
Márcia Maria Menendes Motta (organizadora)

Este livro foi composto na fonte Cheltenham.
Impresso na Quatro Pontos Studio Gráfico,
em papel Reciclatto 75g (miolo) e Cartão Supremo 250g (capa).
Esta edição foi impressa em setembro de 2007.
Tiragem: 500 exemplares